

# REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ANO XVII  
Volume 1 — N.º 2  
Fevereiro de 1954

**DEPARTAMENTO  
ADMINISTRATIVO  
DO  
SERVIÇO PÚBLICO**

EDIFÍCIO DA FAZENDA — 6.º e 7.º andares

Rio de Janeiro

Brasil

ENDEREÇO TELEGRÁFICO : DASP

---

DIRETOR-GERAL

Arízio de Viana

---

DIRETOR DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO  
E ORGANIZAÇÃO

José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti

DIRETOR DA DIVISÃO DE EDIFÍCIOS  
PÚBLICOS

Carlos Mário Faveret

DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL

José de Nazaré Teixeira Dias

DIRETOR DA DIVISÃO DE SELEÇÃO  
E APERFEIÇOAMENTO

Tomás de Vilanova Monteiro Lopes

---

DIRETOR DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Espírito Santo Mesquita

DIRETOR DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Cysneiros

DIRETOR DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

José Maria Albuquerque Arantes

CONSULTOR JURÍDICO

Caio Tácito de Sá

Viana Pereira de Vasconcelos

---

DIRETOR DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DA CIDADE  
UNIVERSITÁRIA DO BRASIL

Luiz Hildebrando de Horta Barbosa

DIRETOR DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

Belmiro Siqueira





# REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO  
EDITADO PELO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO  
(Decreto-lei n. 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

ANO XVII

FEVEREIRO DE 1954

VOL. I - N.º 2

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                   | Págs. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <b>EDITORIAL</b>                                                                                                                                  |       |
| Preparação de Chefes .....                                                                                                                        | 3     |
| <b>COLABORAÇÃO</b>                                                                                                                                |       |
| O Tráfego e sua Repercussão no Urbanismo — Geraldo de Menezes Côrtes .....                                                                        | 5     |
| O Estado e o Aproveitamento da Riqueza Mineral — Glycon de Paiva .....                                                                            | 30    |
| A Função Pública nas Constituições Brasileiras — Arnold Wald .....                                                                                | 35    |
| A Assistência Técnica das Nações Unidas e a Paz — Yves Orlando Tito de Oliveira .....                                                             | 39    |
| Racionalização da Administração Governamental na Finlândia — K. E. P. Rantanen — (Trad. de Maria Madalena Mac Dowell Reinhoeffer) .....           | 44    |
| Reforma Infortunistica — Estanislau Fischlowitz .....                                                                                             | 46    |
| <b>INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>                                                                                        |       |
| Seminário de Administração Pública das Nações Unidas — Documento nº 9 — A. Varvaressos — (Trad. de Maria Madalena Mac Dowell Reinhoeffer) .....   | 54    |
| Seminário de Administração Pública das Nações Unidas — Documento nº 11 — H. A. El Kashif — (Trad. de Maria Madalena Mac Dowell Reinhoeffer) ..... | 58    |
| Princípios de Organização e Administração Aplicados à Administração Pública — C. Tarras Sällfors — (Trad. de Martha Bastos) .....                 | 61    |
| Relatório do IX Congresso Internacional de Ciências Administrativas realizado em Estambul, Turquia — Osmar Cunha .....                            | 68    |
| <b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>                                                                                                                        |       |
| As Obras Públicas e o Município — Francisco Burkinski .....                                                                                       | 77    |
| Problemas Políticos do Município — J. V. O. Martins .....                                                                                         | 80    |
| <b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>                                                                                                                        |       |
| <b>APERFEIÇOAMENTO</b>                                                                                                                            |       |
| Cursos de Administração — Questões apresentadas na Prova de Seleção para o Curso de Assistente de Administração .....                             | 83    |
| A "Graduate School" do Departamento de Agricultura dos E. U. A. — A. Fonseca Pimentel .....                                                       | 87    |
| <b>DOCUMENTAÇÃO</b>                                                                                                                               |       |
| Apontamentos de Arquivística (Continuação) — Marcilio Vaz Tôrres .....                                                                            | 90    |
| O Sistema de Avaliação de Eficiência da Comissão de Serviço Civil — Calvin P. Deal e Milton J. Esman — (Trad. de Mary D. Cardoso) .....           | 93    |
| <b>SELEÇÃO</b>                                                                                                                                    |       |
| Questões apresentadas no Concurso para Contador do S. P. F. — C. 265 .....                                                                        | 95    |
| Questões apresentadas no Concurso para Arquivista do S. P. F. — C. 267 .....                                                                      | 109   |
| Questões apresentadas na Prova de Habilitação para Auxiliar Administrativo do S. P. F. — P. H. 2.080 .....                                        | 112   |
| Questões apresentadas no Concurso para Inspetor de Seguros do M. T. I. C. — C. 260 .....                                                          | 121   |
| <b>DOCUMENTÁRIO</b>                                                                                                                               |       |
| Recrutamento e Seleção de Pessoal — Arizio de Viana .....                                                                                         | 131   |
| A Divisão de Águas do Ministério da Agricultura — Reportagem de F. de A. Nogueira .....                                                           | 134   |
| Programa de Aperfeiçoamento de Supervisores — 5ª Reunião — J. Lyle Cunningham — (Trad. de Maria de Lourdes Lima Modiano) .....                    | 143   |
| O Trabalho Bibliográfico da UNESCO — Herbert Coblans — (Trad. de Maria Elisa P. Baptista) .....                                                   | 148   |
| <b>DIREITO E JURISPRUDÊNCIA</b>                                                                                                                   |       |
| <b>DOCTRINA</b>                                                                                                                                   |       |
| Reintegração de Posse "Initio Litis" — Enéas de Moura .....                                                                                       | 152   |
| <b>CONSULTORIA-GERAL DA REPÚBLICA</b>                                                                                                             |       |
| Pareceres ns. 309 T, 311 T, 313 T, 314 T .....                                                                                                    | 154   |
| <b>NOTAS</b>                                                                                                                                      |       |
| Quase uma Realidade a Nova Faculdade Nacional de Arquitetura — Vitorino de Oliveira .....                                                         | 158   |



# REVISTA

DO

## SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

Editado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público  
(Decreto-lei n.º 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

---

### REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Edifício da Fazenda-6.º andar — Sala 619

Rio de Janeiro — Brasil

TELEFONES: Redação ..... 22-9961 Ramal 529

Administração ..... 22-9961 Ramal 527

Expedição ..... 22-9961 Ramal 555

Enderêço telegráfico: REVISDASP

Diretor — BELMIRO SIQUEIRA.

Secretária — Helena de Lourdes Cabral.

Chefe da Redação — Sebastião Muniz da Silveira.

---

### Expediente

Assinatura anual ..... Cr\$ 50,00

Assinatura anual para o exterior..... Cr\$ 100,00

Número avulso.... Cr\$ 5,00

---

A remessa de qualquer importância — em vale postal ou cheque bancário — deverá ser feita à “Revista do Serviço Público”.

---

A administração da Revista pede aos srs. assinantes que ainda não reformaram suas assinaturas vencidas, a gentileza de o fazerem com a maior brevidade.

---

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. A publicação de tais trabalhos nesta Revista é feita unicamente com o objetivo de focalizar assuntos relacionados com a administração pública e provocar, assim, o estudo e debate dos mesmos.

---

Só serão pagos os trabalhos inéditos escritos especialmente para esta Revista.

---

Permite-se a transcrição de qualquer matéria publicada, desde que seja indicada a procedência.

---

Tôda correspondência sobre assuntos relativos à “Revista do Serviço Público” deve ser dirigida à respectiva Secretária.



## Preparação de Chefes

**A** CHEFIA é um fato natural.

Dois ou mais indivíduos se reúnem para um empreendimento qualquer — rolar uma pedra, por exemplo — e logo um deles, espontaneamente, começa a sobresair, a dar ordens, a sugerir, a dirigir. Com a própria agremiação, simultaneamente, emerge o chefe.

Por outro lado, é clássica e por demais já difundida a informação de que 80% do êxito ou fracasso de uma empresa, pública ou particular, resultam da chefia, correm por conta da chefia.

Ora, se o aproveitamento do chefe é natural e inevitável e se o papel da chefia na produção é tão relevante, cumpre, por força, dar tratamento mais acurado ao assunto, colocando-o em bases cada vez mais racionais, sãs e sólidas.

Encravado na Administração de Pessoal, o problema da chefia vem sendo, entre nós, tratado com parcimônia, sem a relevância a que faz jus.

Recrutamento, seleção, estágio probatório, pagamento, etc., relativamente a carreiras têm, sem dúvida, merecido satisfatória atenção. Com referência à chefia, e no que tange aos mesmos problemas, quase nada se tem feito.

As necessidades de pessoal para esse setor estão, pode-se dizer, gritando altissonantemente. A carência de chefes é estarrecedora. Impõe-se a adoção de muitas medidas a respeito. A primeira, a de preparação de chefes — felizmente, começa a ter o realce que lhe cabe.

E, assim, neste ensejo, registramos com viva satisfação a oportunidade da ênfase que os Cursos de Administração, em seu plano de treinamento para o corrente ano, deram à preparação de chefes.

E' verdade que em 1940, desde os seus primórdios, os C. A. instituíram a cadeira de "Formação de Chefes"



e entregaram-na à brilhante e profícua atuação do Professor Wagner Estelita Campos, autoridade no assunto, cuja fama há muito ultrapassou nossas fronteiras.

Mas, sòmente agora, colocando Chefia como matéria básica e indispensável à formação de Técnicos de Administração, além de erigi-la como matéria isolada que pode ser cursada independentemente, e criando um Curso Extraordinário de Problemas de Chefia, a ser ministrado a clientela específica, é que os C. A. estão dando ao assunto a preeminência que merece.

Os dirigentes dos Cursos do D. A. S. P., firmados na melhor doutrina e sabedores das conclusões experimentais da Psicologia Aplicada, expressaram, dêsse modo, que desacreditam terminantemente na tradicional afirmativa de que "chefes nascem, não se fazem".



## O Tráfego e sua Repercussão no Urbanismo

GERALDO DE MENEZES CÔRTEZ

(Continuação das NOÇÕES FUNDAMENTAIS sobre a DIREÇÃO E O CONTRÔLE DO TRÁFEGO)

b) *Tráfego que circula na mesma direção, num só sentido ou em sentidos opostos*

**Q**UANDO as diferentes unidades de tráfego circulam numa mesma direção, num só sentido ou em sentidos opostos, também pode haver conflitos entre elas, que se traduzem em interrupções ou perturbações no rendimento de vazão do fluxo de tráfego da ou das filas consideradas. Podemos resumir os casos de conflitos como se segue :

- o veículo que pára ou reduz a velocidade pode interromper ou perturbar o fluxo da fila em que se encontra;
- o veículo que muda de fila pode perturbar o fluxo do tráfego da fila em que entra.

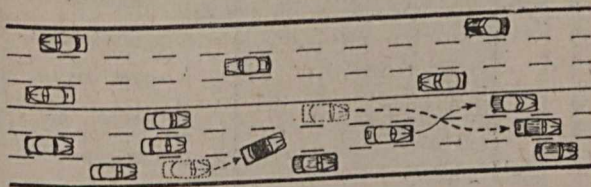


Fig. 56 — As mudanças de fila perturbam o escoamento do tráfego

Como já dissemos e é intuitivo, todo possível conflito é uma oportunidade de acidente. Há, pois, necessidade de evitarmos ao máximo os maléficos efeitos daqueles possíveis conflitos. Para isto, tornam-se necessárias as seguintes regras e convenções :

— Todo veículo deve manter-se o maior tempo possível numa mesma fila. (VII)

— Havendo necessidade de mudar de fila, um veículo deve respeitar a preferência dos que já se encontram na fila que vai entrar. (VIII)

— Ressalvados os casos de enguiços mecânicos imprevistos, os veículos, nas vias de mão única, só podem parar nas filas extremas, isto é, junto aos meios-fios da direita e da esquerda. Nas vias de mão dupla, os veículos só podem parar na fila da direita, salvo nos casos de espera para dobrar à esquerda e quando isto não fôr proibido.

As proibições de parada decorrentes desta regra não afetam, evidentemente, as paradas determinadas pela direção e contrôlo do tráfego. (IX)

— Complementarmente à regra (IX) os passageiros e motoristas só podem saltar pelo lado do meio-fio ao qual o veículo tiver sido encostado. (X)

— Para as filas onde as paradas são proibidas, deve haver além da limitação de velocidade máxima, uma de velocidade mínima, acima da qual devem ser mantidos os diferentes veículos em deslocamento (para evitar que outros tenham necessidade de ultrapassá-los). (XI)

— As filas e as faixas de tráfego devem ser materialmente delimitadas como esclarecem as convenções da figura 57. (XII)

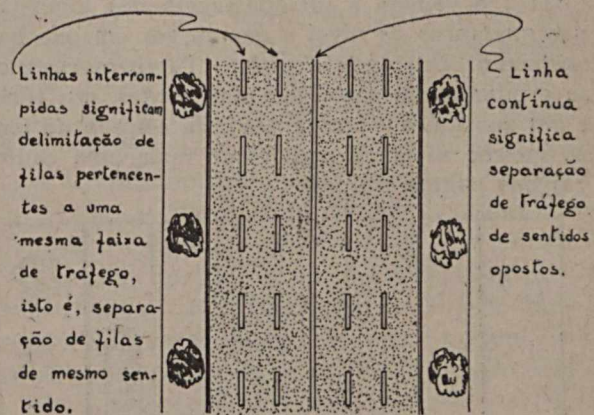


Fig. 57

Nem sempre a delimitação de filas e de faixas pode ser permanente e então deve-se lançar mão de marcos removíveis. Para variar, por exemplo, o número de filas à disposição de um e de outro sentido, em determinadas horas de tráfego mais intenso, é preciso utilizar recursos materiais especiais. Meios-fios ou separadores, passíveis de serem levantados mecânicamente como se pode observar na "Outer Drive" de Chicago (Fig. 10 — na página 17 da "R.S.P." de out.), constituem excelentes recursos, mas os cavaletes ou "pausinhos", apresentados na Fig. 58, são de grande utilidade, pela flexibilidade de aplicação e pelo baixo custo em que ficam, embora tenham a desvantagem de exigir mão-de-obra para sua movimentação, transporte rápido e local de guarda. Com a mesma



finalidade, outros recursos materiais podem ser adotados. A própria Figura 58 dá idéia de outro marco especial de cimento e ferro. Os responsáveis pela Engenharia do Tráfego devem, contudo, procurar a padronização dos marcos, em vez de utilizar uma multiplicidade de tipos.

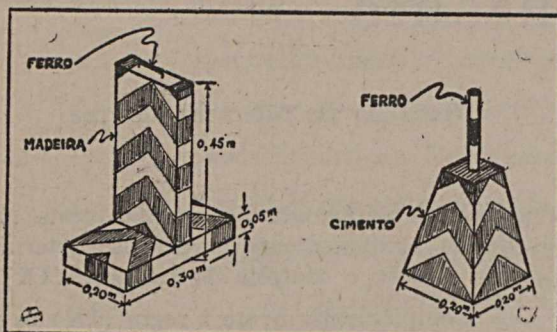


Fig. 58

— Uma ultrapassagem só é permitida pela esquerda, e é proibida sempre que não haja suficiente visibilidade ou campo de visão que garanta sua realização sem infringir a regra (VIII). (XIII)

Entende-se por ultrapassagem o ato de um veículo de determinada fila passar à frente de outro da mesma fila para a ela retornar. Assim, na Figura 59 o veículo A ultrapassou o veículo B, mas C não ultrapassou D, porque ambos estão em filas diferentes. Em consequência da regra (XIII) é vedada a ultrapassagem nas lombadas, nas mudanças de nível e nas curvas em que haja obstáculo obstruindo a visão. Também costuma-se proibir a ultrapassagem nas pontes, nos túneis e em quaisquer cruzamentos com estrada de ferro no mesmo nível, já aqui como mais uma cautela em tais pontos críticos.

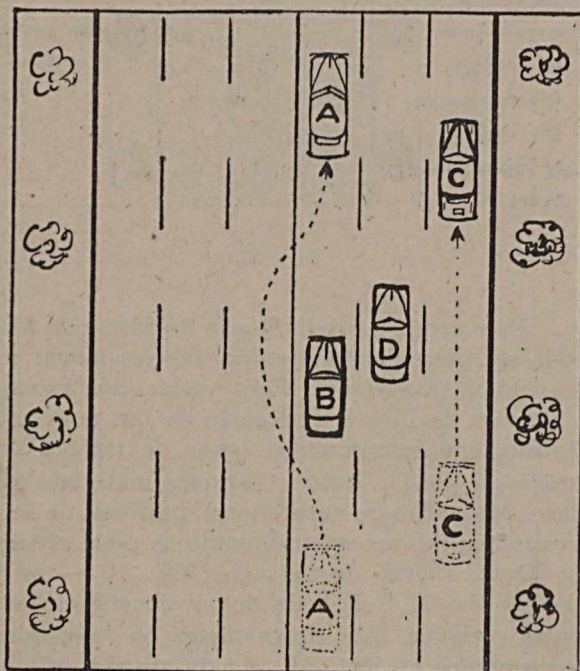


Fig. 59

A fim de garantir a eficiência do fluxo do tráfego e aumentar as condições de segurança da cir-

cução, o engenheiro de tráfego reconhece em inúmeros casos e na órbita de providências do planejamento dinâmico :

— a necessidade de não permitir a parada de veículos em determinados trechos;

— e a necessidade de não permitir a ultrapassagem, ora entre as filas de uma mesma faixa de tráfego, ora pela utilização da faixa de sentido oposto, também conhecida como de “contramão de direção”.

Para a efetivação das providências supra enunciadas devem ser empregadas as seguintes convenções : (Fig. 60)

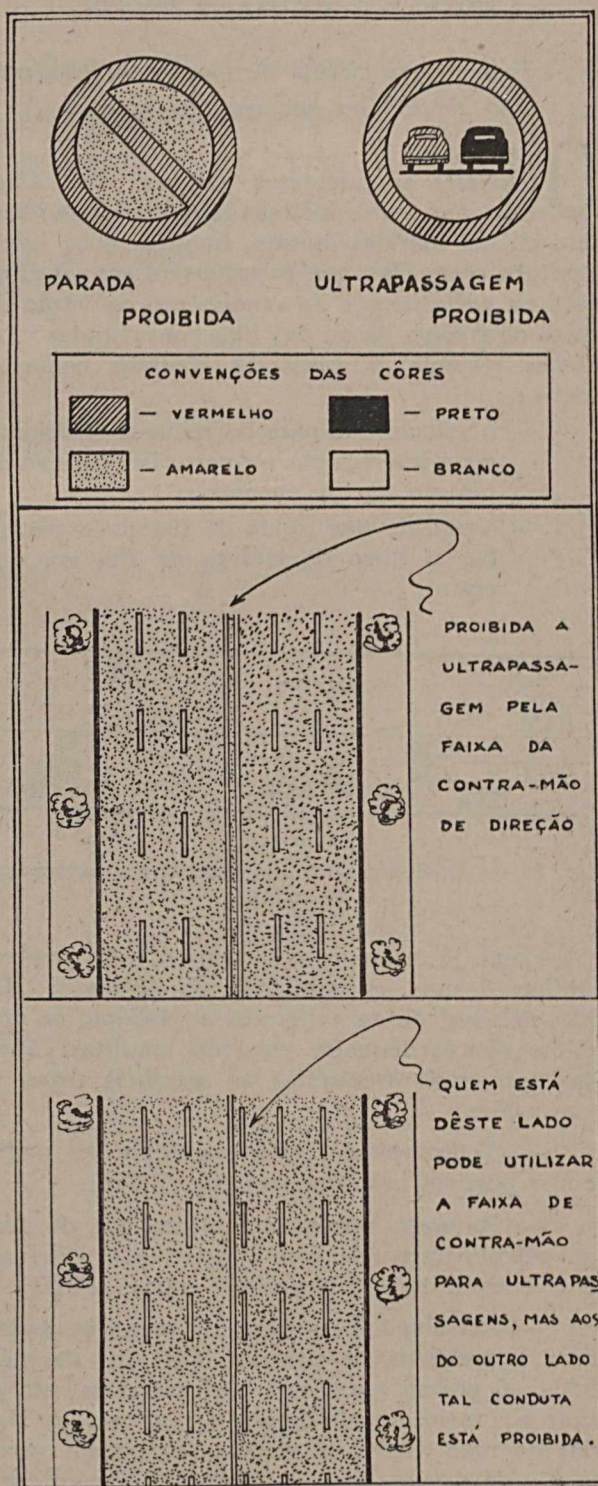


Fig. 60



Tôdas as marcações na própria superfície de rolamento, exemplificadas nas Figuras 57 e 60, têm sua utilidade própria e não convém adotar a simplificação observada na Via Presidente Dutra e no trecho da Estrada entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, em que só estão empregadas a linha contínua e a linha interrompida, separando as faixas de tráfego de sentidos opostos, para indicar: com aquela linha, que é proibida a ultrapassagem pelo lado da "contramão de direção" (9a) e com a última, que esta conduta é permitida. É fácil compreender tal afirmação, bastando para isto observar a Fig. 61 e lembrar que em relação a uma curva há um ponto para quem dela se aproxima, a partir do qual (dentro da velocidade permitida) será perigosa a utilização da contramão de direção e, ao contrário, para quem dela se afasta, por já haver descortinado um bom trecho reto de estrada à frente, o ponto limite de perigo não é o mesmo e é muito mais próximo da curva que o outro.

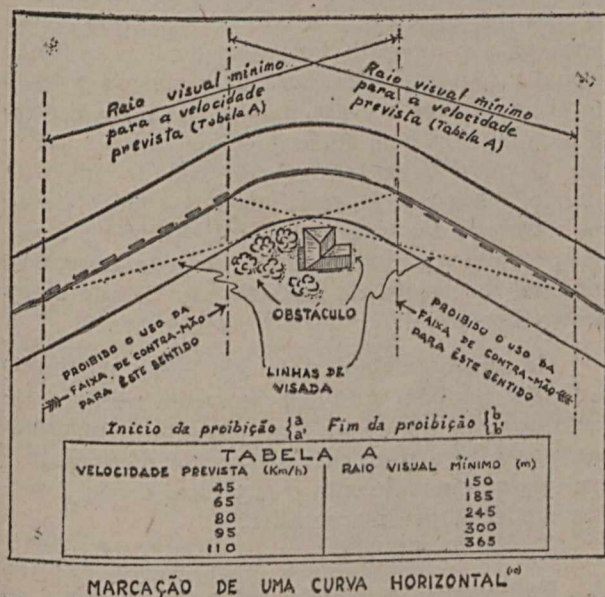


Fig. 61

Como vimos, a direção e o controle do tráfego, cujas providências de base dependem de uma competente engenharia de tráfego e cuja obser-

(9a) "Contramão de direção" é um termo que não encontra correspondência literal em trabalhos técnicos de tráfego, escritos em outras línguas, como sejam a inglesa, a francesa ou a espanhola. A palavra "mão" vem sendo empregada em regulamentos de tráfego do Distrito Federal, desde muito tempo, com o mesmo significado que documentos oficiais ou técnicos escritos em outras línguas, empregam o termo "direção de tráfego" ou "sentido de circulação".

Segundo a terminologia oficial "mão de direção" é, numa via de tráfego em dois sentidos, a faixa da direita e consequentemente, "contramão de direção" designa a faixa normalmente à disposição dos veículos que se deslocam em sentido contrário.

(10) Numa curva vertical, o raio visual mínimo, tangenciando o obstáculo causado pela lombada, é obtido de um ponto de vista a 1,35 m acima da superfície de rolamento, até ver objeto pelo menos a igual altura acima da superfície da pista.

vância depende de eficiente ação policial, necessita por um lado de regras simples e gerais, que rejam o maior número de situações e casos, sem a necessidade de recursos a explicações específicas e, por outro lado, de uma sinalização toda ela em base convencional, para com clareza, precisão e rapidez transmitir aos utilizadores das vias públicas, tôdas as indicações indispensáveis. Regras e sinalização convencional precisam constar de lei, para que a justiça complemente a ação da engenharia e da polícia, completando o ciclo do processo educativo, que nunca deve ser perdido de vista.

Sob a designação genérica "sinalização de tráfego" entendemos as placas de tráfego ("traffic signs"), os marcos e as marcações de tráfego ("traffic markings and markers") e os sinais de tráfego ou sinalização luminosa de tráfego ("traffic signals").

A sinalização de tráfego precisa ser permanentemente visível, de dia ou de noite. Quanto aos sinais de tráfego, de que trataremos em detalhe mais adiante, a visibilidade diurna e noturna está, de um modo geral assegurada por serem luminosos, qualificativo que serve mesmo para distingui-los na terminologia. Entretanto, tanto as placas como os marcos e as marcações de tráfego também precisam ser permanentemente visíveis ou distinguíveis, sem o que é como se não existissem ou pior ainda, porque da ilusão de sua possível eficiência podem decorrer sérios inconvenientes ou grandes males. Nas estradas ou caminhos, os faróis dos veículos serão capazes de possibilitar a iluminação necessária, principalmente quando já se utilizam nas placas, marcos ou marcações de tráfego as tintas ou materiais refletivos. Nas cidades, o problema não é tão simples, porque o farol com o feixe de luz alto é proibido (sem falarmos no fato de erradamente no Rio de Janeiro e por imitação também nas outras cidades brasileiras, só ser permitido dentro do perímetro urbano o uso dos faroletes de estacionamento, os quais nada iluminam). É indispensável tornar visível à noite a sinalização de tráfego das cidades, seja pela iluminação direta própria, seja pela iluminação indireta. De que valerão os tão necessários sinais de parada obrigatória, de via preferencial etc., se não forem distinguíveis à noite?

Convém ainda uma referência ao caso da necessidade de alterar, em determinadas horas, o regime de circulação de uma via, seja dando-lhe diverso sentido de direção, seja estabelecendo-lhe certas restrições. Com vantagem, a validade de tais estabelecimentos ou indicações deve ficar condicionada à iluminação do sinal em causa. A luz a gás neon permite a fácil feitura de letreiros e principalmente de setas indicativas. Uma seta, obrigando a dobrar à direita, por exemplo, ou estabelecendo o regime de mão-única numa determinada via, vigoraria ou não, conforme acesa ou apagada, na ocasião em que o público a observa.



Tais eram os recursos, por exemplo, a que havíamos recorrido no projeto para a sinalização especial destinada a regular o regime de operação do túnel do Pasmado, no Rio de Janeiro, seguindo, aliás, orientação análoga à observada em Washington, D.C., na ponte George Washington em New York.

Para aumentar a segurança e facilitar o entendimento entre os diferentes utilizadores das vias públicas foram convencionados os seguintes sinais a serem executados pelos condutores de veículos: (Fig. 62)

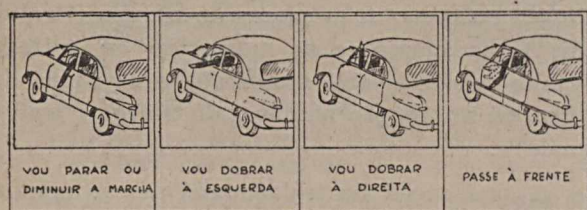


Fig. 62

### 3) VANTAGENS E DESVANTAGENS DA SINALIZAÇÃO E DA POLÍCIA

#### a) Considerações preliminares

Sinalização e polícia não se substituem mutuamente na missão de dirigir e controlar o tráfego. Podemos hoje dizer que se completam. Sinalização sem polícia pouco vale. Não queremos dizer que os policiais precisem estar permanentemente onde haja sinalização, nem mesmo em suas proximidades; aquele conceito significa, tão-somente, que as medidas policiais para compelir ao respeito dos sinais e cuidar dos casos de sua desobediência, jamais podem ser esquecidas.

Mesmo sem levar em conta a necessidade de economizar o número de homens em serviço, podemos afirmar que, nem sempre, os policiais são capazes de apresentar o mesmo rendimento de uma boa sinalização, como veremos mais adiante, quer porque os sinais são mais visíveis que os gestos dos policiais, quer porque os sinais são capazes de repetidas e intrincadas combinações de tempo e de direções que exigiriam coordenação de trabalho de mais de um policial, quer, finalmente, porque em importantes interseções as mudanças de direções precisam se alternar dentro de algumas poucas dezenas de segundos e sucessivamente, rendimento que o trabalho humano não é capaz de apresentar durante longos períodos de tempo.

A sinalização deve competir à Engenharia de Tráfego, mas esta orientação não significa diminuição da capacidade de controle por parte da Polícia, porque o sistema de sinalização, uma vez projetado e instalado, deve ser operado pela Polícia. Todos os sinais devem ser construídos e instalados de modo que possam ser postos fora de funcionamento ou alterado seu regime de traba-

lho, sempre que a Polícia julgar necessário, porque tenha ocorrido uma congestão ou confusão no tráfego, ou porque uma situação especial tenha passado a exigir maior abertura do sinal para uma direção, do que a permitida pelo regime normal de funcionamento do sinal. Assim: — uma congestão de tráfego, em que a sucessiva mudança dos sinais não teria qualquer cabimento ou significado, exige que se apaguem os sinais ou que preferivelmente, sejam eles retidos com a luz amarela acesa em tôdas as direções (11); a necessidade de uma maior vazão, acima da normal, em proveito de uma corrente de tráfego, exige que haja a capacidade de reter o sinal aberto para essa corrente. Exemplificando, a fim de podermos atender à excepcional demanda do tráfego durante os jogos da Copa do Mundo em 1950, mandamos introduzir em todos os sinais ao longo dos itinerários de acesso ao Estádio Municipal do Rio de Janeiro um botão de retenção, capaz de deter o funcionamento do automatismo da máquina, mas que uma vez liberado faz com que a mudança para o amarelo, vermelho etc. se processe normal e não manualmente. Este mesmo sistema permitiu resolver o problema de vazão do tráfego da hora de "rush" na Praia do Flamengo e na Avenida Osvaldo Cruz (Cidade do Rio de Janeiro) retendo, durante dois, três, quatro ou cinco minutos, o tráfego das transversais relativamente fraco, em proveito do intensíssimo daquele itinerário principal de ligação da zona Sul da Cidade e seu Centro Comercial.

No centro da Capital de São Paulo, nas horas de "rush" também a Polícia intervém no automatismo dos sinais, mas em lugar de reter a máquina com a abertura para esta ou aquela direção, prefere operar manualmente o sinaleiro, o que a técnica moderna já desaconselha.

#### b) Vantagens dos sinais automáticos sobre os sinais manuais dos policiais

Quanto à direção do tráfego, os sinais luminosos automáticos apresentam sobre os manuais dos policiais as seguintes vantagens:

[1] — Os sinais luminosos, especialmente após o cair da noite e nos dias de forte chuva ou cerração, são mais visíveis e mais facilmente entendidos que os gestos de um policial.

[2] — Os sinais de tráfego permitem indicações completamente padronizadas, enquanto que os gestos dos policiais, embora obedecendo a normas regulamentares, são passíveis de apresentarem certas variações entre eles, devido as características pessoais de cada indivíduo.

[3] — Os sinais de tráfego permitem com muito mais facilidade e eficiência do que com emprego de policiais, a intrincada solução dos con-

(11) Aí está uma das vantagens das três cores Vermelha, Amarela e Verde sobre a utilização somente da primeira e da última.



flitos das diversas correntes de tráfego de veículos e de pedestres, a qual, como vimos páginas atrás, exigem decomposição de direções e variada combinação, não só levando em conta os veículos como os pedestres. Esta observação torna-se tanto mais flagrante quanto mais intrincado e intenso fôr o tráfego de veículos e o trânsito de pedestres, como costumam ser nos importantes cruzamentos de mesmo nível, das cidades de hoje.

[4] — Os sinais de tráfego permitem ciclos curtos que, normalmente, são os mais convenientes, como veremos adiante, ao tratar dos tipos e da técnica de sinalização. E justamente por isso são melhores que quaisquer policiais incapazes que são, estes, por condições orgânicas, de regular o tráfego dentro de ciclos curtos, isto é, abrir por exemplo durante 30 segundos o sinal para uma direção, em seguida durante 20 segundos para outra direção e voltar novamente à primeira e assim prosseguir indefinidamente.

[5] — Os sinais de tráfego permitem a coordenação do fluxo de determinada corrente através de sucessivos cruzamentos, o que é difícil, senão impossível, obter por meio de policiais postados em cada um deles.

[6] — Do ponto de vista econômico, os sinais de tráfego têm a vantagem de permitir a economia do trabalho humano do policial, muito mais oneroso que aqueles.

[7] — As indicações dos sinais de tráfego são atendidas com mais rapidez e confiança que as decorrentes dos gestos dos policiais.

#### c) *Desvantagens dos sinais luminosos acionados manualmente sobre os operados automaticamente*

[1] — Os sinais luminosos acionados manualmente perdem as vantagens [4], [5] e [6] expostas na letra (b) anterior.

[2] — O controle manual fica sujeito ao que parece ser mais acertado e conveniente, ao policial dele encarregado, o que nem sempre corresponde ao interesse geral, porque o policial decide em face do que vê e não pelo conhecimento da situação global do tráfego, cuja sistemática pode ficar comprometida por aquela intervenção isolada e desconexa no quadro de conjunto. Podemos materializar a desvantagem, lembrando que os policiais são levados a esperar às vezes por um veículo desgarrado ou atrasado, o que prejudica os que estão esperando na outra direção, enquanto os sinais automáticos, não podendo raciocinar, ficam eximidos de demonstrar aquela parcialidade.

#### d) *Desvantagens dos sinais sobre os policiais*

As desvantagens dos sinais sobre os policiais são:

[1] — Apesar de precioso auxiliar da polícia na direção do tráfego, os sinais não podem excluir sua vigilância, por parte da polícia.

[2] — Entre os casos extremos de raros veículos para dobrar à esquerda e poucos pedestres

para atravessar o cruzamento — quando as regras (II) e (V) resolvem o problema — e de muitos veículos para dobrar à esquerda ao lado de grande massa de pedestres para atravessar — quando então a decomposição e a combinação das direções das diferentes correntes para o oferecimento de oportunidades certas e independentes para a travessia de veículos e pedestres é indispensável — os policiais apresentam vantagem sobre o automatismo dos sinais, porque permitem tratar as voltas isoladas à esquerda e guiar as travessias individuais dos pedestres sem desperdício de tempo. Quando o tráfego é fraco, os policiais revelam-se superiores aos sinais automáticos (de ciclo fixo, de que falaremos adiante), na direção do tráfego, porque são capazes de realizar uma verdadeira infiltração entre veículos de direções opostas e de levar em conta a passagem de pedestres, sem serem obrigados a recorrer a repetidas e continuadas paradas, às vezes desnecessárias, em proveito ora de uma, ora de outra corrente de tráfego.

[3] — A falha ou desarranjo dos sinais traz sérias perturbações até que a polícia tenha tido tempo de intervir.

[4] — Os sinais não são por si só capazes de dar preferência de passagem a veículos autorizados de emergência, como viaturas do Corpo de Bombeiros, Ambulâncias e Socorros policiais.

[5] — Os sinais, mais do que os policiais, regulando o tráfego numa série de cruzamentos bem próximos, agravam a congestão do tráfego sempre que ocorre um acidente (um choque de veículos ou um atropelamento), porque os carros que se acumulam num determinado tempo, passam a precisar de tempo muito maior para escoar e esta compensação, normalmente, os sinais automáticos não podem fazer.

#### e) *Influência da sinalização e da polícia dirigindo e controlando o tráfego nos cruzamentos, do ponto de vista dos acidentes de tráfego*

Segundo Alker Tripp, a experiência tem revelado sobre acidentes em cruzamentos, onde sinais automáticos têm sido instalados, os seguintes resultados:

— Cruzamentos simples, anteriormente controlados por polícia, após a instalação de sinais automáticos, acusam muito pouca variação no número de acidentes.

— Cruzamentos simples, anteriormente sem controle, podem acusar diminuição, até mesmo substancial, no número dos acidentes.

— Cruzamentos complexos, anteriormente controlados pela polícia, podem acusar, com a instalação de sinais e a retirada do controle policial, uma elevação do número de acidentes, devido ao aumento da travessia descuidada de motoristas e de pedestres fora das vistas policiais.

— Cruzamentos complexos, anteriormente não controlados, apresentam normalmente um substancial decréscimo no número de acidentes, após a instalação de sinais.



Podemos resumir concluindo, que a adequada sinalização de cruzamentos, especialmente no sistema coordenado, tende a reduzir o número de acidentes além de facilitar o escoamento do tráfego; mas, nos cruzamentos complexos, pode ocorrer um aumento de acidentes se a Polícia fôr totalmente retirada após a instalação dos sinais. Em outras palavras, os sinais de tráfego podem substituir o controle policial nos cruzamentos simples, mas este controle torna-se muitas vezes essencial, com ou sem a ajuda dos sinais de tráfego, nos cruzamentos complexos, seja por ocorrerem mais de duas direções concorrentes, seja pelo grande volume de tráfego a atender, seja, ainda, por elevado número de pedestres.

Para a diminuição do número de acidentes, nem sempre só a sinalização resolve e por outro lado, não raro, também a ação policial necessita de providências materiais capazes de facilitar-lhe um trabalho efetivo. Neste particular os gradis protetores, reduzindo o número de possíveis e impróprias passagens de pedestres, onde seu número é elevado, são meio auxiliar indispensável à ação da polícia. Convém chamar a atenção para o seguinte: raramente o ponto de vista de proporcionar maior segurança é tecnicamente o fator decisivo determinante da instalação de sinais luminosos de tráfego. Muitos pensam, erroneamente, que a instalação de sinais, por si só, elimina os acidentes. Numerosos estudos têm provado, como atestado no "Traffic Engineering Handbook" — pág. 219, que a frequência de acidentes pode aumentar após a instalação de sinais. Uma sinalização luminosa deve ser decidida pela necessidade de resolver convenientemente os conflitos de interesses das diferentes correntes de tráfego, inclusive dos pedestres, e quando não podem ser solucionados através da observância de regras gerais e simples num cruzamento, e não, simplesmente, porque nêles ocorreram acidentes. Evidentemente, que uma vez decidida a necessidade de recorrer-se à sinalização luminosa, ela é projetada e executada para dar segurança ao tráfego, quando então este aspecto adquire importância toda especial. Um melhor entendimento sobre este assunto, certamente virá após a leitura da exposição sobre a Técnica de sinalização.

#### 4) TIPOS E TÉCNICA DE SINALIZAÇÃO LUMINOSA

##### a) Tipos

Os diferentes tipos de sinalização luminosa de tráfego podem ser encontrados operando isolados ou formando um sistema pela coordenação de uma série de instalações sucessivas.

Os sinais propriamente ditos se classificam em:

- sinais operados manualmente,
- sinais automáticos ou de ciclo fixo (podendo ter equipamento para mais de um ciclo, cada um com seu tempo fixo),
- sinais automáticos controláveis,

- sinais atuados por veículos,
- sinais operados por pedestres.

Os sistemas coordenados podem ser classificados em:

- de abertura simultânea,
- de abertura alternada,
- de simples abertura progressiva,
- de abertura progressiva flexível.

[1] *Sinais operados manualmente* — São os mais rudimentares sinais luminosos de tráfego. Suas luzes se acendem e apagam através de um mecanismo simples, acionado pelo policial ou sinaleiro, geralmente operando uma manícula. Comumente marcam um primeiro estágio, na marcha para a sinalização luminosa. Como o policial ou sinaleiro precisa permanecer junto à caixa de controle, de onde acionará as luzes de acordo com as necessidades do tráfego, é preciso que a caixa de controle fique situada num ponto de onde aquele agente tenha boa visão sobre as vias convergentes.

[2] *Sinais automáticos ou de ciclo fixo* — Pode-se dizer que o automatismo é essencial às finalidades da sinalização luminosa de tráfego, porque a operação manual dos sinais só, não é capaz de realmente apresentar sobre o controle policial, a vantagem de melhor visibilidade e padronização da sinalização.

Os sinais automáticos são também chamados de ciclo fixo, porque atribuem regularmente um mesmo tempo definido e predeterminado de abertura e de fechamento para cada via ou direção de tráfego por eles regulada. Os sinais deste tipo são acionados por uma máquina situada na caixa de controle, e de funcionamento eletromecânico.

Num cruzamento simples de duas vias que se interceptam, por exemplo, a máquina faz repetidamente acender nos tempos fixados para cada via (iguais ou diferentes e da ordem de poucas dezenas de segundos) verde para uma e vermelha para outra, alternando logo em seguida através de um tempo de transição. A duração do tempo consumido para do verde para uma direção, passar a vermelho e voltar ao verde, incluídos os tempos de transição (com luz amarela ou superposição de vermelho e verde) é que se chama ciclo. A fixação dos tempos dos ciclos, bem como a sua repartição pelas direções de tráfego que precisa atender, não pode nem deve ser arbitrária, obedece a uma técnica, fruto da observação, e que será exposta mais adiante.

Os estudos de vazão do cruzamento podem indicar necessidades de ciclos diferentes para determinadas horas, em que regularmente se observam volumes diversos para as várias correntes de tráfego a regular. Para isto existem máquinas especiais, com um equipamento de relojoaria para, nas horas preestabelecidas, automaticamente passar os contatos de um para outro ciclo. Já possuímos no Rio de Janeiro máquinas deste tipo, permitindo automaticamente trabalhar com três ciclos



diferentes, um para cada período de tempo, previamente regulados.

[3] *Sinais automáticos controláveis* — São os sinais dotados de dispositivo capaz de reter a sinalização numa determinada posição e pelo espaço de tempo que se desejar; é como se travássemos a máquina. Entretanto, uma vez liberado o dispositivo de retenção, a máquina volta a funcionar, processando-se as mudanças de luzes segundo os tempos previstos no ciclo adotado. Esta possibilidade de controle, que significa uma alteração temporária de ciclo, convém existir em todos os sinais que operam isoladamente, mas quando se trata de sinais conjugados num sistema, ou temos a capacidade de estender o controle a todo o sistema, ou devemos renunciar a tal recurso, senão comprometeremos toda a eficiência procurada.

[4] *Sinais atuados por veículos* — São os sinais destinados a atender às necessidades do tráfego em cada instante, reduzindo os tempos de espera a um mínimo. Para isto são instalados transversalmente a cada faixa de tráfego, detectores de passagem dos veículos, os quais levam à máquina que comanda os sinais do cruzamento em causa, os correspondentes registros, que se transformam em solicitação de abertura de sinalização para esta ou aquela direção. Aberta a sinalização, por força de uma dessas solicitações, haverá a mudança quando ocorrer pedido a favor de outra direção. Para atender aos casos em que a demanda tende para a continuidade, estabelecem-se limites de tempo de abertura em proveito de cada uma das vias. Ainda que o tráfego esteja demandando o sinal aberto, ultrapassado o limite de tempo fixado para aquela direção, a máquina passa a atender às solicitações da ou das outras direções, até os limites dos tempos fixados para cada uma delas. Assim, quando o tráfego estiver muito pesado, a instalação fica reduzida à condição de funcionamento de sinais de ciclo fixo. No momento, entretanto, que o tráfego baixa de intensidade, em qualquer das vias, os tempos de abertura dos sinais ajustam-se pronta e automaticamente às respectivas demandas.

A experiência tem demonstrado, como por exemplo na cidade de Denver (U.S.A.), que uma sinalização desse tipo aumenta a capacidade de vazão dos cruzamentos. Além disso, melhora a segurança, porque o respeito e a confiança decorrem da certeza que os motoristas têm de que não estão parados desnecessariamente, como por vezes acontece na sinalização de ciclo fixo.

Quando ocorrem cruzamentos de ruas ou avenidas de grande volume de tráfego, com ruas secundárias pouco freqüentadas, são úteis sinais especiais que também operam graças à ação de detectores de passagem, mas diversos dos acima citados. Os norte-americanos chamam-nos de semi-atuados. Não há detectores na via principal; somente nas vias transversais secundárias. Isto porque os sinais ficam permanentemente abertos para a via principal. Quando há a solicitação de abertura para uma via secundária, a máquina que

estava como que parada naquela posição, começa a funcionar: fecha o sinal para a via principal e abre para a secundária pelo espaço de tempo para o qual o mecanismo foi regulado. Novas e sucessivas solicitações da via secundária não conseguirão novas aberturas sem que, escoado aquele tempo, tenha o sinal se mantido aberto para a principal durante o tempo para o qual o mecanismo foi também regulado, como se se tratasse de um sinal automático ou de ciclo fixo.

Às vezes estes sinais semi-atuados possuem ainda em relação às vias secundárias (onde os detectores ficam instalados) um controlador que abrirá o sinal exatamente de acordo com a demanda efetiva do tráfego em cada momento, mantendo-se sempre o limite do tempo máximo, além do qual nenhuma demanda é atendida sem o devido tempo de espera.

Os dois tipos de detectores mais comumente usados são o sensitivo por pressão e o magnético.

*Detector sensitivo por pressão* — Este detector consiste de uma estreita e comprida chapa de ferro, montada sobre um estrado de aço com molas em feitiço de sanfona. A ligação entre o detector e a máquina de controle que aciona os sinais é feita por intermédio de um cabo, mas o circuito fica permanentemente aberto, só se fechando quando a passagem de um veículo faz pressão sobre a chapa.

Existem duas espécies destes detectores, os incapazes de distinguir o sentido de tráfego do veículo que os impressionou e os que fazem a devida seleção. Os primeiros utilizam cabo de dois condutores e os últimos cabo de três condutores para a conexão entre o detector e a máquina de controle. Além disso, os últimos detectores são dotados de uma apropriada unidade de *relay* capaz de só emitir à máquina de controle, os impulsos dos veículos que se deslocam no sentido desejado, excluindo os de sentido oposto. Estes detectores mais aperfeiçoados entretanto, só operam com veículos até 60 km/h de velocidade, enquanto que os outros são capazes de funcionar com veículos até 100 km/h, desde que a máquina de controle seja das melhores.

*Detector magnético* — Os detectores magnéticos não são todos iguais, mas todos eles se caracterizam por não consumirem energia, nem possuem partes móveis. Não sofrem qualquer influência em seu funcionamento pelo estacionamento de carros em suas proximidades, nem são afetados por extremas condições de temperatura ou de umidade. Unidades amplificadoras são sempre exigidas no circuito dos detectores magnéticos, porque a voltagem gerada, no circuito de um detector magnético, pela passagem de veículos, é muito pequena. Estas unidades, conhecidas como "magnetic detector relay unit" recebem os impulsos dos detectores magnéticos, e ampliam-nos a uma magnitude capaz de fazer funcionar o equipamento terminal na máquina de controle. Estas unidades são dotadas de um "dial" ou outro meio de regu-



lagem para limitar a sensibilidade e o campo de influência do detector magnético.

Os detectores magnéticos mais comumente empregados são chamados pelos norte-americanos de tipo "Non-compensated" e "Compensated". Aquêles tem um único circuito magnético e exige cabo de dois condutores, e funciona pela distorção do campo magnético da terra, causada pela passagem de veículos dentro de sua zona de influência. Não serve para locais onde ocorrem grandes e flutuantes influências eletromagnéticas, como sejam as provocadas por bondes e "trolley buses".

O tipo "compensado" tem múltiplos circuitos e não é afetado por influências eletromagnéticas, como as provocadas por bondes ou "trolley buses". Tem uma zona de influência bem definida e bom grau de seletividade quanto ao sentido dos veículos em deslocamento. Cabo de três condutores é necessário para conectar cada detector com a máquina de controle. Uma unidade terminal, na caixa de controle é necessária para cada detector.

[5] *Sinais operados por pedestres* — São sinais dotados de um botão para, uma vez calcado por um pedestre, determinar a mudança da sinalização, tal como se fôsse um sinal semi-atuado de que há pouco falamos, com a única diferença que em lugar da solicitação ser feita por meio de um detector de passagem o é pela pressão no botão próprio. São empregados em cruzamentos de via secundária com uma principal, em que permanentemente os sinais estejam dando passagem para esta última, ou em trechos de via por demais extensos, sem cruzamentos, mas com a necessidade de oferecer, de espaço a espaço, oportunidade de travessia segura aos pedestres, através do fechamento de sinal quando necessário. Naqueles casos conjugam-se sinais semi-atuados por veículos das transversais com os botões para serem acionados por pedestres; o funcionamento da sinalização é o mesmo quer a solicitação tenha tido origem num detector de passagem por um veículo, quer num botão pela ação do pedestre interessado.

Os botões são montados sobre uma placa ou espelho metálico preso ao poste de sinalização, tendo junto instruções para seu uso. O pedestre deve ser instruído para depois de apertar o botão esperar que a sinalização luminosa lhe autorize a passar, seja através de um sinal de pedestre adequadamente instalado quando o SIGA se acender, seja através do sinal verde aceso na sua frente. Sucessivas pressões sobre um botão conseguem, no máximo, como explicado linhas atrás para os sinais semi-atuados, que os sinais funcionem como se fôsem de ciclo de tempo fixo, e assim mesmo é preciso que se complete o ciclo para que nova solicitação no botão consiga obrigar a máquina a funcionar.

[6] *Sistema de abertura simultânea* — É o sistema no qual todos os sinais, ao longo de um itinerário, sempre mostram a mesma indicação, num mesmo tempo. A divisão do ciclo é a mesma, em todas as interseções sinalizadas do sistema. Uma única máquina de controle é utilizada para

operar uma série de interseções. Este sistema não é recomendável, devido a sua muito pouca flexibilidade.

Suas principais desvantagens são:

— Não permitir continuidade à circulação do tráfego e os motoristas terem a tendência de cometer excessos de velocidade, para passarem pelo maior número de sinais dentro de um mesmo tempo de abertura.

— A divisão do ciclo sendo a mesma, em todas as interseções do sistema, dificilmente pode satisfazer bem a todas elas.

[7] *Sistema de abertura alternada* — Como o nome indica, é o sistema em que, alternadamente, os sinais ou grupos de sinais, dão indicações opostas para uma dada via, numa mesma ocasião. Além disso, para caracterizá-lo simplesmente como de abertura alternada, convém lembrar que sua operação se faz através de uma única máquina de controle; a alternância das indicações dos sinais sendo obtida, simplesmente, pela reversão dos fios correspondentes aos sinais verde e vermelho nas interseções sucessivas.

Quando há condições favoráveis de espaçamento, o arranjo passa a constituir, de alguma forma, um aperfeiçoamento sobre o sistema de abertura simultânea, porque permite continuidade ao tráfego. Um sistema progressivo, de que falaremos adiante, pode funcionar como um sistema alternado, em que o início do tempo de abertura (verde) nos sucessivos sinais esteja decalado de meio ciclo.

As principais desvantagens deste sistema são:

— Requerer repartição do ciclo em partes iguais, não permitindo atribuir à via principal, um tempo de abertura maior, como se torna comumente necessário, quando não mesmo indispensável.

— Não se adaptar bem quando os quarteirões têm comprimentos desiguais.

— Não permitir fáceis ajustamentos às modificações das demandas do tráfego diário.

[8] *Sistema de simples abertura progressiva* — É o sistema em que todos os sinais que controlam uma determinada via ou itinerário dão as indicações de passagem (verde) de acordo com um programa horário para permitir (tão aproximadamente quanto possível) o deslocamento contínuo de grupos de veículos ao longo da via, numa planejada velocidade, que pode variar em diferentes partes do sistema. O agrupamento máximo de veículos que pode gozar de um deslocamento contínuo, através do sistema, costuma ser medido em segundos e definido como segmento da corrente contínua de tráfego.

Para este tipo de sistema de sinalização, o conjunto mecânico que regula a distribuição do tempo em cada instalação é estabelecido para proporcionar o melhor deslocamento progressivo do tráfego em ambas as direções na via, mas, uma vez regulado aquele conjunto mecânico, não mais



se altera a distribuição do tempo que êle proporciona através de todo o dia. Cada instalação de sinais pode ter uma divisão de ciclo diferente das outras, mas aquela divisão permanece a mesma através de todo o dia.

[9] *Sistema de abertura progressiva flexível* — E' o sistema progressivo que permite a maior ajustagem possível às variações das demandas de tráfego através do dia.

Neste sistema:

— A extensão e a divisão do ciclo podem variar, graças ao emprêgo de máquinas especiais, conhecidas como controladoras de múltiplos ciclos, de que já falamos, geralmente permitindo duas ou três diferentes escolhas, as quais podem entrar em operação, de acôrdo com a regulagem prévia de um mecanismo de relojoaria.

— E' possível arranjá-lo de tal forma, que só funcione como sistema progressivo, durante as conhecidas horas de atividade diária e que nas horas mortas, automaticamente, passe a operar de acôrdo com a atuação dos veículos em cada uma das interseções.

Esta última situação corresponde aos casos em que o sistema trabalha em conjugação com a atuação dos veículos e não somente de acôrdo com ciclos de tempo fixo. Os sinais acionados por veículos, com detectores tanto na via principal como nas transversais, são então usados como unidades de um sistema geral, sendo conectados de modo que haja, na via principal um constante *impulso para a frente*. O sistema pode também ajustar-se à maior ou menor demanda do tráfego graças à instalação de controladores de volume ou integradores de tráfego. Quando, entretanto, o volume do tráfego cai abaixo de determinado número, toda a instalação opera independentemente, de acôrdo com as isoladas solicitações de cada uma das interseções.

Este arranjo não dá, entretanto, prioridade real à via principal e só deve ser empregado onde o tráfego seja relativamente esparso ou onde as vias que se cruzam sejam de importância sensivelmente igual. Trata-se de recurso técnico recomendável aos casos de acentuadas diferenças entre o pico diário e os períodos de calma e quando o tráfego noturno é apreciável, embora intermitente.

#### b) Técnica de sinalização

[1] *Respeito à padronização* — A padronização é uma das providências importantes, para não dizer fundamentais mesmo, no estabelecimento de uma boa sinalização. Não só a padronização de tipos, estrutura e forma, mas também de disposição dos sinais são indispensáveis, de um lado por motivos de ordem econômica, visando o barateamento de seu custo, e de outro para facilitar a compreensão e a conseqüente obediência por parte de motoristas e de pedestres.

Quem observa a sinalização de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, verifica, logo à

primeira vista, a falta de uniformidade dos blocos luminosos (faróis como os chamam naquela cidade) adotados nas duas maiores cidades brasileiras. No presente momento, verificamos também que o Rio de Janeiro está concomitantemente empregando sinais com as côres vermelha, amarela e verde e de duas côres, isto é, vermelha e verde. Os dois sistemas são, como já dissemos, internacionalmente aceitos, isto, entretanto, não exclui a conveniência de opção por um dêles.

A disposição da sinalização tem excepcional importância para facilitar seu pronto reconhecimento pelos interessados freqüentadores das vias públicas. Uma sinalização luminosa ora suspensa ou aérea, ora junto ou longe de postes de sustentação, ora lateral, ora central, com blocos luminosos, ora a 2,30 m, ora a 3, a 4, ou a mais metros de altura apresenta o grave inconveniente de poder passar despercebida, principalmente pelos que passam pelo local pela primeira vez.

As convenções de placas, marcos, marcações etc., internacionalmente aceitas, visam um fácil e geral entendimento, através da padronização, mas isto não basta, é preciso sempre que as placas, os marcos ou marcações e outros avisos sejam uniformemente dispostos ou estabelecidos nas vias públicas, bem como que os letreiros explicativos e complementarmente necessários sejam também confeccionados e apresentados de forma sempre análoga. As inscrições nas próprias placas convencionais, por exemplo, são práticas pouco recomendáveis, como também o são a infinidade de tipos de letras, de maneiras de dizer etc., que se notam em muitos avisos colocados nas vias públicas. Todo o esforço de adoção de normas padrões, inclusive para a feitura daqueles avisos, produzirá bons resultados. Uma das importantes e simples providências é escrever o complemento que se tornar indispensável a uma placa convencional, numa outra de forma retangular, colocada abaixo daquela. Impõe-se abolir a prática de inscrever avisos sobre placas convencionais, quase sempre empregando pequenas letras, de difícil leitura ao longe, e comprometendo o bom e rápido entendimento da própria convenção, como se usava e se está voltando a usar no Rio de Janeiro, por exemplo.

Além de tudo isto, as normas padrões simplificam o trabalho dos executantes da sinalização, de maneira extraordinária, além de aumentar-lhe o rendimento. E' preciso, então, complementar as convenções já constantes de nossa legislação, com normas padrões já consagradas em trabalhos técnicos e, mais do que tudo desenvolver a consciência de que é indispensável obedecê-las. Para caracterizar o cuidado com detalhes de padronização citemos as lentes dos sinais luminosos, hoje internacionalmente utilizadas, têm 21 cm de diâmetro seguindo uma padronização iniciada pelos norte-americanos; mesmo os ingleses, onde em várias cidades se acreditava que as lentes de 30,5 cm de diâmetro eram melhores, já aceitam aquêle padrão.



Será de grande utilidade que o Conselho Nacional de Trânsito, recorrendo à cooperação de nossa Comissão de Normas Técnicas, estabeleça o quanto antes um Manual Técnico, com todos os padrões para a feitura e o estabelecimento de toda a sinalização de tráfego nas vias públicas; trabalho que poderia inspirar-se no "Manual on Uniform Traffic Control Devices for Streets and Highways", editado em 1948 pela "Public Roads Administration" dos Estados Unidos da América e preparado por uma Comissão mista de representantes da "American Association of State Highway Officials", do "Institute of Traffic Engineers" e da "National Conference on Street and Highway Safety" e que deveria levar em conta outros subsídios técnicos, mais recentemente conhecidos.

Qualquer inovação na sinalização só poderia ser introduzida depois de aprovada por uma Comissão Técnica Central competente. O que não exclui que os inventores de tais inovações não pudessem fazer experiências de verificação preliminar, em alguns logradouros públicos, antes de submeter o novo dispositivo, aparelho ou norma ao julgamento daquela Comissão. Em matéria de sinalização, como aliás em muita coisa na vida, aspectos indiscutivelmente favoráveis conduzem, muita vez, a um julgamento unilateral e precipitado, completamente diverso do resultado a que se chegaria, após uma apreciação serena de todos os fatores interessados na questão ou por ela afetados.

Comentemos a seguir duas inovações na sinalização para sentir, de um lado que deve haver órgão técnico central para decidir sobre a conveniência ou não da adoção, e de outro para evidenciar como não é simples aplaudir ou condenar a novidade.

Vejamos, inicialmente, o uso de campanhas automáticas conjugadas com os sinais luminosos. Há muitos anos que tais campanhas, com a idéia de alertar duplamente pelo ouvido e pela vista, a mudança do sinal verde para o vermelho foram introduzidas em Paris e outros lugares, inclusive em Los Angeles, onde minuciosas investigações foram realizadas em 1940 para decidir se se tratava de aperfeiçoamento útil. Entre nós, por exemplo, há vários anos atrás, um daqueles dispositivos foi instalado no cruzamento da Avenida Rio Branco com a rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro.

Será uma inovação útil? Deve ser sistematicamente adotada em todos os sinais? Que desvantagens apresenta? Eis perguntas importantes que só uma pesquisa conscienciosa será capaz de responder. Com efeito: os estudos realizados pelo "Automobile Club of Southern California", incluindo 3.500 observações de motoristas na primeira linha esperando a abertura de sinal, revelaram que o som da campanha encurtou de aproximadamente um segundo o tempo médio de reação dos motoristas, que partiam no início da abertura do sinal, mas também que o número dos que se precipitavam, avançando antes do sinal verde,

passou a ser três vezes maior com o uso da campanha. A adoção do dispositivo sonoro está longe de constituir um aperfeiçoamento real, de aplicação generalizada. Suas vantagens são muito limitadas, quando não mesmo aparentes. O som terá utilidade para quem não está observando o sinal com a vista, mas quem ouve passa a não ter a preocupação preliminar de verificar qual o comando do sinal luminoso no momento, para agir em consequência dele; ao contrário, instintiva e automaticamente, age em função do som que ouviu o qual, por associação de idéias, lhe significa simplesmente parar se está andando, ou andar se está parado. Nessas condições, um sinal auditivo funciona como que substituindo um sinal luminoso, mas a sinalização luminosa moderna, como já vimos, não pode apresentar, na maioria dos casos, a simplicidade de, a cada mudança de indicação dos sinais, corresponder sempre uma ação inversa da anterior. Ao contrário, as direções para as diferentes correntes de tráfego motorizado costumam ser decompostas para se sucederem em mais de dois tempos diferentes (ver a página 20 da "R.S.P." de jan.) e precisam ser, além disso, combinadas com os movimentos de travessia de pedestres das formas mais diversas, de acordo com as características especiais e reais de cada cruzamento. Numa tal sinalização, a campanha passaria a ter o inconveniente de levar pedestres e motoristas, que ouvissem seu som e estivessem na primeira linha, a agir em função dele, muitas vezes de forma desaconselhável, quando não perigosa. A propósito, convém lembrar, que é por isto que se considera prática errada o policial ou guarda de tráfego apitar a cada mudança da sinalização luminosa. Trata-se de vício antigo entre nossos policiais e que é preciso corrigir. Uma observação em qualquer dos cruzamentos, em que o possível conflito das direções de tráfego concorrente foi resolvido em mais de dois tempos distintos de passagem, pela combinação adequada do escoamento das correntes de tráfego correspondentes à decomposição daquelas direções, o inconveniente do silvo de apito dum policial, repetido a cada mudança de sinal, pode ser observado. Não são poucos os que se lançam para a frente, quando ainda deviam estar parados.

A campanha só se deve aplicar em casos especiais, como o do cruzamento da rua do Ouvidor (através da qual só pedestres transitam) com a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, porque ali ao mudar-se o sinal os que estão parados devem andar e vice-versa. (12)

---

(12) Ver na página 21 desta Revista que, sendo o tempo de transição para os pedestres (subtempo de limpeza da faixa de segurança) muito mais longo que o tempo de transição para os veículos, a campanha pode ser aplicada conjugada ao sinal de pedestres com vantagem para estes, mas permanece o inconveniente dos motoristas se precipitarem com o som intermédio que ouviriam.



A aplicação de espelhos nos cruzamentos é outra inovação que, tentada aqui e acolá, não se tem, entretanto, generalizado. Recentemente, o Eng. Walfredo Cavalcanti, da Estrada de Ferro Sorocabana, vem experimentando seu sistema de espelhos planos em Sorocaba, Jundiaí, Juiz de Fora, São Paulo e Belo Horizonte, em vez de espelhos convexos, como os tentados em algumas cidades européias.

Sou daqueles que julga dever a experiência de uma inovação ser sempre observada com toda a serenidade e cuidado. Não possuo ainda observações e informações suficientemente completas para apoiar ou desapoiar um tal dispositivo. Numa apreciação preliminar, entretanto, apresento as seguintes observações, ainda com aquela idéia de salientar a necessidade de não nos deixarmos iludir com certos aspectos favoráveis, que podem encobrir desvantagens e inconvenientes, muitos dos quais não surgem nas condições de tráfego em que, num mesmo cruzamento, as experiências se verificaram e que podem ser patenteados quando estas se modificarem.

O que se objetiva com os espelhos nos cruzamentos?

Que um veículo não pare desnecessariamente e que dois veículos se aproximando ao mesmo tempo de um cruzamento não se venham a chocar, gerando em consequência da observação do espelho uma maior cautela dos motoristas nos cruzamentos.

Estudando-se a evolução e o tipo de sinalização necessária, como fizemos páginas atrás (ver o número de janeiro) fácil é compreender como parecem reduzidíssimos os casos em que os espelhos seriam vantajosos, e sem embargo de serem indicados com muita frequência onde se tratar de cruzamentos muito pouco frequentados por veículos e por pedestres, quando ainda a sinalização luminosa não se torna necessária.

[2] *Disposição da sinalização* — A disposição dos sinais de tráfego deve obedecer, antes de mais nada, a condição de proporcionar a melhor visibilidade possível, e de uma distância tal que, na velocidade máxima permitida, assegure o tempo suficiente para a obediência dos sinais, sem dificuldade.

Aquêle é um princípio indiscutível, mas, apesar disto, argumentando com êle, aqui e acolá, em cidades diversas e até na mesma cidade, podem ser observadas as mais diversas colocações dos sinais luminosos, ressaltando a necessidade de padronização de que há pouco falamos.

Podemos resumir as diferentes disposições em duas grandes classes — sinais colocados fora da pista, isto é, em suas margens e sinais colocados sobre a pista. Aquêles podem estar montados nos próprios terminais de postes especiais, ou presos aos postes por meio de braços curtos, de forma que os blocos luminosos não se projetem verticalmente sobre a pista. Os últimos podem estar presos,

por meio de braços longos, a postes situados fora da pista, estar sustentados por cabos aéreos presos a postes laterais ou a edifícios marginais, ou, então, estar montados em pedestais, ou sustentados por postes levantados sobre refúgios ou ilhas centrais. O aspecto financeiro do custo da construção dos sinais tem, em muitos casos, sido fator determinante da opção por este ou aquêle tipo.

Além disto, a combinação do número de blocos luminosos, com uma ou outra daquelas disposições, será capaz de aumentar extraordinariamente a série de sinalizações diferentes. O "Manual on Uniform Traffic Control Devices" norte-americano chega a admitir 19 padrões diversos, dos quais 7 classifica como padrões mínimos e dentre estes, dois só para zona rural.

A Itália e algumas cidades alemãs utilizam o tipo de sinais suspensos por meio de cabos aéreos. Na Inglaterra o normal são os sinais presos a postes colocados nas margens das pistas.

No Brasil são mais comuns os sinais presos diretamente a postes do que os sustentados por cabos aéreos, mas de alguns anos para cá, o número destes tem aumentado no Rio de Janeiro, o que em absoluto não significa aplausos a tal orientação. Quando Diretor do Serviço de Trânsito, tomei a decisão de fazer instalar nos cruzamentos da Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, sinais sustentados por cabos aéreos presos às paredes dos Edifícios das esquinas, para, economizando o custo dos postes, poder enfrentar com reduzida verba a sinalização de um maior número de lugares. Sinto-me à vontade para criticar a proliferação de sinais aéreos, uma vez que muitos deles foram instalados na Capital Federal por determinação minha.

Um debate sobre as vantagens e desvantagens das diversas e possíveis colocações dos sinais luminosos, com a pretensão de esgotar o assunto, seria muito longo e talvez de pouca utilidade. Parece-me mais útil expor argumentos e conclusões que consubstanciem os últimos estudos técnicos sobre o assunto, orientação que vindo a ser adotada em nossas cidades e zonas rurais evitará desperdício de tempo e dinheiro, aumentará a segurança do tráfego e melhorará suas condições de eficiência.

Uma boa sinalização precisa oferecer a cada corrente, que se aproxima de um cruzamento, pelo menos a exposição de dois sinais separadamente localizados e dispostos de tal forma, que se um deles ficar indivisível para um motorista, o outro não o seja. Costuma-se dizer, que deve haver sempre, para cada direção, um sinal principal e outro secundário.

Nos cruzamentos em zona urbana a melhor sinalização é a sustentada por postes, ou montada nos terminais de postes especiais, uns ou outros adequadamente dispostos, como esclarece a Fig.



63. O sinal principal deve estar sempre junto ao meio-fio próximo da direita e o sinal secundário no oposto e afastado meio-fio da esquerda. Nas vias excepcionalmente largas, um outro sinal prin-

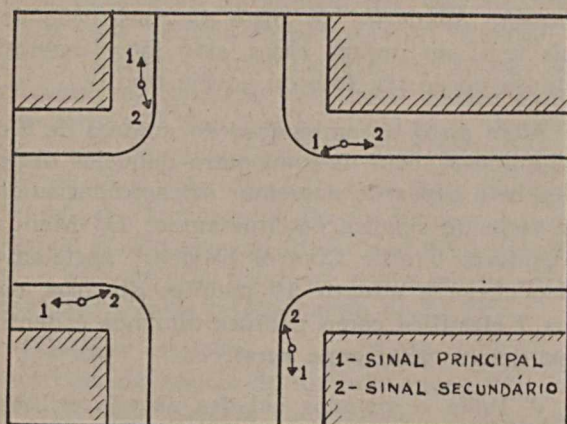


Fig. 63

cipal é desejável e o melhor lugar para êle é um refúgio ou ilha central na entrada do cruzamento. Não é aconselhável colocar um sinal secundário num refúgio do lado oposto ao da entrada, como muitos erroneamente têm pensado. A Fig. 64 exemplifica uma conveniente disposição para aquêle caso.

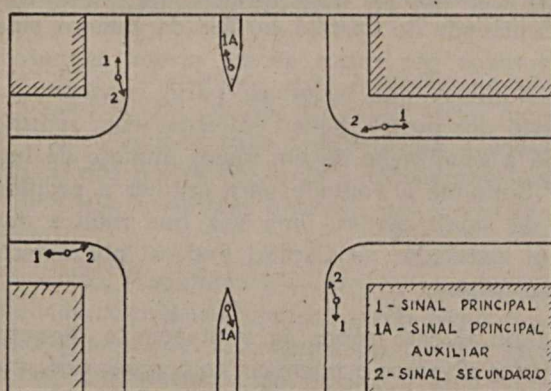


Fig. 64

Numa interseção em forma de "T" a disposição aconselhável para os postes é a da Fig. 65.

Quanto à altura dos blocos luminosos, o centro do foco luminoso mais baixo (verde) deve estar no mínimo a 2,40 m acima do passeio e no

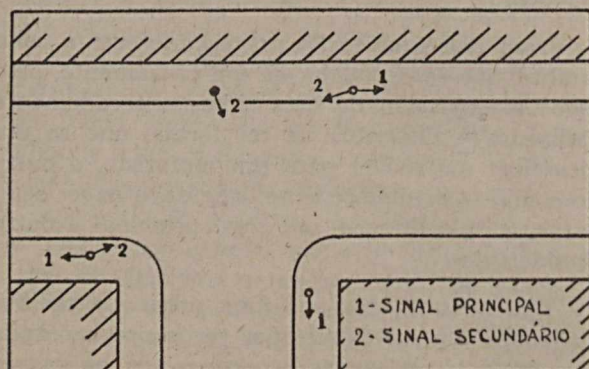


Fig. 65

máximo a 3 m. Tais colocações exigem que a projeção vertical da base dos blocos caia integralmente sobre o passeio, incluído o meio-fio.

Quando um bloco luminoso estiver projetado sobre a pista da via, a parte inferior dêle deve estar pelo menos a 4,45 m e no máximo a 4,75 m acima da superfície da pista.

Os sinais colocados sobre as pistas, sustentados por longos braços presos a postes ou por cabos aéreos, dão uma impressão de grande visibilidade, principalmente, porque na realidade foram aí colocados na maioria dos casos para fugir à obstrução de galhos de árvores, postes de iluminação ou de outros serviços e mesmo para evitar confusão com letreiros luminosos próximos. Na realidade, há somente uma impressão de maior visibilidade, porque, devendo estar acima de 4,45 m da superfície da pista, exige que o motorista eleve seu raio visual acima do nível normal que a direção de veículos requer. Para quem sabe da existência do sinal, é mais visível, mas para os demais não o é.

Nas zonas rurais, ou melhor nas vias de altas velocidades, os sinais suspensos vêm sendo recomendados como preferíveis por grande número de técnicos, o que não acontece entretanto para os cruzamentos de zona urbana. Quando adotados, a melhor disposição é a da Fig. 66.

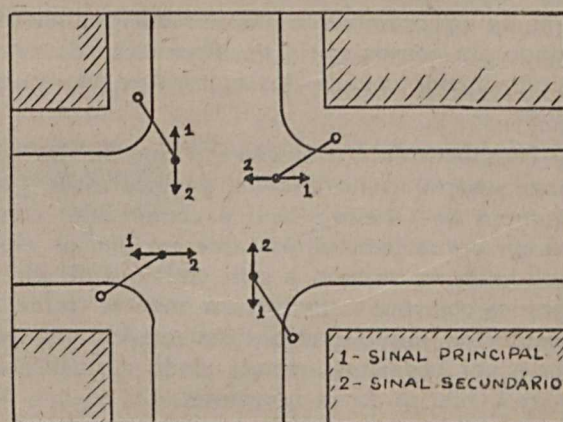


Fig. 66

Quanto à necessidade de evitar confusão com letreiros comerciais coloridos e luminosos, o remédio não é remover os sinais de tráfego de uma altura normal para outra tecnicamente desaconselhável e sim compêlir os responsáveis à retirada do que pode perturbar a nítida e rápida compreensão dos sinais. Para isto é necessário incluir, em lei, disposição asseguradora da medida.

Com o fito de ressaltar os postes e os blocos de sinalização, tornando-os facilmente reconhecíveis, a prática mais generalizada no mundo tem sido sua pintura zebraada. O padrão seguido na Inglaterra é a pintura em faixas alternadas de 30 cm, branca e preta, indo até o tope do sinal incluído o bloco. No Rio de Janeiro preferimos dar às faixas pretas a largura de 20 cm e às faixas brancas a largura de 30 cm, e manter totalmente branca a face do bloco onde estão montados os focos luminosos.



E' oportuno lembrar que no caso de proibições de dobrar à direita ou à esquerda num cruzamento, as placas de aviso correspondente devem ser afixadas junto aos sinais luminosos.

[3] *Marcação dos cruzamentos* — Para que os pedestres possam atravessar, seguindo o prolongamento imaginário dos passeios, é preciso que os veículos parem nos cruzamentos, no máximo na altura da linha dos edifícios da via transversal. Quando o cruzamento não é sinalizado, o motorista precisa avançar mais, para ter visibilidade sobre a transversal e poder prosseguir quando possível, observando a regra (I). (13) Como consequência natural e lógica, tôdas as interseções sinalizadas devem ser devidamente marcadas para deixar pelo menos livre a faixa transversal correspondente ao prolongamento dos passeios, o que se consegue com o que se convencionou chamar "linha de parada". A linha de parada não só tem a finalidade de permitir a travessia dos pedestres, como também a entrada franca dos veículos que dobram à esquerda. Tendo ainda o objetivo de bem orientar e facilitar o escoamento do tráfego de veículos no cruzamento, além das linhas de parada devem ser traçadas "linhas guia". Nas vias de mão dupla e quando não há separação material entre as duas faixas de tráfego, é indispensável uma linha guia, como se vê na Fig. 67, esten-

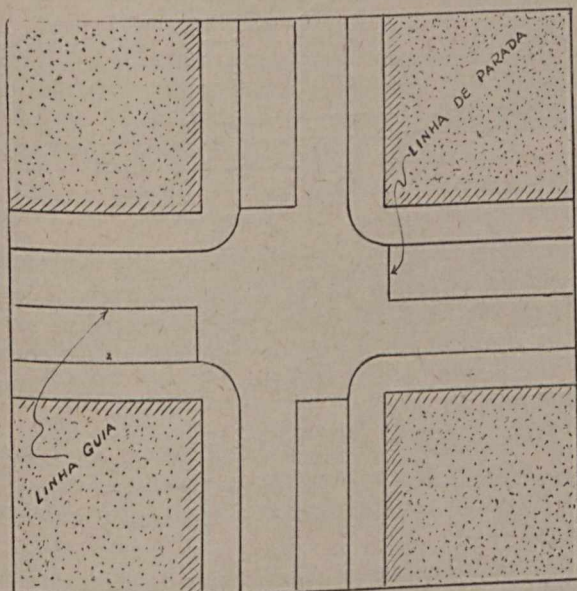


Fig. 67

dendo-se atrás da linha de parada, numa extensão de pelo menos 10 m, como começamos a fazer nas Ruas Voluntários da Pátria, São Clemente, Bambina, Humaitá, Farani etc., por exemplo no Rio de Janeiro. Tais linhas são necessárias para delimitar a faixa, dentro da qual os motoristas devem manter seus veículos. Se eles se expandem além do limite, criam obstrução ao tráfego que vem do outro sentido e a duração do ciclo e de seus tempos não mais corresponderá às conclusões do estudo convenientemente realizado.

Também são consideradas linhas guias as que podem ser observadas na Fig. 53 (ver na página 17 da "R.S.P." de janeiro) com o fim de definir as filas em que os veículos devem se manter e os arcos de círculo destinados a orientar os que dobram à esquerda. No caso de vias suficientemente largas e onde os veículos que dobram à direita são relativamente numerosos pode também ser útil e, mais do que isto, necessária, uma marcação como a exemplificada na Fig. 68. Outras

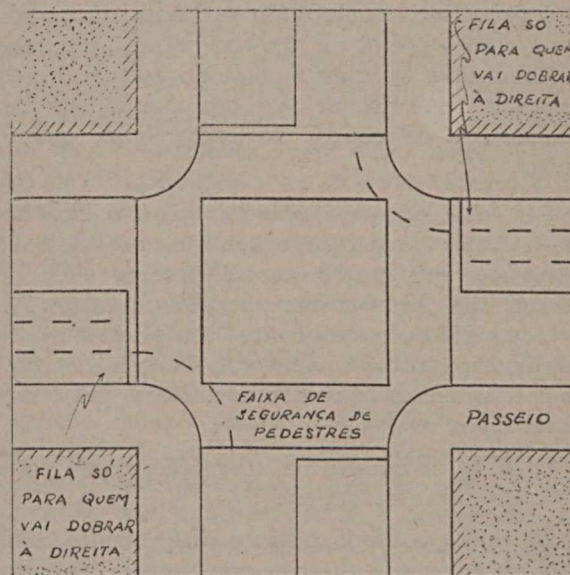


Fig. 68

formas de marcação, com finalidades análogas tornam-se necessárias, de acordo com a solução dada ao escoamento do tráfego em cada caso. São Paulo já nos oferece uma série de exemplos interessantes, entre os quais destacamos o cruzamento da Avenida São João com a rua Líbero Badaró.

Quanto ao traçado das linhas de parada, convém assinalar que, no caso de existência de faixas de segurança de pedestres, a linha de parada deve estar separada da linha limite da faixa de segurança, para deixar esta inteiramente livre ao trânsito de pedestres.

Quando há desproporção da largura de uma via em relação a outra, a posição das linhas de parada, em relação ao cruzamento por elas formado, deve ser como vemos na Fig. 69, isto é, as

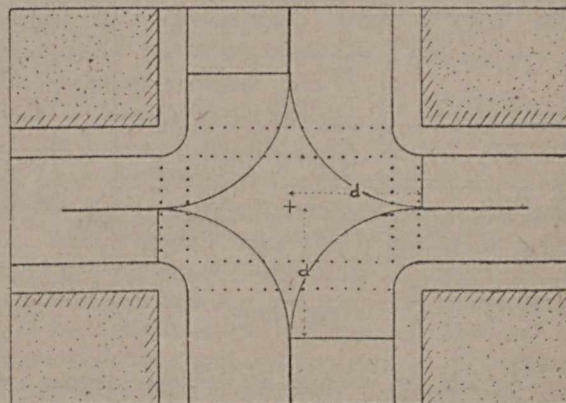


Fig. 69

(13) (pág. 14 da "R.S.P." de janeiro).



linhas de parada sobre a via mais larga devem ficar mais distantes das esquinas que as da via mais estreita, para que os veículos oriundos desta e que dobrando à esquerda vão entrar na via mais larga não sofram qualquer embaraço da parte dos que estejam esperando, na linha de parada daquela. Um bom exemplo da necessidade desta marcação podemos encontrar no cruzamento da Avenida Rio Branco com a Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Normalmente a solução é encontrada: colocando as linhas de parada da via mais estreita na posição natural, na linha dos edifícios da via mais larga, e traçando as linhas de parada desta última de modo que fiquem tão equidistantes do centro do cruzamento, quanto aquelas.

[4] *Estudos fundamentais para a sinalização* — Antes de decidir sobre que sinalização é adequada a um cruzamento, é preciso, além de conhecer sua forma física, através da respectiva planta e do reconhecimento complementar do local, discernir sobre o volume, a direção e a composição das várias correntes de tráfego que o frequentam.

O censo do tráfego na interseção visada pode ser obtido como se segue:

Os dados sobre o número dos veículos, seus diferentes tipos e a direção que seguem (os que dobram à direita e à esquerda, e os que prosseguem em linha reta) são registrados em *fôlhas de contagem*, cujo modelo apresentamos na Fig. 70.

**FOLHA DE CONTAGEM**

LOCAL: \_\_\_\_\_

TEMPO: (14) \_\_\_\_\_ CONDIÇÃO DA SUPERFÍCIE DA PISTA: \_\_\_\_\_

CONTAGEM FEITA DE \_\_\_\_\_ ÀS \_\_\_\_\_ (HORA)

+  
INDIQUE  
O NORTE

NOTAS: — Separe nas colunas as categorias dos veículos: passageiros, carga, coletivos, etc.  
— Anote como se segue: IIII IIII (24 neste exemplo)

DATA: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Fig. 70

As anotações do volume de tráfego devem ser feitas para cada 15 minutos, sendo, entretanto, suficientes os volumes horários nas horas de trá-

fego fraco (chamadas pelo público de horas mortas de cada dia). Normalmente os ciclistas são excluídos de tal contagem, a menos que sejam muito numerosos e haja necessidade de dar-lhes uma atenção especial.

Os totais relativos a cada hora, extraídos daquelas folhas são carregados numa *fôlha sumário* do modelo apresentado na Fig. 71.

**CENSO DE TRÁFEGO PARA SINAIS LUMINOSOS**

**FOLHA SUMÁRIO**

DISTRITO ou Bairro: \_\_\_\_\_

LOCAL: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_ TEMPO: (14) \_\_\_\_\_

| HORA                                | ENTRANDO NO CRUZAMENTO DE: |   |   |   |   |   |   |   |   |   | TOTAL | NOTAS |   |   |
|-------------------------------------|----------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|-------|---|---|
|                                     | E                          | F | D | E | F | D | E | F | D | E |       |       | F | D |
| 8-9                                 |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| 9-10                                |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| 10-11                               |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| 11-12                               |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| 12-13                               |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| DE 10-11<br>RA EM<br>HORA<br>ATÉ 24 |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| TOTAL<br>DE<br>8-24                 |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| TOTAL<br>DE<br>9-18                 |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| MÉDIA<br>HORÁRIA<br>9-18            |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |
| 90 DO<br>TRÁFEGO<br>TOTAL<br>9-18   |                            |   |   |   |   |   |   |   |   |   |       |       |   |   |

Fig. 71

Obtida a média horária para cada corrente de tráfego na *fôlha sumário*, ela é carregada na *fôlha de distribuição*, onde esquematicamente podemos apreciar as condições médias do tráfego que frequenta o cruzamento, numa integração completa (ver a Fig. 72).

Sempre que o número de pedestres for grande, é preciso fazer também o levantamento de suas correntes de travessia das vias da interseção considerada.

Os dados sobre as velocidades do tráfego são também necessários.

Quando se trata somente de decidir sobre que divisão mais convém ao ciclo de um sinal, ou quando não há tempo para estudos tão completos, como os que acabamos de indicar, será suficiente a contagem do volume do tráfego totalizando cada quinze minutos de uma das horas de tráfego normal e também dos dois quinze minutos de uma meia hora do período de pico de tráfego.

Só depois de tais estudos, devem ser tomadas as decisões relativas à sinalização que convém instalar, ou referentes aos aperfeiçoamentos que devem ser introduzidos numa existente. Quanto ao censo do tráfego, é preciso não esquecer que mui-

(14) Significa estado atmosférico.



**CENSO DE TRÁFEGO EM CRUZAMENTO**  
**FOLHA DE DISTRIBUIÇÃO**

DISTRITO OU BAIRRO .....

LOCAL ..... (14)

DATA ..... DIA DA SEMANA ..... TEMPO .....

NOME DA RUA .....  
 INDIQUE O NORTE COM SETA

Este diagrama deve mostrar o N.º médio dos veículos por hora.

Todos os veículos devem ser incluídos exceto bondes e ciclistas.

NOME DA RUA .....  
 NOME DA RUA .....  
 NOME DA RUA .....  
 NOME DA RUA .....

| Tráfego médio entrando da: |       |     |
|----------------------------|-------|-----|
| RUA                        | N.º/H | %   |
| A                          |       |     |
| B                          |       |     |
| C                          |       |     |
| D                          |       |     |
| TOTAL                      |       | 100 |

HORA DO PICO .....  
 TOTAL NA HORA .....  
 DO PICO .....

| Categorias dos veículos |            |
|-------------------------|------------|
|                         | Por Hora % |
| Passageiros             |            |
| Carga                   |            |
| Ônibus                  |            |
| Lerds                   |            |
| TOTAL                   | 100        |
| Bondes                  |            |
| Ciclistas               |            |

Fig. 72

tos resultados podem ser bem alterados, após a remoção de certos entraves e, por isto, novos levantamentos de atualização se impõem após a introdução de algumas modificações.

[5] *Fixação do tempo dos ciclos* — Além de levar em conta os estudos fundamentais referidos no número [4] anterior, para estabelecer qual o ciclo que mais convém, é preciso considerar os demais fatores, como sejam a velocidade e a maneira segundo a qual os diferentes tipos de veículos e os pedestres, quando fôr o caso, devem realizar suas passagens pela interseção.

Cada interseção merece um estudo e uma solução correspondente a suas características, mas há uma série de condições ou princípios guia, fruto da experiência já consagrada pelos técnicos, a serem levados em conta, os quais são também capazes de muito auxiliar os responsáveis, quando precisam decidir sobre os ciclos e sua divisão.

— Os sinais acionados por máquinas, que só admitem regulação para um único ciclo, devem concomitantemente atender os períodos de pico de tráfego e as demandas mais fracas; por isto, o ciclo deve ser regulado de forma a satisfazer às necessidades do período de pico. (15)

(14) Significa estado atmosférico.

(15) Quando se quiser saber se um determinado ciclo está em condições de atender à demanda do pico de tráfego, basta verificar se há a disponibilidade de pelo menos 2,5 segundos por veículo de cada uma das filas da direção considerada. Para essa verificação consideram-se o volume de tráfego de 15 minutos no período de pico e o número total de segundos do tempo de abertura, dentro dos mesmos 15 minutos, que o ciclo confere à direção considerada.

— Nas interseções em que as vias se cruzam ortogonalmente, não são muito largas e onde não há grandes volumes de tráfego, o ciclo recomendável varia entre 35 e 50 segundos.

— Onde uma maior largura das vias exige maior tempo para a travessia de pedestres e onde haja volumes de tráfego extremamente elevados, ou substanciais interferências com as voltas à esquerda ou à direita, o ciclo já precisa ser maior, de 45 a 60 segundos.

— Quando haja necessidade de decompor o ciclo em mais de dois tempos, sem contar o tempo de transição, ou no caso de confluência de três vias de análoga exigência, os ciclos devem ser de mais de 55 segundos, não indo, normalmente, além de 70 segundos e no máximo atingindo 90 segundos. É preciso não confundir estes dados, que se referem a cruzamentos dos centros comerciais das cidades onde o tráfego das vias conhecidas como transversais secundárias têm importância muito apreciável, com os cruzamentos ao longo das vias preferenciais, que ligam o Centro de uma Cidade a seus bairros, nos quais a desproporção entre o tráfego das preferenciais e das transversais é tão grande que uma abertura até de dois e mais minutos em proveito daquele, pode não causar maior transtorno às transversais e por outro lado é sempre de grande benefício ao escoamento da preferencial.

— Na divisão do ciclo em tempos para o atendimento das correntes de tráfego das vias que se cruzam, deve-se levar em conta o seguinte:

— Em qualquer circunstância é inadmissível um tempo de abertura inferior a 11 segundos, e a experiência tem demonstrado que um tempo de 15 segundos, em condições normais fora dos picos de tráfego, proporciona ótimos resultados.

— De um modo geral, nas zonas urbanas, a duração mínima dos tempos de abertura e fechamento dos sinais é muito mais influenciada pelo tempo que os pedestres precisam para atravessar as vias nos cruzamentos, do que pelos volumes de tráfego a que atendem, por isso aqueles limites podem não satisfazer aos pedestres.

— A corrente de tráfego que possui maior volume por fila deve contar com maior tempo de abertura a sua disposição.

— Quando é possível distinguir tráfego com unidades de deslocamento sensivelmente mais moroso que o de outras correntes, deve ser a elas atribuída maior proporção de tempo.

— A diferença dos tempos de abertura dum sinal, em proveito das diversas correntes, também deve levar em conta a duração normal de cobertura do cruzamento pelos veículos de cada uma delas, assim: quanto mais amplo o vão da interseção, maior deve ser o tempo para a corrente que o atravessa; quando ele não está num plano horizontal, as correntes de subida precisam contar com tempos mais prolongados, que as de descida; e as correntes que enfrentam contingências que retardam seu escoamento em relação ao normal de outras, como sejam as que efetuam curvas para



entrar à direita ou à esquerda num cruzamento, muito mais morosas que o deslocamento franco em linha reta, necessitam de maior tempo de abertura.

— Normalmente, o tempo de transição, correspondente ao acendimento da luz amarela ou da luz vermelha juntamente com o final do tempo verde deve ser de 3 a 5 segundos.

— O tempo de transição (que chamaremos de subtempo de limpeza da faixa de segurança) para o sinal de pedestres precisa ser mais extenso que o correspondente tempo de transição para os veículos, embora devam terminar juntos.

#### *Processos de cálculo para a divisão de um ciclo*

A divisão de um ciclo não é um simples problema matemático, requer pesquisa de elementos de raciocínio, que só a observação do tráfego proporciona, requer meditação para compreender as diversas particularidades a considerar no caso em estudo e, finalmente, comporta alguns cálculos. Os cálculos que veremos adiante proporcionam uma repartição racional, mas somente aproximada da necessidade real de cada via. Citamos linhas atrás vários fatores que afetam o estabelecimento de um ciclo e sua divisão, inclusive a necessidade de travessia de pedestres. Por tudo isto após uma seleção inicial da duração do ciclo é sua subdivisão, freqüentes reexames da situação devem ser realizados para alcançar-se melhor rendimento. Daremos a seguir, uma série de indicações e de exemplos, que facilitam a compreensão da questão.

[a] *Estabelecido um ciclo, assegurar um mínimo de verde necessário para cada via e repartir o ciclo garantindo tais mínimos. Reajustar o ciclo, se necessário* — São elementos básicos para o cálculo :

- o ciclo julgado mais adequado ao caso;
- o volume do tráfego durante 15 ou 30 minutos, tomado na hora de pico na direção de tráfego mais intenso, para determinar o número médio de veículos que chegam na interseção, dentro do tempo de cada ciclo;
- o fator 2,5 segundos (16) por veículo e por fila, correspondente ao tempo que medeia entre a passagem da frente de dois veículos consecutivos, pelo mesmo ponto.

A solução reside em aplicar o fator supra de tempo de espaçamento, a cada veículo que por fila entra na interseção, em cada uma das direções

(16) Este fator é chamado em inglês "headway" e preferimos designá-lo como *tempo de espaçamento*.

2,5 segundos é o tempo de espaçamento normalmente aceito no escoamento de fila de automóveis de passageiros. Quando há fatores que alteram a velocidade de escoamento do tráfego no cruzamento considerado, como sejam execução de curvas, existência de morosos veículos de carga ou acíves a serem vencidos, etc., um maior tempo de espaçamento que os 2,5 segundos deve ser tomado.

concorrentes, e assim obter o tempo mínimo de abertura requerido para cada uma delas. Finalmente, desde que a soma dos dois mínimos seja inferior ao do ciclo escolhido, não há um reajustamento obrigatório de ciclo a fazer.

Vejamos um exemplo :

Suponhamos que 50 segundos tenha sido o ciclo escolhido como conveniente à interseção de duas vias A e B; e que a contagem do volume de tráfego da rua A, chegando ao cruzamento durante 15 minutos de hora de pico, acuse 234 veículos.

Um período de 15 minutos, isto é, de 900 segundos, comportará 18 daqueles ciclos de 50 segundos.

Se os 15 minutos comportam 18 ciclos, cada ciclo precisa atender a  $234 \div 18 = 13$  veículos.

Se 2,5 segundos é o tempo de espaçamento, haverá para a passagem dos 13 veículos a necessidade de  $2,5 \times 13 = 32,5$  segundos, em cada ciclo. Se aqueles veículos não estão numa única fila, evidentemente que a demanda de tempo é menor. Duas filas, por exemplo, para um mesmo volume global, exigiriam 16 segundos. A propósito convém lembrar que nem tôdas as filas são iguais e que sendo o escoamento de umas mais demorado que o de outras, os cálculos devem ser feitos para a pior delas, isto é, para a *fila crítica*.

Um cálculo semelhante determinaria o mínimo do tempo de abertura necessário para a rua B dentro do mesmo ciclo.

[b] *Estabelecido um ciclo, reparti-lo proporcionalmente às demandas de duas vias que se cruzam.* — Quando, na hora de tráfego mais intenso, os diferentes fatores que afetam o escoamento são praticamente iguais, para as filas críticas de duas vias que se cruzam, a solução para a repartição do ciclo consiste em fazê-la proporcional à demanda do tráfego de cada uma das duas filas críticas. Mas, se durante ainda o período de tráfego mais intenso, o tempo de espaçamento entre os veículos daquelas duas filas críticas fôr diverso, devido, por exemplo à presença de caminhões e de ônibus só numa delas e não em ambas, o fato exige uma determinada consideração. Procedese então a uma repartição proporcional aos produtos do volume de tráfego de cada fila crítica pelo correspondente tempo de espaçamento de seus veículos no escoamento.

Chamemos de C o ciclo escolhido para a sinalização do cruzamento de duas vias A e B. Trata-se de dividir proporcionalmente às demandas das filas críticas de cada uma daquelas vias a disponibilidade real do tempo de abertura do ciclo considerado. Se chamarmos de  $t$  e  $t'$  os tempos de transição para as vias A e B, a disponibilidade real dos tempos de abertura será :  $C - (t + t')$ .

Se os tempos de transição forem iguais, teremos logicamente :  $C - 2t$ . Se chamarmos de  $T$  e  $T'$  os tempos de abertura para cada uma



das vias, dentro da disponibilidade  $C - (t + t')$ , teremos :

$$T' + T'' = C - (t + t') \quad (a)$$

Se chamarmos de  $V'$  e  $V''$  os volumes de tráfego das filas críticas das vias A e B, na hora de tráfego mais intenso, uma divisão do tempo disponível de abertura, a êles proporcional, exigirá que :

$$\frac{T'}{T''} = \frac{V'}{V''} \quad (b)$$

Se, finalmente, chamarmos de  $E'$  e  $E''$  os tempos de espaçamento entre os veículos de cada uma das filas críticas das vias A e B, respectivamente, a divisão proporcional daqueles tempos de abertura exigirá que :

$$\frac{T'}{T''} = \frac{V' \times E'}{V'' \times E''} \quad (c)$$

Resta então resolver o sistema das equações (a) e (b) ou (a) e (c).

Exemplifiquemos.

Suponhamos:

— que o ciclo C escolhido seja de 50 segundos.

— que o tempo de transição  $t$  seja o mesmo para as duas vias A e B e de 4 segundos.

— que os volumes  $V'$  e  $V''$  das filas críticas das vias A e B, respectivamente, sejam de 300 e de 190 veículos, na hora de tráfego mais intenso.

— e que os tempos de espaçamento entre os veículos das duas filas sejam iguais.

Substituindo-se os valores supra nas expressões (a) e (b) temos :

$$T' + T'' = 42 \quad (a')$$

$$\frac{T'}{T''} = \frac{300}{190} \quad (b')$$

Tirando o valor de  $T'$  em (a') temos:

$$T' = 42 - T''$$

Substituindo êste valor em (b') temos:

$$\frac{42 - T''}{T''} = \frac{300}{190}$$

$$\text{Donde: } 7980 - 190 T'' = 300 T''$$

$$490 T'' = 7980$$

$$T'' = 16 \text{ segundos}$$

aproximadamente.

Substituindo na expressão (a') o valor de  $T''$ , encontramos o valor de  $T'$ , isto é: ,

$$T' = 42 - 16 = 26 \text{ segundos.}$$

Se os tempos de espaçamento  $E'$  e  $E''$  entre os veículos forem diferentes, suponhamos 3 segundos para a via A e 5 segundos para a via B, teremos :

$$\frac{T'}{T''} = \frac{300 \times 3}{190 \times 5} \quad (c')$$

Tirando o valor de  $T'$ , na expressão (a') e substituindo-o em (c'), teremos:

$$\frac{42 - T''}{T''} = \frac{900}{950} \quad \text{Donde:}$$

$$1850 T'' = 42 \times 950$$

$$T'' = 22 \text{ segundos aproximadamente.}$$

$T'$  será, então, de 20 segundos.

[c] *Necessidade dos pedestres* — O atendimento da necessidade dos pedestres atravessarem em segurança exige a observância ao seguinte princípio de ordem geral, na divisão de um ciclo: nenhum tempo de abertura, que comporte uma travessia simultânea de pedestres, deve ser inferior ao tempo que êstes levam, do início da travessia até outro local seguro de destino ou de espera temporária.

Quando o pedestre atravessa concomitantemente com um tempo de abertura de sinal para veículos, que é a solução normal, aquê tempo deve, em relação ao pedestre, subdividir-se em dois subtempos:

— um, nunca inferior a 5 segundos, durante o qual os pedestres devem poder iniciar a travessia;

— e outro, que poderíamos chamar o subtempo de limpeza da faixa de segurança, correspondente ao tempo que o pedestre leva do início ao fim da travessia prevista, isto é, a seu término ou até alcançar um local seguro de destino temporário, no caso daquela ter sido decomposta em lanços.

O final do subtempo de limpeza da faixa de segurança superpõe-se ao tempo de transição destinado a permitir aos veículos a liberação do cruzamento como já vimos.

Assim: decidido conceder 5 segundos para os pedestres iniciarem a travessia e se esta fôr estimada em 14 segundos, havendo ainda a previsão de três segundos para o tempo de transição, o tempo de sinal verde correspondente para os veículos deve ser pelo menos de  $5 + 14 - 3$ , ou sejam 16 segundos.

No cálculo do tempo de que carecem os pedestres para executar a travessia das vias, deve-se considerar que êles cobrem em média 1 m a 1,20 m por segundo.



[d] *Tempo de transição* — Através da luz amarela em seguimento à luz verde ou da superposição da luz vermelha a esta última, o objetivo do tempo de transição é permitir que haja espaço para os veículos que se aproximam pararem em segurança e que aqueles que já iniciaram a travessia tenham tempo de concluí-la, livrando o cruzamento antes que a outra corrente de tráfego comece a deslocar-se. Teoricamente, deve ser suficientemente extenso para permitir a um veículo percorrer o espaço compreendido entre as linhas de parada que enquadram o cruzamento (ver as Figuras 68 ou 70) mais a distância de parada, tudo dentro da velocidade normal. Se o tempo de transição for demasiado longo, gera o desrespeito e deixa de satisfazer a seu objetivo. Na maior parte das interseções de vias nos centros urbanos, 3 segundos são suficientes e recomendáveis.

Tratando-se de vias excepcionalmente largas, 4 ou 5 segundos de tempo de transição são, às vezes, aconselháveis.

Alguns engenheiros de tráfego julgam inconvenientes os tempos de mais de 5 segundos e se tal margem é necessária para permitir a total limpeza do cruzamento, preferem utilizar, em acréscimo aos 5 segundos, um curto período adicional de vermelho em todas as direções. Outros chegam mesmo a aconselhar, para todos os casos, um adicional de 1 a 2 segundos de vermelho em todas as direções.

Na Inglaterra, o Ministro dos Transportes, considerando os inconvenientes das variações de duração do tempo de transição em sucessivos cruzamentos, resolveu padronizá-la em três segundos para todas as novas instalações.

O tempo de transição pode ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$t = \frac{L \times 3,278}{V}$$

Na qual:

t é o tempo de transição em segundos;  
L é a largura do cruzamento em metros;  
V a velocidade dos veículos em km/h.

Esta fórmula permite conhecer o tempo mínimo requerido por um veículo para livrar uma interseção normal de vias que se cruzam em ângulo reto.

Como os veículos não podem ser estancados imediatamente, havendo para cada velocidade uma distância percorrida entre o momento que o motorista vê a indicação de parar e a parada propriamente dita, distância conhecida como *mínima de parada*, é preciso acrescentar a L (largura do cruzamento) o valor desta distância mínima P e a fórmula anterior passa a ser:

$$t = \frac{(L + P) 3,278}{V}$$

[e] *Processo Earl Reeder para determinação da extensão do ciclo e sua divisão.*

Passaremos a expor o processo de Earl Reeder, Diretor de Tráfego e Transporte da Cidade de Miami, Florida, U.S.A. Baseia-se nos volumes de tráfego levantados, no espaçamento observado entre os veículos e em suas velocidades previstas ou observadas. Combina, num ciclo total, os tempos necessários para atender aos movimentos máximos de tráfego nas direções que se cruzam, com o retardo na aceleração do resto quando o sinal muda e com os necessários períodos do tempo de transição.

Consideremos uma interseção simples com a entrada de quatro faixas de tráfego e um ciclo de dois tempos de abertura e utilizemos as seguintes convenções:

C — Número de segundos do ciclo total.

n' — Número dos veículos que entram na interseção, durante quinze minutos de pico, vindos da via e da direção de maior corrente de tráfego.

n'' — Idem para a via menos importante.

E' — Tempo médio de espaçamento entre os veículos, expresso em segundos, quando entram no cruzamento em formação cerrada e correspondente à direção que deu n'.

E'' — Idem em relação aos veículos n''.

A' — Número de segundos do tempo de abertura (verde) para a direção n'.

A'' — Idem para n''.

v' — Velocidade média, em km/h, atingida pelos veículos n', depois de deixarem o cruzamento.

v'' — Idem para os veículos n''.

t' — Número de segundos do tempo de transição correspondente à direção n'.

t'' — Idem para a direção n''.

O total do tempo de abertura (verde) necessário para a passagem de todos os veículos, que se acumularem em T segundos, na direção de n', e com o tempo de espaçamento E', é:

$$\frac{n' E' T}{900} + 0,12 v'$$

no qual 0,12v' é o retardo por segundo na aceleração do resto, na velocidade de 4 km/h.

Então,  $A' = 0,0011 n' E' T + 0,12 v'$

Semelhantemente,  $A'' = 0,0011 n'' E'' T + 0,12 v''$ .

Adicionando estes tempos de abertura e os segundos do tempo de transição, o ciclo mínimo total requerido passa a ser:

$$C = 0,0011 n' E' T + 0,12 v' + t' + 0,0011 n'' E'' T + 0,12 v'' + t''$$

$$\text{Resolvendo : } C = \frac{0,12 (v' + v'') + t' + t''}{1 - 0,0011 (n' E' + n'' E'')}$$

Quando o ciclo total está assim determinado os tempos de abertura para as duas direções (A' e A'') são obtidos por aquelas fórmulas.



Os tempos de abertura devem estar em condições de atender ao máximo de tráfego que ocorrer no período em que se aplica determinado ciclo. Portanto,  $n'E'$  e  $n''E''$  na fórmula considerada devem ser os valores máximos para cada uma das duas vias que se cruzam, considerados aquele mesmo período.

Os valores de  $v'$  e  $t'$  devem ser tomados para o tráfego que produz  $n'E'$ . Semelhantemente, os valores de  $v''$  e  $t''$  devem corresponder a  $n''E''$ .

Em interseções mais complicadas como, por exemplo, as que comportem 5 ou mais diferentes entradas, três ou mesmo quatro distintos tempos de abertura podem ser necessários no ciclo. A fórmula para o cálculo da extensão do ciclo passa a ter a seguinte constituição para o caso de três tempos distintos de abertura:

$$C = \frac{0,12 (v' + v'' + v''') + t' + t'' + t'''}{1 - 0,0011 (n'E' + n''E'' + n'''E''')}$$

A fórmula básica pode ser modificada para adaptar-se à solução de certas condições especiais existentes em interseções anormais ou complicadas. Assim, por exemplo, se tivermos um tempo para a passagem de pedestre, inteiramente distinto dos de passagem de veículos, êle passa a ser uma das componentes do ciclo e a fórmula tomaria o seguinte aspecto:

$$C = \frac{0,12 (v' + v'') + t' + t'' + S + P}{1 - 0,0011 (n'E' + n''E'')}$$

Onde  $S$  é o subtempo em segundos de exposição do letreiro SIGA e  $P$  o subtempo de limpeza da faixa de segurança, durante o qual SIGA e PARE ficam concomitantemente acesos para caracterizar a transição de uma para outra ordem.

*Como calcular os valores dos elementos que entram nas fórmulas que acabamos de ver?*

Os fatores  $t'$ ,  $t''$  etc.,  $S$  e  $P$  são calculados como vimos anteriormente. Os fatores  $n'$ ,  $n''$  etc. são obtidos pelas contagens de tráfego correspondentes a períodos de 15 minutos, como já vimos, durante horas de pico de tráfego e de tráfego mais fraco, para saber se devem os sinais ser operados com um mesmo ciclo ou com ciclos diferentes, para melhor se ajustarem às diversas demandas do tráfego diário. Os valores devem ser os máximos em quinze minutos contínuos e sem levar em conta o número de filas.

Os fatores  $E'$ ,  $E''$  etc. devem corresponder aos deslocamentos de  $n'$  e  $n''$ . Em cada caso o observador deve estar estacionado num ponto de onde possa ver os veículos passando por uma linha onde possam entrar na interseção em grupos compactos. Se já tiver sido instalado um sinal luminoso, seu próprio funcionamento será suficiente para soltar os veículos em grupos, os chamados pelotões de tráfego, e o observador pode verificar o número de segundos que são necessários à passagem de

todos os veículos de cada grupo compacto pela mesma linha. O observador anota o número de segundos e o número de veículos correspondente à passagem de cada um dos sucessivos grupos. Se ainda não há sinal, um policial deve controlar o tráfego de forma a soltá-lo, formando grupos compactos de veículos. É importante ter vários veículos em cada grupo.

Exemplifiquemos:

Digamos que haja 10 veículos num grupo compacto, o observador anota de seu ponto de observação o tempo que medeia entre a passagem do primeiro do grupo pela linha que escolheu para referência e a passagem do décimo. Assim procede para diversos e sucessivos grupos, digamos vinte e cinco. Em seguida, soma o total de segundos anotados quando da passagem de cada um daqueles grupos e também o total de veículos menos um de cada grupo, isto porque o número de espaços é um a menos do número de veículos. Finalmente, divide o número total de segundos pelo número total de espaços, para obter o tempo de espaçamento médio em segundos para a direção considerada.

Em tais observações não se leva em conta o número de filas de tráfego. Contam-se todos os veículos que passam num grupo compacto embora possam deslocar-se dois ou três justapostos. Tanto maior o número de filas em uso, tanto menor será o tempo de espaçamento em segundos. Todos os espaçamentos verificados devem ser calculados em períodos de pico de fluxo de tráfego nas direções consideradas, porque é então que a via está sendo utilizada próximo de sua capacidade e o espaçamento é mais curto. Além disso, porque então os grupos serão maiores e as observações mais acuradas.

Os fatores  $v'$ ,  $v''$  etc. constituem velocidades médias de deslocamento do tráfego nas vias consideradas e devem ser determinados por um dos métodos comuns de verificação das velocidades dos veículos. O valor  $v$  deve ser a média de 100 observações, no mínimo. Tais observações devem ser tomadas, num ponto a suficiente distância do cruzamento, para que a velocidade de escoamento do tráfego já não sofra a influência da aceleração ou da desaceleração que ocorre nas interseções.

[6] *Como programar os sistemas coordenados* — A preparação dos programas ou planos horários para um sistema de sinais numa dada via ou itinerário requer determinação:

- do comprimento do ciclo,
- da divisão do ciclo,
- e do escalonamento entre o início do tempo de abertura (verde) nas sucessivas interseções.

O comprimento do ciclo é geralmente organizado de acordo com as demandas na interseção mais freqüentada do sistema. Ao se projetar ou regular um sistema coordenado de dois ou mais sinais, pode-se aplicar na determinação do ciclo mínimo para cada um dos locais sinalizados ou a



sinalizar, o processo de Earl Reeder, visto linhas atrás.

O mais extenso dos ciclos mínimos indicará qual deve ser considerado o ciclo mínimo para o sistema. Num sistema de abertura progressiva flexível sabemos que podem ser feitas diferentes divisões do ciclo escolhido para o sistema. O ciclo C escolhido para o sistema pode apresentar, em relação a vários cruzamentos ao longo do itinerário, um valor superior ao ciclo mínimo para aí requerido, a diferença entre os dois valores corresponderá a uma sobra de segundos, a qual deve ser utilizada seja adicionando-a ao tempo mínimo de abertura de uma das direções, seja aplicando-a parte a favor de uma direção, parte a favor de outra, como se tornar recomendável pela necessidade de acomodação ou de compensação, motivadas pelo espaçamento irregular dos sinais ou pela existência de outras condições.

A divisão do ciclo em cada interseção ou local do sistema deve conformar-se às demandas da via principal versus via secundária transversal e levar em conta as considerações que acabamos de fazer.

Os escalonamentos são decididos de acordo com o que exporemos a seguir.

Tal como já dissemos linhas atrás, após os cálculos iniciais, muitas vezes, tornam-se necessários reajustamentos finais quer quanto à extensão do ciclo escolhido, quer quanto a sua divisão em face das necessidades de cada uma das partes do sistema.

[a] *Sistema de abertura simultânea* — A extensão e a divisão do ciclo são, como vimos, idênticas em quaisquer dos pontos do sistema e são calculadas em função das demandas constatadas numa ou em várias das mais freqüentadas interseções do sistema.

Quando os locais sinalizados são muito afastados uns dos outros, ou quando ocorrem velocidades de escoamento anormalmente baixas, ao longo do itinerário, pode-se verificar um movimento progressivo para os pelotões de tráfego, mas em casos normais não se observa um deslocamento contínuo de um segmento da corrente de tráfego numa velocidade comum. A relação entre velocidade de progressão, extensão do ciclo e o espaçamento entre os sucessivos locais sinalizados é representada pela seguinte fórmula:

$$S = 0,278 v C$$

Em que: S é o espaçamento em metros entre os locais sinalizados.

v é a velocidade em km/h.

C é a extensão do ciclo em segundos.

[b] *Sistema de abertura alternada* — A relação básica entre a extensão do ciclo, a velocidade de tráfego e o espaçamento entre os locais sinalizados num sistema simples de abertura alternada, é:

$$S = 0,139 v C$$

Em que:

S é o espaçamento em metros entre os locais sinalizados.

v é a velocidade em km/h.

C é a extensão do ciclo em segundos.

A Fig. 73 (organizada de acordo com um gráfico para pés e milhas por hora, feito pela Divisão de Iluminação da "General Electric Company") ilustra aquela relação.

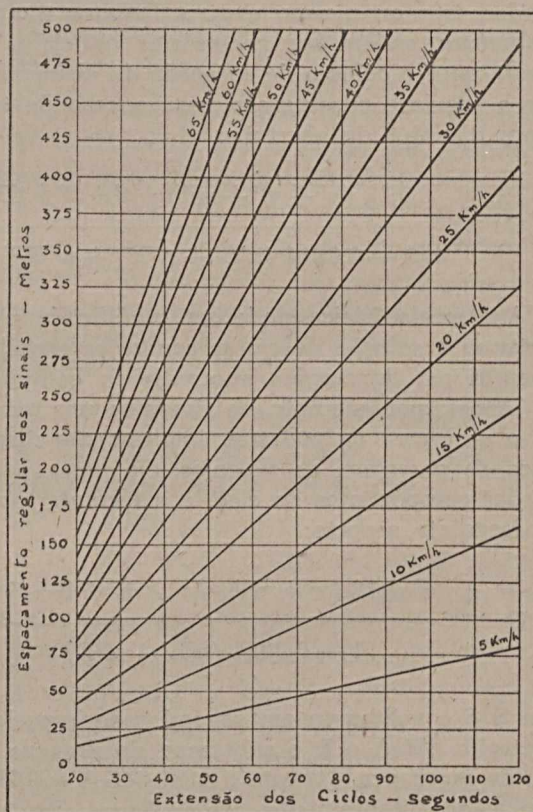


Fig. 73 — Representação gráfica da inter-relação entre o espaçamento dos sinais, a extensão do ciclo e a velocidade de escoamento do tráfego num isolado sistema de abertura alternada.

Segmentos de corrente contínua de tráfego, num sistema simples alternado, corresponderão à velocidade v da fórmula supra. E também um tal sistema possui um segundo arranjo de segmentos de corrente contínua a uma velocidade de um terço de v. Em circunstâncias anormais, é possível a utilização dessa disponibilidade secundária, com o mesmo fim de obter segmentos, de corrente contínua de tráfego.

[c] *Sistema de abertura progressiva* — Num sistema de abertura progressiva, os escalonamentos dos tempos de abertura não têm correlação com a extensão do ciclo, como acontece nos sistemas de abertura simultânea ou de abertura alternada, por isto para ele não existe nenhuma fórmula inter-relacionando velocidade, espaçamento e extensão do ciclo. Para proporcionar o melhor segmento possível de corrente contínua de tráfego (velocidade e tamanho) dentro de qualquer dada



extensão de ciclo, os escalonamentos dos tempos de abertura são determinados por um processo de tentativa ou matematicamente.

O fato de que os escalonamentos podem ser organizados com quaisquer valores, em vez de se confinarem às extensões completas de ciclo ou de metade de ciclo, como nos dois sistemas anteriores, possibilita uma maior amplitude quanto à possibilidade de produção de segmentos de corrente contínua de tráfego para qualquer dada organização de espaçamento dos sinais.

Pode haver mais do que um ótimo arranjo para os escalonamentos destinados a tornar o fluxo o mais progressivo possível, para uma mesma situação de espaçamento dos sinais, tendo em vista uma determinada limitação de velocidade e para uma mesma extensão de ciclo.

Como já vimos, quando o sistema de abertura progressiva fôr do tipo flexível, é possível automaticamente montar e operar em diversas ocasiões do dia seus diferentes planos horários, nos quais as extensões e as divisões dos ciclos para cada interseção podem ser independentemente alteradas de acordo com a previsão estabelecida para melhor e regularmente ajustar-se às reconhecidas mudanças dos padrões de fluxo do tráfego diário.

O arranjo mais comum e necessário para as principais vias do sistema urbano é o que possibilita três distintos planos horários, cada um deles com as seguintes finalidades:

— favorecer o fluxo do tráfego que ocorre ao Centro ou Distrito comercial, por ocasião do pico matutino;

— proporcionar igual vantagem a ambas as direções, fora das horas de pico de tráfego;

— favorecer o fluxo do tráfego de retorno do Centro, no período de pico da tarde.

E' mais fácil organizar o primeiro e o último dos planos horários supra, que o do meio, porque se estabelecem os escalonamentos de modo a favorecer ao sentido desejado, deixando que os do outro sentido venham em consequência, enquanto que, para proporcionar igual vantagem a ambos os sentidos, é preciso tentar diferentes combinações de escalonamento para gerar segmentos de corrente contínua de tráfego nos dois sentidos, com escoamento aproximadamente igual (velocidade e tamanhos iguais).

Normalmente a extensão do ciclo mínimo é determinada na base das demandas de uma ou duas divisões de ciclo das interseções mais frequentadas e depois os diferentes programas de escalonamento ou planos horários são tentados, traçando-se Diagramas de Tempo e Distância até encontrar-se um que proporcione adequados segmentos de corrente contínua de tráfego.

A Figura 74 exemplifica um desses diagramas.

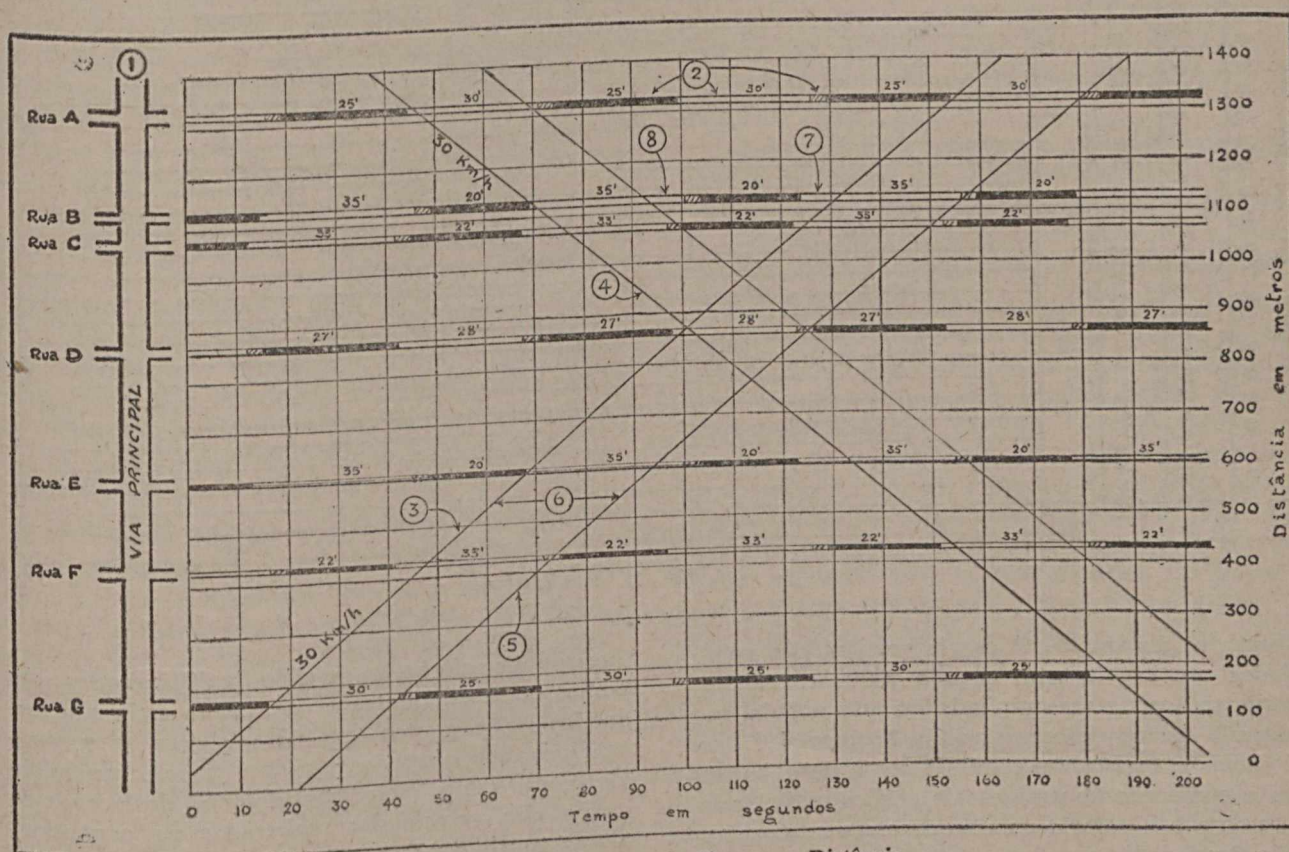


Fig. 74 — Diagrama de Tempo e Distância

(1) Esquema da Via principal ou do Itinerário, figurando os cruzamentos de acordo com a escala das distâncias.

(2) Para a via principal os espaços em branco representam os tempos de abertura (verde), os espaços pretos

representam os tempos de fechamento (vermelho) e os espaços hachurados correspondem aos tempos de transição (amarelo ou equivalente).

(3) A inclinação desta linha indica a velocidade de deslocamento do segmento de corrente contínua de tráfego



que o sistema proporciona, e representa o primeiro veículo desse segmento ou pelotão de tráfego indo do cruzamento da rua G para o da rua A.

(4) Análogamente à explicação dada no número (3) anterior a linha representa o primeiro veículo em deslocamento progressivo em sentido inverso àquele.

(5) Esta linha marca o limite do segmento de corrente contínua de tráfego que o arranjo exposto no diagrama para o sistema é capaz de proporcionar.

(6) Este espaço entre as linhas 3 e 5, indica na escala do tempo a amplitude em segundos do possível segmento de corrente contínua de tráfego. Como a figura deixa perceber, para determinados trechos do percurso e conforme o sentido do deslocamento, esta amplitude poderia variar, bem como a inclinação da linha indicadora da velocidade, desde que se ligasse o início do tempo de abertura de dois sinais consecutivos, mas não seria para um mesmo segmento de corrente contínua de tráfego, desejado no sistema progressivo.

(7) Este espaço corresponde ao que se chama *verde antecipado* porque o tempo de abertura surge na via principal antes que o primeiro veículo do segmento contínuo, deslocando-se na velocidade prevista, atinja o cruzamento.

(8) Este espaço corresponde ao que se chama *verde restante* porque permanece o tempo de abertura após o escoamento daquele segmento.

*Processo de Douglas A. Bowers — de determinação matemática do plano horário para os sistemas progressivos.* (17)

Este processo é útil na determinação do programa de escalonamento para condições iguais de velocidade e de tamanho dos segmentos das correntes de tráfego para ambos os sentidos. Sua vantagem sobre o processo tentativo, que atrás indicamos, é proporcionar saber-se se foi encontrada a melhor solução, certeza que o processo tentativo não assegura.

O problema de organizar um programa para produzir fluxo progressivo de tráfego em dois sentidos não é uma questão de simples matemática, porque a desuniformidade do tamanho dos quarteirões não permite encontrar uma fórmula matemática que satisfaça plena e completamente. O processo que passamos a expor tem a pretensão de ser matemático, mas mesmo ele não exclui um pouco de tentativa na obtenção da solução, como veremos.

O processo baseia-se na preparação e utilização de um gráfico mestre que reduz de muito o trabalho de sucessivas tentativas e possibilita a escolha direta da melhor solução.

O gráfico mestre (ver a Fig. 75) é essencialmente constituído de um sistema de coordenadas sobre o qual se registram as linhas correspondentes a cada sucessivo meio ciclo a partir do ponto

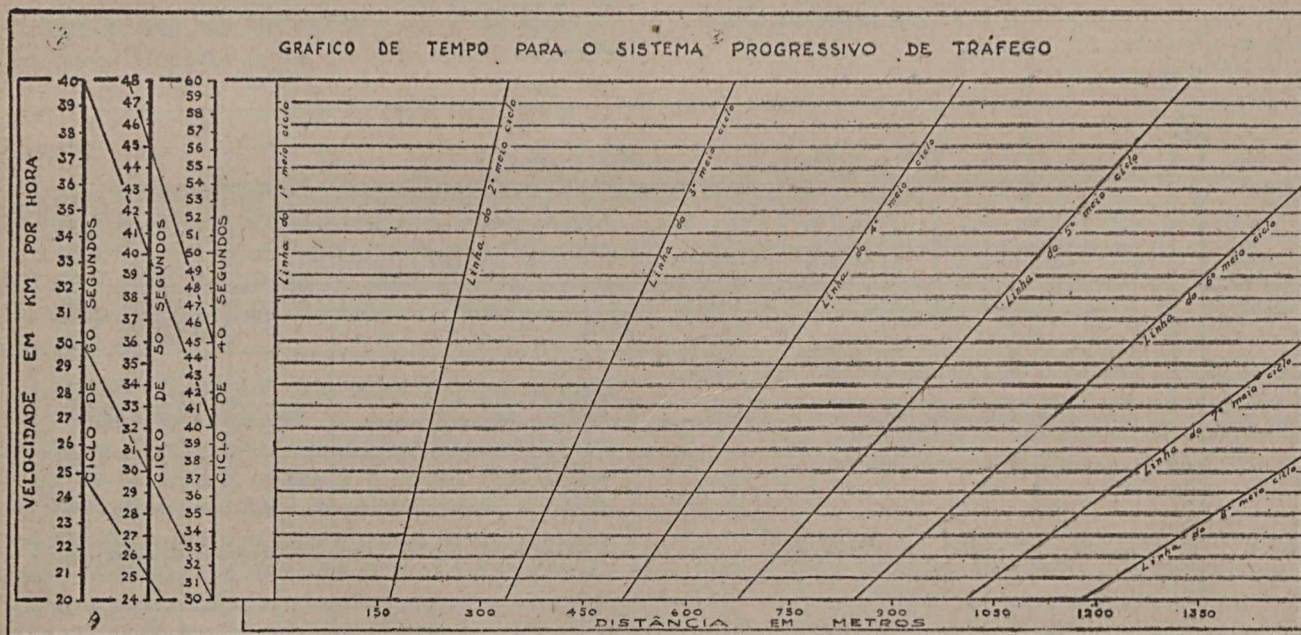


Fig. 75

origem das distâncias. A escala vertical, das velocidades em km/h está traçada para três ciclos diferentes e pode ser ampliada ou interpolada, registrando outros ciclos. A escala horizontal é das distâncias em metros e também serve de gabarito para a confecção de uma escala gráfica móvel, que represente o itinerário com as diversas interseções a ser atendido pelo sistema, de que falaremos mais adiante (ver Fig. 76). Na Fig. 76 as paralelas

horizontais referem-se ao ciclo de 50 segundos. As linhas correspondentes a cada meio ciclo são formadas pelos pontos que materializam as sucessivas posições ocupadas por um veículo, no início de cada meio ciclo considerado, deslocando-se numa das velocidades registradas na correspondente escala vertical, a partir da origem das distâncias. Para uma melhor compreensão vamos exemplificar: Consideremos a horizontal do pé do gráfico, sobre ela a distância entre cada linha de meio ciclo é de 166,67 m, correspondente ao percurso durante 30 segundos (metade do ciclo de 60) a uma velocidade de 20 km/h, ou durante

(17) *Progressive timing for traffic signals* por DOUGLAS A. BOWERS — 1947 *Proceedings*, Institute of Traffic Engineers.



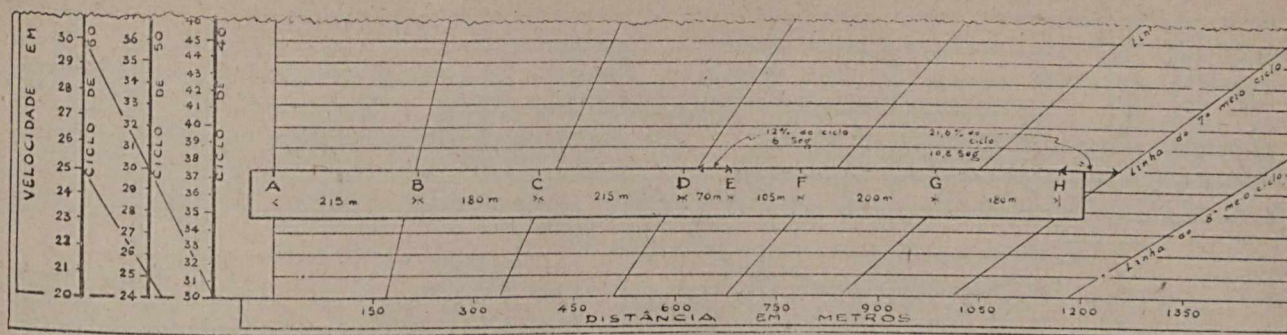


Fig. 76

25 segundos (metade do ciclo de 50) a uma velocidade de 24 km/h, ou ainda durante 20 segundos (metade do ciclo de 40) a uma velocidade de 30 km/h.

Para atender concomitantemente à progressividade dos fluxos nos dois sentidos opostos ao longo de um itinerário ou via, a localização ideal para os sucessivos sinais de tráfego é a que correspondesse a intervalos iguais à distância percorrida durante meio ciclo, na velocidade selecionada. Estas localizações ideais correspondem, no gráfico mestre, aos pontos de interseção de uma linha horizontal (representativa de dada velocidade e ciclo) com as sucessivas linhas de meio ciclo. Se registrarmos, numa escala gráfica móvel, as distâncias entre os locais a sinalizar ao longo do itinerário em estudo e aplicarmos tal escala em correspondência com aquela linha horizontal, o afastamento de cada um destes locais das interseções supra referidas (da linha horizontal com as linhas de meio ciclo) caracteriza o grau de desvio da condição ideal em cada lugar.

Exemplifiquemos. Na Fig. 76 observamos a superposição de uma escala gráfica, organizada de acordo com a mesma proporção da escala do gráfico mestre e referente a uma via cujos diferentes cruzamentos são A, B, C, D, E, F, G e H. A escala está aplicada em coincidência com a horizontal correspondente à velocidade de 30 km/h e ao ciclo de 50 segundos, coincidindo uma das extremidades da série do sistema, no caso o cruzamento A, com o início do primeiro meio ciclo.

Quando se procura a melhor solução, desloca-se, no sentido vertical, aquela escala gráfica, de modo que sua extremidade, no caso a marcação A, coincida permanentemente com a linha do primeiro meio ciclo. A Figura 76 está justamente mostrando uma posição daquele deslocamento.

Trata-se de avaliar o *desvio* da solução ideal, a que nos referimos linhas atrás. O meio da distância entre duas linhas consecutivas de meio ciclo marca precisamente o desvio máximo para a esquerda ou para a direita, por isto raciocina-se sempre em relação ao maior desvio compreendido dentro de um quarto de ciclo. No caso da Fig. 76, o maior desvio com relação à linha de meio ciclo que fique à direita refere-se ao cruzamento H. O maior desvio em relação a uma das linhas de meio ciclo à esquerda de cada um dos cruzamentos

figurados na escala gráfica corresponde a E. Como os desvios de H e E não são iguais e aquele é maior, podemos deslizar a escala gráfica para a direita, de modo a igualar os dois afastamentos (ver Fig. 77).

O desvio inicial de E corresponde a 6 segundos ou sejam 12% do ciclo. O desvio inicial de H corresponde a 10,8 segundos, ou sejam 21,6% do ciclo. Feita a compensação na Fig. 77 o desvio reduz-se a 8,4 segundos, ou sejam a 16,8% do ciclo.

O intervalo de tempo entre as linhas correspondentes às testas dos segmentos de correntes contínuas de tráfego de sentidos opostos é o dos desvios notados no gráfico. Os maiores desvios indicam que aí menor será o segmento da corrente contínua, em outras palavras, são eles os pontos críticos de qualquer série. No exemplo de que estamos tratando, E e H apresentam-se como os pontos críticos.

O intervalo de tempo entre as testas dos segmentos de tráfego de sentidos opostos em E e H é de 16,8 segundos e se o tempo de abertura for de (25 segundos) meio ciclo, o segmento máximo de progressão uniforme será de 25-16,8 segundos, ou sejam 8,2 segundos.

O intervalo de tempo disponível para a passagem de um segmento de tráfego contínuo é o mesmo, quer considerando aqueles desvios iniciais achados para E e H na Fig. 76, quer depois de encontrar uma posição em que ambos tenham valores iguais (Fig. 77), porque o valor da soma dos dois desvios conserva-se inalterável. Por isso podemos achar a solução de disponibilidade do maior segmento de corrente contínua de tráfego, sem deslocamentos horizontais da escala gráfica e sem a construção de Diagramas de Tempo e Distância como o da Fig. 76.

O processo enfim se resume em encontrar através da superposição da escala gráfica (esquema da via ou do itinerário a resolver) sobre o gráfico mestre, segundo suas inúmeras linhas horizontais traçadas ou imaginárias, a indicação de uma solução favorável de escolha da velocidade e do ciclo mais convenientes. Pela explicação que acabamos de dar verifica-se que o deslizamento vertical da escala gráfica sobre o Gráfico mestre permite uma análise para escolha direta da solução mais favorável.







se lhe assegurou no deslocamento para baixo, com a linha do primeiro meio ciclo. Considerando ambos os desvios zero como sendo *para a direita do local do sinal*, pode-se dizer que, na posição ótima, há *três locais críticos*, os dois externos *sendo do mesmo tipo (direita ou esquerda)* e *iguais um ao outro*, sendo o central do tipo oposto.

Com uma única velocidade e tráfego progressivo nos dois sentidos o princípio é sempre verdadeiro para uma posição ótima que seja encontrada no gráfico mestre.

Depois de deslizarmos a escala gráfica para a esquerda de uma distância igual à metade do desvio de E, como mostra a Fig. 79, os desvios

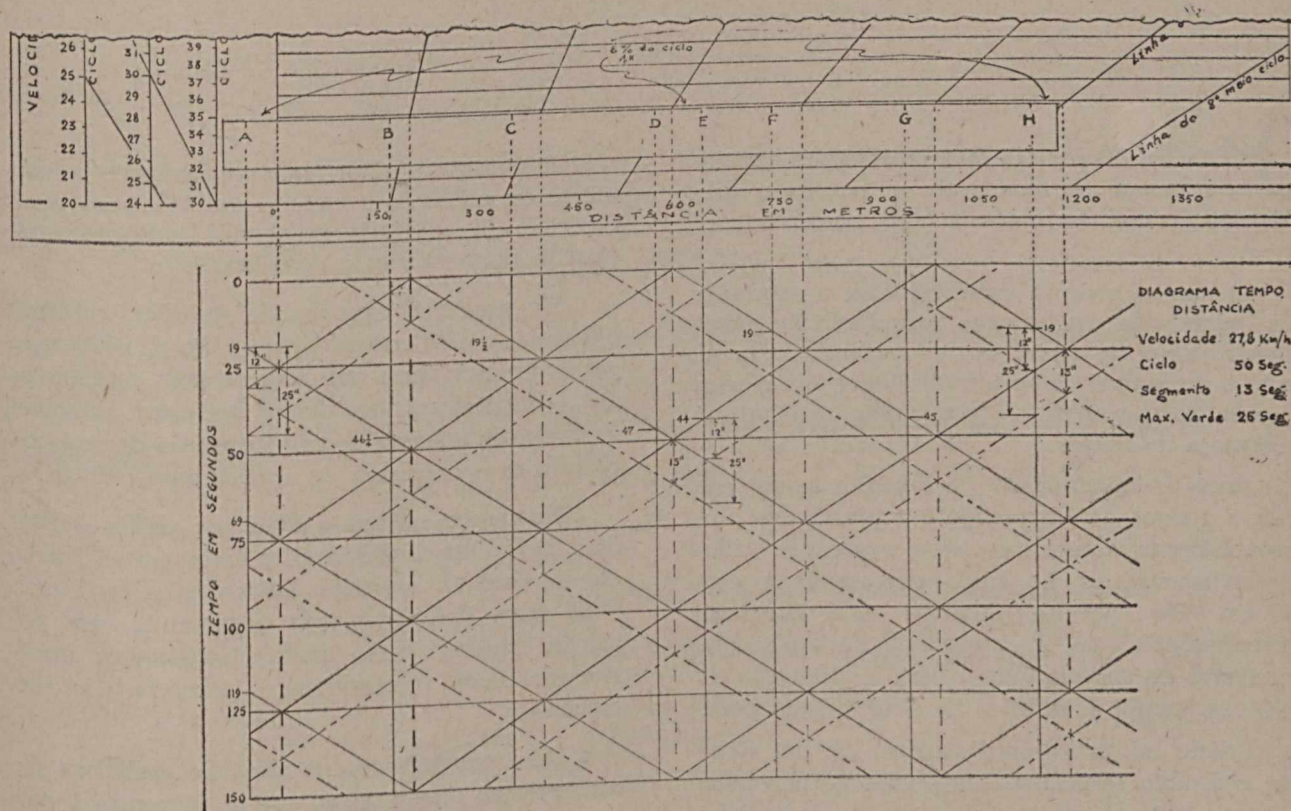


Fig. 79

em A, E e H são iguais e torna-se mais evidente que os desvios de valor zero correspondiam a pontos críticos.

Da mesma maneira como ilustrado na Fig. 76, nada mais fácil então que traçar um Diagrama

Tempo e Distância diretamente do gráfico mestre, sem a necessidade de cálculos.

(Conclui no próximo número a parte de "Direção e Contrôlo do Tráfego — Regras, Sinalização e Polícia").



# O Estado e o Aproveitamento da Riqueza Mineral (\*)

GLYCON DE PAIVA

**O** CONCEITO *riqueza mineral* refere-se à maior ou menor fertilidade de determinado subsolo em jazidas de minerais úteis, acessíveis por lavra.

O que se procura significar com a expressão é a constelação dos haveres do subsolo de determinado trato de terra, isto é, o fundo mineral, tanto o disponível como o realizável, próprio para o exercício da atividade econômica regional no presente e no futuro.

Entre os minerais, só são minérios os que são úteis, e a riqueza compreende o conjunto dos produtos minerais naturais escassos, e por isso valiosos, indispensáveis ao surto da atividade econômica. Do conceito participa uma dimensão prospectiva, ou seja, a capacidade de ajuda que os haveres do subsolo detêm para a promoção do desenvolvimento econômico de determinado país.

Frente ao patrimônio mineral de um dado país, o Estado respectivo toma uma atitude mais ou menos ativa no que concerne ao aproveitamento do potencial mineral existente, mas exaurível, disciplinando a livre empresa que pretende tirar partido do subsolo, competindo com ela em muitos casos e até afastando-a completamente, quando o Estado prefere ser empresário mineral monopolista.

O estudo sumário das atitudes possíveis do Estado em relação ao patrimônio mineral de determinado país e que será objeto da exposição, e que ora é feito para que os estagiários desta Escola de Administração Pública tenham um mínimo de conhecimentos sobre esse assunto de grande significado político, econômico, social e administrativo, e que esperamos lhes venha a ser de alguma utilidade no desempenho das respectivas carreiras. Um exemplo do que acaba de ser dito é a importância do tema petróleo no atual momento brasileiro, onde o Congresso se esforça para definir qual a posição mais conveniente para o Estado Brasileiro em relação ao aproveitamento do petróleo eventualmente existente no subsolo nacional.

Passemos a definir mais precisamente os contornos do patrimônio mineral necessário ao pleno exercício da atividade econômica, exemplificando quando possível com o caso brasileiro.

De um total aproximado de 1500 minerais diferentes e 900 rochas típicas, isto é, 2400 categorias de indivíduos petrológicos, bem caracterizados, constituintes da crosta terrestre acessível, aproveita-se o homem, para satisfação de suas necessidades econômicas, de apenas uma parcela.

No tempo em que o Egito era potência mundial, para citar um exemplo, bastava-se a humanidade com 25 minérios diferentes; a civilização atual exige 300. Essas três centenas de bens primários minerais estão assim classificados: minérios metálicos, combustíveis e minérios não metálicos.

Uma vez lavrados, os minérios metálicos são entregues ao metalurgista, que os concentra e processa para dêles apurar metais brutos. Estes, a seguir refinados, são confiados à indústria de transformação, sob forma de lingotes, laminados diversos e peças fundidas.

Os minérios não metálicos são entregues, conforme a natureza, ao químico industrial, ao engenheiro civil, ao físico industrial e, ainda, ao lapidário.

Quanto aos combustíveis, dêles todos precisamos, como fonte de energia calorífica, de energia motriz, de agente de redução química e de matéria-prima para indústria dos derivados de petróleo — a petroquímica, e dos derivados de carvão, indústrias que se ocupam da produção de centenas de milhares de compostos que integram o império da química orgânica, em cujo bôjo em grande parte repousa a civilização de hoje e a do futuro.

O quadro seguinte classifica os principais minérios, repartindo-os por 12 famílias, de acordo com o uso que dêles faz a humanidade. No quadro vêm, sublinhados, os que jazem no Brasil em quantidades comerciais, e destacados, com maiúsculas, os que fundamentalmente importam na solidez estrutural do edifício industrial de qualquer nação.

(\*) Conferência pronunciada em 1 de julho de 1953, no auditorio do IPASE.



São conclusões a tirar desse quadro:

a) Alguns minérios produzimos de quase todas as famílias de bens primários de origem mineral, no total de cerca de 50 diferentes;

b) Uma de nossas fragilidades, decorrentes do quadro mineral como atualmente conhecido, denuncia-se logo na quarta família da categoria de minérios metálicos, isto é, metais não ferrosos: estanho, zinco, chumbo e cobre, de que não detemos depósitos de valia;

c) Também, as disponibilidades brasileiras de carvão presentemente conhecidas indicam outra fraqueza estrutural de nosso quadro mineiro, naquilo que toca à quantidade e à qualidade. Esse característico do subsolo nacional é bem conhecido, dispensando comentários. Um dos nossos problemas de política interna e de segurança nacional encontrará solução na descoberta de maiores e melhores jazidas de carvão mineral, de que há indícios no subsolo do Meio Norte e da bacia do Rio Fresco, tributário do Xingu, na Amazônia;

d) A atual pobreza de petróleo e de gás natural de nosso território é o mais gritante aspecto da frouxeza do nosso quadro mineiro. A produção nacional de petróleo mal atende 3 a 4% das presentes necessidades do país em combustível líquido;

a) objetiva a produção de materiais de construção, de combustíveis, minérios para siderurgia,



indústria de ferro-ligas, eletrônica, assim como ouro e gemas;

b) quando destinada ao mercado interno, busca a produção de combustíveis, metais preciosos, materiais de construção, gemas e, subsidiariamente, de minérios destinados à siderurgia e à indústria química;

c) quando destinada à exportação, volta-se para a produção de minerais destinados à telecomunicação, indústria elétrica, adorno e ferro-ligas.

Em suma, como exportador de minérios, o Brasil apresenta-se, no campo internacional, como um país de especiarias minerais, isto é, um produtor de condimentos para a cozinha metalúrgica alienígena (minérios para ferro-ligas e hematita compacta), e de certas substâncias minerais comuns, como tântalo, zircônio, berilo ou quartzo, destinados a aplicações especiais, e de que o homem tira proveito em virtude de recentes aquisições da Ciência.

Internamente, esforçamo-nos para produzir energia, fabricar ferro e construir nossa habitação utilizando bens primários minerais.

O valor total da produção primária proveniente de nosso subsolo é difícil de avaliar-se, em virtude de consumo não contabilizado de material de construção, como areia, argila, saibro e pedras. Estimamo-lo em 2,2 bilhões de cruzeiros por ano (0,8% da renda nacional).

Em valor, o mercado interno absorve cerca de 60% da produção mineira primária, e o externo cerca de 40%. Todavia, as divisas produzidas pela exportação de bens primários minerais nunca foram superiores a 40 milhões de dólares por ano, isto é, menos de 4% de nossa capacidade de obter divisas. O peso do subsolo brasileiro anualmente exportado não ultrapassa 2,5 milhões de toneladas.

Melhor precisado pelo que acaba de ser dito o conceito de riqueza mineral, passemos a considerar o tema complementar, isto é, o conjunto de leis ou preceitos reguladores das relações entre os indivíduos e o Estado no trato do subsolo sob o aspecto de coisa mineira. Isto é, falemos ainda que sumariamente dos fundamentos do direito mineiro, através do qual o Estado procura disciplinar a utilização do bem mineral.

Cinco são os conceitos que fundamentam os direitos mineiros possíveis: ocupação, *res nullius*, propriedade realenga ou dominial, direito misto e acessão.

a) Conceito de ocupação: Quem descobre a mina é o seu proprietário. Do direito de propriedade assim criado deriva o de escavar o solo e o de proibir que terceiro o faça. Segundo este conceito, a propriedade se conquista com o trabalho. A quem não trabalha a jazida, nenhuma porção se concede. Cada qual faz seu o lugar que ocupa.

Tal é o direito existente, sob forma escrita ou tradicional, em quase todos os garimpos do mundo, mais no passado que no presente: Califórnia, Austrália, África do Sul, Alasca, Brasil etc. E' o único direito mineiro possível nas sociedades primitivas, nas fronteiras pioneiras dos países em processo de civilização, e é idealmente aplicável na exploração dos depósitos plácéricos extensos e pouco profundos e até das camadas de carvão mal cobertas e horizontais ou sub-horizontais ou outras camadas sedimentares da mesma natureza.

A lei brasileira que dispõe sobre a garimpagem, Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, não fala do conceito de ocupação, mas permite que ele viva à sombra do seu Art. 3.º.

"A garimpagem poderá ser exercida, livremente, nos rios públicos e terrenos devolutos."

b) Conceito *res nullius*: Sob o regime de *res nullius* não pertencem as minas nem ao Estado nem aos particulares, cabendo, entretanto, ao Estado, atribuir a propriedade delas a pessoas que escolher, dentro de limites determinados. A concessão é acompanhada de título, onde se discriminam direitos e encargos. Simplesmente tutor da riqueza mineral pública é o Estado, acrescentando às suas funções essenciais de mantenedor da ordem jurídica a de intervir no que se refere à economia mineral.

c) Conceito realengo ou dominial: Sob o regime de direito realengo, ao Estado pertencem as minas, onde quer que existam. Ele as explorará diretamente ou por interposta pessoa, mediante concessão. Sob tal regime não existe propriedade territorial completa e independente. A propriedade acha-se enfeudada por tudo aquilo não expressamente concedido. Recém-descoberta, a jazida é bem excluído dos haveres do superficiário. O regime foi adotado pela Convenção Francesa, que pôs "as minas à disposição da Nação", base do direito mineiro francês. Vigorou o conceito em toda nossa história colonial e imperial, embora, neste período, tenha havido discussões sobre caracterização do direito mineiro brasileiro.

d) Conceito de direito misto: E' combinação do regime de *res nullius* ou realengo com o de ocupação. O superficiário lavra as minas existentes em sua propriedade, independente de concessão. Se terceira pessoa descobrir uma mina em propriedade do superficiário, tem este direito de prelação. Findo o prazo, sem proveito, o inventor faz jus à concessão, indenizando o superficiário.

e) Conceito de acessão: Regime do direito territorial em que a jazida é dependência do solo. E' a concepção do direito romano sobre o reino mineral e também o da escola fisiocrática, assim como dos países de economia clássica. Adotada também na Inglaterra e Estados Unidos e, outrora, na Rússia czarista. A propriedade alcança, neste regime, *usque ad coelum et usque ad inferos*. O superficiário não pode ser constituído em mora pela sua inércia em lavrar o subsolo.



Entre as cinco atitudes possíveis do poder público em relação ao patrimônio mineral disponível, o Estado decide-se por uma, isto é, escolhe um Código de Minas para reger as relações dos empresários mineiros com o Governo. O Código de Minas ou Lei Mineira tanto pode abraçar o universo mineral útil de determinado país como parcela substancial d'ele, fazendo-se então um Código especial para certos minerais de importância decisiva, geralmente o petróleo.

Depende inicialmente dos seguintes fatores o problema da organização de um Código de Minas, verdadeiramente útil a determinada nação:

a) Características da geologia nacional, dos hábitos da indústria mineira e das condições econômicas gerais;

b) Características da doutrina esposada pela Constituição da aludida nação, relativamente ao conceito mineiro adotado: direito de ocupação, *res nullius*, direito realengo, direito de acessão, ou direito misto.

Quando não há conformidade com os aludidos característicos, impossível é realizar um Código de Minas. Foi o que entre nós aconteceu de 24 de fevereiro de 1891 até 10 de julho de 1934.

Cada modalidade de fundamentar a apropriação das minas depende de circunstâncias especiais:

a) Caracteristicamente adequado a países novos ou a fronteiras econômicas pioneiras das nações, parcialmente civilizadas, é o regime de ocupação. Convém êle à exploração de depósitos placerianos e de aluviões auríferos, diamantíferos, rutilíferos e cristalíferos; aos depósitos a duas dimensões, em suma. De fato, os placerianos extensos, facilmente podem ser divididos em *datas* retangulares, (*pertinência*, em castelhano; *claim*, em inglês) de área suficiente para o trabalho individual;

b) No extremo oposto ao do regime de ocupação, situa-se o de acessão, que melhor se conforma a país mal mineralizado, ou a épocas da história em que o apêlo ao subsolo não teve a atual importância. Nascido em Roma, viveu esplendidamente na Inglaterra êste direito, consolidado pela escola fisiocrática que preceitua regidos por leis naturais os fenômenos econômicos. E' núcleo da economia da escola a produção agrícola. No quadro jurídico toma relêvo a propriedade privada. Da Inglaterra, foi levado aos Estados Unidos.

E' clima mineiro, atualmente pedido pelo regime de acessão: — liberdade econômica elevada ao mesmo grau de liberdade, de pensamento e da imprensa; produção diversificada pela agricultura, mineração e indústria; abundância de capitais; cultura profissional generalizada; largo espírito associativo e acentuada iniciativa prática dos habitantes;

c) Entre ocupação e acessão situa-se o regime de concessões, por força do conceito *res nullius* ou do realengo.

Ambos são regimes convenientes a Estados economicamente intervencionistas, nos quais importa o fortalecimento do poder central, bem como a existência de fortes laços entre colônias e metrópole ou vigilância econômica sobre países industriais inclinados ao estabelecimento de feitorias mineiras em nações politicamente independentes, mas economicamente indefensas.

Preliminarmente, conhecer os determinantes históricos, econômicos e mineiros do país, para depois escolher o princípio de apropriação mineira que melhor se adapte às suas características, de acordo com a experiência da aplicação em outros povos, é tarefa precípua das assembléias constituintes.

Para dar exemplo da utilização prática dos princípios de direito mineiro expostos, citamos o caso do petróleo, de que 63% da produção são feitos sob o regime de acessão e 37%, sob o de intervenção maior ou menor do poder público.

Tudo até agora dito refere-se à ação do Estado sobre a coisa mineral na ordem interna.

Outra ordem de idéias sobre a atitude do Estado para com a coisa mineral surge quando se levam em conta os esforços da Nação para se prover de minerais de que precisa e que não possui, ou para proteger recursos minerais próprios, mas escassos, e igualmente necessários ao consumo ou à segurança de outras nações que os não detêm. Esse tema é conhecido sob o nome de *Contrôle político e econômico dos minerais*, exercendo-se através de monopólios, cartéis internacionais, políticas comerciais, política de *closed door* e políticas de nacionalização.

A necessidade desses controles existe porque país algum dispõe dos 300 minerais indispensáveis ao pleno exercício de atividade econômica e ainda porque não há acordo no que concerne ao livre intercâmbio dos bens minerais no campo internacional. Nesse sentido, a Natureza foi particularmente madrastra com determinados países da classe *Have Not Nations*, como a França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça, Espanha, Itália, China, Japão etc. e decididamente generosa com outros da classe *Have Nations* como os E.U.A., Canadá, Rússia, México, Colômbia, Venezuela etc. Por enquanto somos uma *Have Not Nation*.

O Mundo foi sempre capaz de continuamente suprir o mercado, em quantidade e qualidade, dos minerais necessários à expansão da indústria mundial. Sempre houve um comércio internacional muito extenso e intenso, de uma grande variedade de bens primários minerais. Nesses últimos 25 ou 30 anos, todavia, começaram a surgir com mais intensidade certos tipos de controle econômico ou político tendentes a restringir o livre fluxo de minérios das fontes de produção mais baratas para os centros de consumo, fluxo esse que foi a regra do século XIX e do primeiro quartel deste século.



Surgiram políticas nacionais restringindo a liberdade de movimento dos minérios, com o fim de satisfazer o princípio da auto-suficiência nacional da nação individual. Em particular, essa tendência teve dois fins específicos:

a) Um, relacionado com considerações de ordem militar ou estratégica;

b) Outro, com a preocupação de construir uma economia nacional auto-suficiente e compacta.

Esse aspecto do papel do Estado em relação ao bem mineral não será abordado nesta exposição e aqui vem apenas referida a existência da questão e dito que os bens minerais que têm sido

objeto de controle internacional, sob suas várias formas, têm sido os seguintes: carvão, cobre, chumbo, mercúrio, petróleo, sais potássicos, enxôfre, estanho, tungstênio, zinco, níquel e diamantes.

Uma manifestação de tendência para finalizar esse estado de coisas encontra-se na Carta do Atlântico firmada pelo Presidente Roosevelt e Sir Winston Churchill, que reza que os respectivos países :

"Will endeavor, with due respect for their existing obligations, to further the enjoyment by all states, great or small, victor or vanquished, or access, on equal terms, to the trade and to the raw materials of the world which are needed for their economic prosperity."



# A Função Pública nas Constituições Brasileiras

ARNOLD WALD

ARNOLD WALD, embora brasileiro, nasceu em Ixelles, na Bélgica, em 28 de junho de 1932. Iniciou os seus estudos na Europa, continuando-os no Brasil. Formou-se como bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito, sendo o primeiro da sua turma.

Prestou serviço militar no Forte Duque de Caxias e, posteriormente, como ordenança do Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, General Castello Branco.

Apesar de muito jovem, ARNOLD WALD já apresenta um curriculum vitae de excepcional destaque. Desde 1948 colabora no suplemento literário do "Correio da Manhã" e, desde 1949, em "A Época" e na "Revista do Serviço Público". Fundador e presidente do Seminário de Estudos Jurídicos e Sociais da Faculdade Nacional de Direito, é ainda membro do Instituto Brasileiro de Direito Comparado e Estudos Legislativos, do Comitê Nacional de Direito Comparado filiado à UNESCO e da Comissão de Bibliografia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Venceu, além disso, diversos concursos, tendo obtido o Prêmio General Dutra, instituído pelo ex-Presidente da República para a melhor monografia sobre a emancipação do Brasil e seu progresso cultural. Foi classificada em concurso organizado pelo D.A.S.P. a sua monografia "Ruy Barbosa e a Administração Pública". Obteve o primeiro prêmio no concurso organizado por sociedades eruditas francesas entre estudantes de direito dos países latino-americanos sobre temas jurídicos. Venceu os concursos do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira sobre o paralelo biográfico Ruy-Nabuco (1949) e sobre Ruy e a constituição de 1891 (1950).

Foi, por mais de dois anos, redator-chefe da revista "A Época". É bolsista extraordinário do governo francês e obteve, também, uma bolsa da UNESCO para participar da semana dos direitos

do homem em Havana. Integrou a missão universitária brasileira que esteve na Bolívia em 1952, pronunciando uma conferência na Universidade de La Paz.

Foi assistente da mesa que dirigiu os trabalhos do "Seminário Latino-Americano sobre a prevenção do delito e tratamento do delinqüente" realizado sob os auspícios da ONU em 1953 no Rio de Janeiro. Apresentou teses nas semanas jurídicas de Recife (1951), de São Paulo (1952) e da Bahia (1953). Colaborou com o Professor Michel Simon no livro deste autor sobre Ruy e ostenta a condecoração da "Association Henri Capitant pour la culture juridique française".

Entre os trabalhos publicados merecem destaque na "Revista do Serviço Público", Ruy Barbosa e a administração pública; O problema da irretroatividade das leis; A responsabilidade civil em acidentes de automóveis; A evolução do direito e a absorção da administração privada pela administração pública; Os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade e a evolução do direito penal internacional; O contrato com pessoa a declarar e o direito fiscal; Os serviços públicos no Estado Moderno; O direito penal brasileiro desde 1939; A emissão de cheques sem fundos; As sociedades de economia mista.

Em "A Época": Savigny, o homem e a obra; A evolução do direito penal; O contrato social; Bergson e o romance contemporâneo; A gratuidade de Proust.

No "Correio da Manhã", suplemento literário: A fisiologia de Descartes; Racionalismo e ciências físicas; Jacques Maritain; De Bergson a São Tomás; Roger Martin du Gard; Péguy, discípulo de Bergson; Bergson e o método histórico de Péguy; A religião de Péguy; André Maurois.



No "Diário Carioca", suplemento literário;  
Stendhal, mestre de Proust.

Na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro": Nabuco historiador.

Na "Província de São Pedro": O enigma de Salavin.

Na "Revue Internationale de Droit Pénal":  
Le droit pénal brésilien.

## I. INTRODUÇÃO

**O** ESPÍRITO das diversas constituições brasileiras refletiu-se na maneira com que trataram a função pública.

As constituições de 1824 e de 1891, impregnadas pelo individualismo do século XIX, deram base contratual a função pública.

No Império, a nossa administração ainda era dominada pelo privatismo. As normas a imperarem eram aquelas de direito privado a que estava submetida a própria autoridade pública. (1) E ainda posteriormente os construtores da República, liderados por RUI BARBOSA, conceberam a função pública como contrato, contrato de direito público mas contrato. Verdade é que, naquela época, eram contratos os tratados de direito das gentes e até as naturalizações. (2) Tudo era contrato. (3) O legislador não intervinha no acôrdo firmado entre as partes. Somente do fim do século XIX é que datam as primeiras normas da legislação social. Surgindo o direito trabalhista, os seus princípios integrar-se-iam no direito público, passando outrossim o Estado a regulamentar a função pública e a dar uma série de garantias ao funcionário. A função pública, de contratual que era, transformar-se-ia em institucional. O contrato tornou-se contrato de adesão e depois integração do indivíduo numa situação jurídica especial. Rui ainda se referira ao direito adquiri-

do do funcionário a vitaliciedade que estava ligada ao cargo. (4) Hoje, no caso não se alega mais o direito adquirido.

Assim, as nossas duas primeiras constituições não dedicaram capítulo especial aos funcionários públicos como vieram a fazê-lo as cartas magnas posteriores de 1934, 1937 e 1946, que já atenderam as garantias peculiares que devem cercar a função pública.

Os dois princípios fundamentais que nortearam a carta imperial e a primeira constituição re-

também os há dêste caráter. Exemplos no direito das gentes, os tratados; no direito público interno, as naturalizações." RUI BARBOSA, *Comentários à Constituição Federal Brasileira*, coligidos e ordenados pelo Professor HOMERO PIRES, Saraiva, 1934, vol. VI, p. 240.

Em sentido contrário, quanto as naturalizações, vide a exposição de motivos apresentada pelo Professor HAROLD VALLADÃO ao projeto de lei sobre naturalização elaborado pela 15ª subcomissão legislativa em 1933 in VALLADÃO, *Princípios de Direito Internacional Privado*. Para o catedrático da Faculdade Nacional de Direito, a naturalização, antes de concedida, é um favor; depois, torna-se um direito. No mesmo sentido BATTIFOL, *Traité Élémentaire de Droit International Privé*, 1949, p. 119.

(3) "Como acontece quanto a qualquer relação jurídica menos conhecida, procurou-se explicar a *relação jurídica entre o funcionário e o Estado*, assimilando-se a algumas das relações mais vulgares no mundo jurídico, em subordinação do direito público ao direito privado, característica de séculos em que o direito civil representou a preocupação principal da burguesia, após a derrocada das instituições monárquico-feudais. PONTES DE MIRANDA, *Comentários à Constituição de 1946*, Imprensa Nacional, 1947, vol. IV, p. 135.

Assim, os juristas consideraram sucessivamente a função pública como locação de serviços, mandato, contrato *sui-generis*, contrato inominado etc...

Somente há algumas décadas, quando o direito público começou a ter técnica própria, que não mais dependia do direito privado, revelaram os publicistas a natureza institucional da função pública.

(4) "Se o cargo, realmente, era vitalício ao tempo da nomeação, o funcionário nêle investido adquiriu direito a vitaliciedade, por estipulação implícita no ato que o nomeou."

O arbítrio do legislador quanto a vitaliciedade "porém diz respeito ao cargo, não à pessoa que o exerce. Para esta o cargo, em que foi provida vitaliciamente, não perdera jamais o caráter de vitaliciedade, embora a lei revogue a regra geral, que a estabeleceu." RUI, *op. cit.* na nota 2, p. 239 e 240.

Diversa é a afirmação de JOÃO BARBALHO:

"Pode é verdade a lei ordinária excepcionalmente declarar vitalícios outros cargos, quando a isso aconselhem altos motivos de ordem pública; mas essa garantia se a lei a deu, ela a poderá retirar quando lhe pareça terem cessado seus motivos determinantes". *Constituição Federal Brasileira — Comentários*, 2.ª ed. 1924, p. 462.

(1) "No regime imperial rege-se a administração pública pelo direito privado, excetuando o Contencioso Administrativo que meramente o aplica. Fora do direito privado, tudo se obscurece e confunde: é o caos. Pode dizer-se, de resto, que essa é a expressão consagrada para caracterizar esse período da nossa administração: "Administração no caos" chama-lhe o VISCONDE DE URUGUAI (*Ensaio sobre o direito administrativo*, 1862, vol. I, p. 24); "caos administrativo", uma voz lhe chama dentro do próprio Conselho de Estado (*Imperiais Resoluções tomadas sobre Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado*, 1884, t. I, p. 781).

Traço de nossa administração pública sob o Império é, pois, o que poderíamos denominar privatismo, subordinação da autoridade pública aos princípios e regras de direito privado." RUI CIRNE LIMA, *Direito Administrativo Brasileiro*, 1939, p. 33.

(2) "As relações de serviço que unem o funcionário ao Estado assentam num verdadeiro contrato, num contrato de direito público ..... O que importa à idéia jurídica de contrato — é tão-somente o mútuo e livre concurso de pessoas capazes. Há capacidade? Há liberdade? Há estipulação de compromissos, recíprocos ou unilaterais? Então há contrato. Ora todos esses elementos concorrem no provimento dos cargos públicos. Temos aí, por conseguinte, um contrato. De direito público? Sim,



publicana ainda são aqueles oriundos da Revolução Francesa, a saber, a divisão dos poderes e a declaração dos direitos do homem e do cidadão. Nos capítulos dedicados a estas matérias é que o constituinte vem a tratar da função pública para assegurar que ela será acessível a todos e que o cidadão investido em função de um dos poderes não poderá exercer as de outro. E incontestável neste ponto a influência direta do artigo 6 da declaração francesa dos direitos do homem, cuja origem anglo-americana JELLINEK apontava em trabalho clássico. (5) Efetivamente, a declaração dos direitos já afirmara que "... Tous les citoyens étant égaux à ses yeux (de la loi) sont également admissibles à toutes dignités, places et emplois publics, selon leur capacité et sans autres distinctions que celles de leurs vertus et leurs talents". (6) Quanto ao princípio da separação dos poderes é oriundo do texto de MONTESQUIEU em que o Presidente do Parlamento de Bordéus o considera como garantia de liberdade. (7)

Depois do fim da primeira guerra mundial, as constituições revestiram-se de novos aspectos. Assistimos então ao controle social das liberdades individuais, ao fortalecimento do poder executivo, ao fim do princípio da separação dos poderes, enquanto novos capítulos eram introduzidos nas cartas magnas. (8)

As constituições de Weimar, de Dantzig, da Estônia, da Polônia, da Romênia, elaboradas a partir de 1918, e outras posteriores vieram fazer especial referência à ordem social e econômica, à proteção da família, à cultura nacional, à educação pública, aos funcionários do Estado. São estes novos temas que vamos encontrar na constituição

(5) JELLINEK, *La declaration des droits de l'homme et du citoyen*, tradução de G. FARDIS, Paris, 1902, passim.

(6) No mesmo sentido o artigo IX do Bill of Rights de Massachussets: "... and all the inhabitants of this commonwealth, having such qualification as they shall establish by their frame of government, have an equal right to elect officers and to be elected for public employments."

(7) "Lorsque dans la même personne ou dans le même corps de magistrature la puissance législative est réunie à la puissance exécutive, il n'y a point de liberté, parce que l'on peut craindre que le même monarque ou le même sénat ne fasse des lois tyranniques pour les exécuter tyranniquement."

Il n'y a point encore de liberté si la puissance de juger n'est pas séparée de la puissance législative et de l'exécutive. Si elle était jointe à la puissance législative, le pouvoir sur la vie et la liberté des citoyens serait arbitraire; car le juge serait législateur. Si elle était jointe à la puissance exécutive, le juge pourrait avoir la force d'un oppresseur.

Tout serait perdu si le même homme, ou le même corps des principaux, ou des nobles, ou du peuple, exerçaient ces trois pouvoirs celui de faire les lois, celui d'exécuter les résolutions publiques, et celui de juger les crimes ou les différends des particuliers." MONTESQUIEU, *L'esprit des lois*, Livro XI, capítulo VI, in *Oeuvres Choiesies*, Hatier, 1949, p. 721.

(8) Vide B. MIRKINE-GUETZEVICH, *Modernas Tendencias del derecho constitucional*, Editorial Reus, Madrid, 1934.

de 1934, já impregnada pelo novo espírito dominante no direito público contemporâneo, e nas cartas magnas de 1937 e 1946.

A constituição de Weimar rompera o silêncio, tradicional nas constituições, em relação à função pública. Refletindo a constituição o desenvolvimento das atividades estatais, não podia deixar por mais tempo de lado a regulamentação em traços largos da função pública. O artigo 128 da constituição alemã estabeleceu que: "Todos os cidadãos, sem distinção, são, na conformidade das leis e segundo as suas aptidões e faculdades, admitidos aos cargos públicos. São excluídas todas as disposições excepcionais contra os funcionários do sexo feminino. Os fundamentos das relações dos funcionários são regulados por lei do Reich". Não se limitou pois o constituinte de Weimar a afirmar consequências implícitas na declaração dos direitos. Consolidou as normas gerais relativas a função pública já agora considerada de natureza institucional, atribuindo ao poder federal o direito de legislar nesta matéria.

Os princípios de Weimar influíram pois na Constituição de 1934, cujos preceitos acerca dos funcionários públicos subsistiram na Carta de 1937 para serem reafirmados na constituição vigente.

O constituinte decidiu pois fixar na lei suprema os princípios gerais de direito administrativo estabelecendo as normas referentes não só ao acesso da função pública, acumulação, aposentadoria e responsabilidade do funcionário, que já encontramos na Constituição de 1891, como também aquelas imperantes em matéria de férias, licença, disponibilidade, contagem de tempo de serviço, perda do cargo e reintegração.

As nossas constituições, desde 1891, aumentaram de volume. Mais ampla e complexa tornou-se a estrutura estatal. Mais minuciosa haveria de ser a regulamentação do instrumento humano pelo qual o Estado realiza os seus fins — o funcionário público.

## II. CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

E' particularmente difícil encontrar uma definição doutrinária exata e suficiente de funcionário público. As diversas caracterizações, embora compreendendo a maioria dos casos, não abrangem todas as hipóteses. Há sempre uma zona cinzenta, uma terra de ninguém em que os juristas hesitam, vacilam, não podendo afirmar se, nestes casos, o indivíduo é ou não funcionário público. Nesta região, as definições falham. E, muitas vezes, a doutrina haverá de entrar em choque com o próprio direito positivo que diverge das concepções abstratas para preferir uma determinação um tanto quanto arbitrária mas concreta dizendo a lei, em cada caso, se tal ou qual cargo constitui ou não um cargo público.

A definição mais fácil e cômoda que consideraria como funcionário público aquele que exerce função pública é incompleta por também serem funcionários públicos aqueles que estão em disponibilidade ou aposentados.



A caracterização clássica é a de GASTON JÈZE que afirmou ser funcionário público aquele que colabora em verdadeiro serviço público em caráter permanente, normal e ordinário. Mas, pondera muito acertadamente PONTES DE MIRANDA que estes pressupostos são exigidos no início, no momento da entrada na carreira, não devendo ser permanentes. Não de existir no momento em que o indivíduo se integra na qualidade de funcionário público mas posteriormente podem não subsistir sem que o funcionário perca a sua qualidade. Assim, um funcionário do Ministério da Fazenda servindo numa sociedade de economia mista como o Banco do Brasil continua sendo funcionário público, embora como tais não sejam considerados os empregados das sociedades de economia mista. A distinção é sutil mas não deixa de ser procedente. Poderíamos, por analogia, lembrar a diferença quanto ao acôrdo de vontade, quanto a *affectio maritalis* no direito romano e no direito moderno. Em Roma, a *affectio* devia perdurar enquanto durasse o casamento. No direito moderno, basta o acôrdo inicial, a manifestação do acôrdo das vontades no momento do casamento. (9) O mesmo acontece em relação ao funcionário. Os pressupostos são iniciais. Depois de integrado o funcionário na situação jurídica própria, não se exige que perdurem. Por outro lado, a permanência é qualidade exigida de *lege ferenda*. Se o direito positivo quiser conferir a qualidade de funcionário público a certas pessoas que prestaram serviços públicos não permanentes em época de crise, nenhuma norma a isto se poderá opor. (10)

O artigo 2 do Estatuto dos Funcionários Públicos referiu-se ao assunto, declarando que “para os efeitos deste estatuto, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público; e cargo público é o criado por lei, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres da União”. Já vimos a inexistência de tais definições que são incompletas e lacunosas.

A jurisprudência nos indica a confusão existente na matéria. Passando os olhos nas decisões judiciais, sente-se a inoperância dos critérios dou-

(9) Constitui contribuição interessante nesta matéria o artigo do Professor EBERT CHAMOUN, *Invalidez sucessiva do matrimônio romano*, in A Época, n.º 193, maio 1952, p. 6.

(10) PONTES DE MIRANDA, *op. cit.* na nota 3, p. 137.

trinários e a necessidade de aceitar a discriminação estabelecida pela lei. E' funcionário público aquele que a lei considera como tal. De acôrdo com a jurisprudência são funcionários públicos o depositário judicial, a praça de pré, o oficial de reserva, os funcionários das Caixas Econômicas da União, não o sendo os guardas noturnos, os funcionários do Instituto Brasileiro do Café, os ferroviários. (11)

Não têm sido considerados como funcionários públicos o empregado de sociedade de economia mista e o funcionário autárquico. (12)

TEMÍSTOCLES CAVALCANTI, no seu *Tratado*, faz uma distinção fecunda entre o funcionário público e o servidor do Estado para afinal definir o primeiro pelo critério legal a que já aludimos. O funcionário público é pois aquele que a lei considera como tal. Assim também acontece aliás com o serviço público. Este não é mais conceituado como “um serviço técnico prestado ao público por organização pública de modo regular e contínuo para satisfazer uma necessidade pública” (13) nem como obrigação que os governantes têm para com os governados. (14) Serviços públicos são, para JÈZE, aqueles definidos como tais pela lei. Do mesmo modo, a função pública, ou melhor, o funcionário público escapa a uma definição doutrinária, devendo ser acatado o critério legal. (15)

(11) EMÍLIO GUIMARÃES, *Brasil — Acórdãos*, vol. II, Konfino, vide a palavra *Funcionário*, decisões de números 22, 28, 3, 37, 45 e 49.

(12) TEMÍSTOCLES CAVALCANTI, *Tratado de direito administrativo*, 3 vol., ARNOLD WALD, *As sociedades de economia mista* in *Revista do Serviço Público* de julho de 1953. No mesmo sentido manifestou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Vide PHILADELPHO AZEVEDO, *Um Triênio de Judicatura*, vol. V, p. 101. Informa-nos o deputado BILAC PINTO em artigo publicado na *Revista Forense* que no projeto inicial de criação do Banco de Desenvolvimento Econômico deviam ficar os seus empregados sujeitos às normas comuns do direito trabalhista mas na marcha do processo foi modificado o *status* dos funcionários do banco.

(13) HAURIU, *Precis de droit administratif*, 1912, p. 44.

(14) LEON DUGUIT, *Manuel de droit constitutionnel*, 1923, p. 73.

(15) Ap. ARNOLD WALD, *Os serviços públicos no Estado moderno* in *Revista do Serviço Público* de agosto de 1952, p. 19. Em sentido diverso, ADOLFO POSADA, *Tratado de Derecho Administrativo*, tomo I, Madrid, 2.ª ed., 1923, p. 274 e seguintes.



# A Assistência Técnica das Nações Unidas e a Paz

YVES ORLANDO TITO DE OLIVEIRA

## 1. INTRODUÇÃO

**N**UM gesto de colaboração para com as Nações Unidas, temos a oportunidade de cooperar com esta entidade, estudando o interessante tema "A Assistência Técnica das Nações Unidas e a Paz". Além disso, o nosso apoio aos desejos de aperfeiçoamento técnico e cultural da ONU tem um cunho singular. Já participamos de um Curso Internacional de Administração Pública, de 1951 a 1952, na F.G.V. com a sua orientação, portanto, beneficiando-nos diretamente, com a Assistência Técnica das Nações Unidas. Os vanguardistas da concórdia universal devem ser consagradamente idealistas, buscando naqueles que demonstrarem uma nítida tendência em defesa do bem comum, a ajuda para as suas nobilíssimas tarefas. Um líder da Paz deve ter predicados excepcionais, não podendo ser um aventureiro, produto do oportunismo político. Deve ter as qualidades de um autêntico propugnador dos grandes ideais pelos quais a humanidade se bate com o sacrifício de seus mártires, como um FOLKE BERNADOTTE, ou de uma fibra de pacificador como RALPH JONHSON BUNCHE ou de um TRYGVE LIE, nomes já consagrados na história admirável e magnífica das Nações Unidas. Que esta nossa contribuição, e tantas outras que já temos propiciado ou que ainda venha a realizar, seja uma pá de areia de boa vontade e de verdadeiro espírito pacifista no ambiente universal dos homens que nunca imaginaram possa existir uma humanidade destruidora do próprio homem, êle que nasceu com as excelsas qualidades que Deus soube dar, de modo que não há palavras capazes de traduzir a sua perfeição. A Guerra e a Paz se encontram nos espíritos dos homens, nos espíritos dos homens é que devemos buscar os remédios para evitar a Guerra e a defesa intransigente da Paz. O Brasil, que teve um pacifista da estirpe de RUI BARBOSA, que propugnou na segunda Conferência da Paz, em Haya, em 1907, entre outros pontos, pela Abolição da Captura, isto é, o princípio da inviolabilidade da propriedade particular no oceano; que defendeu um Tribunal de Prêdas, com a criação de um órgão com jurisdição internacional de apelação na matéria; que batalhou pelo arbitramento obrigatório e litígios pendentes, relativamente às questões que não puderem chegar a um acôrdo por via diplomática, ficando as Nações obrigadas

a recorrerem à arbitragem; que adotou a constituição de uma Comissão Internacional de Inquéritos; que elogiou a doutrina de Drago da Argentina, defendendo a tese da irrecuperabilidade coercitiva das dívidas do Estado, apelando para os meios judiciários internacionais; que trabalhou pela Organização da Corte Permanente para resolver os litígios internacionais, e outros pontos essenciais para uma nova política em defesa da Paz, o Brasil que teve em RUI BARBOSA um pioneiro da Paz Universal, um grande e notável pacifista, honra e glória do meu Estado Natal, — a Bahia, o Brasil tem sempre em mente os exemplos dêsse grande pacificador.

E' como acentua PAUL VANORDEN SHAE, brilhantemente:

"Ora, se a psicologia, psiquiatria e a psicanálise modernas nos proporcionam métodos de conhecermos a nós mesmos e aos nossos motivos conscientes ou subconscientes, ou um meio de nos compreendermos a nós mesmos como indivíduos e aos outros, porque será que não podemos lançar mão do mesmo método para evitar que um povo, um grupo de povos esmacele outro povo ou povos, se uns e outros obedecem a impulsos ou emoções não-verbais, não formulados em palavras? Somente o reconhecimento dêste fato nos libertará e nos proporcionará meios de melhor compreensão mútua."

E entre os meios para se conseguir uma Paz verdadeira, que WILLIAM SHIPLEY denomina "conceitos não-verbais num nível pré-consciente", está, sem dúvida: a Assistência Técnica das Nações Unidas.

## 2. PROPÓSITOS DAS NAÇÕES UNIDAS

Os propósitos das Nações Unidas são:

- a) manter a paz e a segurança internacionais;
- b) promover relações amistosas entre as Nações;
- c) cooperar na solução dos problemas internacionais de ordem econômica social, cultural e humanitária, promovendo o respeito pelos direitos e pelas liberdades fundamentais da Humanidade;
- d) ser um centro onde se harmonizem as ações dos povos para a obtenção dêsses fins comuns.

Graças ao Presidente Roosevelt, foi pela vez primeira empregado o nome Nações Unidas, na



“Declaração das Nações Unidas” em 1 de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 Nações assumiram o compromisso de que seus governos continuariam a luta contra o Eixo. Contudo, nasceram oficialmente as Nações Unidas em 24 de outubro de 1945.

A troca de idéias, conhecimentos e experiências entre os povos não advém de pouco tempo para a nossa época. Desde longa data essa troca de fatores de civilização tem sido uma realidade entre os países, com as invenções e descobertas na história da humanidade. O programa ampliado da ONU e seus órgãos especializados foi aprovado pela Conferência de Assistência Técnica, realizada em Lake Success, de 12 a 14 de junho de 1950. Entretanto, as próprias Nações Unidas vêm prestando serviços de caráter social, de administração de serviço social, bem-estar familiar, construção de habitações e incentivo da organização de comunidades, desde as resoluções aprovadas na Assembléia de 1946. Para citar mais distante podemos mencionar a Organização Internacional de Trabalho, que foi criada em 1919 pela Conferência da Paz, e que teve como primeiro Diretor o consagrado estadista francês Albert Thomas, e que enviou numerosas missões a territórios e países que necessitaram do concurso de técnicos qualificados no domínio social. Atualmente, a O.I.T. dedica especial atenção a sua ação de assistência técnica aos Estados filiados, quanto aos problemas sociais e do trabalho, inclusive a mão-de-obra, nos setores da organização do emprego, da aprendizagem técnica e da emigração.

O aspecto atualizado da Assistência Técnica é verdadeiramente a sua generalização a todos os países membros da ONU, colocando os mesmos a par das fontes do conhecimento técnico.

O art. 55 da Carta das Nações Unidas é claro :

“Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessários às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, as Nações favorecerão:

- a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico-social;
- b) a solução dos problemas internacionais, econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional, e
- c) o respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Daí a denominação de Programa Ampliado de Assistência Técnica.

Por outro lado a Organização dos Estados Americanos, que é, por força de sua carta, um organismo regional das Nações Unidas, através do Conselho Interamericano Econômico e Social, aprova a Resolução de 10 de abril de 1950, relativamente aos projetos de Assistência Técnica, intitulada “Plano de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos”, para o ano de 1951, composto de 46 projetos, cujo custo foi estimado em US\$ 3.215.709.

### 3. MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica visa, precisamente, ao levantamento do nível econômico dos países sub-desenvolvidos. Entretanto, têm eles liberdade de escolher, aceitar, modificar, rejeitar ou adotar a assistência, de conformidade com seus próprios julgamentos ou preconceitos. A função dos órgãos que prestam assistência técnica é de auxiliar na formulação do critério quanto às necessidades de assistência. As várias modalidades são:

I — Missões técnicas;

II — material e aparelhamento;

III — pesquisas e informações;

IV — conferências internacionais, Comissões de Estudo e Grupos de Debates.

I — *Missões Técnicas* — são as desempenhadas por grupos de especialistas cujo mister é dar orientação, instrução ou os dois serviços cumulativamente.

II — *Material e Aparelhamento* — Esta assistência tem sido limitada a aparelhos de laboratório, material escolar e sementes para fins de treinamento de pessoas ou pesquisas na execução de um plano de assistência técnica da ONU.

III — *Pesquisas e Informações* — Soma considerável de informações e análises técnicas é disseminada através de :

a) centros de intercâmbio internacional;

b) publicações periódicas ou esporádicas sobre determinados aspectos do desenvolvimento econômico;

c) laboratórios para investigação de certos problemas. Exemplo: o serviço de Informação Epidemiológica da Organização Mundial de Saúde.

IV — *Formação Técnica Internacional* — compreende esta formação:

a) bolsas de estudo;

b) aprendizado prático, escolas e cursos regionais;

c) intercâmbio de técnicos em pesquisas.

V — *Conferências Internacionais, Comissões de Estudo, Grupos de Debates* — Essas reuniões recaem em duas categorias:

a) as que são convocadas para efetuar intercâmbio de informações técnicas sobre determinado problema, tendo por fim recomendar ação internacional para a solução do mesmo.

### 4. ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

São considerados os seguintes órgãos das Nações Unidas que prestam assistência técnica:

a) A Organização das Nações Unidas (ONU).

b) Organização Internacional do Trabalho (OIT).

c) Organização de Alimentação e Agricultura (OAA).



- d) Organização de Educação, Ciências e Cultura das Nações Unidas (UNESCO).
- e) Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).
- f) Organização Mundial de Saúde (OMS).

a) *Organização das Nações Unidas*  
(O.N.U.)

A maior parcela de responsabilidade na assistência de desenvolvimento econômico cabe à Organização das Nações Unidas e seus órgãos consultivos. Assim, tem o Conselho Econômico Social, em diversas resoluções, instituído órgãos técnicos com atribuições especiais no campo do desenvolvimento econômico. Entre esses órgãos contam-se:

- a) A comissão de Assuntos Econômicos e de Emprego, à qual cabe o papel de assessor do Conselho naqueles problemas, especialmente no que disser respeito às regiões menos desenvolvidas;
- b) uma Comissão de Estatística, incumbida, entre outras atribuições, de promover o progresso das estatísticas nacionais;
- c) uma Comissão Fiscal, com a principal atribuição de auxiliar, quando solicitada, qualquer governo membro em questões de fazenda pública e seus aspectos jurídicos, administrativos e sociais.
- d) uma Comissão de Assuntos Sociais, entre cujas atribuições se inclui a de auxiliar o Conselho em matéria de serviços sociais.

b) *Organização Internacional do Trabalho*  
(O.I.T.)

Criada em 1 de agosto de 1919 a O.I.T. contava com sessenta Estados Membros, passando a integrar as Nações Unidas por ato da Assembleia Geral desta e da Conferência Geral em 1946. Esta Conferência, anexa aos seus estatutos: "reconhece a solene obrigação da Organização Internacional do Trabalho de fomentar em todas as nações do mundo, programas que permitem alcançar, entre outras vantagens, elevação de níveis de vida; provimento de meios de formação técnica; proteção da vida e da saúde do trabalhador; fornecimento de alimento e habitação; facilidade de cultura e recreação adequadas e garantia de igualdade de oportunidades educativas e profissionais".

A Organização Internacional do Trabalho — a O.I.T. — é uma instituição intergovernamental cuja finalidade é promover a justiça social, contribuindo assim em favor da Paz Universal, de forma duradoura.

A O.I.T. consta dos seguintes órgãos:

A Conferência Internacional do Trabalho, a sua autoridade suprema que se reúne uma vez por ano.

O Conselho de Administração, órgão executivo da O.I.T. que se reúne, em princípio, quatro vezes por ano.

A Repartição Internacional do Trabalho, órgão executivo e administrativo da O.I.T. que constitui sua Secretaria permanente.

Compõe-se, também, de Comissões de peritos para estudo de questões relacionadas com o trabalho e o emprego, a fim de orientar a Organização e os Governos membros. Entre essas Comissões destacam-se:

- a) oito comissões industriais que tratam, respectivamente, de minas de carvão, transporte terrestre, ferro e aço, indústrias têxteis, construções, engenharia e obras públicas, petróleo e indústrias químicas;
- b) comissões consultivas sobre empregado assalariado e trabalhador profissional, cooperativas e trabalho juvenil;
- c) comissões de correspondência sobre prevenção de acidentes, higiene industrial, trabalho feminino e utilização do lazer;
- d) Comissão Internacional do Fomento do Trabalho; e
- e) Comissão de Peritos Estatísticos.

Mantém a O.I.T. um programa de pesquisas e possui diversas publicações de caráter técnico, estatístico e econômico.

c) *Organização de Alimentação e Agricultura*  
(F.A.O.)

A Organização de Alimentação e Agricultura incumbe prestar assistência no que diz respeito ao desenvolvimento agrícola, florestal e da pesca. Os estatutos da Organização estabelecem, em seu preâmbulo, obrigações de grande alcance nesses setores, estabelecendo entre seus fins:

- “elevação de níveis de nutrição e padrões de vida dos povos sob as respectivas jurisdições;
- aperfeiçoamento e eficiência da produção e distribuição de todos os alimentos e produtos agrícolas;
- melhoria das condições de vida das populações rurais e a consequente contribuição para a expansão econômica industrial.”

A assistência aos Governos-membros é também objeto dos Estatutos. Os órgãos por intermédio dos quais a Organização atende aos seus fins são:

- a) uma Conferência Internacional composta de representantes dos países-membros;
- b) um Conselho que representa a Conferência no intervalo das sessões;
- c) órgãos consultivos internacionais compostos de peritos nos vários ramos da agricultura, reflorestamento, pesca e assuntos correlatos;
- d) Comissões Nacionais da Organização de Alimentação e Agricultura; e
- e) um Secretariado.

Com autoridade, acentua João Gonçalves de Souza, a respeito das atividades da F.A.O.: “No que se refere à assistência técnica da F.A.O. haveria muito o que dizer. Este é, precisamente, o ponto em que essa agência da ONU mais se sente



segura. E' o em que mais tem avançado, à frente mesmo de tôdas as suas coirmãs das Nações Unidas. Dois terços da população do mundo são de ruralistas. E as áreas onde vive esta população são, em grande parte, as áreas pouco desenvolvidas onde se identificam os mais baixos níveis e padrões de vida. Há, pois, em relação a esta população, uma grande tarefa relacionada com a assistência técnica que a F.A.O. pode prestar, aliás já vem prestando, no sentido de ajudar o povo a trabalhar mais lucrativamente e a viver melhor. Basta dizer que 33 nações-membros da F.A.O. — quer dizer exatamente a metade já lhe solicitaram assistência técnica. No momento, há, já, recrutados 300 "expertos" em assuntos de agricultura, alimentação, economia e sociologia rurais, peixe e madeiras a serem mandados para êsses 33 países, em desempenho de missões ligadas à orientação do que se pode e deve fazer para uma economia rural mais sadia e mais desenvolvida. Além dêsses técnicos, a F.A.O. proporcionou fundos para cerca de 150 bolsas de estudos, para rapazes e moças que, indicados por Estados-membros, voltem, depois, a êles para trabalhar no campo das especialidades que fizerem. Quase seis milhões de dólares já estão comprometidos pela F.A.O. com o seu programa de assistência técnica ampliada, em colaboração com as Nações Unidas.

O Brasil também celebrou, há pouco, contrato de assistência técnica com aquela Organização."

d) *Organização de Educação, Ciências e Cultura das Nações Unidas (UNESCO)*

A Organização de Educação, Ciências e Cultura das Nações Unidas foi criada "com a fim de alcançar, através das relações culturais, científicas e educativas entre os povos do mundo, os objetivos de paz internacional e o bem-estar geral da humanidade".

No cumprimento dos seus fins a UNESCO:

- a) Favorece o conhecimento e compreensão mútuos, das nações;
- b) dá um novo impulso à educação popular e à difusão da cultura;
- c) ajuda a manutenção, o desenvolvimento e a difusão do saber.

Órgão das Nações Unidas, no tocante à assistência de educação e de instrução técnica, a UNESCO adotou um programa cuja realização requer uma atuação nas diferentes atividades objeto de seus fins, tais como:

I — coordenação de espaços para reconstrução científica e educativa de áreas devastadas pela guerra;

II — problemas de educação de crianças vítimas das guerras e serviço de acampamento de adolescentes;

III — centro de informações concernentes à educação, principalmente no que toca à educação básica, formação de técnicos e condição jurídica de professores;

IV — missões consultivas de educação para os Estados-membros;

V — divulgação, em caráter popular, da ciência e respectivo sentido social;

VI — sistema de troca de livros e plano de aquisição dêsses por meio de cupons, a fim de fazer face às dificuldades de câmbios monetários;

VII — bolsas de estudo;

VIII — levantamento das necessidades de material, aparelhamento e instrução de pessoal para educação das massas de países pouco desenvolvidos ou devastados pelas guerras;

IX — desenvolvimento da educação como meio de informação das massas;

X — desenvolvimento das bibliotecas públicas e dos museus como centros de educação popular;

XI — organização de bibliografias e produção de livros de baixo custo.

Para facilitar o intercâmbio entre a UNESCO e os diversos países, a mesma entidade estabeleceu escritórios de cooperação científica, um dos quais se encontra no Rio de Janeiro: O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (I.B.E.C.C.).

e) *Organização Internacional da Aviação Civil (I.C.A.O. ou O.I.A.C.)*

A Organização Internacional da Aviação Civil cabe a prestação de assistência técnica no domínio do transporte aéreo. Tal entidade tem emprestado a sua colaboração aos países membros das Nações Unidas, por intermédio do seu programa de "Auxílio Coletivo". Missões Técnicas foram enviadas à Islândia e à África, a fim de orientar os governos dêsses países em assuntos de sua especialidade. Na Grécia, o trabalho da missão teve por finalidade estudar o desenvolvimento de aeródromos civis nas proximidades de Atenas e orientar a reconstrução do Aeroporto de Fal-linkton.

f) *Organização Mundial de Saúde (WHO ou OMS)*

A Organização Mundial de Saúde tem por objetivo: "alcançar para todos os povos o mais alto nível de saúde". E um dos melhores meios para alcançar essa tarefa é o da assistência técnica, numa grande escala, dentro do seu corpo especializado, e a difusão de conhecimentos em torno dos problemas de saúde.

Compete à OMS:

"assistir os governos-membros, quando solicitada, no que diz respeito à ampliação de serviços de saúde;

"prestar assistência técnica adequada e, em caso de emergência, dar colaboração aos governos-membros quando fôr a mesma por êles aceita ou solicitada;

"ministrar ou auxiliar a ministrar, quando solicitado pelas Nações Unidas, serviço de saúde e facilidades a grupos especiais, como as populações de território sob regime de administração fiduciária;



“promover ou orientar pesquisas no campo de saúde;  
“estimular e fazer progredir obras destinadas ao combate de doenças endêmicas e epidêmicas.”

Integram a Organização Mundial de Saúde, a Organização Sanitária Pan-Americana e o Bureau Sanitário de Alexandria.

As atividades da OMS podem dividir-se em dois grandes grupos: a) serviços técnicos, b) serviços gerais.

## 5. RECURSOS PARA A ASSISTÊNCIA

A Conferência de Assistência Técnica foi convocada para :

a) obter a aquiescência definitiva dos governos para os acordos concernentes aos gastos e cotas dos países participantes (entre os quais alguns havia que não são membros das Nações Unidas); e

b) pôr em prática o plano de serviços determinando a soma total de contribuições destinadas a constituir o fundo comum para as despesas de prestação de assistência no primeiro ano de execução do programa.

## 6. O BRASIL E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No Brasil, o órgão coordenador da assistência técnica é a Comissão Nacional de Assistência Técnica que, instalada no Itamarati, atua como elemento de ligação entre a ONU e o nosso País.

O Decreto n.º 28.799, de 27 de outubro de 1950, que criou a referida Comissão, dispõe:

I — Estudar problemas relativos à participação do Brasil em programas de assistência técnica das Nações Unidas e, eventualmente, da Organização dos Estados Americanos;

II — fazer o levantamento das necessidades brasileiras em matéria dessa assistência técnica e preparar planos e programas para obtenção de auxílio técnico de tais organizações;

III — estudar as possibilidades da contribuição brasileira para programas cooperativos de assistência técnica a que se refere este decreto, examinando, para esse fim, as facilidades disponíveis

em órgãos públicos federais, organizações estaduais, autarquias e sociedades privadas de interesse público;

IV — estabelecer normas para contratos de prestação de assistência técnica da sua competência, superintender a execução dos mesmos e estabelecer critérios para intercâmbio de bolsistas e técnicos dentro dos programas internacionais de assistência técnica.

V — Disseminar documentação informativa sobre as facilidades de assistência técnica disponíveis em outros países ou em organizações internacionais e sobre a contribuição brasileira para atividades de assistência técnica”.

## 7. CONCLUSÕES

Em 1950 os trabalhos da Ajuda Técnica foram coroados de êxito, bastando verificar-se a publicação n.º 6, do Boletim das Nações Unidas.

As Nações Unidas publicaram um interessante e oportuno trabalho sobre a matéria, intitulado *Service of the United Nations Technical Assistance Administration and How to obtain them*, em 1951.

Com G.E. Yates, Secretário Executivo da Conferência da Ajuda Técnica, se inicia o seu programa ampliado.

O Prof. Roscoe Martin, da Universidade Syracuse, dos Estados Unidos da América do Norte, em brilhante artigo aborda o assunto, tendo publicado na *“Public Administration Review”*, Vol. XII, n.º 4, de 1952, intitulado: *“Technical Assistance: The Problem of Implementation”*, no qual estuda entre outros importantes aspectos: A natureza da Assistência Técnica; Implantação: Plano prático; Problemas relativos para Implantação; Perspectivas.

Não podemos deixar de mencionar o *“Program of Fellowships and Scholarships”* para 1954, de Administração de Assistência Técnica das Nações Unidas.

São essas considerações que julgamos oportuno fazer, modestamente, acerca do magnífico tema: A Assistência Técnica das Nações Unidas e a Paz.



# Racionalização da Administração Governamental na Finlândia

K. E. P. RANTANEN

(Tradução de Maria Madalena Mac Dowell Reinhoeffer)

A presente tradução, de original publicado no "OSM Bulletin", n.º 6, de dezembro de 1952, informa-nos a respeito da estrutura e atribuições da Divisão de Racionalização da Finlândia. Vale a pena ressaltar a ênfase colocada no treinamento de pessoal e o fato de atribuí-lo à Divisão de Racionalização.

**A**SISTEMÁTICA racionalização dos Ministérios e demais órgãos da administração pública na Finlândia vem sendo processada ativamente há nove anos, tendo sido o Ministério das Finanças encarregado dêsse trabalho, em julho de 1943.

O primeiro chefe do setor especialmente criado para tal fim — incidentalmente, o atual Primeiro Ministro da Finlândia — tomou a seu cargo todas as atividades relacionadas com a racionalização dos Ministérios. Desde o início, essa alta autoridade encontrou valioso auxílio na Suécia; os princípios, métodos e técnicas adotados na Suécia nos trabalhos de organização e racionalização foram da maior utilidade para a Finlândia. Teve êle, no começo, apenas dois assistentes: um encarregado de orientar e realizar investigações sobre métodos de trabalho e o outro de examinar os principais problemas de organização.

Dêsse pequeno início, o órgão responsável pela racionalização transformou-se em importante e operosa divisão, conhecida como Divisão de Racionalização do Ministério das Finanças, a qual, entretanto, ainda não conta com um quadro de pessoal apreciável, pois compõe-se de apenas oito funcionários especializados, um escriturário e um datilógrafo.

A Divisão de Racionalização compreende três setores: o Serviço de Administração, a Diretoria e o Serviço Técnico.

O Serviço de Administração trata dos aspectos da racionalização em assuntos legislativos que interessam à administração, da organização do Governo em geral e do treinamento dos seus funcionários, sendo também responsável pelos assuntos de pessoal na Divisão.

A Diretoria, em colaboração com as repartições competentes, planeja e realiza investigações sobre métodos de trabalho, providencia no sentido de que os órgãos e instituições governamentais se-

jam organizados de forma a atender ao bem-estar público e à economia de tempo, e é responsável, ainda, pelo treinamento dos funcionários selecionados para organização e métodos de trabalho.

O Serviço Técnico é a unidade da Divisão de criação mais recente e tem a seu cargo a coordenação dos métodos de racionalização em empresas de propriedade do Estado.

O Diretor de Racionalização é investido de poderes relativamente amplos para decidir, com independência, sobre assuntos relacionados a atividades de racionalização, pois deve encaminhar ao Ministro apenas as questões de competência legal do Gabinete que, por decreto, devam ser submetidas a decisão final do Ministério das Finanças, alguns casos que possam ter consequências remotas e assuntos reservados pelo Ministro para sua própria decisão. É subordinado ao Ministério das Finanças no que se refere aos novos desenvolvimentos no campo da administração e da organização e métodos de trabalho; no contato permanente com o "staff" das associações em assuntos relativos a condições de trabalho; no emprêgo de medidas eficientes para a eliminação de quaisquer imperfeições notadas em sua esfera de atividade; e na direção do trabalho da Divisão. O Diretor de Racionalização ou seu substituto oficial tem autoridade para conduzir investigações em repartições e instituições do Governo, podendo solicitar das mesmas os relatórios ou exposições que julgar necessários. Quando, em qualquer repartição ou instituição do Governo, é criado um setor especialmente para executar o trabalho de "O" e "M" (\*), o Diretor da Racionalização assume automaticamente autoridade técnica sobre o mesmo, com o direito de emitir as ordens e instruções que julgar necessárias ao conveniente desempenho do trabalho.

Agindo de acordo com o princípio de que os melhores resultados no trabalho de "O" e "M" são obtidos com a cooperação da repartição interessada, a Divisão de Racionalização tem procurado treinar para funcionários de "O" e "M" membros do "staff" daquelas repartições e criar, nos diversos Ministérios, setores permanentes de "O" e "M", tecnicamente supervisionados pela Divisão. Assim, existem agora setores dessa espécie trabalhando ativamente nas Estradas de Ferro, Correios e Te-

(\*) "O" — Organization e "M" — Methods.



légrafos, Estradas de Rodagem, Serviços de Água, Serviços Agrícolas e Departamento de Administração de Prisões, na Universidade de Helsinki e no Estado-Maior das Forças Armadas.

Dessa forma, os mais importantes Departamentos do Governo criaram seus próprios serviços de "O" e "M", dos quais o dos Correios e o de Estradas de Ferro já ultrapassaram em parte o seu criador, a Divisão de Racionalização do Ministério das Finanças. O quadro de pessoal empregado no trabalho de racionalização compõe-se de cerca de 50 funcionários de tempo integral, entretanto, esse número é por demais pequeno para atender ao serviço atual.

As atividades da Divisão de Racionalização seguem duas diretrizes principais:

1.<sup>a</sup>) Exame das formas internas de organização das repartições e suas mútuas afinidades, bem como da organização sob seus aspectos gerais; e

2.<sup>a</sup>) Simplificação dos métodos de trabalho das repartições como decorrência da investigação sistemática.

Além disso, há várias outras atividades correlatas, sendo o treinamento de funcionários uma das mais importantes. Durante o outono, têm sido organizados regularmente cursos de eficiência para funcionários de repartições por ser investigadas, e até o presente foram treinados, nesse sentido, cerca de 400 investigadores de repartição. Por muitos anos foi a Divisão a única organização na Finlândia a oferecer um treinamento sistemático desse gênero, especialmente em revisão dos serviços burocráticos.

Os membros da Divisão têm devotado tempo considerável, de modo especial recentemente, ao exame de propostas para criação de novos cargos. Por ordem do Gabinete, tornou-se indispensável a prévia elaboração de uma exposição de motivos da Divisão de Racionalização, quando fôr considerado essencial determinado cargo ou função ou tornada permanente uma função suplementar ou temporária. A fim de que se possa aquilatar esse trabalho, acrescenta-se que, na primavera passada, 6.600 cargos públicos foram objeto de relatórios dessa natureza.

Essas medidas têm sido muito eficientes para prevenir o desmesurado aumento dos quadros de pessoal nas repartições. Efetivamente, as repartições são muito propensas a sugerir a criação de novos cargos quando novas obrigações lhes são cometidas e nem sempre observam se poderiam, com outra disposição dos serviços, desempenhar com o pessoal existente os encargos adicionais. A

certeza de que o assunto será tratado pelos investigadores age, dentro de certos limites, como um freio a essa tendência. Esses casos de controle de verbas de pessoal têm sido submetidos em grande número à Divisão de Racionalização.

Recentemente, foi apresentada uma proposta, por uma comissão criada este ano a fim de estudar a redução de pessoal, no sentido de que, sempre que vagar um cargo, seja discutida a possibilidade da sua extinção e realizada uma investigação a respeito pela Divisão de Racionalização. Se esta, após a investigação, julgar que o cargo é supérfluo e se a repartição interessada não concordar, deve ser o caso então submetido ao Gabinete, para decisão. A praxe de serem encaminhados à Divisão os planos de organização na esfera administrativa vem sendo seguida atualmente em larga escala.

As pesquisas desse tipo determinaram, naturalmente, uma limitação às atividades no campo principal da investigação. Contudo, não surgiu objeção a essa praxe, pois desse trabalho resultou considerável economia para o Governo, provavelmente maior do que o rendimento de atividades semelhantes na investigação de métodos de trabalho. Além disso, o controle das verbas de pessoal, que está sendo confiado de modo crescente à Divisão pelo Gabinete e pelo Ministério das Finanças, demonstrará, em parte, que o trabalho está ganhando em importância e influência e que concorreu para o progresso das investigações empreendidas.

Além das suas principais atribuições na esfera de racionalização, a Divisão tem-se interessado em promover aumento de salários e, graças a seus esforços, foram concedidos, a estenógrafos e datilógrafos, aumentos proporcionais à rapidez por eles alcançada.

E' impossível, no espaço deste curto relatório, ocuparmo-nos em pormenor dos resultados das pesquisas realizadas pela Divisão em várias repartições. Embora possam eles parecer insignificantes, comparados com o total do Orçamento do Estado, são realmente consideráveis, se observados como porcentagem do orçamento de pessoal das repartições interessadas. Calculada nessa base, a economia obtida excede ligeiramente 10% do total das folhas de pagamento.

Dos parágrafos precedentes evidencia-se que, na Finlândia, as atribuições da Divisão de Racionalização, além do trabalho de "O" e "M", abrangem muitos aspectos da administração e que ali foi dada ampla interpretação ao conceito de racionalização.



# Reforma Infortunistica

ESTANISLAU FISCHLOWITZ

## I

UMA das revistas semanais cariocas achou de bom alvitre indagar várias pessoas familiarizadas com problemas trabalhistas sobre a questão de saber se, na realidade, de acordo com a opinião bastante generalizada, o Brasil possui uma das legislações sociais mais adiantadas do mundo inteiro.

Qualquer que fôsse a conclusão a respeito da amplitude e profundidade do conjunto de reforma social brasileira, comparadas com o vulto das realizações congêneres estrangeiras, em geral, dificilmente se poderia atribuir à legislação nacional, relativa à segurança de trabalho e à cobertura dos riscos profissionais, superioridade social em confronto com a solução desses problemas por outros países.

Muito pelo contrário, ambos esses setores, intimamente ligados um a outro, constituem, na realidade, a parte mais obsoleta e atrasada da nossa legislação protetora e cujo rendimento, tanto social quanto econômico, apresenta deficiências manifestas.

Os níveis de proteção, garantidos aos acidentados e às vítimas das doenças profissionais, continuam baixos, precários e inexpressivos, sem lhes proporcionar amparo desejável, demonstrando, até, inferioridade acentuada em cotejo com os padrões atuais de Previdência Social, a serem ainda consideravelmente elevados mediante a reforma orgânica da Previdência Social, ora em fase adiantada dos trabalhos legislativos na Câmara dos Deputados.

Desde 1943 e 1944, época em que foram estruturadas as bases da legislação, tutelar e securitária, aplicável a essa matéria, não foram alcançados quaisquer progressos normativos, nesse particular, dignos de particular destaque, o que muito contrasta com as tendências que norteiam a política social contemporânea. Com efeito, não há como negar as enormes e sumamente benéficas transformações sofridas, nos 70 anos de seu funcionamento, por aquele, mais antigo e mais universalizado setor de seguridade social e que afastaram totalmente as soluções vigentes no momento das primeiras leis de seguro-acidentes, promulgadas em fins do século passado. Sobretudo na última década firmaram-se novos conceitos que regem nos países econômica e socialmente adiantados a cobertura dos riscos profissionais. As atuais leis não somente proporcionam proteção adequada aos grupos amparados mediante distribuição generosa

dos benefícios em espécie e em natureza (assistência médica infortunistica) e organização dos serviços de readaptação profissional, como também contribuem poderosamente, por meio do mecanismo da Tarifa de prêmios, para a defesa da economia produtora contra os prejuízos causados pela ocorrência dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais.

Ora, infelizmente, o seguro-acidentes não acusa no Brasil qualquer melhoria notável, sem acompanhar os progressos da reforma infortunistica, levados a efeito no estrangeiro.

A despeito do ritmo crescente da industrialização e da motorização dos transportes e das revoluções tecnológicas em vários sentidos que, logicamente, deviam levar a agravação considerável dos riscos profissionais, nota-se, por toda parte, o decréscimo considerável dos índices de incidência dos acidentes, com conseqüente diminuição dos danos, diretos e indiretos, visíveis e disfarçados, pessoais e materiais, que daí resultam para a economia produtora.

Entretanto, o que se verifica no Brasil é a piora constante do coeficiente de frequência dos acidentes. A falta dos dados, completos e atualizados, de estatística infortunistica, torna difícil uma apreciação criteriosa do panorama atual da segurança industrial na economia brasileira. Entretanto, tudo leva a crer que as empresas nacionais apresentam, no seu conjunto, coeficientes de frequência de acidentes cerca de 10 vezes maiores do que aqueles que são considerados como satisfatórios para as suas respectivas atividades.

Com efeito, as providências de segurança de trabalho, às quais cabem relevantes funções profiláticas, não conseguiram melhorar os índices elevadíssimos de frequência e gravidade dos infortúnios.

Ora, a legislação nacional, sem refletir essas tendências modernas, continua anacrônica, estruturada em moldes da legislação dos tempos remotos, exclusivamente restrita à concessão das indenizações pecuniárias, aliás nitidamente insatisfatórias, sem visar quaisquer objetivos construtivos, de maior alcance social e econômico. De modo particular descuida totalmente dos dois aspectos relevantíssimos que caracterizam as leis contemporâneas de seguro-acidentes, isto é: 1.º) das atividades profiláticas e preventivas desse ramo de seguros e 2.º) da recuperação da capacidade de trabalho, afetada ou suprimida pelo acidente. A falta de serviços adequados de medicina curativa e restitutiva e a inexistência total de quaisquer



realizações no sentido da readaptação e reeducação profissional dos acidentados constitui, sem dúvida alguma, a principal lacuna do funcionamento do seguro-acidentes no Brasil — além dos níveis precários de proteção em termos quantitativos e qualitativos.

E' fácil comprovar a estagnação completa da legislação que rege o seguro-acidentes, na última década (1944-1954).

## II

Um aspecto isolado do problema parece concentrar em si, no último quinquênio, toda a atenção dos poderes públicos, relegando-se a um lugar secundário todas as demais questões de igual ou maior relevância: a questão ainda sempre entre nós inexplicavelmente controvertida do monopólio público do seguro-acidentes "versus" o sistema de concorrência dos seguradores privados e comerciais. A última revisão da legislação vigente, levada a efeito nessa matéria, e consubstanciada na Lei n.º 1.985, de 19 de setembro de 1953, visa, única e exclusivamente, a solução, aliás precária e provisória, da cobertura "social" ou "privada" desse ramo de seguros, sem sequer abordar a reforma desse setor, em seu conjunto. Do mesmo modo, o projeto de lei n.º 3.827, de 1953, apresentado ao Congresso Nacional mediante mensagem presidencial n.º 453-53 de 4 de novembro de 1953, procura novamente submeter à revisão a delimitação atual do campo de atuação das instituições previdenciárias e das companhias de seguros, a favor da extensão do âmbito daquelas primeiras, sem trazer, porém, alguma contribuição positiva para uma mais ampla e melhor regulamentação normativa desse setor de seguridade social.

O estado atual da legislação vigente nesse particular, e que constitui um compromisso casual entre as duas soluções opostas, sem reunir as respectivas vantagens próprias da "social" e da "comercial", afeta consideravelmente o funcionamento do seguro-acidentes. Essa controversia, artificial e superada no estrangeiro, há muitas décadas, mediante adoção quase unânime do sistema de seguro social contra os riscos profissionais, continua, assim, no Brasil, sem fim, com sucessivas prorrogações da encampação social do seguro-acidentes. Isto impossibilita quaisquer realizações de longo prazo tanto no âmbito de atuação das companhias de seguros, cooperativas e caixas (setor privado e comercial) quanto no campo reservado às instituições de Previdência Social. (Setor social).

A superioridade da organização social e monopolística desse ramo de seguros sobre o sistema de concorrência dos seguradores privados é, atualmente, um axioma da política social contemporânea cuja comprovação parece, pois, dispensar-se totalmente.

O único argumento invocado oficialmente, contra a aplicação integral dessa solução no Brasil, relaciona-se com a suposta falta de aparelha-

mento das instituições previdenciárias para fazer face aos compromissos desse ramo de seguros. Pois bem, em primeiro lugar, tal raciocínio não leva em consideração o reverso da medalha: o notório subequipamento das companhias de seguros que atuam nesse setor e que, de um modo geral, não dispõem da rede de serviços próprios de medicina infortunística, de readaptação profissional, etc., necessários para o funcionamento desejável do seguro-acidentes. Por outro lado, se, por sua vez, as instituições previdenciárias não dispõem ainda de tais serviços, em quantidade e qualidade desejáveis, isto se deve à falta de monopólio, capaz de justificar as elevadas inversões necessárias para tal efeito — um verdadeiro círculo vicioso...

Não há como negar vários defeitos da administração previdenciária que, infelizmente, com o tempo, não vêm sendo suprimidos como era de desejar e que se manifestam de modo particular pela sobrecarga administrativa crescente; com efeito, fracassaram ultimamente várias tentativas no sentido de se determinar o limite máximo da despesa administrativa da Previdência Social, mesmo num nível relativamente elevado de 2,5% do salário de contribuição. E' natural que tais deficiências da administração dos Institutos e das Caixas de Aposentadoria e Pensões não contribuam para facilitar e acelerar a socialização do seguro-acidentes, embora sob o ponto de vista do aproveitamento dos recursos financeiros desse seguro para as suas próprias finalidades, o seguro social proporciona sempre e incondicionalmente vantagens nitidamente superiores ao mecanismo do seguro comercial. Com efeito, apenas 20 até 30% dos prêmios arrecadados pelos seguradores privados destinam-se aos benefícios, sendo que, aproximadamente, Cr\$ 100.000.000,00 são dissipados anualmente no Brasil em comissões de corretagem, inseparáveis do sistema de concorrência comercial. Outra e importante desvantagem do sistema de seguro privado constitui o seu alto custo para as empresas médias e pequenas e as situadas no Interior (prêmios mínimos, adicionais "per capita", etc.), encargos esses suplementares que, somados às relativamente altas taxas da Tarifa, tornam esse seguro quase proibitivo para várias empresas.

Seja como for, a organização do seguro-acidentes como social ou privado, a despeito de apresentar importância indiscutível, tem de ser considerada como questão preliminar cuja solução, mesmo a mais oportuna possível, não resolve ainda por si só e automaticamente o problema de amparo securitário aos acidentados e às vítimas das doenças profissionais, e ainda menos, a questão, muito mais ampla e relevante, da seguridade de trabalho, em geral.

## III

Mesmo o desenvolvimento em maior escala possível das atividades preventivas não pode afetar a razão de ser das funções clássicas, reparadoras e indenizadoras, do seguro-acidentes. Com efeito,



tudo o que se fizer nesse sentido pode, de certo, minorar a frequência dos riscos profissionais, mas nunca suprimir a sua ocorrência.

Ora, o seguro-acidentes desempenha satisfatoriamente as suas funções acima aludidas se preenche as seguintes condições de sua atuação:

1.<sup>a</sup>) se outorga benefícios monetários, capazes de substituir, no período de inatividade econômica, permanente ou temporária, causada pelo acidente ou doença profissional, na medida do possível, a falta de salário como base principal do orçamento proletário;

2.<sup>a</sup>) se as prestações monetárias acima referidas se adaptam plenamente, quanto a sua a) importância, b) condições aquisitivas e c) forma de pagamento, às necessidades e condições de existência tanto dos trabalhadores acidentados ou acometidos de moléstia profissional, como de seus dependentes, sobretudo nos casos fatais;

3.<sup>a</sup>) no que diz respeito àquele último aspecto (acima aludido no Item 2, c), convém ressaltar desde já que preferência absoluta tem de caber aos benefícios pecuniários com pagamento periódico (p. ex. mensal), conforme ao seu preponderante caráter alimentar; assim, apresentam inferioridade manifesta as soluções que preconizam a concessão incondicional de capitais, pagos uma vez, sobretudo sem quaisquer garantias no tocante ao aproveitamento de modo economicamente razoável pelos beneficiados das importâncias recebidas;

4.<sup>a</sup>) nos países de economia inflacionária, com alta permanente de todos os preços e, por conseguinte, do custo de vida, em geral, a manutenção do poder real, aquisitivo, dos benefícios em dinheiro, torna necessárias providências específicas no sentido da revalidação permanente das importâncias nominais daqueles benefícios; e, enfim,

5.<sup>a</sup>) a distribuição dos benefícios pecuniários não basta por si só para garantir os níveis condignos de existência dos grupos amparados; os acidentados devem ser admitidos, simultaneamente, ao gozo dos serviços, chamados a atender diretamente às suas necessidades, higiênicas, econômicas e profissionais, e de modo particular, a) restabelecer a sua capacidade física de trabalho e b) promover o seu reemprego e melhor aproveitamento no mercado de trabalho nacional.

Ora, o exame, sob todos esses ângulos da solução atualmente vigente no Brasil leva fatalmente às conclusões bastante desanimadoras, de vez que não reúne as condições elementares de sua eficiência, acima referidas.

I — Com efeito, em primeiro lugar, a regulamentação normativa vigente, consubstanciada no Decreto-lei n.º 7.036 de 10 de novembro de 1944 (alterado sobretudo pela Lei n.º 599-A de 26 de dezembro de 1948), prevê uma definição rígida e taxativa das lesões corporais, consideradas como geradoras da incapacidade permanente, total e parcial. E' óbvio que tal definição exaustiva da incapacidade não pode ser considerada como satis-

fatória, devendo caber preferência, nesse particular, a uma solução mais maleável e flexível.

II — O montante dos principais benefícios não assegura proteção adequada aos trabalhadores acidentados e a seus dependentes.

De um modo particular,

A — o "quantum" das indenizações em caso de morte, incapacidade total e permanente, parcial e permanente e, enfim, temporária, calculadas na base de uma percentagem relativamente reduzida da remuneração diária do trabalhador, não basta para atender às elevadas necessidades de seu orçamento familiar que sofre as consequências a) da supressão de suas rendas normais e b) do aumento simultâneo das despesas;

B — as quantias outorgadas aos beneficiados vêm sendo, ademais, consideravelmente reduzidas em virtude da limitação do salário máximo para efeito do cálculo das indenizações.

Tal limite máximo ("teto") dos salários, elevado pelo art. 44 da Lei n.º 599-A a Cr\$ 40,00 por dia não corresponde mais às condições atuais, dada a elevação considerável, nesses últimos cinco anos, dos salários e preços. Admitindo-se, mesmo, a razão de ser de tal limitação do salário de base, convém determiná-la em função das taxas variáveis de salário mínimo, de acordo com o que prevê o art. 21, parágrafo único, do projeto de lei orgânica da Previdência Social. O que existe, pois, no momento, é o "subseguro" acentuado e socialmente condenável do seguro-acidentes.

C — as mesmas restrições oferecem outros dispositivos da legislação vigente que fixam determinados montantes monetários, como seja p. ex. a indenização complementar em casos de "superinvalidez" (quantia de Cr\$ 3.200,00 — art. 16 § 3.º do Decreto-lei n.º 7036), o auxílio-funeral (importância de Cr\$ 500,00 — art. 25 daquele diploma legal) etc.

Evidentemente, tal regulamentação dos benefícios do seguro-acidentes é nitidamente incompatível com as condições da economia permanentemente inflacionária do Brasil que, sem reajustamento ininterrupto, daqueles montantes, afeta muito os níveis de consumo dos economicamente inativos.

D — prevalece o pagamento de capitais, pagos uma vez só, sem quaisquer cautelas quanto à sua utilização pelos acidentados ou, em caso de acidente fatal, pelos sobreviventes do trabalhador falecido.

Apenas os benefícios concedidos em caso de incapacidade temporária, diga-se de passagem, de níveis modestos e até inferiores aos montantes de auxílio-doença comum, vêm sendo outorgados sob a forma de pagamentos periódicos.

Quanto a todas as demais prestações pecuniárias elas vêm sendo pagas sob a forma de capital. A articulação dos benefícios do seguro-acidentes com as aposentadorias e pensões da Previdência Social pode em alguns casos minorar as consequências sociais negativas dessa forma de serviço dos benefícios. Entretanto, a "reversão" das indenizações do seguro-acidentes não se opera, na situação legal atual, de modo satisfatório, obedecendo a várias condições restritivas. Na melhor hipótese, tal solução beneficia 1.º) apenas os segurados filiados às instituições previdenciárias, os



quais em última análise constituem apenas a minoria do conjunto dos trabalhadores, abrangidos pelo seguro-acidentes e 2.º) mesmo com relação àquele grupo, numericamente limitado, aplica-se apenas aos associados das instituições previdenciárias que tiverem preenchido as condições aquisitivas previstas, p. ex. quanto ao prazo de carência, pela legislação de Previdência Social.

III — A assistência médica, prestada pelos seguradores, não somente privados como também sociais, apresenta deficiências flagrantes. Os primeiros não mantêm serviços próprios especializados em medicina infortunistica sem cuja existência dificilmente se poderia garantir aos acidentados serviços de qualidade desejável, a não ser nos grandes centros urbanos, onde existem ambulatórios de instalações precárias e incompletas e apenas um estabelecimento hospitalar.

Por sua vez, as instituições de Previdência Social que têm a seu cargo o seguro-acidentes, a despeito de terem desenvolvido amplamente serviços médico-assistenciais, não dispõem ainda de uma rede completa e plenamente satisfatória de serviços de pronto-socorro, de ambulatórios e hospitais infortunisticos. Enfim, faltam por completo no âmbito de todas as instituições seguradoras, sem exceção alguma, quaisquer realizações, subordinadas ao propósito de promover a readaptação profissional dos acidentados — lacuna manifesta da solução brasileira em comparação com as vigentes na grande maioria dos demais países do mesmo ou superior grau de desenvolvimento.

IV — O campo pessoal do seguro-acidentes é, a luz das normas da legislação nacional, muito amplo, muito maior do que o âmbito de todos os demais setores da administração social previdenciária e, até, de quase todas as instituições de proteção ao trabalho e de bem-estar social.

Entretanto, na realidade, salvo poucas exceções insignificantes, o seguro-acidentes não penetrou ainda na zona rural, sendo que a respectiva legislação continua sem aplicação efetiva na lavoura e pecuária. O número total de segurados varia, assim, em torno de 3,5 milhões, embora, deveria atingir, aproximadamente, 8,5 milhões da população assalariada evidenciada pelo censo demográfico de 1950.

Tal análise crítica da legislação brasileira de acidentes do trabalho não abrange vários aspectos de importância relativamente menor (como sejam p. ex. as divergências entre a mesma e a lei de repouso remunerado, pagamento das diárias do primeiro dia após o acidente apenas se a duração da incapacidade for igual ou superior a 4 dias etc.) Por outro lado, ela visa a apreciação do panorama geral da legislação que rege o seguro-acidentes, sem tomar em consideração a regulamentação normativa específica que vigora nas instituições previdenciárias que atuam nesse setor; o "sistema de manutenção do salário" adotado pelos seguradores sociais, melhora consideravelmente os direitos dos acidentados, sem porém solucionar os de modo integralmente satisfatório.

O conceito de responsabilidade pelas consequências dos riscos profissionais, ocorridos no desempenho do trabalho leva, de um modo geral, na doutrina e prática, ao tratamento preferencial garantido às vítimas daqueles riscos. Considera-se, pois, justo assegurar aos trabalhadores acidentados ou acometidos de doença profissional, na legislação especial que sempre, no Brasil e pelo mundo afora, historicamente tem precedido a criação da Previdência Social, vantagens superiores às outorgadas dentro da cobertura dos riscos sociais e físicos comuns.

Ora, por enquanto, no Brasil em virtude da paralisação da legislação sobre o seguro-acidentes e da considerável expansão da legislação previdenciária, levada a efeito nesses últimos 15 anos, a situação é inversa: os trabalhadores que têm sofrido danos e prejuízos, físicos e econômicos, no exercício de seu trabalho fazem jus, na mais dramática fase da sua carreira profissional, a benefícios nitidamente inferiores aos garantidos em caso de ocorrência das contingências normais de existência (doença, incapacidade de trabalho, morte, velhice e natalidade etc.).

A solução definitiva e permanente desse setor que parece impor-se na fase atual do desenvolvimento da legislação social, deverá visar a incorporação integral, não somente formal e administrativa como também funcional, do seguro-acidentes no sistema da Previdência Social. Nada justifica a dualidade atual, com manutenção da artificial muralha chinesa entre aqueles dois setores afins da política social. Não existem razões objetivas capazes de ser aduzidas a favor do tratamento diferente, garantido às vítimas dos riscos profissionais e físico-sociais.

Com relativa facilidade poder-se-ia instituir o seguro social único que se destinaria à cobertura da falta de rendimentos, proveniente da incapacidade de trabalho, qualquer que seja a sua origem: "profissional" ou "extraprofissional". Não fazem falta realizações nesse sentido na legislação comparada social, vigente no momento.

Em tese, o regime previdenciário comum, com a distribuição dos benefícios que outorga aos segurados e seus dependentes, pode ser aproveitado também para assegurar regulamentação adequada dos direitos sociais dos acidentados.

E' verdade que o conceito doutrinário do risco profissional leva fatalmente à adoção de certas normas específicas que deverão beneficiar os acidentados e seus dependentes — acima dos níveis de proteção geral, organizada em prol dos segurados. Assim, p. ex.: 1.º) terão de ser suprimidas exigências relativas ao cumprimento do prazo de carência, 2.º) deverá ser prevista a concessão de benefícios, destinados a reforçar o salário para os acidentados, atingidos pela incapacidade permanente parcial, 3.º) no caso de acidente fatal deverão ser devidamente ampliados os direitos dos herdeiros dos acidentados e 4.º) deverão ser melhoradas e completadas, em atendimento às necessidades específicas dos grupos protegidos, várias outras



vantagens concedidas pelo sistema geral de proteção social previdenciária.

A eventual absorção do seguro-acidentes pela Previdência Social, com alterações acima aludidas, deverá ser acompanhada, ao mesmo tempo, pela manutenção das atuais bases contributivas do seguro-acidentes, a cargo exclusivo do patronato. Evidentemente, a reforma nesse último sentido pressupõe minuciosos estudos atuariais, necessários para avaliar, com toda a exatidão desejável, as suas conseqüências sociais e financeiras e a sua repercussão sobre os futuros encargos contributivos tanto da Previdência Social como da cobertura dos riscos profissionais.

#### IV

Entretanto, o que empresta gravidade toda particular ao panorama infortunistico no Brasil não é tal ou qual amplitude e profundidade da reparação e indenização dos acidentes, de trabalho, mas, sim, os elevados índices de frequência dos acidentes. Como já ficou acima aludido, não dispomos, infelizmente, de dados estatísticos exatos e completos, a respeito dos infortúnios de trabalho, dados esses que sempre orientam todas as atividades tutelares, preventivas e securitárias, nesse setor, servindo também para a apreciação criteriosa da tarifa de prêmios do seguro de acidentes do trabalho.

Em ausência de tais indicações, tateamos no escuro. Não sabemos nada ou muito pouco a respeito da frequência e gravidade dos acidentes, da sua espécie e natureza, da sua causalidade: 1.<sup>a</sup>) operações perigosas, 2.<sup>a</sup>) causas ambientais e 3.<sup>a</sup>) causas subjetivas, portanto, da responsabilidade, que, respectivamente, cabe ao patronato e ao operariado, assim como a respeito das conseqüências, econômicas e sociais, da ocorrência daquelas contingências.

Nessas condições, temos de nos basear na interpretação daqueles fenômenos em impressões visuais, que resultam da observação empírica e necessariamente rudimentar e superficial da nossa economia de trabalho.

Ora, tais observações parecem demonstrar que, em conjunto, as empresas brasileiras apresentam coeficientes de frequência consideravelmente, e até cerca de dez vezes, maiores do que aqueles que caracterizam as empresas congêneres no estrangeiro.

Os profundos transtornos da economia nacional que muito se afastou do sistema pós-colonial, preponderantemente agrícola e monocultural, dos fins do século passado, com diversificação acentuada de produção sobretudo mediante processos apressados de ampla industrialização, não deixaram de levar à ascensão progressiva dos índices de frequência dos acidentes do trabalho.

Entretanto, em flagrante oposição às realizações benéficas de segurança industrial, alcançadas nos demais países de mesmo ou superior grau de desenvolvimento econômico, onde a organização

racional do trabalho acusa, no último quartel de século, progressos constantes, o que se nos depara no Brasil é a piora acentuada da situação infortunistica.

Entre os índices que comumente caracterizam a segurança industrial merece atenção particular o chamado coeficiente de frequência que estabelece o número de acidentes por 1.000.000 homem-horas de trabalho:

número de lesões que afetam a  
capacidade de trabalho X 1,000.000

---

número total de homem-horas trabalhadas

Por sua vez, lança muita luz sobre o panorama infortunistico o coeficiente de gravidade que define o número de dias perdidos por 1000 homem-horas trabalhadas:

número de dias perdidos X 1,000

---

número total de homem-horas trabalhadas.

Em vista da falta de disponibilidade da documentação estatística necessária para o cálculo de tais coeficientes, (1) não podemos comprovar, com a exatidão desejável, a situação crítica da segurança de trabalho no Brasil em comparação com as condições próprias dos países estrangeiros.

A falta de termômetro não manifesta, porém, a falta de febre...

Sem negar os excelentes resultados, nesse setor, das iniciativas de várias grandes companhias, algumas nacionais, mas, de um modo geral, organizadas como sucursais ou companhias subsidiárias das empresas internacionais e estrangeiras, dificilmente se poderia negar o aumento paulatino do número total de acidentes do trabalho.

Ninguém conseguiu calcular, em seu conjunto, os prejuízos econômicos que a ocorrência dos riscos profissionais ocasiona no Brasil, impondo elevados ônus ao patronato, ao operariado e à economia nacional, em geral.

No que diz respeito ao custo médio dos acidentes para as empresas, convém distinguir, de um lado, o custo direto, correspondente a prêmios do seguro-acidentes, que oneram os empregadores e que perfazem, aproximadamente, 2% da folha de salários, e, por outro lado, o custo indireto ou invisível, que, segundo a opinião geral, ultrapassa mais de quatro vezes o custo direto.

De acordo com Heinrich, (2) a lista mínima, aliás incompleta, ilustrativa do custo indireto dos acidentes do trabalho, abrange nada menos de quatorze diversos itens, entre os quais se destacam o custo de tempo perdido dos trabalhadores acidentados e de seus companheiros de trabalho, danos sofridos pela maquinaria e equipamento e pela sua paralisação temporária, perda de lucros resul-

(1) "Industrial Safety", edited by Roland P. Blake, New York, 1949.

(2) Heinrich H. W. "Industrial Accident Prevention", New York, 1941.



tante da diminuição da produtividade de trabalho e ainda vários outros.

Na época de conjuntura próspera, o elevado custo total dos acidentes, que acarreta o acréscimo de, aproximadamente, 10% do custo da mão-de-obra, não pesa muito na balança, pois vem sendo absorvido, com relativa facilidade, pelo aumento de preços. Entretanto, num período de conjuntura mais crítica, como o atual, em que o custo de produção assume importância crescente, de vez que o seu aumento afeta às possibilidades de escoamento de produtos tanto no mercado nacional como mundial, os ônus dos acidentes repercutem sensivelmente sobre a rentabilidade industrial.

Ora, parece à primeira vista incompreensível o relativo desinteresse atribuído entre nós à redução daquele custo.

Tais atitudes de indiferença com relação aos problemas de seguridade de trabalho têm de ser interpretadas, antes de mais nada, como um dos reflexos da falta de organização racional da indústria e de contabilidade industrial especializada.

Essas deficiências resultam de desconhecimento da influência dos acidentes do trabalho no custo da produção, sobretudo no que diz respeito ao custo indireto dos acidentes.

O tamanho médio e pequeno de empresas que prevalece na indústria nacional dificulta, por sua vez, consideravelmente quaisquer iniciativas no sentido da manutenção dos serviços próprios de profilática de acidentes.

Para o mesmo efeito contribui a duração média das empresas, em vários casos limitada (empresas nômadas e efêmeras), por conseguinte, incapazes de organizar eficientes atividades preventivas que pressupõem experiência de longos anos de observação dos riscos profissionais.

O balanço das atividades nesse setor de diversas entidades, públicas, autárquicas, semiprivadas e particulares, apresenta resultados nitidamente deficitários. Do mesmo modo como em vários outros ramos da política social, o que diminui o seu rendimento é não somente a multiplicidade e diversidade dos órgãos que atuam nesse sentido como a sua descoordenação total, sem discriminação criteriosa de seu respectivo campo de atividade.

A Consolidação das leis de trabalho contém no Título II o Capítulo intitulado Higiene e Segurança do Trabalho (artigos 157-191), dedicado a essa matéria. Com relação a alguns itens, a regulamentação normativa desce a detalhes minuciosos, enquanto no que diz respeito a problemas de importância incontestável, contém apenas dispositivos vagos, vazados em termos gerais ou até meramente programáticos. Falta ainda o Código de Segurança de Trabalho, técnico, devidamente especializado e extensivo às normas mínimas de segurança aplicáveis a cada setor da economia nacional. A execução das normas acima aludidas da C.L.T. deixa muito a desejar. O campo de ação da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho,

que centraliza toda a ação governamental quanto aos acidentes do trabalho no setor de prevenção, está praticamente limitado ao Distrito Federal e ao centro industrial paulista, sem dispor de recursos, materiais e pessoais, necessários para o bom desempenho de suas tarefas. Evidentemente, as "Semanas de Prevenção de Acidentes" não bastam, sem ação sistemática e permanente de controle, fiscalização e orientação técnica para melhorar os coeficientes de frequência dos acidentes. Aliás num país com as dimensões geográficas do Brasil e a distribuição regional de suas indústrias, dificilmente se poderia esperar resultados espetaculares da ação dos serviços de administração de trabalho, mesmo se fossem mais descentralizados, com rede completa de órgãos regionais e locais, ainda, no momento, inexistente no Brasil. Convém reconhecer porém a contribuição ativa, em alguns casos altamente proveitosa, da organização de CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes).

O que salta aos olhos é a falta de quaisquer realizações positivas nesse setor no âmbito dos serviços sociais patronais (SESI, SESC, SENAI e SENAC), sem qualquer justificativa dessa falta de interesse, demonstrada para com esse problema nos programas das entidades assistenciais e técnico-educacionais, constituídas e administradas pelo patronato nacional.

As lacunas acima aludidas não pode preencher em sua íntegra a iniciativa particular, entregue às mãos das associações privadas, destinadas ao combate aos acidentes, que congregam, na realidade, apenas as maiores empresas industriais, justamente aquelas com mais elevados padrões de segurança industrial, e que, ademais, lutam com várias dificuldades.

Nessas condições, o ponto de gravidade da campanha profilática deveria ser deslocado para a órbita de atuação das instituições seguradoras do seguro-acidentes.

No momento, as campanhas privadas de seguro não contribuem de modo algum para a melhoria do panorama infortunistico. Em vista da instabilidade das suas carteiras do seguro-acidentes e em virtude do caráter comercial das suas atividades elas não têm, aliás interesse algum em promover amplas providências preventivas.

Por sua vez, as instituições previdenciárias que, sob o regime de monopólio ou em concorrência com as entidades securitárias privadas têm a seu cargo o seguro-acidentes, não dedicam a esse setor de atividades atenção suficiente.

Entretanto, o mecanismo da tarifa de prêmios desse seguro pode ser transformado num instrumento poderoso de fomento da prevenção de acidentes.

Basta apresentar, nessa ordem de idéias, algumas indicações a respeito da experiência suíça, particularmente instrutiva e interessante.

O instituto suíço do seguro acidentes de Lucerna "la Caisse Nationale d'Assurances en cas d'accident du travail" existe ininterruptamente há



43 anos tendo sido constituído em 1911. Esse Instituto exerce o monopólio de seguro contra os riscos profissionais.

As experiências de 43 anos de funcionamento do Instituto de Lucerna, o SUVAL, demonstram com evidência que nada deixa a desejar, que, além de suas notáveis vantagens econômicas, sociais e humanas, a ação de prevenção dos acidentes de trabalho pode levar, mesmo sob o estreito ângulo dos interesses financeiros do segurador social, aos resultados muito favoráveis, contribuindo consideravelmente para a lisonjeira situação do seguro social-acidentes.

O Instituto Nacional suíço de Seguro Acidentes de Trabalho pode lograr tal êxito nas suas atividades profiláticas sobretudo graças aos amplos direitos que lhe confere, nesse setor, a legislação federal.

As taxas de prêmios do seguro-acidentes acusam variabilidade que atinge até 500% e mesmo, em certos casos, 650% para um determinado tipo de empresa, em função das condições individuais de segurança de trabalho, existentes em cada empresa segurada.

O Instituto pode solicitar, ademais, às autoridades administrativas cantonais a imposição de penalidades aos empregadores que não se conformam com as normas de segurança de trabalho (prisão de 3 meses e multa até 500 frs. s., com aumento dessas penalidades em caso de reincidência). O Instituto de Lucerna dispõe, além dos instrumentos de coação acima aludidos, de outras armas eficientes de luta contra a insegurança industrial. Assim, se o acidente resulta da negligência da empresa ou da falta de aparelhamento preventivo necessário, compete-lhe o direito de reclamar ao empregador o ressarcimento do custeio dos benefícios, concedido a título desse acidente. Por outro lado, se o acidente é provocado pela negligência, por descuido ou falta evidente do trabalhador, o Instituto pode diminuir as taxas dos benefícios outorgados.

Enfim, o Instituto pode impor ao empregador determinadas medidas de prevenção que se tornam obrigatórias, caso não fôr contra elas interposto recurso ao Conselho do Instituto no prazo máximo de 20 dias a partir da data da competente decisão; o próprio Instituto adquire e instala o aparelhamento preventivo necessário.

Ora, a aplicação no Brasil das mesmas diretrizes tarifárias no sentido da mais maleável variação *in plus* e *in minus* das taxas de prêmios, em função das condições de segurança de trabalho em cada empresa, juntamente com amplos poderes, conferidos aos seguradores e relativos a sua intervenção direta no setor em aprêço, poderia constituir o melhor ponto de partida para um novo, mais ativo e eficaz programa de prevenção de acidentes.

A atual Tarifa Oficial do Seguro de Acidentes do Trabalho (art. 56 do Decreto n.º 18.809, de 5 de junho de 1945) prevê a faculdade de serem

individualmente tarifados, com taxas superiores à da tarifa os riscos que pela má organização do trabalho, por instalações defeituosas etc. apresentarem resultados desfavoráveis e com taxas inferiores — os que pela organização modelar e garantias especiais de proteção aos operários, justifiquem tal tarificação.

Entretanto, esse dispositivo ficou letra morta em virtude da incompatibilidade da sua aplicação com a organização comercial do seguro-acidentes.

## V

As conclusões finais que se nos oferecem depois desse relance de olhos sobre a situação infelizmente do Brasil podem ser resumidas do seguinte modo:

I — Impõe-se uma reforma integral do conjunto da legislação relativa a acidentes do trabalho, pois as leis atuais são, todas elas, anti-econômicas e anti-sociais, antiquadas, opostas àquilo tudo que aconselha a moderna doutrina e comprova a experiência de vários outros países.

II — Ela terá de abranger não tal ou qual aspecto isolado do problema, mas, sim, a regulamentação normativa do conjunto da questão da segurança do trabalho, inclusive as providências tutelares e securitárias.

III — Essa reforma, para atingir seus altos objetivos de defesa da economia produtora contra os elevados danos que lhe acarreta a ocorrência dos acidentes do trabalho, deverá obedecer, em primeiro lugar, às finalidades preventivas e profiláticas e dar maior destaque às funções que tenham por mira a recuperação da capacidade ao trabalho afetada pelo acidente ou moléstia profissional (readaptação e reeducação profissionais).

IV — A revisão da tarifa do seguro-acidentes deverá ser aproveitada para 1.º) promover melhores providências de segurança de trabalho mediante maior individualização da sua incidência, 2.º) descarregar dos ônus desse seguro as indústrias-chave (mineração do carvão), assim como 3.º) criar uma taxa mínima de prêmios.

V — Ao mesmo tempo, deverá ser submetida a uma profunda revisão a legislação relativa ao seguro-acidentes no sentido de se elevar consideravelmente os padrões, muito baixos, no momento, do amparo às vítimas dos riscos profissionais e dependentes dos trabalhadores acidentados.

VI — Não pode continuar infinitamente a solução atual, mista, semiprivada e semi-social, da administração desse ramo de seguros, social por todos os seus objetivos e funções.

VII — Deverá ser promovida a integração total do seguro-acidentes no sistema da Previdência Social ("seguro social único") evidentemente, com manutenção do regime especial para os grupos do assalariado, por enquanto não abrangidos pelo âmbito pessoal da Previdência Social (traba-



lhadores rurais e domésticos), tratamento preferencial garantido à cobertura dos riscos profissionais e conservação das atuais bases contributivas (contribuição patronal).

VIII — Deverá ser preenchida quando antes a lacuna muito sensível existente no momento e relacionada com a falta do Código de Segurança de Trabalho.

IX — Convém estabelecer com urgência bases técnicas razoáveis para a organização estatística infortunistica cuja inexistência muito dificulta tôdas as providências racionalizadoras e saneadoras nesse setor.

X — Cumpre criar um novo sistema de justiça especial de trabalho competente para os litígios resultantes da aplicação da legislação competente — dentro das possibilidades, infelizmente

limitadas, que oferece o art. 123 § 1.º da Constituição.

XI — Merecem maior fomento as associações privadas dedicadas ao combate à insegurança do trabalho, inclusive o seu agrupamento numa entidade de grau superior ou criação, para tal efeito, de uma Fundação de direito privado, dotada de recursos financeiros suficientes.

XII — Deverá ser constituída uma entidade central federal, responsável pela elaboração geral dos planos, a serem executados nesse setor, em todo o país e pela coordenação de tôdas as entidades que atuam nessa matéria.

O relatório, adotado ultimamente nessa matéria pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social, baseia-se, em grande parte, nas idéias e sugestões acima apresentadas.



# INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

## Seminário de Administração Pública das Nações Unidas - Documento n.º 9

K. VARVARESSOS

(Tradução de Maria Madalena Mac Dowell Reinhoetter)

### O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SÔBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Com referência especial a questões de seleção e treinamento de pessoal)

#### INTRODUÇÃO

1. Mesmo antes da guerra, a Grécia não podia ser considerada como um país economicamente desenvolvido. A guerra abalou profundamente sua economia já enfraquecida e as dificuldades trazidas pelas guerrilhas de após-guerra quase a arruinaram. Assim, o problema vital do momento é a reabilitação e o desenvolvimento econômicos do país.

2. Os programas de desenvolvimento econômico são planejados e realizados principalmente pelo governo. Daí, a necessidade de uma organização governamental que possa formular e administrar um plano sistemático para o desenvolvimento econômico. (1)

3. Uma razão a mais para a efetivação de uma completa reorganização da administração é habilitar o país a obter o máximo benefício do auxílio técnico e econômico concedido pelos Estados Unidos e pelas organizações internacionais como a U.N.F.A.O., etc. O bom emprego desse auxílio depende em grande parte de ajustes administrativos convenientes e adequados.

4. Qualquer governo que resolva levar a cabo um programa de desenvolvimento econômico deve delinear e realizar ajustes administrativos adequados a fim de assegurar o funcionamento do necessário mecanismo de organização, o aperfei-

çoamento dos processos administrativos e pessoal competente. Estes três fatores servirão como substitutos para as observações que se seguem.

#### A) O IMPACTO SÔBRE O MECANISMO GOVERNAMENTAL

5. Logo após a guerra, em 1945, foi criado um novo ministério, sob o título de "Ministério de Coordenação", com a responsabilidade de determinar as linhas gerais de toda a política econômica e social do país e de coordenar as atividades dos vários ministérios. Um Conselho Supremo de Reabilitação foi também instalado como órgão pesquisador e consultivo na elaboração do plano de reabilitação. Em 1947, ano em que foi anunciado o Plano Marshall, foi criada uma agência especial, sob o título de "Serviço de Coordenação do Plano de Reabilitação Grego" (G.R.P.C.O.), cuja tarefa principal era administrar o auxílio econômico estrangeiro e coordenar as atividades correlatas.

6. Em 1950, todas essas agências foram absorvidas pelo Ministério de Coordenação, o qual se encontrava em fase de completa reorganização, para tornar-se o único órgão responsável pelo planejamento econômico e acompanhar a implementação dos planos elaborados que estava a cargo dos ministérios de "linha". (2) Esse ministério foi também equipado com um Serviço Central de Estatística e um serviço central para o aperfeiçoamento da administração (Diretoria-Geral de Administração).

7. O Ministério de Coordenação realizou uma interessante experiência com uma agência de "staff" central, de nível ministerial. Muito poderia ser discutido, do ponto de vista teórico, quanto à propriedade de ter essa agência de "staff" da administração central o mesmo nível e categoria dos ministérios de "linha". Entretanto, deve-se

(1) Cita o Prof. K. VARVARESSOS, da Universidade de Atenas (presentemente um dos diretores do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento):

"De futuro, nenhum progresso real na situação econômica do país será possível a menos que o problema básico de reorganização da administração seja encarado e solucionado." (Vide K. VARVARESSOS, Relatório sobre os Problemas Econômicos da Grécia, Atenas, 1952, pág. 181).

(2) Os termos "staff" e "linha" são usados no sentido americano. Vide L. WHITE, *Administração Pública*, N. Y. 1949, pág. 57 ff.



notar que as desvantagens e atritos que poderiam resultar de uma disposição pouco comum como a acima mencionada são evitadas na prática, porque o Ministério de Coordenação é chefiado por um Vice-Presidente do Gabinete ou pelo mais influente e mais importante membro do Gabinete.

#### B) O IMPACTO SÔBRE OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

8. O estabelecimento de um mecanismo para a implementação do plano de desenvolvimento econômico não garante, por si só, o êxito administrativo do plano. É necessário também providenciar para que a organização e o funcionamento desse mecanismo sejam eficientes.

9. Os métodos tradicionais de trabalho utilizados para as transações diárias no passado, no serviço público civil grego, seriam completamente insatisfatórios para as necessidades especiais de um plano de desenvolvimento e, de fato, temos tido oportunidade de verificar que a totalidade da nossa máquina de serviço público poderia aperfeiçoar-se enormemente com a adoção de técnicas mais modernas.

10. Quando da reorganização do Ministério de Coordenação, em 1951, a compreensão desse fato levou ao estabelecimento, ali, de um Serviço Central de Administração. Esse Serviço, que tem a categoria de uma diretoria-geral, é moldado, tanto quanto possível, na Divisão de "O" e "M" do Tesouro Britânico. Os seus objetivos são o estudo da organização e funcionamento do serviço público civil e a preparação de projetos aperfeiçoados visando um comportamento mais racional e eficiente dos negócios públicos, tanto no serviço público civil, quanto nas autarquias e outros órgãos locais do governo.

11. Até agora, os principais esforços desse Serviço se concentraram no seguinte:

a) compilar, analisar e apresentar os fatos concernentes à atual organização dos ministérios (preparação de quadros de organização, de manuais discriminando as atribuições de cada repartição e de quadros de pessoal);

b) estudos de processos simplificados;

c) compilação de dados concernentes à maquinaria e ao equipamento das repartições para determinar as necessidades futuras do serviço público e supri-las;

d) preparação de um plano de codificação geral da complexa legislação administrativa existente.

12. Deve ser notado que, além de haver o plano de desenvolvimento econômico acentuado a necessidade de um aperfeiçoamento dos métodos utilizados em seu mecanismo, tem estimulado grandemente o início do programa geral de aperfeiçoamento dos processos administrativos existentes, num esforço para cobrir inteiramente o campo do mecanismo governamental e semigovernamental.

#### C) O IMPACTO SÔBRE A ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

(Com referência especial a questões de recrutamento e treinamento)

13. Um governo que toma a seu cargo um plano de desenvolvimento econômico deve também tomar medidas eficazes para conduzir ao serviço público as pessoas melhor qualificadas para o planejamento, coordenação e execução adequados dos programas. Há necessidade de bons administradores para os cargos de relêvo, de especialistas nos diferentes ramos abrangidos no plano econômico e de pessoal categorizado eficiente. Além disso, devem ser providenciados um treinamento adequado e condições de trabalho para todos os servidores públicos.

14. Tudo isso exige a adoção de regulamentos do serviço público baseados no princípio de "mérito" e que estabeleçam as normas de recrutamento, treinamento, promoção, remuneração e disciplina do pessoal. Isso também requer a instituição de uma agência central de pessoal e funcionários especializados em assuntos de pessoal, distribuídos pelos vários ministérios e responsáveis pela correta aplicação dos regulamentos.

15. Teoricamente, o sistema de mérito tem vigorado na Grécia desde 1911. Infelizmente, as guerras e a instabilidade constitucional não têm permitido que esse sistema seja aplicado de modo geral e contínuo. Só ultimamente, com a promulgação do Código do Serviço Público Civil, em 1951, é que a aplicação geral do princípio de mérito foi assegurada.

##### *Recrutamento*

16. O sistema de mérito é baseado principalmente no recrutamento de pessoal por meio de concursos. Os dispositivos do Código do Serviço Público Civil referentes ao assunto são os seguintes:

a) Com exceção dos casos previstos no item (b) abaixo, ninguém pode ser nomeado funcionário público civil senão por meio de aprovação em exames prestados perante uma comissão examinadora, composta de funcionários públicos permanentes e organizada pelo Supremo Conselho do Serviço Público Civil (C.S.S.B.);

b) Só em casos excepcionais, quando existirem condições especiais que justifiquem tal procedimento, é permitida nomeação sem a prestação prévia de exames. Para esses casos é requerida decisão especial do C.S.S.B., a fim de determinar como se deve proceder à verificação das qualificações dos candidatos e seleção dos mais habilitados. Além desses casos, nenhum exame é exigido para o preenchimento de cargos que possam ser ocupados imediatamente por pessoas que tenham obtido grau elevado ao se diplomarem em escolas públicas especializadas no treinamento de funcionários para algum tipo especial de serviço;

c) Os concursos devem ser anunciados publicamente, sessenta dias antes da data marcada para a sua realização, em dois dos jornais diários



de Atenas de maior circulação, e duas vezes no jornal editado na localidade em que os exames serão realizados;

d) Pelo menos quarenta dias antes do começo dos exames, os candidatos devem submeter à junta examinadora os documentos necessários e declarar qualquer fato que possa ter influência na decisão a respeito de sua habilitação para ingressar no serviço público civil. A junta examinadora procede a uma verificação das qualificações e do caráter dos candidatos e, por meio de uma decisão para a qual é necessária justificação especial, exclui aqueles que não estiverem habilitados. Um candidato excluído por falta de bom caráter tem o direito de recorrer ao Conselho de Estado, dentro de três dias, a partir do despacho da decisão da junta;

e) Os exames são escritos. Testes orais são permitidos apenas em circunstâncias excepcionais e quando exigidos pela natureza do serviço. Tais casos serão determinados por decreto real expedido pelo ministro competente. Os testes orais devem ser conduzidos publicamente;

f) O processamento dos concursos é subordinado à regulamentação instituída pelo Supremo Conselho do Serviço Público Civil. Os assuntos que constarão do exame são indicados pelo ministro depois de aprovados pelo C.S.S.B.;

g) As listas dos candidatos aprovados devem ser publicadas no "Diário Oficial" e todas as nomeações obedecerão à ordem de classificação durante o período de um ano, a partir da data de sua publicação. Se entre os candidatos aprovados houver inválidos de guerra, órfãos ou viúvas de guerra, ou pessoas que tenham permanecido pelo menos quatro meses em serviço militar nas linhas de frente, ou que tenham participado das forças nacionais de resistência, ou, ainda, pais de famílias numerosas ou filhos de tais famílias, o total das notas obtidas por estes candidatos será acrescido de 10%, os quais serão levados em consideração ao determinar a sua classificação;

h) As vagas existentes na ocasião das provas devem ser preenchidas pelos candidatos aprovados, segundo a ordem das listas, dentro de 15 dias, a partir de sua publicação. As vagas subsequentes devem ser preenchidas de acordo com as mesmas listas, dentro de 15 dias da sua ocorrência;

i) Quando os cargos a ser preenchidos nas várias agências ou ministérios forem do mesmo grau e requererem as mesmas habilitações, poderão ser realizados exames conjuntos por todas essas agências e ministérios, depois de obtida para esse fim prévia autorização do C.S.S.B.

#### *Treinamento*

17. O Código do Serviço Público Civil dispõe (art. 40, parág. 6.º) que os decretos reais, expedidos por proposta do Ministro da Coordenação e da Educação, sobre a matéria, regerão todos os assuntos relativos ao treinamento dos funcionários civis antes e depois de ingressarem no serviço público, a organização e funcionamento em geral

das escolas que serão criadas mais tarde para esse fim e os efeitos das qualificações adquiridas nesse treinamento sobre a carreira dos funcionários públicos civis.

18. Quanto ao treinamento prévio, devem ser mencionadas as escolas especializadas que já existem na Grécia, tais como a Escola Superior de Agricultura, a Faculdade de Silvicultura da Universidade da Salônica, a Escola para Funcionários do Pôrto e a Escola Preparatória de Carreiros. Essas escolas têm por finalidade transmitir os necessários conhecimentos profissionais àqueles que tencionam ingressar no serviço público civil.

19. O Código também contém cláusulas especiais sobre licenças para treinamento no exterior. De acordo com essas cláusulas, os funcionários permanentes que contem até 40 anos de idade, com pelo menos cinco anos de serviço público efetivo e uma excepcional folha de serviços, podem obter do seu ministro uma licença para se ausentarem do país para um treinamento no exterior se para isso tiverem autorização do Conselho de Serviço do Ministério e do C.S.S.B. Receberão pagamento das despesas de transporte e salário dobrado durante o seu estágio no exterior. Ao regressarem, são obrigados a permanecer em serviço ativo por um período pelo menos três vezes mais longo do que o correspondente ao seu treinamento no exterior. Em caso de não cumprimento desse compromisso, terão que reembolsar o governo, dentro de três meses, por todos os pagamentos recebidos durante o seu treinamento, inclusive os referentes às despesas de viagem.

20. As bolsas de estudos concedidas ao governo por organizações estrangeiras, para treinamento de funcionários civis, não obedecem ao disposto no parágrafo anterior, mas a dispositivos especiais estabelecidos pelo Conselho Supremo do Serviço Público Civil.

21. A necessidade de um programa de treinamento sistemático para funcionários civis — que venha especialmente ao encontro das novas necessidades decorrentes do plano de desenvolvimento econômico estabelecido e em realização em nosso país — foi enfaticamente acentuada sob vários ângulos e podemos dizer que já é de modo geral reconhecida. Apesar disso, deve-se admitir que muito pouco tem sido alcançado quanto à implementação de tal treinamento, além de certos programas isolados, levados a efeito ocasionalmente por alguns ministérios ou agências interessados no treinamento do pessoal em serviço, por exemplo: o Serviço de Alfândega, o Ministério do Comércio, o Serviço Central de Estatística, etc. Devem incluir-se também os cursos especiais mantidos pela Escola Superior de Ciências Políticas de Pantios, com o propósito específico de permitir o treinamento indispensável a algumas categorias de pessoas já empregadas no serviço público civil, tais como assistentes sociais, funcionários da polícia, etc. Entretanto, essas atividades todas não contribuem para um programa de treinamento geral de funcionários a longo prazo.



22. Essa falta de um programa de treinamento inteiramente coordenado deve-se principalmente ao fato de haver o Código de Serviço Público Civil entrado em vigor há pouco tempo. Até agora, portanto, temos que admitir que a fase de programação para o projeto de um treinamento completo dos funcionários civis, que cubra todas as nossas necessidades, está ainda em estágio preparatório.

23. E' no campo do treinamento dos nossos funcionários no exterior o qual, incidentalmente, é de importância capital em virtude da natureza do nosso plano de desenvolvimento econômico, que requer conhecimentos especializados e perícia nunca antes desenvolvidos em nosso país que algumas decisões felizes foram tomadas, graças à Assistência Técnica fornecida pelas Nações Unidas, pela Agência de Segurança Mútua (previamente E.C.A.) e por outras agências, assim como através do fundo estabelecido pelo governo com o montante das reparações de guerra italianas. Trezentos funcionários, aproximadamente, foram treinados no exterior durante os três últimos anos, por períodos de 3 a 9 meses, nos seguintes setores:

|                                                  |     |
|--------------------------------------------------|-----|
| a) Administração Pública e assuntos correlatos   | 92  |
| b) Problemas de Trabalho                         | 6   |
| c) Desenvolvimento Industrial                    | 3   |
| d) Obras Públicas                                | 22  |
| e) Desenvolvimento Econômico (Privado e Público) | 16  |
| f) Estatística                                   | 8   |
| g) Desenvolvimento Agrícola e Criação de Gado    | 57  |
| h) Transportes e Comunicações                    | 27  |
| i) Bem-Estar Social                              | 19  |
| j) Problemas de Saúde                            | 28  |
|                                                  | 278 |

#### *Agência Central de Pessoal*

24. Recrutamento e treinamento constituem duas das tarefas principais do Conselho Supremo do Serviço Público Civil. O Conselho é responsável pelo estudo e desenvolvimento dos programas de recrutamento e treinamento, emitindo os regulamentos e instruções necessários e acompanhando a sua implementação. A implementação efetiva dos programas de recrutamento e treinamento (realização de concursos e organização de cursos de treinamento) é deixada a critério dos ministérios competentes.

25. O Conselho Supremo do Serviço Público Civil foi criado em 1951 tendo por modelo — quanto ao seu "status", funções e responsabilidades — a Comissão do Serviço Público Civil dos Estados Unidos da América. Diferencia-se desta apenas quanto a estrutura e composição, como abaixo exposto no parágrafo 26.

26. Quanto ao seu "status", o Código do Serviço Público Civil determina que o Conselho é uma agência pública independente, diretamente subordinada ao Primeiro Ministro. A fim de salvaguardar sua independência contra possíveis pressões políticas, estabelece ainda o Código que os seus membros subordinados ao regime de tempo

integral tenham cargos vitalícios e sejam nomeados pelo próprio Conselho, em uma sessão que reúna os Presidentes do Conselho de Estado, da Corte Suprema, do Tribunal de Contas, do Conselho Legal e o Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Atenas.

27. O Conselho compõe-se de sete conselheiros, sete assessôres, três dos mais altos funcionários efetivos ministeriais e um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Atenas. Os cargos dos conselheiros e assessôres são vitalícios e subordinados ao regime de tempo integral, enquanto que os três funcionários ministeriais e o professor da Universidade são nomeados por três anos e são obrigados a dedicar aos trabalhos do Conselho apenas uma parte do tempo normal de expediente.

28. São as seguintes as responsabilidades do Conselho Supremo do Serviço Público Civil que se encontram discriminadas no Código do Serviço Público Civil:

a) Emitir parecer sobre qualquer projeto de lei relativo à classificação de carreiras do serviço público, assim como de organizações governamentais e de outras entidades criadas por lei, e, em geral, sobre o "status" do seu pessoal;

b) Emitir parecer sobre qualquer decreto de regulamentação e sobre qualquer resolução ministerial de regulamentação referentes aos mesmos assuntos;

c) Estudar, a pedido do ministro ou "ex-officio", os assuntos mencionados no parágrafo a), assim como qualquer outro que se refira a treinamento e cursos de aperfeiçoamento dos funcionários dos serviços citados no parágrafo a), e formular recomendações e elaborar estatísticas a respeito;

d) Estudar, formular sugestões e emitir instruções para qualquer dos serviços mencionados no parágrafo a) quanto à observância de princípios uniformes com referência a qualquer assunto concernente ao "status" do seu pessoal e às condições de trabalho e bem-estar geral do mesmo;

e) Manter sob sua custódia documentação relativa ao "staff" de todos os serviços mencionados no parágrafo a);

f) Tratar de qualquer outro assunto que lhe seja confiado por determinação do Código ou em virtude de outros dispositivos legais especiais.

Os decretos e decisões ministeriais de regulamentação, referidos no parágrafo b), são expedidos depois de previamente aprovados pelo C.S.S.B., especialmente no tocante à classificação de carreiras e "status" dos funcionários em geral.

O C.S.S.B., no exercício de sua jurisdição, de acordo com os parágrafos a) e b) acima, pode também formular sugestões, de execução não compulsória pela administração, sobre a organização proposta e especialmente sobre os quadros de pessoal.



# Seminário de Administração Pública das Nações Unidas - Documento n.º 11

H. A. EL KASHIF

(Tradução de Maria Madalena Mac Dowell Reinhoeffer)

## O SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

(Com especial referência a questões de seleção e treinamento de pessoal)

A LEI do Serviço Público Civil n.º 210, foi promulgada em 1951 e entrou em vigor na data de 1 de julho de 1952. Contém disposições sobre recrutamento, seleção, enquadramento, cargos, classificação, escalonamento de salários, promoções, transferências e medidas de disciplina do pessoal a serviço do governo. Outras leis antecedentes estabelecem os seus direitos de pensão e indenização.

Um dos princípios estabelecidos pela mesma lei é a exigência de concurso público para ingresso no funcionalismo civil. As nomeações, no governo egípcio, são feitas apenas para as classes iniciais das carreiras burocráticas, profissionais ou técnicas. As vagas em cargos acima do inicial de uma determinada carreira são providas por promoção de funcionários da repartição em que ocorre a vaga. Não pode ser efetuada promoção de funcionário de uma repartição para preenchimento de vaga existente em outra repartição. As transferências, mesmo quando não impliquem em promoção, só podem ser feitas com certas restrições e dentro de determinados limites. Não há concurso para promoção.

Verifica-se, pelo exposto, que os concursos são exigidos apenas para a nomeação inicial. Esses concursos são realizados pelo Departamento do Serviço Público Civil para todos os Ministérios. Entretanto, não é permitida inscrição a qualquer pessoa. Para as funções de auxiliar administrativo é permitida inscrição apenas a estudantes que tenham completado o curso secundário e obtido certificado oficial de sua conclusão. Para os cargos profissionais, são admitidos para inscrição somente os diplomados por universidades que possuam diploma adequado ao tipo de trabalho ao qual se candidatam. Para os cargos técnicos auxiliares é requerido certificado de escola industrial para inscrição em concurso; enquanto que para as carreiras administrativas, em cargo inicial, um diploma de direito, contabilidade e comércio, ou do curso colegial, é o requisito educacional indispensável para inscrição em concurso.

As provas de exame são preparadas e corrigidas por professores de colégios e de universidades, e os exames compreendem prova escrita e prova oral. Para os cargos técnicos e profissionais são também exigidos prova prática e trabalhos de laboratório.

Em alguns casos, entretanto, é concedida dispensa de concurso. Um destes casos verifica-se quando o número de candidatos é menor do que o número de cargos existentes. Outro é o caso de estudantes de escolas que receberam instrução especial para um determinado tipo de trabalho, tais como a corporação da polícia, a escola de telégrafo sem-fios, as escolas para caixas e inspetores e o instituto de enfermeiras e parteiras, etc. Há ainda outros casos, quando o número completo de diplomados de certas escolas universitárias, por exemplo, médicos, engenheiros ou professores, é insuficiente para atender as necessidades do serviço.

Entretanto, há muito menor procura dos diplomados por certas faculdades, como direito, comércio e contabilidade, ciências, agricultura e artes; e, com o objetivo de prover uma carreira para os diplomados por essas faculdades, certas funções administrativas lhes são atribuídas. Assim, os diplomados pela Escola Intermediária de Comércio e Contabilidade são contratados para as funções auxiliares das seções de contabilidade e repartições fiscais; enquanto que os diplomados pelas escolas de nível superior acima citadas são designados para os cargos de maior importância nas mesmas repartições. Os diplomados em direito são nomeados para exercer funções legais no Conselho de Estado, nas repartições fiscais e, eventualmente, no Ministério da Justiça, como também para outros cargos que requeiram habilitações para redação de contratos, revisão de termos de acordos, elaboração de projetos de lei, etc. Os diplomados pelas Escolas de Agricultura são nomeados para os cargos de fiscalização do Ministério da Agricultura e de instituições que cooperam com o governo, e os diplomados pela Faculdade de Ciências são nomeados para os laboratórios do governo, para o Ministério de Minas e Pedreiras e para os Serviços de Meteorologia e Astronomia.

As condições para promoção estipulam um período mínimo em cada classe ou padrão de salário. Este período é de quatro anos para as classes menos remuneradas e de três, dois e um ano para



as que percebem maior remuneração. O número de classes no escalonamento de salários para as quais podem ser efetuadas promoções é de 9 e os padrões de salário não ultrapassam esse limite. Um funcionário promovido tem o direito de receber o salário da classe para a qual ele é promovido, mas só pode ascender de uma classe para a imediatamente superior. Não pode haver promoção para outro padrão que não o imediatamente superior ao do funcionário promovido.

Em todas as repartições os cargos podem ser classificados em diversos grupos. Assim, num departamento médico, os cargos de médico e os do pessoal administrativo auxiliar são classificados separadamente; o mesmo acontece no caso dos engenheiros, professores, etc. Em tais repartições, nenhuma promoção pode ser efetuada de uma carreira para outra. Em certos ministérios os cargos administrativos auxiliares são divididos em grupos. Assim poderão ser encontradas carreiras especiais para caixas, cobradores de impostos ou fiscais, contabilistas, etc., cada uma formando um grupo independente. Os cargos administrativos são também classificados, em cada repartição, separadamente dos de auxiliares administrativos, e as promoções destes para os postos administrativos superiores são limitadas a uma pequena porção das vagas do padrão administrativo imediatamente acima da classe final da carreira dos auxiliares administrativos.

Além das promoções, são concedidos aumentos bienais regularmente aos funcionários, nos próprios padrões em que se encontram. Acontece freqüentemente que um funcionário atinge o salário máximo da sua carreira e permanece por alguns anos sem obter um aumento de salário até ser promovido a uma carreira superior. Não é caso raro um funcionário passar a sua carreira pública inteira sem conseguir mais de uma ou duas promoções acima do cargo inicial.

Esta última situação causou uma grande quantidade de reclamações entre os funcionários, tendo sido verificado que grande número deles permanecera muitos anos na mesma situação; o governo sentiu-se obrigado a tomar providências no sentido de auxiliar esse pessoal; isso foi feito permitindo-se a um funcionário que tivesse estacionado durante 15 anos no mesmo padrão passar, automaticamente, à classe superior. Este projeto foi ampliado a fim de que fôsse concedida a mesma vantagem a todos os servidores que houvessem permanecido 25 anos em apenas duas classes e 30 anos em três classes consecutivas.

Os padrões de salários são fixados de acordo com a natureza de cada função. Certa ocasião, há vários anos, o desemprego entre alguns tipos de diplomados pela universidade, particularmente em artes, direito e contabilidade, resultou em aceitar alguns deles empregos de infimos ordenados nas carreiras de auxiliares administrativos. O governo encontrou-se então em face de um sério problema: de um lado, ameaça de desinteresse pela instrução superior e, do outro, a situação injusta

de alguns desses diplomados, em comparação com colegas seus que tiveram melhores oportunidades. Em consequência, o governo viu-se, em dado momento, na contingência de melhorar a situação desses infelizes diplomados, concedendo-lhes condições de salário iguais às aquelas fixadas para as funções superiores que estavam habilitados a desempenhar.

Entretanto, essa decisão teve um efeito desastroso no sistema de emprego do governo. Isso não só acarretou um enorme ônus para o orçamento, como também as diferentes remunerações não condiziam com o valor dos serviços prestados. Os salários passaram a ser calculados pelas qualificações e não pelo valor do mercado de trabalho. Naturalmente, este privilégio encorajou os diplomados a aceitarem até mesmo cargos subalternos, certos de que lhes seria concedido um ordenado condizente com as suas qualificações educacionais.

Após vários anos de amargas atribuições, decidiu o governo, finalmente, abolir essa decisão. Foi restaurado o escalonamento de salários de acordo com o tipo de trabalho, independentemente do mérito educacional do funcionário que realizasse.

O tempo exíguo que decorreu entre a criação do Departamento do Serviço Público Civil — que se seguiu à promulgação da Lei do Serviço Público Civil, em 1951 — ainda não permitiu que esse Departamento assumisse todas as funções que lhe são atribuídas pela mesma lei. Estas funções consistem no seguinte:

1. Instituição de concursos para recrutamento de pessoal.
2. Classificação de funções e distribuição de padrões de salário adequados a cada função em todas as repartições do governo e revisão das atuais classificações.
3. Determinação do número de empregados necessário para cada serviço e em cada seção.
4. Estabelecimento de medidas de capacidade de produção e de eficiência.
5. Instituição de sistemas de treinamento para antes e depois do ingresso no serviço público.
6. Interpretação da lei e de suas emendas.
7. Emissão de pareceres sobre pedidos para criação de novos cargos e elevação do nível de outros, a fim de que possa ser atendido o aumento de responsabilidades.

De todos os itens acima mencionados o que maior necessidade tem de execução e aplicação geral é a instituição de sistemas de treinamento.

Até agora nenhum sistema de treinamento, propriamente dito, existe nas repartições governamentais. O pessoal novo, nomeado, entra imediatamente na posse do seu cargo e recebe instruções apenas sobre os seus deveres, transmitidas



pelo seu chefe ou pelos seus colegas. Segue-se daí que um funcionário novo permanece por muitos meses com baixa produtividade e alguns, mesmo, são incapazes de atingir em qualquer tempo a máxima produtividade dentro de suas funções. Existe apenas um tipo limitado de treinamento em algumas repartições, que é de natureza puramente prática ou técnica — tal como nos cursos de telégrafo, fiscalização ou escolas para caixas.

Foi iniciado um sistema de treinamento nos departamentos de alfândegas e de fiscalização, pelo qual os funcionários são obrigados a frequentar, nas horas de folga, cursos sobre assuntos do seu serviço, dirigidos por altos funcionários das suas repartições ou por professores universitários.

Desenvolver êsse sistema de treinamento em tôdas as repartições públicas será uma das tarefas principais do nosso serviço público civil.

Tentei esboçar aqui alguns dos pontos salientes do nosso sistema administrativo e da nossa lei de serviço público civil, com a intenção de ouvir o parecer dos digníssimos membros desta reunião sobre os mesmos. Êste documento é completado por outro — que apresentei nesta reunião — expondo alguns dos nossos problemas cruciais relativos à administração de pessoal. A minha grande esperança é que, com a vossa ajuda, amável assistência e boa vontade, nos será possível encontrar solução para tôdas as nossas dificuldades nesse setor de administração de pessoal.



# Princípios de Organização e Administração Aplicados à Administração Pública

C. TARRAS SÄLLFORS (\*)

(Tradução de Martha Bastos)

**SUMÁRIO** — Esta monografia descreve as atividades da Comissão de Organização do Governo Sueco, instituição que, desde 1 de janeiro de 1944, faz parte dos serviços administrativos do Estado. O objetivo da Comissão de Organização é levar a efeito investigações em matéria de organização, tanto nos departamentos militares como civis da administração pública sueca, tendo em vista sua racionalização.

Na primeira parte acham-se expostos a organização e os processos da Comissão; segue-se uma descrição das principais falhas de organização constatadas nos vários setores governamentais, dando-se exemplos de melhoramentos da organização e de economias que podem ser feitas nos setores civis e militares.

A última parte desta monografia trata de certas dificuldades que surgem habitualmente a propósito da racionalização da administração pública em relação à racionalização dos negócios em geral.

## HISTÓRICO E OBJETIVO DA COMISSÃO

A COMISSÃO de Organização do Governo Sueco, órgão oficial subordinado ao Ministério da Fazenda, foi criada a 1 de janeiro de 1944, por ato do Parlamento, funcionando, pois, há mais de três anos.

Os objetivos da Comissão estão definidos no parágrafo primeiro dos seus estatutos:

“As funções da Comissão de Organização do Governo Sueco consistem em planejar e, em colaboração com o Departamento ou Ministério interessado, executar e promover investigações na organização dos vários ramos da administração pública; preparar os participantes em tais investigações e, quando possível, sem negligenciar as funções acima mencionadas, fornecer às autoridades públicas assistência, conselhos e informações sobre problemas enquadrados no campo de ação da Comissão. Sugestões para investigações em

matéria de organização devem ser submetidas à decisão do Governo.”

Um ramo especial do chamado Conselho de Economia (“Besparingsberedningen”) realizou investigações sobre organização entre a primavera de 1941 e o outono de 1943 e pode ser considerado como o antecessor da Comissão. O Conselho de Economia era um órgão especial nomeado pelo Governo, integrado por 10 membros e presidido pelo Ministro da Fazenda. A finalidade do Conselho era formular propostas tendentes a reduzir os gastos oficiais mediante o emprêgo de técnicos em cada ramo especial determinado e o exame dos vários itens do orçamento durante o período de guerra, quando a despesa total era muito elevada, especialmente por causa das despesas destinadas à defesa nacional, que tinham sofrido um grande aumento. O trabalho do Conselho de Economia foi executado por meio de delegações nos vários ministérios e departamentos. Havia também um ramo especial para investigações em matéria de organizações que, sob a presidência do autor deste ensaio, levou a cabo investigações sistemáticas em certos ramos da administração pública e formulou propostas para economia em questões de organização.

Como fruto de suas investigações sobre organização, o Conselho de Economia sugeriu, em seu relatório final, a criação de uma Comissão de Organização do Governo Sueco. De acordo com os estatutos da Comissão, esta deve ser um órgão central de toda a administração pública, tanto civil como militar, para tratar de questões de organização de todos os tipos, não somente concernentes à organização administrativa e burocrática, como também às questões de natureza técnica.

A fim de dar uma impressão das proporções da administração pública sueca, podemos dizer que o número de pessoas empregadas pelo Estado (funcionários públicos e trabalhadores) ultrapassa 250.000. Estes funcionários estão distribuídos por cerca de 70 órgãos governamentais centrais, diversos dos quais têm agências regionais, cerca de 60 instituições e estabelecimentos, além de côrtes de justiça, departamentos de instrução pública, conselhos municipais e organizações militares. As Estradas de Ferro Suecas constituem o maior dos serviços públicos, contando mais de 50.000 empregados. O orçamento proposto para o ano fiscal de 1947-1948 consta de um orçamento efetivo de

(\*) Diretor-Geral em exercício da Comissão de Organização do Governo Sueco, ex-Diretor do Escritório de Organização da Associação Sueca de Indústrias, ex-Professor de Administração Industrial do Instituto de Tecnologia, de Estocolmo.



4.040 milhões de coroas suecas e de um orçamento de capital de cerca de 750 milhões de coroas suecas. Como a renda nacional sueca para 1945 foi estimada em 18.400 milhões de coroas suecas, o orçamento do Estado constitui cerca de um quarto da renda nacional.

#### CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

A Comissão se compõe dos sete membros seguintes: o autor, que é o Presidente, General de Divisão A. Bredberg, vice-presidente e representante militar especial; E. Stridsberg, Diretor-Geral, antigo chefe do Conselho de Contas (Riksräkenskapsverket) e atual chefe da Comissão de Revisão (Statens sakrevision); G. Aste, Diretor-Geral, chefe das fábricas de material bélico e de munição (Försvarets fabriksverk); Elon Anderson e G. Falla, membros do Parlamento; e G. Dahlberg, Diretor da Comissão de Organização. Dentre estes, o presidente, vice-presidente e gerente dedicam horário integral à Comissão, enquanto que os demais assistem às reuniões da Comissão, que em geral se realizam quinzenalmente; quando necessário tomam parte em conferências especiais, inspeções, etc.

A Comissão tem um valioso ponto de contato com o Parlamento, graças ao fato de que dois membros do mesmo fazem parte da Comissão.

O número de funcionários empregados pela Comissão era de 46 em 31 de dezembro de 1946; 15 destes eram técnicos de organização, 21 assistentes técnicos e 10 pessoal de escritório. Os principais técnicos têm que possuir experiência adequada de investigações sobre organização em algum setor determinado, por exemplo, escritórios e administração, técnica militar, e devem ser escolhidos com especial cuidado; são economistas formados por escola universitária de comércio, engenheiros formados por um instituto de tecnologia ou então funcionários públicos ou técnicos militares qualificados.

Desejo acentuar o fato de que a Comissão de Organização considera que sua tarefa mais importante consiste em levar a cabo a melhor forma possível de organização e promover os métodos de trabalho mais racionais, em íntima colaboração com os ministérios e departamentos, tendo em vista alcançar o máximo de eficiência. Por este meio, tem sido possível realizar consideráveis economias anualmente.

A Comissão de Organização prefere levar a efeito investigações sistemáticas e completas sobre organização em uma instituição de cada vez, pois, na prática, este método tem demonstrado produzir os melhores resultados. A Comissão atua também como órgão consultivo por ordem do Governo ou a pedido de chefes de ministérios ou departamentos, por exemplo, quando se precisa criar novos departamentos, quando se precisa construir novos edifícios públicos para administração, e assim por diante.

#### TÉCNICA DE REALIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES

Segue-se aqui uma curta exposição "modus faciendi" de uma investigação sobre organização em um departamento com funções administrativas e burocráticas.

Em cooperação com o diretor do departamento a ser investigado, são escolhidos de 2 a 5 (ou, em certos casos, de acordo com o tamanho do departamento) chefes de serviço mais qualificados, os quais devem ser suficientemente bem informados nos vários setores de atividades do departamento. É-lhes ministrado um curso especial de instrução, que geralmente dura 3 semanas. Os chefes de serviço de diferentes departamentos ou instituições muitas vezes assistem simultaneamente a estes cursos. Se, por exemplo, o curso se refere à organização de escritório, são estudados e examinados os princípios teóricos de administração de escritório; visitam-se fornecedores de máquinas e equipamento de escritório, sendo feitas demonstrações de várias máquinas e outros aparelhos. No fim do curso, forma-se dentro do departamento que vai ser investigado uma comissão provisória de organização, sob a direção de um chefe de divisão ou de outro qualquer funcionário qualificado. Por este meio fica assegurada a corresponsabilidade do departamento. A comissão provisória de organização consiste dos chefes de serviço que freqüentaram o curso e, também, de um número adequado de técnicos das comissões de organização.

A fim de que os empregados possam conhecer os objetivos do plano de racionalização, a Comissão de Organização realiza para os mesmos uma preleção especial sobre o assunto. A investigação propriamente dita começa por um pedido de descrição por escrito do trabalho de todo o pessoal do departamento. Esta descrição de trabalho deve consistir em uma lista detalhada, feita por cada empregado, de todas as tarefas que lhe são atribuídas. Estas tarefas devem ser classificadas quanto à sua ocorrência diária, semanal, mensal e assim por diante. A descrição deve ser tão completa que uma pessoa que nada conheça do trabalho que está sendo realizado possa ter uma idéia exata do que seja pela simples leitura dessa descrição. Devem ser anexadas a esta descrição amostras de todos os formulários e fichas utilizados pelo funcionário em seu trabalho, preenchidos com dados típicos. Além disso, deve constar também o número médio de tarefas de cada tipo, por dia, por semana, etc. Se determinada tarefa é periódica, isto é, se ocorre com certos intervalos, uma vez por semana, ou uma vez por mês, deve-se incluir na descrição uma observação especial sobre este fato.

Os funcionários devem anotar também o tempo empregado em cada espécie de trabalho, por dia, semana, etc. Este tempo é geralmente precisado depois com mais exatidão por meio de estudos relativos ao assunto.

Simultaneamente com a descrição, os empregados podem, se assim o desejarem, formular por



escrito sugestões para melhoramento dos métodos de trabalho. Tais sugestões são tratadas confidencialmente, conforme o desejo do empregado.

Uma vez prontas as descrições de trabalho, são elas examinadas por pessoas que pertencem ao comitê de organização, sob a supervisão de técnicos da Comissão de Organização. Ao mesmo tempo, são entrevistados chefes de serviço e estudam-se acuradamente métodos e tempo de trabalhos nos diferentes lugares. Desenham-se organogramas de rotina, mostrando como os diferentes trabalhos passam de um empregado para outro, e apresentando o material tanto do ponto de vista gráfico como estatístico.

São elaborados relatórios à medida que o trabalho progride e os mesmos são discutidos com os vários chefes de ministérios, departamentos, serviços e seções, os chefes de departamentos do Governo e da Comissão de Organização. Os melhoramentos são muitas vezes introduzidos imediatamente, mas, em certos casos, especialmente quando as propostas se referem a diversos departamentos ou escritórios, ou quando surgem problemas de mudanças nos cargos mais importantes, o relatório final é submetido ao Governo.

A fim de garantir que o Departamento esteja em condições de utilizar a experiência sistemática de organização no futuro, é geralmente nomeado um chefe de escritório especial. Esta nomeação deverá recair sobre os chefes de serviço mais qualificados que tenham tomado parte na investigação. Nas repartições maiores deve ser criado um departamento especial de organização.

As investigações sobre organização da administração pública sueca não forneceram na verdade nenhuma nova experiência do ponto de vista da administração científica. O objetivo da Comissão tem sido aplicar à administração pública os princípios e métodos de racionalização, que foram utilizados com êxito em organizações industriais e comerciais, tanto na Suécia como no estrangeiro. Contudo, devido às condições especiais que caracterizam a administração pública, gostaria de chamar a atenção para algumas das falhas, que se revelaram com maior intensidade nas diferentes organizações que até agora têm sido investigadas.

A fim de evitar mal-entendido, gostaria de observar que, a julgar pela minha própria experiência em administração pública em diversos países, a organização da administração pública na Suécia não era, no começo destas investigações, absolutamente inferior à de outros países. Havia nessa época exemplos de vários departamentos e serviços que podiam satisfazer as mais altas exigências de organização, concernentes à distribuição do trabalho, mecanização, sistemas de incentivo ao trabalho de escritório, etc. Além disso, os servidores públicos suecos, tanto os que ocupam cargos mais elevados como os mais inferiores podem ser considerados como capazes de satisfazer exigências fora do comum no que se refere à capacidade, integridade e senso de responsabilidade no seu trabalho.

O espaço não permite aqui um exame completo das falhas, que são tratadas mais adiante, escolhendo-se alguns exemplos típicos. E' evidente também que algumas dessas deficiências se sobrepõem, às vezes, parcialmente, ou têm a mesma origem.

#### FALHAS DE ORGANIZAÇÃO MAIS COMUNS

1.<sup>a</sup>) Pessoal superqualificado emprega todo ou parte do seu tempo executando tarefas que não exigem sua experiência ou seu treinamento especial, e que são, inteira ou parcialmente, de rotina e poderiam pois ser executados por funcionários menos qualificados ou com salários mais baixos.

2.<sup>a</sup>) Muitas vezes os grupos de trabalho (seções ou subseções) de uma repartição são pequenos para possibilitar uma divisão econômica e eficiente do trabalho.

3.<sup>a</sup>) Diferentes departamentos e seções muitas vezes desempenham funções que poderiam ser centralizadas em certos grupos de serviço a serem utilizados conjuntamente por vários departamentos ou escritórios.

Este sistema pode, por exemplo, ser aplicado a certos tipos de escrituração de livros, datilografia, estatística, contabilidade e registros.

4.<sup>a</sup>) A distribuição das responsabilidades não é devidamente equilibrada e dividida entre as diferentes esferas de uma organização.

5.<sup>a</sup>) Existem rotinas desnecessariamente complicadas e incômodas para o tratamento de problemas simples e de importância secundária.

6.<sup>a</sup>) Trabalhos desnecessários aparecem com frequência sob a forma de relatórios, estatísticas, etc.

7.<sup>a</sup>) A duplicidade de trabalho muitas vezes existe dentro de um departamento ou entre diferentes departamentos ou repartições.

8.<sup>a</sup>) O trabalho de revisão de contas e controle não é adaptado do modo mais adequado à matéria a ser controlada.

1. Esta falha se revelou sem dúvida a mais comum no trabalho de milhares de pessoas que ajudei a investigar. Por exemplo: uma pessoa gasta cerca de 20% do seu tempo trabalhando em determinada tarefa que requer sua prática e experiência, mas gasta, em seguida, cerca de 40% do seu tempo em serviços semi-rotineiros, que não exigem tais qualificações, e 40% em trabalhos de mera rotina.

Esta falha é muitas vezes ocasionada por razões históricas; a tarefa era antigamente de pequenas proporções, mas, posteriormente, se desenvolveu. Ao invés de se adotar uma divisão vertical do trabalho, o número de empregados efetuando tarefas idênticas aumentou horizontalmente. E' também, muitas vezes, o caso do funcionário ou do seu superior imediato que não teve capacidade suficiente para avaliar a importância dos vários cargos, bem como as qualificações exigidas para



cada um deles. São freqüentes os cargos de funcionários mais graduados, de vários tipos, tais como engenheiros, silvicultores e oficiais, que são levados a executar trabalhos tipicamente administrativos durante cerca de 40 a 50% do seu tempo, em detrimento de seu trabalho normal como chefes; além disso o serviço administrativo pode provavelmente ser feito com muito mais eficiência por outros empregados.

2. Esta falha é, talvez, mais freqüente na administração pública do que em firmas particulares, possivelmente devido à estrita classificação dos servidores públicos, motivo pelo qual o chefe de uma seção sente uma responsabilidade especial pelo trabalho realizado em seu setor e, por conseguinte, sente-se pouco inclinado a se ajustar sob um grupo superior. Outra razão é que a maior parte das repartições da administração pública sueca está alojada em edifícios antigos e obsoletos, construídos com paredes entre as salas que são inadequadas ao trabalho de escritório. Estes mesmos edifícios podem ser reconstruídos por um custo relativamente baixo, tornando as salas mais adequadas a maiores grupos de trabalho e eliminando assim os inevitáveis excedentes de 1/2 ou 2/3 de empregados, que muitas vezes ocorrem em grupos de trabalho menores.

3. Entre as vantagens evidentes da centralização contam-se as possibilidades de maior mecanização, melhor distribuição de trabalho e mais eficiência através da especialização, mais competência dos chefes dos grupos de serviço, economia de espaço, etc.

Quando se organiza um grupo de serviço deste tipo torna-se todavia importante garantir que o mesmo preste realmente bons serviços, a fim de que os diferentes chefes de departamentos que deles se utilizarem não tenham motivo de queixa. Mas basta que a organização esteja bem planejada para que o risco de dificuldades desta ordem seja em geral pequeno.

A formação de grupos de serviço deste tipo encontra muitas vezes maiores dificuldades na administração pública do que nas firmas particulares. Todo pequeno chefe preferiria ser auto-suficiente em relação a todo o trabalho realizado pelo seu departamento. A impressão do chefe de que sua própria posição cresce de importância com o número de subordinados de que dispõe, parece mais acentuada na administração pública, possivelmente devido aos princípios de remuneração atualmente em vigor. Quanto maior a pirâmide da organização, mais alto o seu vértice!

Uma das conseqüências do desejo de uma seção ou subdivisão de ser auto-suficiente com respeito a um certo tipo de trabalho é que a mesma espécie de informação está, muitas vezes, registrada e arquivada em vários sítios diferentes, dentro da mesma repartição ou diferentes repartições. Algumas vezes isto pode ser justificado, outras vezes não. Toda a duplicidade deste tipo envolve chefes de serviço, arquivos, espaço e pesquisas em diversos lugares, a fim de manter as

informações em dia, etc. Portanto, é da maior importância que não existam destes postos de informação desnecessários.

Nos serviços administrativos das forças de defesa suecas tem sido muito difundido o princípio de que cada chefe de uma ramificação de um serviço ou de um setor deve ser auto-suficiente com relação a quase tudo. Amplas medidas de racionalização têm sido levadas a efeito nas unidades do exército, artilharia de costa e na marinha. Eis alguns exemplos das medidas de racionalização postas em prática num regimento do exército:

a) Foi estabelecido para todo o regimento um serviço centralizado de datilografia, que se encarregou de grande parte do trabalho de 12 companhias, 13 batalhões e vários outros setores. Anteriormente, a datilografia era feita em 30 lugares diferentes e com 60 máquinas de escrever — trabalho êsse que muitas vezes era realizado por pessoal pouco experimentado. Atualmente, o serviço central de datilografia consiste apenas em 5 datilógrafos experientes.

b) Organizou-se um serviço central de mensageiro para atender as necessidades de todo o regimento. (Este serviço, que anteriormente era feito por 16 ordenanças, em horário integral, está sendo realizado agora por 2 1/2 pessoas do serviço central).

c) Cada uma das 12 companhias tinha seus próprios depósitos para uniformes, botas e qualquer outro equipamento. Estes serviços foram centralizados e reduzidos a um só depósito central para todo o regimento.

d) A relação dos depósitos que anteriormente era feita em 11 lugares diferentes, está agora centralizada e reduzida a um só registro.

e) A intendência, o departamento de material bélico e a manutenção dos quartéis tinham anteriormente cada qual os seus carpinteiros e oficinas mecânicas próprias. Agora êstes serviços foram centralizados.

A racionalização do pessoal e do serviço administrativo do regimento resultou numa diminuição do pessoal antes necessário para êstes serviços, redução esta que foi de 244 para 197 pessoas.

Os consertos de artigos de uso pessoal das forças de defesa suecas — lavanderia, consertos de uniformes e botas — eram anteriormente executados em 60 lugares diferentes, pois, em tempo de paz, praticamente toda a guarnição tinha suas próprias oficinas, as quais serão agora centralizadas em 7 postos militares do país, o que, segundo cálculos efetuados, produzirá uma economia anual de 5 milhões de coroas suecas.

4. Aliás, é comum que a responsabilidade por assuntos de natureza simples pertença em grande parte aos funcionários de categoria da organização, absorvendo desnecessariamente o tempo de um alto funcionário que é superqualificado e demasiado bem remunerado para tratar de assuntos desse tipo. Em alguns casos, estas condições



dependem das regras e regulamentos existentes, que então devem ser modificados.

Esta anomalia é um dos piores defeitos da burocracia.

Resulta na solução demorada dos casos, que muitas vezes se referem ao grande público e tira o prazer de trabalhar de muitos chefes de serviço. A distribuição errada de trabalho depende muitas vezes de razões históricas. Muitos órgãos governamentais são bastante antigos. Quando grupos diferentes de casos aumentam em volume, a responsabilidade por decisões de rotina não se desloca dos escalões superiores para os inferiores da organização. O recurso consiste, obviamente, em que todos os chefes responsáveis apliquem o excelente princípio de Taylor. No caso de questões monetárias, pagamentos, etc. pode-se muitas vezes determinar certo limite máximo para um chefe de serviço; todos os casos que excedam este limite são levados a uma instância superior. Frequentemente, entretanto, surgem grandes dificuldades na aplicação destes sensatos princípios de administração pública, pois que um certo chefe de serviço pode ele próprio, após uma revisão de contas realizada anos depois, ter de pagar uma soma considerável por reconhecer que tomou uma decisão errada.

Antes da racionalização do regimento acima mencionada, um coronel queixava-se de que era obrigado a despendar 75% do seu tempo apondo sua assinatura em decisões administrativas que eram, em geral, de natureza insignificante, e, por conseguinte, não tinha tempo para dirigir o treinamento das tropas, que era seu trabalho mais importante.

Por outro lado, o coronel de um regimento racionalizado afirmou que agora pode dedicar 4 ou 5 horas por dia ao treinamento de tropas.

Em muitas repartições com organizações locais, regionais e centrais, os chefes locais e os chefes regionais têm autoridade muito limitada.

Nestes últimos anos, têm sido introduzidos ou projetados na administração pública sueca melhoramentos nestes setores, como por exemplo, nas estradas de ferro, rodovias, telégrafos, e administração florestal, que pertencem ao Estado.

5. Rotinas complicadas resultam geralmente do fato de ser mal-equilibrada a distribuição de responsabilidades (n.º 4 acima), mas pode também ter outras causas. Mesmo com uma divisão de trabalho altamente desenvolvida, como em geral é conveniente manter nas organizações maiores, por razões de ordem econômica, o número de pessoas e operações, através das quais um certo trabalho tenha de passar do princípio ao fim, não deve ser demasiado, devendo antes ser regulado de acordo com a natureza do trabalho.

Em determinado caso, toda a requisição de materiais, inclusive material para escritório de valor secundário, tinha de passar por nada menos do que 24 operações diferentes, que, entretanto, foram depois reduzidas a 3.

6. Uma grande soma de trabalho desnecessário é muitas vezes provocada pelo fato de que continuam em vigor regulamentos obsoletos. O fato de que ainda se realiza tal trabalho resulta disso não ter sido ainda notado por um chefe responsável, que poderia tomar a iniciativa de modificar o regulamento.

Uma prática de trabalho que é muito comum na administração pública, e muitas vezes supérflua, é o registro cronológico de casos. Praticamente, em quase todos os escritórios ou órgãos governamentais em que se levaram a efeito investigações sobre organização foram propostas sugestões para simplificações nesse particular. De início, sugeriu-se que seja abolido o registro de documentos que são examinados de outra maneira, tais como contas, ou que são de natureza interna, tais como relatórios de pessoal, pedidos de material, etc. Isto dará lugar a uma grande economia de tempo e de trabalho. Não raro tem sido possível eliminar 50% do trabalho de registro feito em um escritório. Sugeriu-se que o método antiquado de registro anual em livros-mestres, adotado em muitas repartições, deveria ser substituído por métodos mais modernos. Foi introduzido o registro datilografado em um sistema de folhas soltas, o que tornou possível organizar um registro cronológico e, ao mesmo tempo, obter cópias que podem ser usadas para referência nas várias seções que devem tratar do assunto em questão.

Em alguns casos, pode-se dispensar inteiramente o registro, substituindo-o pela anotação dos documentos que entram e saem num arquivo que seja tão minucioso que um documento possa ser rapidamente localizado. Em um regimento de infantaria que foi investigado observou-se que o registro feito em vários escritórios tomava o tempo correspondente ao trabalho de 5 1/2 pessoas. Esse trabalho pode ser inteiramente eliminado por meio de um método adequado de organização de arquivos.

Uma forma de trabalho que é muitas vezes supérflua e que constitui um dos piores males da burocracia, baseada no princípio da autopreservação, é o hábito dos chefes de serviço de um mesmo escritório ou de diferentes escritórios, exigirem recibos uns dos outros por papéis de rotina que circulam entre eles.

Na administração pública gasta-se muito tempo no estudo das remessas feitas entre departamentos e outras repartições do Governo. Por conseguinte, é importante que estas remessas sejam pedidas só aos escritórios e pessoas necessárias para o estudo e solução do caso em aprêço, e que as respostas não sejam complicadas por repetições desnecessárias do texto original. Do contrário tais respostas tomarão tempo demasiado, tanto daqueles que as escrevem como daqueles que têm de fazer uma apreciação dos resultados.

7. Esta duplicidade de trabalho pode decorrer de serem os mesmos fatos reescritos em diferentes lugares a lápis, tinta ou máquina, ou serem controlados várias vezes.



A duplicidade de trabalho é geralmente originada por três causas:

a) Um chefe de departamento não sabe que o mesmo trabalho está sendo simultaneamente executado no seu ou em qualquer outro departamento;

b) Um chefe de departamento deseja ser auto-suficiente;

c) Um departamento não confia no outro.

Nos casos (b) e (c) a duplicidade de trabalho é provocada por fatores humanos, tornando-se por conseguinte mais difícil combatê-la. É o caso das repartições e departamentos que possuem os seus próprios técnicos e outros órgãos, em torno de cada um dos quais se cria uma organização sob a forma de serviços de datilografia, contabilidade, registros, arquivos, etc., em vez de utilizar um serviço comum. Se esses técnicos, ao examinarem uma certa questão, têm a atenção voltada para seus respectivos departamentos em vez de seguir a linha que é melhor para todos, o resultado é geralmente uma soma desnecessária de discussões e de burocracia, que somente servem para prejudicar e retardar a decisão final. Especialmente quando são criados novos departamentos, é da maior importância certificar-se de que não contemham órgãos para tarefas que já estejam sendo executadas de maneira econômica e eficiente por outros departamentos, ou que possam ser mais bem tratadas pelos mesmos depois de ligeiras alterações da respectiva organização.

A duplicidade de trabalho pode muitas vezes ser evitada e outras vantagens podem ser obtidas através da coordenação sistemática entre escalões técnicos similares nos diferentes departamentos, nos casos em que estes realmente se justifiquem. Por exemplo, um comitê especial de estudo do tempo foi criado por iniciativa da Comissão de Organização nos órgãos de comunicação do Governo sueco, a saber: estradas de ferro, telégrafos, empreendimentos hidráulicos, e departamento de rodovias e aquavias pertencentes ao Estado. As organizações de estudo do tempo destes quatro órgãos governamentais anteriormente trabalhavam independentemente uma das outras. Graças à co-operação organizada, foram obtidas muitas vantagens com respeito a padrões uniformes de estudos do tempo e de tarefas, treinamento conjunto de técnicos no estudo do tempo, etc. Um comitê especial foi recentemente criado para cooperação entre as oficinas do exército, da marinha e da aeronáutica, em estudos do fator tempo.

8. Esta falha é realmente uma combinação das de números 6 e 7 acima, mas é de tão grande importância na administração pública que merece especial atenção. Acontece que é uma das piores manifestações da burocracia e muitas vezes exerce influência prejudicial sobre um indivíduo dentro de uma organização, em vez de favorecer suas melhores qualidades, tais como originalidade, iniciativa, desejo de assumir responsabilidades, e gosto pelo trabalho.

Infelizmente, é muito comum que o controle de trabalho deste tipo seja levado a efeito com mais exatidão e formalidade do que é necessário em relação à importância do que deverá ser controlado. Em alguns casos, a despesa anual com o trabalho de controle, sob a forma de salários, etc., ultrapassa grandemente o valor anual das falhas eventuais (no seu pior aspecto) que poderiam ser reveladas pelo controle, mesmo tomando-se em consideração que um dos objetivos do controle é procurar evitar erros futuros. Em tais casos, sugeriu-se que o trabalho de controle fôsse reduzido e barateado pela introdução de amostras, por exemplo, ou pela divisão dos assuntos que devem ser controlados em grupos mais ou menos importantes, do ponto de vista do controle. É sempre necessário bom senso de julgamento ao se fixar as rotinas do controle. Em muitos casos, um controle cem por cento pode ser retardado durante meses ou mesmo anos, o que depende das variações das tarefas de controle ou mesmo de outros fatores. Isto significa que os chefes do serviço que devem ser controlados não podem lembrar-se sempre dos pormenores do assunto em observação. Muito tempo é então perdido por esses chefes, que são geralmente pessoas que ocupam cargos de responsabilidade, em investigações de assuntos secundários, que sob o ponto de vista econômico talvez valham apenas algumas coroas. Muitas destas observações são feitas a fim de que os membros do serviço de controle possam, pelas observações efetuadas, provar a importância da sua existência. Muitas incompreensões, erros e injustiças podem também se produzir desta forma, no julgamento do tratamento de um caso, e um chefe de serviço capaz e consciente pode perder a iniciativa e satisfações no futuro e ser até prejudicado na sua promoção. Em muitos destes casos, um controle de provas mais adequado e levado a efeito mais rapidamente pode eliminar todas estas desvantagens e revelar-se mesmo mais valioso para o futuro, do ponto de vista preventivo. Em todo o trabalho de controle deve-se ter o máximo cuidado em não "considerar a parte errada do número fracionário". É geralmente de maior importância considerar as grandes questões que se encontram por detrás dos números do que verificar se estes correspondem aos últimos centavos.

#### DIFICULDADES ESPECIAIS NA RACIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em todo o trabalho de racionalização da administração pública, o observador encontra dificuldades especiais que decorrem da própria natureza da administração pública. Examinaremos algumas dessas dificuldades mais frequentes:

1. *Não existe um balanço de lucros e perdas* — Com exceção de alguns dos chamados serviços industriais do Estado, não ocorre nos órgãos centrais do Governo a venda de serviços por um preço determinado, não havendo, por conseguinte, renda proveniente de vendas com que comparar um custo da operação. O chefe de um órgão não



tem margem de lucros para utilizar como limite. Frequentemente, há, por este motivo, ausência total de incentivo para manter os custos num baixo nível que produz tão grandes eleitos nos negócios privados. Exceto em alguns poucos casos, os funcionários mais graduados não têm incentivo de participação nos lucros.

2. *Os salários dos cargos mais altos não são muitas vezes suficientemente altos* — Por causa da estrutura do sistema de salários do Estado e das relações entre os altos funcionários de diferentes departamentos, os salários dos escalões superiores de uma organização não são muitas vezes suficientemente altos em comparação com os das organizações privadas. Há muitos homens reconhecidamente capazes que, apesar disso, se dedicam com grande interesse à causa pública, porém há frequentemente dificuldade, sobretudo no caso de departamentos com menos recursos, em se encontrar pessoas competentes para os altos cargos.

3. *Os funcionários públicos muitas vezes não têm conhecimentos econômicos práticos nem teóricos* — Por esta razão não são, em geral, "cost-minded" como necessariamente devem ser todos os chefes de vendas, de produção, de finanças, etc. de empresas privadas. Os funcionários de categoria mais elevada, apesar de demonstrarem capacidade nos seus respectivos campos, são em geral juristas, estatísticos, oficiais militares, cientistas, etc. e não tiveram, por conseguinte, as mesmas possibilidades de adquirir um ponto de vista econômico.

4. *Promoção demorada para homens competentes* — Como é o Parlamento que determina o número dos cargos mais elevados do Estado e suas remunerações, e o órgão das nomeações leva por conseguinte muito tempo para fazê-las, nem sempre há possibilidades para a promoção de homens capazes. Além disso, em muitos casos, a antiguidade contribuiu mais do que a capacidade para a questão das promoções.

5. *Lentidão nas transformações em operação* — Quando, por uma questão de racionalização ou por razões externas, se tornam aconselháveis transformações dentro de uma organização, preparam-se cuidadosamente propostas por escrito que são primeiro submetidas ao Governo e ao Parlamento. Isto atrasa, em certos casos até proíbe, mudanças de pessoal, aquisição de máquinas, reconstruções, etc.

6. *A possibilidade de crítica por parte do público requer muito trabalho escrito* — Como todo funcionário público está sempre arriscado a expor-se a críticas por parte do público, ele evita emitir decisões verbais rápidas, que são muitas vezes preferíveis, para, ao contrário, proteger-se no

futuro com um bom número de documentos. Evita também tomar qualquer decisão — ainda que seja perfeita sob o ponto de vista econômico e demonstra boa iniciativa — porque não pode esperar nenhuma recompensa por ter-se arriscado, mas pode expor-se a severa crítica se falhar e talvez perca sua promoção. Pode até, depois duma revisão, ser condenado a pagar o custo do risco que tomou.

7. *A segurança de um posto pode induzir os funcionários a não cooperarem no melhoramento do trabalho* — Um alto funcionário, como por exemplo um chefe de divisão, que não espera mais promoção, e que não pode ser demitido antes de atingir a idade da aposentadoria, pode recusar-se, num desafio a seus superiores, a realizar certas modificações na organização se estas são contrárias aos seus desejos pessoais.

*Redução do número de funcionários depois da investigação sobre organização* — Como o custo dos funcionários constitui a parte maior das despesas de uma repartição administrativa, — frequentemente de 80% a 90% da despesa anual total — pode-se perguntar como é possível explorar as economias originadas de uma investigação em matéria de organização sem causar transtorno aos funcionários, como desemprego etc.

Quando algumas nomeações se tornam superfluas, depois de uma investigação numa repartição, os ocupantes desses cargos não podem ser imediatamente dispensados se as nomeações são ordinárias ou extraordinárias; o cargo é extinto quando o funcionário que o ocupa chega à idade da aposentadoria. Mas nas repartições grandes e médias até a extinção de cargos ordinários pode ser feita em curto espaço de tempo, em parte devido à promoção e muitas vezes porque o volume de trabalho vai aumentando e evita-se empregar novos funcionários.

Nas condições atuais na Suécia, mesmo no caso de chefes de seção extras que pertencem em geral à geração mais nova, não há dificuldades porque já existe certa escassez de funcionários tanto na administração pública como nas empresas privadas; esta escassez tornar-se-á ainda mais acentuada nos próximos anos devido à pequena porcentagem de nascimentos que existe há anos neste país.

A principal idéia, seguida sempre que possível pela comissão de organização, consiste em não deixar baixar o nível das condições para a promoção dos funcionários públicos, mas, pelo contrário, melhorar estas condições a fim de que a administração pública possa ser integrada por um quadro de funcionários de categoria suficientemente elevada.



# Relatório do IX Congresso Internacional de Ciências Administrativas realizado em Estambul, Turquia

OSMAR CUNHA

**S**OB a direção do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, realizou-se em Estambul, Turquia, o IX CONGRESSO MUNDIAL, patrocinado pelo governo daquele país.

A delegação brasileira, ao magnífico conclave, estava assim constituída:

Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Fundação Getúlio Vargas.

Dr. Carlos Medeiros Silva, Consultor-Geral da República.

Dr. Araújo Cavalcanti, Representando o Diretor-Geral do D.A.S.P. e a Seção Brasileira do Instituto Internacional de Ciências Administrativas.

Dr. Fernando Bessa de Almeida, D.A. do Ministério da Justiça.

Dr. Osmar Cunha, da Associação Brasileira de Municípios, representando, também, a Confederação Nacional do Comércio e Município de Florianópolis.

O Congresso foi realizado entre 6 e 14 de setembro, seguindo-se por mais 10 dias um seminário das Nações Unidas, sobre matéria administrativa, com a presença das maiores expressões da administração mundial.

## O PLENÁRIO

Os melhores especialistas das principais nações do mundo confrontaram suas opiniões, tanto sob o ângulo jurídico como do ponto de vista técnico e prático, sobre nove problemas administrativos escolhidos entre os mais discutidos no momento:

1. Administração da matéria econômica;
2. Casos concretos de controvérsia administrativa;
3. Estudo de casos relativos à execução de projetos de assistência técnica no domínio da administração pública;
4. Formação de funcionários nacionais, internacionais e supranacionais;
5. Jurisdições administrativas internacionais;
6. O orçamento como programa de trabalho do governo;
7. As subvenções como meio de administração;
8. Obtenção de normas profissionais e morais mais elevadas nos serviços públicos;
9. Problemas administrativos relativos à execução de desenvolvimento econômico.

## O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Primando por uma organização notável, o Congresso foi dividido em duas seções distintas.

A primeira, denominada Comitê de Ciências Administrativas, foi presidida pelo Sr. Henri Puget, Conselheiro de Estado, da França, e estudou os aspectos jurídico e geral da administração. Ocupou-se, principalmente, dos problemas de estrutura dos organismos administrativos e do direito administrativo.

O Comitê de Práticas Administrativas, presidido pelo Sr. Donald C. Stone, da alta administração norte-americana e Diretor do "Springfield College" ocupou-se dos casos concretos de organização da administração pública, seus métodos de execução, sugestões práticas que possam conduzir ao seu melhoramento e as relações interiores e exteriores com o pessoal administrativo.

Assim, coube ao Comitê Científico estudar e estruturar os seguintes assuntos:

1. Jurisdições administrativas internacionais;
2. Casos concretos de controvérsia administrativa;
3. As subvenções como meio de administração;
4. Administração da matéria econômica.

Por sua vez, o Comitê de Práticas Administrativas discutiu três problemas principais e precisos:

1. Execução dos programas de assistência técnica e de desenvolvimento econômico, sob os seguintes aspectos:
  - a) Problemas administrativos relativos à execução de um programa de desenvolvimento econômico;
  - b) Estudo de casos relativos à execução de projetos de assistência técnica no domínio da administração pública.
2. O orçamento como programa de governo;
3. Obtenção de normas profissionais e morais mais elevadas nos serviços públicos.

## JURISDIÇÕES ADMINISTRATIVAS INTERNACIONAIS

As buscas empreendidas sob este título dizem respeito aos órgãos administrativos internacionais que possuem atribuições jurisdicionais, tais como a ONU, UNESCO, OIT, OECE e CECA.



As pesquisas efetuadas no Congresso de Estambul estudaram os seguintes problemas:

- a) Composição dos organismos jurisdicionais internacionais;
- b) Regras gerais concernentes à sua competência;
- c) Regras gerais de processos e
- d) Força de suas sentenças de justiça e de seus arrestos.

Conseqüentemente, teve-se o objetivo de, no conclave, elaborar, na medida do possível, certas regras gerais aplicáveis a uma série de tribunais que apresentam numerosas divergências. Essas divergências não são justificadas por razões de princípio ou de processo, mas nasceram, em geral, de circunstâncias particulares que têm cercado a criação de tais órgãos, esperanças ou temores daqueles que os instituíram e a natureza particular dos problemas que têm de resolver.

O plenário da IX Conferência Internacional de Ciências Administrativas apresentou, por isso, uma série de conclusões destinadas a destruir tais óbices pelo estudo, em conjunto, dos diversos organismos e de suas jurisdições administrativas internacionais.

C. A. van Poelje, conselheiro de Estado da Holanda, apresentou magnífico relatório que fará parte integrante dos anais do Congresso e servirá de subsídio valioso a todos os estudiosos do importante problema.

#### CASOS CONCRETOS DE CONTROVÉRSIA ADMINISTRATIVA

Foi êsse o estudo consagrado a uma série de "casos" administrativos típicos e problemas jurídicos e administrativos que dêles resultaram nos diferentes países.

Foram estudados quatro casos concretos relativos aos seguintes assuntos:

- I — Legislação do urbanismo;
- II — Sanção da recusa pelo Estado que se negou a cumprir uma obrigação pecuniária de sua responsabilidade;
- III — Política municipal de circulação;
- IV — Estragos causados às obras públicas.

Naturalmente que as legislações dos diferentes países regulam o assunto, e, do conhecimento mútuo dos diversos sistemas resultará melhoria na aplicação das sanções como reguladora das controvérsias sempre existentes em todo o mundo, entre o Estado e seus cidadãos.

#### AS SUBVENÇÕES COMO MEIO DE ADMINISTRAÇÃO

A principal dificuldade que se depara no estudo dêsse assunto é a inexistência de uma definição precisa. Uma série de trabalhos foi apresentada ao conclave, reunindo-se a experiência adquirida pelos congressistas em seus países e os diversos aspectos do problema foram examinados. E' um assunto extremamente importante e extenso, e o seguimento de uma linha rígida de conduta é difícil de ser traçada.

Mas, dúvida não houve em reconhecer a utilidade e a necessidade mesmo, das subvenções, nos seguintes casos, por se relacionarem com o desenvolvimento de entidades de interesse público e que são, conseqüentemente, auxiliares da administração pública:

- I — Para cobrir o excesso das despesas sobre as receitas dos orçamentos de órgãos públicos diversos;
- II — Para cobrir subsídios necessários ao desenvolvimento econômico ou à colocação da produção;
- III — Para cobrir o excedente das despesas sobre as receitas do serviço de seguros sociais;
- IV — Para cobrir o excedente das despesas sobre as receitas das instituições de financiamento autônomo, como escolas rurais, de experimentação, teatros, radiodifusão, esportes, bibliotecas, etc.;
- V — Para cobrir o excedente das despesas sobre as receitas das organizações sociais.

#### ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA

Reputamos êsse item como de magna importância nos trabalhos e dos que mais interesse despertou no Congresso.

Verdade seja dita que o questionário sobre administração econômica abraça uma tal variedade de domínios que parece impossível considerá-los todos num quadro geral com o objetivo de fornecer elementos de referência necessários e suficientes à comparação da situação atual das administrações econômicas das diversas nações.

O estudo da matéria econômica, para efeito dos estudos abordados no Congresso foi dividido em três partes de importância inegável.

A primeira, a mais longa, expôs as diversas intervenções do Estado na vida econômica e, nesse exame, foram indicados os principais fatos que têm influenciado o trabalho da administração, evitando-se considerar o móvel da política econômica, pois que, nesse caso, ter-se-ia de apreciar a Política seguida pelos Poderes Públicos, particularizando-a.

Nesse grupo foram estudados:

#### I — PLANOS E INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

E' absolutamente imprescindível a apresentação de planos de previsões por períodos determinados dentro de um quadro geral e necessário às operações intermediárias entre a concepção e a ação, tornando-se, assim, normal as realizações públicas.

Os poderes organizados devem ter à mão, com antecedência, tôdas as informações sobre o desenvolvimento dos planos de modo a assegurar, em tempo útil, as providências necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos preestabelecidos nos planos governamentais.

Para garantir o sucesso deverão ser organizadas comissões de Planos Nacionais, de Orçamentos, de Créditos e de Investimentos, objetivando as previsões para o ano seguinte, o desenvolvimento das contas e o orçamento econômico, bem como relatar o desenvolvimento dos fatos do ano precedente.



## II — AS INTERVENÇÕES NO DOMÍNIO INDUSTRIAL E COMERCIAL

As intervenções no domínio da atividade industrial e comercial, exceção àquelas correspondentes às minas, energia e combustíveis, devem ser limitadas, *procurando-se um regime de inteira liberdade para o exercício de todas as atividades.*

Compete ao Estado, apenas, os poderes de polícia administrativa ou para a representação de certas atividades coletivas.

Assim é que o Estado intervém na regulamentação das Bolsas de Comércio, feiras e exposições, registros de comércio, direito dos inventores, etc., com o fim de assegurar a liberdade das transações ou a defesa dos interesses legítimos do revendedor.

Tem também o Estado regulamentado certas atividades coletivas, câmaras de comércio e de indústrias, que garantem a representação das atividades econômicas e a administração de certos serviços comuns a todos os membros de uma profissão.

Outras intervenções decorrem dos deveres do Poder Público em matérias econômicas, como:

— a regulamentação da criação e do funcionamento dos estabelecimentos classificados como perigosos, insalubres ou incômodos;

— a regulamentação dos pesos e medidas.

Mas, não há dúvida, as intervenções do Estado têm sido aumentadas em razão das circunstâncias excepcionais nascidas das guerras e da penúria conseqüente às guerras, sobretudo nos últimos doze anos.

As condições econômicas e os fatores políticos têm influído sobre a forma de tais intervenções.

## III — INTERVENÇÕES EM MATÉRIA AGRÍCOLA

No quadro geral da política agrícola dos governos, as intervenções do Estado não devem tomar uma forma autoritária. Aí ela pode e deve aparecer sob a forma de orientação, de ajuda ou de estímulo das atividades agrícolas no sentido do interesse geral.

## IV — INTERVENÇÃO DO ESTADO EM MATÉRIA DE TRANSPORTES

Era inevitável a intervenção do Estado no transporte ferroviário pelo volume crescente de suas necessidades financeiras, o mesmo não acontecendo com os transportes rodoviários e marítimos.

No que concerne ao transporte aéreo, que depende estreitamente do Estado, não poderiam eles desenvolver-se sem ajuda importante, pois que as entidades privadas não estão evidentemente capacitadas a organizar a superestrutura necessária e as instalações em terra.

Do entrosamento da aviação civil e comercial, com a de guerra deve-se o extraordinário de-

envolvimento do transporte aéreo nos últimos anos.

Observa-se, por outro lado, a intervenção crescente do Estado no transporte marítimo, onde tem um papel essencial em matéria de construção de navios de todos os tipos.

## V — OUTRAS INTERVENÇÕES DO ESTADO

Estudos minuciosos que temos em nosso poder se relacionam com a intervenção do Estado em diversos países, da seguinte maneira:

a) *na exploração de certas riquezas nacionais que devem ser utilizadas em benefício de toda a coletividade;*

b) *a intervenção pelo imposto, cujo sistema em vigor foi modificado nos países democráticos da Europa, como da Itália e França em razão das transformações econômicas profundas sofridas por esses países. A nova legislação, na França, por exemplo, foi estabelecida em função de três objetivos:*

- o primeiro: fiscal;
- o segundo: nos fins morais e sociais;
- o terceiro: de objetivo econômico.

c) *Intervenção por via aduaneira, instituindo direitos à entrada das mercadorias para proteger a indústria nacional e o comércio, particularmente vulneráveis à concorrência estrangeira. Nesse sentido a França, por exemplo, possui:*

1. as tarifas puramente fiscais;
2. as taxas correspondentes a um serviço executado, os direitos de navegação ou as visitas sanitárias;
3. as taxas aduaneiras propriamente ditas.

Enfim, a Política Econômica do país pode ser influenciada por adaptações oportunas de direitos aduaneiros, seja para agir sobre os preços, seja para facilitar ou dificultar as exportações e importações.

Esse é um ponto interessante da matéria e que, a nosso ver, merece um estudo acurado dos nossos homens públicos.

d) *Intervenção pelas subvenções, estimulando, assim, a agricultura, a indústria e os transportes.*

Nesse caso as subvenções podem tomar formas muito variadas, tais como: empréstimos em dinheiro a taxas de juros reduzidos, subvenções "in natura", isenções de direitos, etc.

E' preciso esclarecer, entretanto que, geralmente, quando o Estado concorda com uma subvenção qualquer a uma associação, sociedade ou empresa, ele submete o organismo em causa ao seu controle, objetivando assegurá-lo do bom emprego dos seus fundos.

e) *Intervenção em matéria de crédito através dos Bancos centrais, pela distribuição sempre melhor do crédito, segurança para os depositantes e aplicação sempre maior em objetivos de ordem econômica;*

f) *Intervenção do Estado em matéria de preços; não existe domínio onde a intervenção do Estado seja mais difícil do que a dos preços. Independentemente das dificuldades de escolha de uma política de preços é preciso acrescentar as provenientes das resistências contra as medidas tomadas que tornam mais ingrata ainda a tarefa aos Poderes Públicos.*



Os relatórios e trabalhos apresentados ao Congresso explanam as medidas usadas em diversos países e os seus sucessos e insucessos.

g) *Intervenção do Estado na regulamentação do trabalho* — Se o objetivo da economia é produzir e distribuir as riquezas, os meios de sua execução pela técnica progressiva dependem sempre, e, estreitamente, do trabalho humano.

A legislação do trabalho tem por fim a defesa do trabalhador e dela as suas relações melhores ou piores com o capital.

Nos diversos países a proteção do Estado ao trabalhador tem sido regulada, progressivamente, pelas seguintes medidas, após a guerra 1914-18:

- a duração do trabalho;
- os acidentes do trabalho;
- o repouso semanal;
- a higiene e segurança do trabalho;
- os direitos de reivindicações dos obreiros e camponeses;
- taxas de salários ou salários mínimos;
- tribunais do trabalho para regular os seus conflitos;
- representação dos empregados junto à direção das empresas;
- regulamentação do mercado do trabalho e remuneração durante o desemprego;

h) *Intervenção do Estado no setor imobiliário* — O crescimento constante das grandes cidades pelo desenvolvimento industrial, fator decisivo no aumento das populações, tem acarretado problemas seríssimos de habitação em todo o mundo.

As nações mais adiantadas, principalmente aquelas afetadas diretamente pela guerra, tiveram de enfrentar o problema frontalmente pelas reconstruções, em massa, das habitações destruídas.

Por outro lado, a fim de favorecer as construções particulares, foram criadas legislações especiais, objetivando:

a) uma ajuda à construção privada por concessões de prêmios à construção e de empréstimos, por intermédio de organismos de crédito existentes, com isenções fiscais;

b) uma política de ajuda, a organismos especiais (sociedades de crédito imobiliário ou cooperativas) para construção de habitações de custo moderado, ou destinados a favorecer a aquisição da casa própria, que se beneficiam de uma legislação ainda mais favorável;

i) *Descentralização da intervenção* — Os governos centrais, sem uma organização descentralizada, jamais poderão fazer sentir sua ação econômica sobre todos os pontos do território nacional.

Essa descentralização pode ser feita por via normal, através da hierarquia administrativa ou pela organização de serviços especiais.

## MODOS DE AÇÃO E CAUSAS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA VIDA ECONÔMICA

### I — MODOS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO

O Estado utiliza as maneiras mais diversas de intervenção, desde as simples normas ou conselhos que os cidadãos seguem, voluntariamente, ou não, até ao controle completo de certas atividades. Entre estes dois extremos existem numero-

sos modos de intervenção que se podem classificar nas seguintes categorias:

a) *Medidas legislativas ou regulamentares* — Uma limitação aplicável a todos e que se manifesta por uma ação dos Poderes Públicos e consistindo em:

I — Medidas de controle prévio;

II — Medidas de controle *a posteriori*;

III — Medidas de controle permanente.

b) *Associação do Estado com entidades privadas*;

c) *Responsabilidade pela gestão de empresas, quando o capital do Estado é majoritário*;

d) *Controle completo pelo Estado, através de órgãos próprios ou pela exploração direta*;

e) *Desmembramento da propriedade social, pela nacionalização*.

### II — CAUSAS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO

Para apreciar a organização administrativa resultante de um tipo determinado de intervenção, é preciso fixar-se dois pontos de vista:

#### 1.º) Causas internas da intervenção:

a) Se o exercício da atividade tem uma causa econômica;

b) E' menos raramente a causa econômica que motiva a intervenção do Estado que a causa financeira;

c) Para assegurar ao Estado uma administração eficiente dos serviços coletivos;

d) Para criar uma nova atividade econômica.

#### 2.º) Causas externas da intervenção

a) O Estado deve fornecer as informações de base, necessárias à vida econômica;

b) A aprendizagem técnica;

c) Pesquisas;

d) Previsões;

e) Proteção ao comércio exterior;

f) Proteção às atividades internas do comércio, indústria e agricultura;

g) Proteção aos consumidores;

h) Orientação e vigilância das atividades privadas;

i) O controle dos serviços e estabelecimentos públicos;

j) O controle parcial ou total de certas atividades;

k) Defesa do indivíduo;

l) Defesa de grupos sociais.

## AS PRINCIPAIS FORMAS DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA

Após ter examinado sucintamente, os diversos sistemas de intervenção exercidos no mundo pelo Estado na vida econômica e social, e as causas de tais intervenções, resta-nos considerar as formas tomadas pela administração para fazer face a estas tarefas particulares.

A condição preliminar a toda criação ou transformação administrativa é u'a manifestação de vontade do poder público, tendo em vista atribuir a uma atividade econômica e social, um caráter de interesse público que motive sua intervenção.

Após ter assim manifestado sua vontade o Poder Público deve fixar:

a) a parte de participação que o Estado pretende tomar a direção;

b) a natureza jurídica do organismo a criar.



Foram examinadas no Congresso as seguintes formas administrativas de intervenção do Estado, nos países participantes :

1. A intervenção antiga e tradicional do Estado: a polícia administrativa;
2. A criação de um serviço administrativo especializado;
3. O Estado confia a um cidadão, empresa ou associação o cuidado de assegurar o serviço público;
4. Associação do Estado e da sociedade privada:
  - a) sociedades de economia mista; e
  - b) as empresas nacionalizadas.

#### EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O problema foi delineado nas Conferências de Nice e Mônaco, em 1951, e de Knocke, em 1952. O relatório denominado "Organização dos Programas de Desenvolvimento Econômico e de Assistência Técnica" preparado para as Nações Unidas pelo I.I.S.A., foi o documento básico para os debates.

Foram examinadas, aí :

- 1.º as medidas eficazes de organização que possam tomar um país, tendo em vista coordenar com seu próprio programa de desenvolvimento econômico a assistência técnica e econômica;
- 2.º as condições de estabelecimento das empresas ou corporações independentes dos ministérios oficiais que desenvolvam atividades industriais;
- 3.º as medidas administrativas necessárias ao estabelecimento de planos econômicos a longo prazo e a definição de planos de ação para execução imediata;
- 4.º estudo de casos relativos à execução de projeto de assistência técnica no domínio da administração pública:
  - a) estabelecimento de um Instituto de Administração Pública;
  - b) organização de um projeto de assistência técnica objetivando melhorar as práticas e a organização administrativas.

Foram conclusões interessantes sobre a organização nacional da execução de um programa de desenvolvimento econômico, as seguintes :

1. Importância capital de um aparelho administrativo eficaz :
  - a) o desenvolvimento econômico não depende somente do governo;
  - b) a necessidade de reforçar a estrutura administrativa.
2. As constantes administrativas indispensáveis ao desenvolvimento econômico :
  - a) estabelecimento de planos econômicos;
  - b) relações entre o estabelecimento de planos econômicos e os outros aspectos da atividade governamental;
  - c) execução, coordenação e estimativas dos programas a serem executados.
3. Linhas de conduta em vista para a organização do desenvolvimento econômico :
  - a) estabelecimento de planos de execução;
  - b) aparelhamento de coordenação;
  - c) operações de desenvolvimento econômico propriamente ditas.

4. Utilização dos estabelecimentos públicos, conselhos de desenvolvimento e bancos e :

a) caracteres específicos dos estabelecimentos públicos:

- I — personalidade jurídica,
- II — finanças autônomas,
- III — isenção dos controles fiscais,
- IV — flexibilidade de ação,
- V — estrutura de organização.

5. Coordenação da ajuda exterior com recursos nacionais e os mecanismos de coordenação desejáveis.

#### O ORÇAMENTO COMO PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

As explanações feitas pelos técnicos dos diversos países presentes à Conferência de Estambul patenteavam, em todas as nações, uma profunda evolução da doutrina e da prática orçamentárias.

De um modo geral, em larga medida, o orçamento do Estado tem mudado de sentido, de forma e de conteúdo.

Os princípios orçamentários estabelecidos durante o século dezenove tiveram por objeto regular, em função da existência de um regime parlamentar, as condições pelas quais o orçamento é preparado, votado, executado e controlado.

Eles visavam, antes de tudo, assegurar o respeito aos direitos essenciais do Parlamento em matéria financeira : autorizar e controlar.

As regras tradicionais de unidade, universalidade, anualidade, da discriminação por capítulos, da não afetação das receitas, do exercício, da interdição dos estornos, impondo a reunião em um documento único do conjunto das receitas e das despesas públicas, evitando que alguma dentre elas possa ser dissimulada pelo Poder Executivo, submetendo cada ano ao exame do Parlamento o quadro das receitas e despesas, a amarração, enfim, de todas as operações efetuadas a seu exercício de origem, de maneira a haver o equilíbrio final tinham primitivamente a finalidade de assegurar o respeito das prerrogativas parlamentares.

No quadro desta autorização e nos limites do controle o orçamento visava realizar o equilíbrio das receitas e das despesas públicas do Estado, dentro de um plano estritamente financeiro.

Após as crises econômicas do século vinte, e sobretudo as duas últimas guerras mundiais, a intervenção crescente do Estado sob formas diretas e indiretas na economia, o fato igualmente de que os progressos da doutrina econômica levavam a contestar, em certas conjunturas, a necessidade de uma procura sistemática do equilíbrio orçamentário ou o recurso exclusivo ao empréstimo para a cobertura de certas categorias de despesas, têm pôsto o problema orçamentário sob um novo prisma.

Daí o estudo dos orçamentos sob os seguintes aspectos :



1. O abrandamento das regras orçamentárias clássicas :

- a) a regra da unidade;
- b) a regra da anualidade;
- c) a regra da especialidade por capítulos e ministérios;
- d) a substituição do sistema de gestão pelo de exercício.

2. A evolução do sentido e do conteúdo do orçamento :

- a) maior liberdade de ação do governo:
  - I — no que concerne ao conjunto orçamentário,
  - II — nas despesas de outros exercícios e autorizações de programas,
  - III — nos investimentos,
  - IV — nas contas ou créditos especiais.
- b) o entrosamento de pontos de vista entre os diversos poderes, implicando da parte do parlamento uma visão clara e completa de todas as despesas públicas.

3. O melhoramento da apresentação orçamentária. A determinação do custo e do rendimento dos serviços, como aconteceu, recentemente, na França, pelo Decreto n.º 53.356, de 22-4-53, que regulou definitivamente o assunto.

Esses estudos, a nosso ver, são de interesse do nosso País e a revisão das normas e processos orçamentários em vigor no Brasil, de há muito aconselháveis, encontrarão nos anais do IX Congresso Internacional de Ciências Administrativas um subsídio valioso.

#### OBTENÇÃO DE NORMAS PROFISSIONAIS E MORAIS MAIS ELEVADAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Foram discutidas no Congresso normas de comportamento que deveriam dirigir a conduta do funcionário consciente de suas responsabilidades. As medidas propostas foram generalizadas e as condições de serviço de natureza a provocar ou encorajar uma conduta pessoal que corresponda a princípios elevados de consciência profissional, responsabilidade e de deveres, e que conduza ao mínimo estrito as considerações de zelo pessoal, dependência política, etc.

Dentro desse espírito foram discutidos :

- I — Problemas comuns e critérios profissionais e éticos da administração nos diferentes países;
- II — Critérios profissionais e éticos essenciais para os funcionários, possíveis de atender e manter;
- III — Os maiores obstáculos ao desenvolvimento ou à manutenção dos critérios profissionais e éticos;
- IV — Tudo o que é possível fazer na administração para atingir os requisitos essenciais a tais critérios.

#### FORMAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E SUPRANACIONAIS

O problema exige, segundo os relatores, um exame urgente e requer planos a longo prazo e cuidadosamente elaborados, que os governos não adotam senão relutantemente quando os resultados não são imediatamente perceptíveis. O Instituto já examinou, doutras vezes, a questão, durante diversas conferências, mas tratou principalmente da situação na Europa Ocidental e nos Estados

Unidos. No IV Congresso, entretanto, o assunto foi tratado igualmente do ponto de vista dos países onde a formação da administração pública ainda não tem um conceito geralmente aceito, nem uma prática habitual.

Foram tratados, particularmente, os seguintes assuntos : matéria dos programas de formação, a estrutura institucional, a estratégia e a tática a usar para provocar o entusiasmo e obter os resultados desejados, enfim, as matérias de instrução que têm sido mais eficazes nos diversos países.

O objetivo das discussões não foi o de formular conclusões imediatas, mas, antes de tudo, aproveitando a presença de numerosos delegados de países do mundo inteiro, elaborar um plano geral, de estudos capaz de servirem para os próximos anos, sob a forma de um questionário que deverá ser submetido às seções nacionais.

Por considerarmos altamente interessante, resumiremos a proposta da seção francesa, que compreende duas partes :

#### A — O funcionário nacional

##### I — Formação

- a) Escola nacional de administração
- b) As grandes escolas técnicas

##### II — Aperfeiçoamento

- a) O centro de altos estudos administrativos
- b) O instituto técnico de Administrações Públicas

#### B — O funcionário internacional e supranacional.

##### I — Princípios da formação

##### II — Métodos da formação.

#### DESDOBRAMENTO

#### A — Funcionário nacional

##### I — Formação

##### Escola Nacional de Administração:

- 1. Criação
- 2. Fins
- 3. Organização
- 4. Condições de entrada e concurso
- 5. Divisões:
  - a) Seção de administração geral;
  - b) Seção de administração econômica e financeira;
  - c) Seção de administração social;
  - d) Seção de negócios exteriores.
- 6. Regime da Escola e suas repartições:
  - a) Divisão do Interior;
  - b) Divisão das Forças Armadas;
  - c) Divisão financeira;
  - d) Divisão econômica;
  - e) Divisão social;
  - f) Divisão diplomática;
  - g) Divisão de adidos comerciais.
- 7. Carreiras oferciais.

##### II — Aperfeiçoamento

##### Centro de altos estudos administrativos

- 1. Criação
- 2. Fins
- 3. Organização:
  - a) Direção;
  - b) Recrutamento;



- c) Funcionamento;
- d) Métodos de trabalho:
  - Audição de conferências;
  - Exposição;
  - Enquêtes;
  - Visitas e contatos exteriores;
  - Discussões;
  - Relatórios;
  - Relatório-Geral;
  - Conclusões;
  - Objeto das sessões;
  - Composição.

#### B — Funcionário internacional e supranacional

1. Princípios a inculcar:
  - a) Intelectuais;
  - b) Morais;
  - c) Materiais.
2. Métodos da formação:
  - a) dois centros internacionais de formação dependente da ONU, sendo um na Europa e outro na América do Norte ou do Sul;
  - b) alguns centros nacionais que dependeriam dos governos interessados.

Aí, em linhas gerais as conclusões do IX Congresso Internacional de Ciências Administrativas, cujos objetivos, a nosso ver, foram integralmente alcançados.

Quarenta e duas nações estiveram reunidas na mais importante cidade da Turquia, num país que a todos encantou, não somente pelo seu potencial econômico e pela grandeza de sua produção ou pela sua excelente organização administrativa, mas, também, pelo cavalheirismo de sua população, sempre atenta aos mínimos desejos de todos os congressistas, formando o belo povo turco uma equipe única, no sentido de proporcionar tudo que existe de bom e de belo na grande nação euroasiática.

#### A ORDEM DOS TRABALHOS

O Congresso se reuniu no prédio da Universidade de Estambul, e cumpriu o seguinte

##### PROGRAMA

##### Dia 6 de setembro:

- 10,00 horas — sessão do bureau do Instituto.
- 14,30 horas — sessão solene de abertura.
- 18,30 horas — Recepção pela Universidade de Estambul.

##### Dia 7 de setembro:

- 9,30 horas — *Comitê Científico*:  
Jurisdições administrativas internacionais
- Comitê de Práticas Administrativas*:  
Problemas relativos à execução de um programa de desenvolvimento econômico.
- 14,30 horas — *Comitê Científico*:  
Casos concretos de controvérsia administrativa (4 casos).
- Comitê de Práticas Administrativas*:  
Problemas relativos à execução de um programa de desenvolvimento econômico (3 grupos de trabalhos simultâneos para considerar certos aspectos particulares do assunto).

##### Dia 8 de setembro:

- 9,30 horas — *Comitê Científico*:  
Assubvenções como meio de administração

##### *Comitê de Práticas Administrativas*:

O orçamento como programa de trabalho do governo.

##### 14,30 horas — *Comitê Científico*:

Sessão reservada ao exame eventual dos assuntos propostos pelos congressistas.

##### *Comitê de Práticas Administrativas*:

Estudo de casos relativos à execução de projetos de assistência técnica no domínio da administração pública (3 grupos simultâneos de trabalhos para considerar certos tipos de projetos).

##### Dia 9 de setembro:

- 9,30 horas — *Sessões comuns*:  
Administração da matéria econômica.
- 14,30 horas — Formação dos funcionários nacionais, internacionais e supranacionais.
- 14,30 horas — *Comitê de Práticas Administrativas*:  
Obtenção de normas profissionais e morais, internacionais e supranacionais.
- 20,00 horas — Jantar oferecido pelo Prefeito de Estambul, no Palácio de Dolmabahce.

##### Dia 10 de setembro:

- 9,30 horas — *Sessão Comum*:  
Formação dos funcionários nacionais, internacionais e supranacionais.
- 14,30 horas — *Comitê Científico*:  
Administração da matéria econômica
- Comitê de Práticas Administrativas*:  
Execução dos programas de assistência técnica e de desenvolvimento econômico.
- 20,30 horas — Espetáculo de ópera em Estambul, oferecido pelo Ministro da Educação e interpretado pelos membros da Ópera Nacional Turca.

##### Dia 11 de setembro:

- 9,30 horas — Sessão de Bureau do Instituto
- 11,00 horas — Assembléia-geral do Instituto
- 14,30 horas — Sessão de Encerramento
- 20,10 horas — Partida para Ankara dos delegados presentes ao Congresso.

##### Dia 12 de setembro:

- 9,10 horas — Chegada a Ankara
- 9,10 às 13,00 horas — Visitas oficiais
- 13,00 horas — Almôço oferecido pelo governo turco aos congressistas.
- 21,05 horas — Retorno a Estambul.

##### Dia 13 de setembro:

- 9,30 às 18,30 horas — Visitas aos arredores de Estambul.

##### Dia 14 de setembro:

Dia livre, consagrado à visita aos monumentos históricos e museus de Estambul.

#### LÍNGUAS OFICIAIS

As línguas oficiais do Congresso foram a inglesa e a francesa. Permitiu-se aos delegados turcos expressar-se na própria língua.

#### RESOLUÇÕES DO COMITÊ CIENTÍFICO

I — O Congresso recomenda que nas mesas redondas e nos congressos ulteriores deva ser continuado o estudo das subvenções como modo de gestão administrativa, após o questionário preparado por M. Seeldrayers com as emendas apresentadas durante as sessões do Comitê Científico.

II — O Congresso recomenda que deva ser continuado o estudo de casos concretos de controvérsia e da vida administrativa.



III — O Congresso considera desejável que as organizações internacionais da mesma natureza tenham para seu pessoal um estatuto análogo e que elas repousem sobre as mesmas bases de jurisdições administrativas, conferindo a estas jurisdições uma competência ampla, de tal maneira que todo litígio em que fôsse implicada uma organização internacional pudesse ser levada ante um juiz.

O Congresso considera que seria desejável que um Tribunal Administrativo único fôsse órgão de apelação ou de cassação, acima das jurisdições administrativas das diferentes organizações internacionais.

O Congresso considera indispensável que no seio das jurisdições administrativas internacionais, seja assegurada independência completa aos juizes, tanto para as diferentes autoridades destas organizações como para as delegações nacional e dos Estados-membros.

O Congresso considera que os litígios concernentes aos funcionários internacionais devam ser submetidos em primeira instância a comissões de composição paritária.

As organizações compreendendo menos de 25 funcionários poderiam reunir-se para ter uma comissão única ou eventualmente decidir do encaminhamento imediato dos recursos a uma jurisdição administrativa, como o tribunal administrativo ou o da O.I.T.

## COMITÊ DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

### RESOLUÇÕES

#### I — O comitê estudou seis assuntos:

- a) A organização nacional tendo em vista o desenvolvimento econômico;
- b) A assistência técnica em matéria de administração pública;
- c) O orçamento como programa de governo;
- d) As normas morais e profissionais dos funcionários;
- e) A administração da matéria econômica (sessão conjunta com o Comitê Científico);
- f) A formação dos funcionários nacionais e internacionais (duas sessões conjuntas com o Comitê Científico).

II — No que se refere aos dois assuntos a e b, seis grupos de trabalho examinaram sob aspectos específicos. Texto das conclusões a que chegaram será submetido à assembléia plenária convocada pela C.P.A.

III — O Comitê dá igualmente seu apoio às recomendações dos delegados franceses e britânicos, que desejam que se redija um regulamento de ação das reuniões futuras do Comitê. Trata-se de simplificá-las, de reduzir a massa dos documentos a distribuir antecipadamente em francês e em inglês — a ordem do dia e os documentos que a ela se referem, e de dar ao presidente da sessão o poder de manter os oradores dentro dos limites precisos de tempo. O Comitê se propõe a consultar seus membros sobre essa sugestão.

IV — A despeito de certas dificuldades práticas, as sessões da C.P.A. tiveram um transcorrer

muito substancioso. O número de países que ali se fizeram representar ultrapassou tudo o que se tinha visto até o presente, e a unanimidade foi de opinião que o Congresso foi extremamente útil, deu a todos idéias novas em matéria de melhoria das ciências administrativas em nossas pátrias e nos permitiu formar projetos para os assuntos a tratar e as atividades a prosseguir durante o ano vindouro. Eis por que o Comitê se promete muito na mesa-redonda de 1954.

V — O Comitê informa, ainda, à Assembléia-geral de que contou com a presença de 42 países diferentes e de 7 organizações internacionais. Exprime a gratidão ao Diretor dos serviços, Sr. Schllings, e a seus assistentes pela ampla ajuda que deram.

Este relatório seria incompleto se não contivesse os agradecimentos aos nossos intérpretes, que desenvolveram uma habilidade e uma capacidade pouco comuns, e toda a gratidão que devemos aos delegados turcos por sua amabilidade e a ajuda incalculável que nos prestaram.

#### A ATUAÇÃO DOS DELEGADOS BRASILEIROS

Seríamos pouco sinceros se não disséssemos que a delegação brasileira teve uma atuação destacada e convincente no IX Congresso Internacional de Ciências Administrativas.

Formando uma equipe homogênea, hospedada no Parc Oteli, em Beyolu, por unanimidade, entregamos a chefia ao Dr. Luiz Simões Lopes e os pontos de vista do Brasil foram sempre levados ao plenário após discutidos em nossas reuniões diárias.

Assim organizada, a delegação brasileira adquiriu, desde o princípio invejável personalidade, conquistando a admiração dos representantes dos 42 países e das 7 organizações internacionais presentes ao grande conclave.

O Sr. Luiz Simões Lopes foi escolhido Presidente do Grupo número dois do Congresso que estudou a organização de um projeto de assistência técnica, destinado a melhorar as práticas e a organização administrativas.

Dirigindo eficientemente, com visão magnífica de todos os problemas administrativos discutidos, o Sr. Simões Lopes foi aplaudido fartamente ao encerrar os trabalhos do setor que lhe foi confiado.

O Dr. Carlos Medeiros Silva, Consultor-Geral da República foi, sem dúvida, também, um fator decisivo para o brilho ímpar da atuação brasileira no conclave das Ciências Administrativas.

Intervindo sempre com sobriedade, com decisão e com autoridade, o Sr. Medeiros Silva representou, com os seus grandes conhecimentos das nossas coisas administrativas, um fator de elevada eficiência para o bom êxito do Congresso, por sua valiosa contribuição no aplainamento das arestas naturais que apresentam os grandes conclaves internacionais.



O Dr. Araújo Cavalcanti, do D.A.S.P., foi outra figura impressionante presente ao IX Congresso. Homem de largos conhecimentos da ciência da administração, com excepcional experiência, adquirida através de longos anos de trabalhos e de estudos, o Sr. Cavalcanti mereceu a admiração dos técnicos de todos os países.

O Sr. Cavalcanti, graças à sua eficiência foi um verdadeiro dinamismo dentro do Congresso.

O Dr. Fernando Bessa de Almeida, Diretor de Administração do Ministério da Justiça, por sua vez, foi outra figura destacada do Congresso.

Conhecedor profundo dos problemas orçamentários, soube orientar com precisão o setor da delegação que lhe foi confiado e granjeou a estima de todos os delegados.

---

Pelo exposto, concluímos que a delegação do Brasil soube cumprir a sua missão com alto espírito patriótico, dando tudo de si com o objetivo exclusivo de bem servir a nossa pátria.

Estamos certos de que o fizemos com civismo, conscientes de que, lá no exterior, com o coração voltado para o Brasil, todos cumprimos o nosso dever, pois que os nossos delegados souberam impor-se pelos seus conhecimentos, por sua inteligência e, justamente, por isso, foram respeitados e admirados.

Enfim, pelo que vimos e ouvimos o Brasil deixa de ser considerado no mundo apenas como um país de futuro, para começar a ser acatado, já, como uma das grandes nações do mundo moderno.

Expressões como essas, certamente que haveriam de deixar, como realmente deixaram, orgulhosos os delegados brasileiros que estiveram presentes ao IX Congresso Internacional de Ciências

Administrativas, realizado em Estambul, na Turquia.

#### CONVÊNIO DE COMÉRCIO

##### TURCO — BRASILEIRO

O contato que tivemos com o Sr. Ministro do Comércio e Produção, da Turquia, nos proporcionou a oportunidade de estudar as possibilidades de um convênio de comércio entre os nossos países.

As transações entre o Brasil e a Turquia, atualmente, são diminutas e a moeda de pagamento é o dólar americano, escasso em ambas as nações.

Fêz-nos ver o titular da pasta do Comércio o grande interesse que tem o seu País de incentivar as relações de trocas com o Brasil.

A Turquia, em cinco anos apenas, aumentou a sua produção de trigo de 500 mil toneladas para 5 e meio milhões, possuindo um excedente exportável de cerca de 3 milhões de toneladas, graças ao emprêgo de 18.000 tratores agrícolas. Produz o grande país euro-asiático frutas de todos os tipos e qualidades e o seu solo é rico de minerais raros.

Certamente que um acôrdo de pagamentos possibilitará a expansão de comércio entre ambos.

E, observamos, é o que deseja o govêrno turco, estando disposto a entrar, imediatamente, na discussão do assunto, com os nossos órgãos especializados.

Vimos na Turquia um excelente mercado para a colocação dos nossos produtos, pois que possui, atualmente, uma população superior a 20 milhões de habitantes, com excelente padrão de vida.

Deixamos aqui, pois, a nossa sugestão para que se estudem os termos de um convênio de comércio entre o Brasil e a Turquia.



# ADMINISTRAÇÃO LOCAL

## As Obras Públicas e o Município

FRANCISCO BURKINSKI

### 1. OBRAS PÚBLICAS E SEUS SISTEMAS DE EXECUÇÃO

**A**S definições de obras públicas variam muito. Não é nosso objetivo debatê-las aqui. Vamos apenas enunciar a de MARCELO CAETANO, administrativista português. Dada a simplicidade da definição, acreditamos satisfaça plenamente:

"São Obras Públicas, os trabalhos de construção e conservação de bens imóveis, feitos por conta da administração para fins de utilidade pública". (\*)

As obras públicas podem ser executadas por três processos :

- 1.<sup>a</sup>) administração;
- 2.<sup>a</sup>) empreitada;
- 3.<sup>a</sup>) concessão.

No primeiro caso a própria administração arca com todas as despesas, tanto de pessoal como de material. Esse sistema foi adotado pelo Brasil na construção de alguns quartéis, nas vilas proletárias "Marechal Hermes" e "Orsina da Fonseca", e em alguns portos.

Pelo segundo sistema, o mais usual, geralmente a União, o Estado ou o Município abrem concorrência pública, cujos requisitos obedecem mais ou menos ao processo da concessão de serviços públicos. O Código Civil Brasileiro, do artigo 1.237 a 1.247, regula o contrato de empreitada.

A concessão geralmente é usada para grandes obras, correndo a construção da obra por conta e risco do concessionário.

Conhecem-se dois sistemas para a construção de obras públicas :

- 1.<sup>o</sup>) anglo-americano;
- 2.<sup>o</sup>) continental europeu ou alemão.

Pelo primeiro sistema, a função do Estado é intervir mediante adiantamentos reembolsáveis feitos às empresas privadas.

Pelo sistema alemão, a empresa particular se obriga a executar a obra pelo preço X, podendo fornecer os materiais e a mão-de-obra, ou somente a mão-de-obra.

Os preços podem ser fixados no contrato de empreitada em conjunto ou em globo, em série, ou por unidade.

Pelo sistema alemão o Estado é o empreiteiro, exercendo os particulares as funções de auxiliares.

### 2. DESPESAS DO MUNICÍPIO COM OBRAS PÚBLICAS

A partir do momento em que o Estado sai de sua posição absenteísta e começa a intervir na ordem econômica e social, a construção de obras públicas aumenta consideravelmente.

Nos Estados Unidos, as despesas com obras públicas cresceram sobremodo entre os anos de 1919 e 1929. Em 1928, as dotações totais do governo relativas a obras públicas correspondiam de 25% a 30% do orçamento.

Algumas cidades dos Estados Unidos, como Cincinnati e Schenectady, têm feito tentativas de planejamento de suas obras públicas a longo prazo, tendo em vista um programa de melhoramentos locais, elaborando para isso um orçamento de capital ou de investimento. Entretanto, a maioria das cidades seguem a prática de New York, que age sem plano preestabelecido.

De um modo geral as despesas municipais nos Estados Unidos, no que tange a obras públicas, tem consistido na construção e manutenção de estradas, ruas e pontes. Os grandes gastos com estradas se deve ao crescente desenvolvimento trazido pelo transporte por automóvel. Diga-se de passagem que os Estados Unidos possuem 75% dos automóveis em circulação no mundo.

Em ordem de vulto seguem as despesas com edifícios escolares, hospitais, edifícios públicos e construções destinadas a abastecimento de água e esgoto.

As despesas com iluminação pública, portos e parques têm sido relativamente pequenas.

A cidade de New York, de 1919 a 1929, gastou dois terços do montante de sua despesa em construção de "subways".

Antes da depressão, quase 50% do volume total das obras públicas nos Estados Unidos constituíram empreendimentos das municipalidades.

De 1932 para cá o governo federal tem gasto muito mais.

Deve-se o crescimento dos melhoramentos locais após a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial à pressão feita pela população urbana que, à medida que melhorava seu *standard* de vida, exigia mais ruas e facilidades de transporte, melhores sistemas sanitários e de iluminação pública, mais escolas, hospitais, edifícios públicos, etc.

(\*) MARCELO CAETANO — *Direito Administrativo*  
— Lisboa — pag. 376.



Durante o período que se seguiu à 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, 30% das despesas municipais, em 40 cidades, correspondiam à construção de escolas públicas. A mesma percentagem abrangia estradas e pontes. Já na cidade de New York predominam as despesas com a construção de "subways".

Atualmente o sistema de subsídios do governo federal e estadual aos governos municipais, como estímulo à construção de estradas, é largamente usado nos Estados Unidos.

Nos Estados-membros grande parte da renda destinada à construção de obras públicas tem sua origem na cobrança da taxa de veículos a motor e taxas sobre consumo de gasolina.

Entre nós, tanto os Estados como os Municípios, têm direito ao recebimento de uma parte, a ser fixado em lei especial, da arrecadação anual do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, recolhido ao Fundo Rodoviário Nacional, destinado a estimular a construção de estradas de rodagem.

Na Inglaterra, pelo menos 1/3, e às vezes mais, das despesas referentes ao orçamento de investimento, tanto das autoridades centrais como locais, nos últimos anos, têm sido atribuídas à construção de moradias.

Na Itália as despesas locais com estradas são as maiores.

De um modo geral, na maioria dos países, as obras públicas são financiadas pela aplicação de fundos públicos disponíveis e por empréstimos.

Nos Estados Unidos, 3/5 das verbas das cidades destinadas a obras públicas provêm de fundos públicos e 2/5 de empréstimos constituídos pela emissão de bônus.

As obras públicas das cidades de New York e Buffalo tem sido levadas a efeito mercê da emissão de títulos; já quanto a Boston, elas são atacadas com empréstimos que são resgatados à medida que os fundos públicos aumentam.

Recentemente as idéias para a utilização dos departamentos que constroem obras públicas como agências de estabilização econômica, têm merecido especial atenção.

Não é por acaso que se pretende debelar o desemprego, como já o fez ROOSEVELT com o "New Deal", através da construção de obras públicas onde os "chomeurs" são aproveitados.

Quase todos os países capitalistas reservam a aplicação de verbas para obras públicas em épocas de depressão, quando aumentam consideravelmente.

### 3. AEROPORTOS MUNICIPAIS

Entre nós, os aeroportos não são construídos pelos municípios, mas pela União e pelos Estados. A única relação que se pode ver entre a administração municipal e os aeroportos, é o fato de sua localização obedecer ao plano diretor da cidade.

Vejamos, porém, qual é a situação dos aeroportos municipais nos Estados Unidos, uma vez

que seus ensinamentos nos podem servir para o futuro.

Nesse país as municipalidades têm construído ultimamente aeroportos. Em 1936 já havia 750, ultrapassando, pois, o número dos aeroportos de empresas privadas, que montavam a 650.

As grandes cidades acham que os aeroportos constituem melhoramentos locais, sendo pois a municipalidade obrigada a construí-los.

Em virtude do tamanho dos aviões modernos, vários aeroportos municipais têm sido reconstruídos ou inteiramente abandonados.

As estatísticas de 1939 acusaram a existência de 1.907 aeroportos civis, dos quais 1.046 mantidos pelas municipalidades, 74 pelo Estado e agências federais, e 787 por empresas privadas.

Em 1932 o investimento nos Estados Unidos para construção de aeroportos foi aproximadamente de 145.000 dólares, dos quais 70.000 de dólares, ou seja 48%, consistiram em despesas municipais.

Sob o ponto de vista comercial, o aeroporto constitui prejuízo para o município.

A maneira de resolver esta questão é criar taxas ou então fazer do aeroporto um centro de recreação. Os aeroportos da Europa têm hotéis, restaurantes, piscinas, campos de futebol e ringues de patinação.

### 4. SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A Engenharia é, sem dúvida, de tôdas as atividades técnicas, a que mais aplicação tem na órbita municipal.

FLÁVIO LEME, da Companhia Brasileira de Engenharia, em tese apresentada ao 1.<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Municípios Brasileiros, aponta as seguintes atividades municipais dependentes da Engenharia:

- a) zoneamento geral;
- b) a reserva de áreas para alargamento, desapropriações, construções futuras de interesse coletivo, etc.;
- c) a urbanização municipal;
- d) o código de obras municipais públicas e particulares;
- e) o projeto, a construção e localização de escolas, hospitais, cemitérios, cadeias, repartições, matadouros, mercados, praças públicas, represas, aeroportos, estações, túneis, canais, diques, açudes, usinas, pontes, estradas;
- f) o estudo das áreas de reservas para crescimento;
- g) a pavimentação em geral;
- h) a prestação de serviços públicos, luz e força, gás, esgotos, abastecimento de água, etc.;
- i) a conservação em geral e manutenção das obras realizadas.

Conforme informa o engenheiro FLÁVIO LEME, no curso expositivo da aludida tese, o Brasil conta com apenas 16 municípios de renda anual supe-



rior a Cr\$ 10.000.000,00, quantia julgada necessária para que suas municipalidades, consideradas de grande capacidade, possam manter um Departamento de Engenharia, capaz de atender às variadas espécies de trabalhos que um grande município possa necessitar, sem recorrer ao auxílio de firmas especializadas.

Ficou esclarecido, outrossim, na tese apresentada que, no Brasil, 1.098 municípios são totalmente incapazes, contando 597 deles com uma renda anual inferior a Cr\$ 200.000,00, 252 arrecadam menos de Cr\$ 100.000,00 anuais e os restantes menos de Cr\$ 500.000,00 anuais. A solução dos serviços de engenharia referentes a essas 1.098 comunas, sem condições de sobrevivência, seria o auxílio da União e do Estado. 242 municípios há considerados pobres, com renda anual superior a Cr\$ 500.000,00 e inferior a Cr\$ 1.000.000,00. Estes poderiam resolver seus problemas de Engenharia admitindo uma organização de engenheiros, pagos mensalmente.

Em seguida ficou demonstrado que 200 municípios há, cuja renda varia de Cr\$ 1.000.000,00 a Cr\$ 5.000.000,00, podendo já dispor de um embrionário departamento de planos e projetos e 19 existem com renda superior a Cr\$ 5.000.000,00 e inferior a Cr\$ 10.000.000,00, os quais podem realizar os planos que projetaram.

O engenheiro ALEXANDRE MARTINS RODRIGUES, em artigo estampado na "Fôlha da Manhã" de São Paulo, de 19 de junho de 1935, assinala que em 257 municípios paulistas, com exclusão da Capital e Santos, as rubricas cobertas pelo título serviço de Engenharia (Obras públicas, água e esgotos, iluminação pública, limpeza pública), representaram 36,63% do total, isto sem contar, como explicou, que cerca de 4% de Diversos, deveria ser distribuído a serviços de Engenharia.

Basta isto para constatar a importância que os Serviços de Engenharia desempenham na administração dos municípios, mesmo tendo-se em vista a escassez de recursos que dispõem.

## 5. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Os serviços referentes a obras públicas são realizados pela União, Estados e Municípios.

Para fins de administração municipal podemos separar as funções relacionadas com obras públicas em três grupos:

- a) funções comuns;
- b) funções ocasionais; e
- c) funções incidentais.

No primeiro grupo se incluem as funções executadas pelo departamento de obras públicas da maioria das cidades, tais como: construção, conservação e melhoramento de ruas; limpeza de ruas; construção e conservação de calçadas; iluminação das ruas; levantamento e conservação dos

postes de sinalização; numeração de casas; construção e conservação de pontes; construção e manutenção de esgotos; manutenção de todos os veículos a motor de sua propriedade; e, inspeção e construção de melhoramentos locais.

Fazem parte do segundo grupo as funções não executadas na maioria das cidades pelo Departamento de Obras Públicas, mas as mais das vezes tratadas por este Departamento e não por qualquer outro departamento separado, e incluem: operação e supervisão dos serviços de utilidade pública municipais; inspeção de edifícios públicos e terrenos, equipamentos, exclusive veículos a motor; fontes de água; estações de veraneio; e inspeção de iluminação pública.

As funções incidentais se referem às prestadas pelo Departamento de Obras Públicas de alguns municípios, mas executadas as mais das vezes por outro departamento. Incluem o cuidado com árvores das ruas, cemitérios e campos de turistas; o planejamento, melhoria e conservação de parques e "playgrounds"; a manutenção de casas de banho; inspeção de compras e todos os serviços de fiscalização.

A razão justificativa do agrupamento dos serviços de obras públicas em um único departamento, reside no fato de, em maior ou menor grau, implicarem na necessidade de pessoal especializado em determinados ramos da engenharia civil.

O planejamento das obras públicas municipais assume tamanha importância que muita gente, quando se fala em planejamento das atividades municipais, pensa logo no plano da cidade referente a obras públicas.

## 6. FINANCIAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

De um ano para cá, tem havido, entre nós, na esfera federal, um amplo movimento tendente a proporcionar recurso às municipalidades para ampliação e construção de obras públicas, sobretudo destinadas ao abastecimento d'água.

O plano elaborado pela Comissão do Governo Federal prevê empréstimos, até o máximo de Cr\$ 5.000.000,00, para cada Prefeitura, com recursos oriundos das Caixas Econômicas Federais, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e reservas técnicas das Companhias de Seguro. Caso o orçamento do projeto seja superior a Cr\$ 5.000.000,00 (exceto no caso de Duque de Caxias), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico indicará ao Presidente da República a rubrica orçamentária por onde será atendida a diferença, sob a forma de auxílio federal.

A Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953, assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos às comunas com renda própria inferior a Cr\$ 15.000.000,00, com recursos provenientes das Caixas Econômicas Federais, dos Institutos e Caixas de Aposentadoria, e da Caixa Econômica do Distrito Federal.



# Problemas Políticos do Município

J. V. O. MARTINS

**Q**UANDO há problemas estruturais, ligados ao aspecto fundamental da vida das instituições, todos os demais, por mais importantes que sejam, mesmo que constituam a própria base em que se assente a organização jurídica representativa do poder estatal, passam a ocupar posição secundária face a preeminência dos primeiros.

Esta é a nossa concepção, na qualidade de representante dos municípios do Território Federal do Acre.

A posição desses Municípios no concerto das infra-estruturas político-administrativas do país deixa muito a desejar, sobretudo, por representar o Território do Acre a iniciativa mais velha no setor da política de colonização interna, a experiência mais provada no que se refere à administração delegada.

Muito teríamos que dizer a respeito dessa iniciativa e dos frutos dessa experiência. Talvez mesmo, no curso dessa exposição, fôssemos levados a fixar, embora em traços muito gerais, as idéias que se nos afiguram aplicáveis ao encaminhamento dos problemas que mais de perto interessam ao desenvolvimento e ao progresso dessa unidade intermediária da Federação brasileira.

Poderíamos demonstrar o equívoco das soluções artificiais, impostas à execução dessa política de colonização, a própria ilusão que de há muito se apossou de todos aqueles que detêm uma parcela de responsabilidade nesse mister.

A magnitude desse capítulo, ponto de partida de todas as realizações nesse particular, de tal forma se imporia à emoção construtiva dessa magnífica espécie de homens que o constitui, que no final das contas não haveria prejuízos a lamentar.

Trata-se de um problema fascinante, capaz de apaixonar a qualquer brasileiro, que cultive em escala mínima a beleza do espírito público.

Dentro das compreensíveis limitações desse trabalho, apenas podemos assegurar que muito pouco ou quase nada se deve esperar da ação governamental no Território do Acre, a não ser um ônus cada vez mais pesado e sempre improdutivo, para o Tesouro Nacional, e pois, para os contribuintes de todos os quadrantes da nação.

Sem nenhum exagêro, podemos afirmar que grande parte da população acreana vive em função das dotações orçamentárias consignadas no

Anexo da Despesa do Ministério da Justiça do Orçamento Geral da União.

Não queremos com isso responsabilizar, de maneira indiscriminada, os sucessivos Delegados do Governo Federal, que, teoricamente, executaram e executam, nesse longínquo Território, o programa do Senhor Presidente da República. Mas apenas denunciar um sistema, completamente errôneo e realmente responsável pelo fracasso de tantos esforços dignos de melhor sorte.

Basta dizer que, embora incluídos no esquema geral das instituições democráticas, como peças vigas de uma engrenagem dinâmica, os Territórios ainda não foram integrados no ritmo desse funcionamento legal. A Constituição Federal não funciona ali, na sua plenitude. E isto porque os Municípios, como partes acessórias da unidade político-administrativa — o Território — seguem o principal, vivem a sua vida, sofrem os efeitos de sua ação incontrolável, experimentam as influências de sua ação absoluta.

Este seria o momento de estudarmos o problema da tributação das municipalidades acreanas, fixando as suas peculiaridades, inclusive a grave irregularidade que se vem verificando no manejo das rendas dessas entidades.

Trata-se de um assunto, por todos os títulos relevante. Mas como a causa dessas irregularidades, que tão fundamente afetam os interesses dos Municípios em aprêço, prende-se ao aspecto organizacional do problema, isto é, à complementação jurídica do instituto território, principalmente no que diz respeito às suas relações com as suas prefeituras autônomas, é claro que não devemos tratar do *jus tributare* municipal sem que antes focalizemos o problema básico estrutural.

A Constituição Federal, em seu art. 28, assegura plena autonomia aos Municípios do Território do Acre. Acontece, porém, que na prática tal prerrogativa não prevalece, de sorte que essas entidades não podem livremente fazer uso dos recursos que a referida Carta Política, em seu artigo 29 lhes confere.

De acordo com a Constituição (art. 28, §§ 1.º e 2.º) os Governadores dos Estados ou dos Territórios só poderão nomear os prefeitos das capitais, dos municípios onde houver estâncias hidrominerais, quando beneficiadas, ou aqueles que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Se-



gurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país.

Possuindo o Território do Acre sete municípios, inclusive o da Capital, e não sendo nenhum deles estância hidromineral, pôrto ou base de defesa de excepcional importância, deveriam eles eleger, na forma prescrita pela Constituição, os seus quadros eletivos — Prefeitos e vereadores.

Os Municípios acreanos continuam em pleno regime discricionário, como uma autonomia apenas teórica. E' que ainda não foi votado o seu estatuto, a sua lei orgânica, definidora de sua estrutura e de suas relações com as entidades menores de direito público — os municípios.

Se de um lado pode-se atribuir tal lacuna a falta de uma efetiva ligação orgânica entre os planos da União e dos seus territórios, muito mais se pode culpar, no que tange à sua representação política, os seus deputados.

A lei orgânica em vigor — Lei n.º 366, de 30-12-1936 — está praticamente superada, máxime nesse particular. Ela decorreu dos imperativos da Carta Política de 1934 (art. 16 e seus parágrafos) não repetidos, expressamente, no Código Político atual.

O mal é de origem.

A primeira organização outorgada ao Território do Acre, pelo Decreto n.º 5.188, de 4-4-1904, inspirado na Lei n.º 1.181, de 25-2-1904, que autorizou o Presidente da República a dar a esse Território uma organização adequada, não cuidou dos seus quadros municipais. Foi o Território dividido, para efeito administrativo, em três Departamentos, tendo à sua frente delegados da confiança do Presidente da República.

Não se cogitou da tributação local. Os recursos, inclusive para a administração de caráter municipal, eram proporcionados pela União, que também não se preocupou com a elaboração de qualquer plano administrativo. Assim era natural que nada de substancial fôsse realizado. E, quando algum espírito atilado formulava críticas, mesmo fundadas, denunciando esse estado de coisas, respondia-se com a alegação de que se tratava de uma organização provisória, de uma simples satisfação, para atender à curiosidade internacional.

Mas silenciavam os responsáveis, quando se lhes mostravam as chocantes contradições.

A instituição do Território foi buscada na concepção constitucional norte-americana. Dentro dessa concepção, porém, era impossível, ao transportar o instituto para o nosso esquema político, esquecer a figura do município. E isso porque, na lição de Cooley "quando se adquire um território (como foi bem o nosso), daí deriva, naturalmente, o direito de erigi-lo em Estado". Mas, como se viu, desprezamos a tradição da fonte. Nem mesmo respeitamos a expressiva tradição do antecessor boliviano, que instituíra no Acre a vida municipal, no inteligente afã de interessar a popula-

ção na administração e, conseqüentemente, identificá-la com os ideais superiores da nação.

Só em 1936, com a citada Lei n.º 366, de 30 de dezembro, foi dada ao Acre uma organização vazada na nossa tradição municipalista.

Foi estabelecido um regime de prefeituras autônomas e assegurada a unidade administrativa, através de um Governador, representante direto do Presidente da República. Inaugurava-se, no entender de Temístocles Cavalcanti, o mais frissante exemplo de descentralização administrativa.

Mas o Estado de fato, implantado logo a seguir, não permitiu que a autonomia conferida às municipalidades acreanas funcionasse.

Os efeitos de tão importante falha são evidentes, inclusive por concorrer para o despreparo, para a vida política local, para o desamor às instituições e o retraimento dos melhores elementos das pugnas administrativas.

A A.B.M. nasceu para auscultar os interesses dos municípios brasileiros, captar os seus anseios e, dentro de suas finalidades assistenciais, adotar as providências ao seu alcance, para obter o justo atendimento de uns e contribuir para a concretização de outros.

O maior anseio dos municípios dos Territórios é obter, na prática, o que a Constituição Federal lhe assegurou, isto é, a sua autodeterminação administrativa, o direito de organizar-se e gerir os interesses de sua economia.

A ausência do exercício desse direito elementar tem causado prejuízos quase insanáveis a essas populações e mesmo ao próprio destino do Território, como entidade intermediária de direito público.

Diante disso, não se justifica a atitude de silêncio em torno do problema de votação da lei orgânica para os Territórios Federais, cuja urgência é escusado encarecer, mormente quando se sabe que dessa lei depende a complementação das instituições democráticas nessas circunscrições político-administrativas da União.

Na constância da Constituição de 1934, esse problema teve solução imediata. A citada Lei n.º 366, de 30 de dezembro de 1936, dedica um capítulo à organização municipal. Estabelece (art. 21) que os municípios serão administrados pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, como órgão legislativo, e pelo Prefeito, como órgão executivo.

Tratando da composição desse quadro, dispõe (artigo 22) que a Câmara Municipal será constituída de sete Vereadores, eleitos mediante sistema proporcional e sufrágio universal, igual, direto e secreto, por quatro anos.

Quanto aos Prefeitos, prevê a mencionada Lei a sua eleição (art. 40), simultaneamente com os Vereadores, pelo eleitorado do Município, por sufrágio direto, secreto e proporcional, de quatro em quatro anos, não podendo ser reeleitos para o quadriênio imediato.

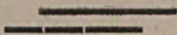


Como se vê, não há como silenciar diante de um assunto dessa natureza, que envolve os mais altos interesses de uma parcela ponderável do povo brasileiro.

Em 1935, os representantes do Território do Acre, o eminente e saudoso deputado Cunha Vasconcelos e o seu venerando companheiro de bancada, o doutor Desembargador Alberto Diniz, como os atuais representantes dos Territórios Federais, também com a experiência de ex-Governadores dessas entidades, combateram sem desfalecimento para dotar o Território do Acre de uma lei orgânica, em condições de atender os seus justos anseios. Não quiseram êsses eminentes políticos que os destinos dos municípios do Território que representavam ficassem enfiados nas mãos de uma autoridade por natureza centralizadora e absorvente, em detrimento dos interesses fundamentais das administrações locais, no que diz respeito ao

uso das prerrogativas concedidas pelo Código Político da República. E note-se que essa autoridade, no tempo a que nos referimos, pertencia ao partido dos mencionados representantes, tendo sido por êles indicada, para o exercício das altas funções de Governador.

Portanto, não há qualquer motivo ponderável para que os atuais representantes dessas circunscrições não envidem o máximo de esforço no sentido da votação imediata da lei orgânica dos Territórios Federais. Os próprios Governadores devem também trabalhar para o mesmo fim na certeza de que a vigência dessa lei trará benefícios incalculáveis, inclusive para a Administração Territorial, que passará a funcionar libertada do peso de encargos estranhos às suas atribuições, e que na prática só tem servido para desnaturar o instituto e subverter o seu caráter, concorrendo para que seja apontado como inadaptável à tradição democrática brasileira.





# ADMINISTRAÇÃO GERAL

## APERFEIÇOAMENTO

### Cursos de Administração

#### Questões apresentadas na Prova de Seleção para o Curso de Assistente de Administração

**N**OS Cursos de Administração foi realizada a prova destinada a selecionar candidatos para o Curso de Assistente de Administração.

Referido Curso visa a preparação de futuros ocupantes para o S.F. de Assistentes. De 900 candidatos inscritos, 280 foram habilitados.

A seguir publicamos a prova que se aplicou e cujos resultados estão, no início das aulas, mostrando-se altamente válidos.

Essa prova valeu até 120 pontos e o mínimo de habilitação que se adotou foi 80.

#### I

Ordene, mentalmente, as frases abaixo e passe um círculo nos respectivos S (sim) ou N (não), conforme cada uma for verdadeira ou falsa.

- |                                            |   |   |
|--------------------------------------------|---|---|
| 1. mineral é um a papoula                  | S | N |
| 2. a faz a união força                     | S | N |
| 3. a pesada muito é cortiça                | S | N |
| 4. chama-se cinco anos período de o lustro | S | N |
| 5. os mãos surdos-mudos falam as com       | S | N |
| 6. o é flexível caniço                     | S | N |
| 7. a pela é produzida combustão chama      | S | N |
| 8. na água azoto da composição entra       | S | N |

#### II

Ponha em ordem as letras dos conjuntos abaixo, escrevendo as palavras respectivas, que nomeiam seres animados.

- |              |       |
|--------------|-------|
| 9. ibo       | ..... |
| 10. oça      | ..... |
| 11. dorceiro | ..... |
| 12. samco    | ..... |
| 13. xeipe    | ..... |
| 14. camoca   | ..... |
| 15. narioca  | ..... |
| 16. langiha  | ..... |
| 17. lagaze   | ..... |
| 18. penrata  | ..... |

#### III

Escrever no parêntese ao lado um sinônimo de cada palavra entre aspas.

- |                            |     |
|----------------------------|-----|
| 19. "concluir" o exercício | ( ) |
| 20. "morrer" uma esperança | ( ) |
| 21. "despertar" cedo       | ( ) |
| 22. olhar "melancólico"    | ( ) |

- |                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| 23. iniciar a "polêmica"        | ( ) |
| 24. "consentir" na entrada      | ( ) |
| 25. homem "arrojado"            | ( ) |
| 26. erva "prejudicial"          | ( ) |
| 27. "restaurar" a saúde         | ( ) |
| 28. "fatigar-se" com o trabalho | ( ) |
| 29. "devastar" a plantação      | ( ) |
| 30. "arrojar-se" ao chão        | ( ) |
| 31. "acelerar" o passo          | ( ) |
| 32. "evocar" um acontecimento   | ( ) |
| 33. "decisão" governamental     | ( ) |
| 34. "dissimular" a falta        | ( ) |
| 35. "olvidar" um fato           | ( ) |
| 36. "molestar-se" com a injúria | ( ) |
| 37. "desagrar" a ofensa         | ( ) |

#### IV

38. Qual o número que falta na série abaixo?  
4 — 5 — 7 — 10 — ... — 19 — 25
39. Qual o número que deverá vir na série abaixo?  
17 — 20 — 24 — 19 — 22 — 26 — 21 — ...  
Completar as séries seguintes, escrevendo os dois termos finais.
40. 3. 9. 4. 12. 5. 15. ... .
41. 64. 16. 4. ... .
42. 1. 10. 2. 11. 3. 12. 4. 13. ... .

#### V

43. Assinalar o número igual a 1130529653  
... 1120539653  
... 1130595633  
... 1130529653  
... 1130529593  
... 1135029653
44. e 45. Assinalar os nomes iguais a Petchsktoss e Itu-verava  
... Itaverava  
... Petchsktoss  
... Itumverava  
... Petchktoss  
... Ituverara

#### VI

46. João é mais velho que Pedro; Antônio nasceu depois de Pedro, logo João é o mais moço dos três.  
Falso — Verdadeiro
47. Todos os alunos de música freqüentam aulas de aritmética. Há um grande número de alunos de aritmética.



tica que freqüentam aulas de francês. João é aluno de francês, logo João é aluno de música.

Lógico — Ilógico

## VII

Assinale o sentido exato de cada um dos termos seguintes:

### 48. AÇODAR

- ( ) irritar
- ( ) açoitar
- ( ) apressar
- ( ) angustiar
- ( ) afligir

### 49. ADMOESTAR

- ( ) repreender àsperamente
- ( ) desafiar
- ( ) amansar
- ( ) abrandar
- ( ) advertir de falta com brandura

### 50. FELONIA

- ( ) vileza
- ( ) bajulação
- ( ) hipocrisia
- ( ) maldade
- ( ) traição, deslealdade

### 51. IRREMISSÍVEL

- ( ) irreprimível, irrefreável
- ( ) que não se pode perdoar
- ( ) que não se pode remir
- ( ) irrepreensível

### 52. PREGRESSO

- ( ) preclaro
- ( ) preconcebido
- ( ) decorrido anteriormente
- ( ) excelente
- ( ) premeditado

### 53. RENHIDO

- ( ) porfiado
- ( ) renitente
- ( ) árduo
- ( ) incessante

### 54. VERBERAR

- ( ) reprovar enèrgicamente
- ( ) registrar
- ( ) aberbar
- ( ) punir, castigar
- ( ) irritar

### 55. FLUIR

- ( ) tornar fluído
- ( ) correr em estado líquido
- ( ) desfrutar, gozar
- ( ) sobrenadar

### 56. ADITAR

- ( ) tornar desditoso
- ( ) introduzir no ádito
- ( ) acrescentar
- ( ) ministrar

### 57. NOTÓRIO

- ( ) sabido de todos
- ( ) notável
- ( ) importante
- ( ) escandaloso
- ( ) notificador

## VIII

Emita a sua opinião, sublinhando uma das expressões:

SIM — NÃO — TALVEZ

Em sua justificação, que é indispensável, não exceda o espaço correspondente a cinco linhas

58. 1. E' útil, para o Brasil, a participação de capitais e técnicos estrangeiros no aproveitamento dos seus recursos minerais?

SIM — NÃO — TALVEZ

Por quê? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

59. 2. Deve o Brasil empregar capital na exploração do petróleo existente em nações vizinhas?

SIM — NÃO — TALVEZ

Por quê? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

- 60 3. A construção de silos, para a guarda de certos produtos — o trigo, p. ex., contribui para a normalização dos movimentos do mercado interno?

SIM — NÃO — TALVEZ

Por quê? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---



61. 4. Dadas as dificuldades existentes no aproveitamento imediato das fontes capazes de produzir energia hidrelétrica, não seria aconselhável a montagem de usinas termelétricas?

SIM — NÃO — TALVEZ

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

62. 5. Deve o Estado proporcionar ensino gratuito em todos os graus: primário, secundário, normal, técnico-profissional e superior?

SIM — NÃO — TALVEZ

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## IX

Sublinhe a alínea correspondente à solução certa

63. 6. A dirigibilidade do "mais pesado que o ar" deve-se a:

Bartholomeu de Gusmão  
Augusto Severo  
Irmãos Wright  
Santos Dumont  
Charles Lindenberg

64. 7. O desenvolvimento econômico-industrial do nordeste depende, no momento, essencialmente, dos bons resultados que forem alcançados pela seguinte organização:

Banco de Crédito da Borracha  
Fábrica Nacional de Motores  
Companhia Siderúrgica Nacional  
Companhia Vale do Rio Doce  
Companhia Hidrelétrica do São Francisco

## X

Preencha os claros existentes nas seguintes questões:

65. 8. O nome de Carlos Gomes representa um título de glória para a \_\_\_\_\_
66. 9. Dentre todos os escritores brasileiros, \_\_\_\_\_ foi, sem dúvida, o vulto mais eminente. As suas atividades literárias abrangeram a poesia, o conto, o romance, a crônica e a crítica. Em todos os ramos teve um relêvo inconfundível.

## XI

Sublinhe a solução adequada e justifique o seu ponto de vista

67. 10. Indique qual a espécie de transporte que oferece melhores condições para a divulgação, no interior, das conquistas da civilização litorânea.

Fluvial  
Rodoviário

Ferrovário

Aéreo

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

68. 11. Em face da escassez da mão-de-obra qualificada no Brasil, o Estado pode e deve recorrer ao concurso do trabalhador estrangeiro. Neste caso, qual a melhor política a seguir?

Imigração livre

Imigração dirigida

Imigração mista, abrangendo os dois sistemas anteriores.

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## XII

69. O célebre filósofo grego, discípulo de Platão, chamava-se \_\_\_\_\_

70. O fundador da escola estoica foi \_\_\_\_\_

71. \_\_\_\_\_ foi a cidade da Grécia em que viveu Péricles.

72. \_\_\_\_\_ foi o filósofo grego que condensou as leis da lógica na conhecida obra "Organon".

73. O "Discurso do Método" foi escrito pelo filósofo francês \_\_\_\_\_

74. \_\_\_\_\_ foi o autor da obra "Espírito das Leis"

75. Cite uma das obras escritas por Jean Jacques Rousseau: \_\_\_\_\_

76. \_\_\_\_\_ foi o escritor e filósofo francês que escreveu a obra "Dictionnaire philosophique".

77. "Crítica da razão pura" foi escrita por \_\_\_\_\_

78. \_\_\_\_\_ foi o fundador do positivismo.

79. "O Capital" foi escrito por \_\_\_\_\_

80. \_\_\_\_\_ foi a conhecida obra escrita por Luís de Camões.

81. \_\_\_\_\_ foi o autor da obra "Monge de Cister".

82. "Divina Comédia" foi escrita pelo poeta italiano \_\_\_\_\_

83. \_\_\_\_\_ foi o autor inglês da obra "Paraíso Perdido"

84. "Dom Quixote" foi escrita por \_\_\_\_\_

85. \_\_\_\_\_ foi o autor latino da obra "Eneida".



## XIII

*Traduza, escrevendo no espaço logo a seguir*

The very great increase in governmental activities, national, state, and local, in the last two decades has given the study and the teaching of administration a new impetus a new meaning.

(J. M. Pfiffner)

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## XIV

*Traduza, escrevendo no espaço a seguir*

L'inertie des Pouvoirs Publics est, de nos jours, un objet constant de critique de la part des simples particuliers.

La lecture de la presse et les mille petits faits de la vie quotidienne administrative nous renseignent à cet égard abondamment.

(P. M. de la Roque)

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## XV

*Tema para desenvolver.*

Apresente algumas considerações a respeito do Funcionalismo Público. Além dos aspectos que julgar oportuno comentar, focalize o papel do servidor público na sociedade, o conceito de que goza e se, à vista dos serviços exigidos pela coletividade, é excessivo ou diminuto o seu número.

---

---



# A "Graduate School" do Departamento de Agricultura dos E. U. A.

A. FONSECA PIMENTEL

A "GRADUATE SCHOOL" do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos é hoje uma verdadeira universidade.

Criada em 1921, com o limitado e específico objetivo de proporcionar aos funcionários técnicos do Departamento cursos superiores de especialização e aperfeiçoamento, foi ela sucessivamente ampliando suas atividades escolares até tornar-se um grande e variado centro educacional para os servidores federais sediados em Washington e, de algum modo, para os próprios servidores do interior do país, através de cursos por correspondência recentemente estabelecidos e ministrados, até o momento, em pequena escala.

O ensino que a "Graduate School" proporciona presentemente se subdivide em oito departamentos de instrução e compreende mais de quatrocentos cursos diferentes.

Os departamentos de instrução, presididos, cada um, por um comitê composto de nomes em evidência no respectivo setor de conhecimentos, são os seguintes:

1. Ciências biológicas.
2. Matemática e estatística.
3. Serviços e técnicas de escritório.
4. Ciências físicas.
5. Administração pública.
6. Ciências sociais.
7. Tecnologia.
8. Literatura e línguas.

Os cursos, dentro dos departamentos enumerados, são os mais diversos e variados possíveis, quer pela natureza, quer pelo nível de desenvolvimento.

No campo das ciências biológicas, os funcionários técnicos do Departamento e do serviço federal, de modo geral, podem, através de 16 cursos diferentes, pôr-se em dia com os últimos progressos da botânica, bacteriologia, entomologia, gênética, fisiologia humana, animal e vegetal, nutrição humana, animal e vegetal, pesquisa sobre inseticidas e fungicidas, etc.

O departamento de matemática e estatística, sem dúvida alguma um dos mais completos e bem organizados de toda a escola, compreende nada menos de 49 cursos, que vão das noções fundamentais dos diversos ramos de ambas as ciências às suas teorias mais avançadas e mais variadas aplicações, como sejam: cálculo superior, teoria das funções, equações diferenciais, mecânica analítica, matemática econômica, matemática de enge-

nharia, análise estatística, regressão linear, teoria das medidas, teoria das probabilidades, estatística matemática, estatística governamental, estatística social e econômica, estatística populacional, métodos estatísticos na engenharia e produção industrial.

No que concerne aos serviços e técnicas de escritório, está o departamento, como é óbvio, organizado em bases eminentemente práticas, compreendendo 29 cursos, a saber, entre outros: matemática comercial, sistema e práticas federais de contabilidade, sistema e práticas federais de domínio público, sistema e práticas federais de orçamentárias, sistema e práticas federais de administração de pessoal, sistema e práticas federais de compras, redação oficial e instrução de processos, supervisão, formação de secretário, gerência de escritório e estenografia.

O departamento de ciências físicas, com o total de 42 cursos, compreende oito subgrupos principais, a seguir enumerados: química (química orgânica, tecnologia alimentar, bioquímica, farmacologia de inseticidas, etc.), geologia (geologia física, geologia dinâmica, geologia estrutural), geografia (geografia dos E.U.A. ocidentais e dos E.U.A. orientais), ciência dos solos (conservação dos solos, origem e geografia dos solos, morfologia, gênese e classificação dos solos, física dos solos), metalurgia (princípios de metalurgia prática, princípios de ligas metálicas em engenharia), meteorologia e hidrologia (princípios de meteorologia, métodos em climatologia, climatologia aplicada, hidrologia, introdução à meteorologia dinâmica, análise e previsão do tempo, radiação atmosférica, etc.), oceanografia (oceanografia geral) e desenho de experimentos (desenho e interpretação de experimentos nas ciências físicas).

O departamento de administração pública, à semelhança do de ciências físicas, acha-se dividido em oito subgrupos, que abrangem 65 cursos diferentes: cursos básicos relacionados quase exclusivamente com a história administrativa norte-americana (governo nacional americano, partidos políticos, o processo legislativo, história norte-americana até 1865, história norte-americana após 1865, a tradição norte-americana, etc.), administração-geral (princípios de organização científica do trabalho, liderança administrativa, etc.), organização e métodos (princípios e técnicas, padronização e medição do trabalho, etc.); administração financeira e orçamentária (técnica orçamentária federal, elaboração orçamentária, execução



orçamentária, etc.), administração de pessoal (seleção e enquadramento, testes psicológicos, classificação de cargos, política de salários, treinamento, etc.), administração jurídica (introdução ao direito e processo administrativo, aspectos legais da investigação, direitos autorais, etc.), compras e domínio público (sistema e práticas federais de compras, sistema e práticas federais de domínio público, princípios de especificações, etc.), e contabilidade (princípios de contabilidade, contabilidade federal, sistemas de contabilidade, contabilidade superior, etc.).

Nos domínios das ciências sociais, o mais extenso departamento de instrução da "Graduate School", com um total de 78 cursos, temos cinco subgrupos, a saber: economia geral (introdução à economia, finanças públicas e tributação, moeda e bancos, análise econômica, modernas teorias econômicas, finanças internacionais e políticas comerciais, etc.), economia agrícola (economia da produção agrícola, administração agrícola, finanças agrícolas, cooperação agrícola, métodos de análise de preços, problemas e programas na utilização dos recursos naturais, etc.), educação cooperativa (princípios e técnicas de ensino, desenvolvimento de programas agrícolas, etc.), relações humanas (psicologia geral, sociologia geral, antropologia cultural, psicologia da criança e do adolescente, desenvolvimento da personalidade, psicologia social, introdução ao estudo das relações humanas, trabalho de grupos, etc.) e história e relações internacionais (problemas mundiais da atualidade, governo e instituições políticas soviéticas, a Comunidade Britânica e os E.U.A., as novas organizações internacionais e os E.U.A., relações exteriores norte-americanas, relações exteriores soviéticas, etc.).

No departamento denominado "Tecnologia", temos cursos, num total de 67, agrupados nas seguintes seções: engenharia (princípios de eletricidade, eletrônica prática, princípios e práticas de refrigeração, progressos recentes em materiais de engenharia, etc.), cartografia e levantamentos diversos (topografia, fotogrametria, interpretação fotográfica aérea, introdução à cartografia, elementos técnicos da cartografia, métodos de reprodução de mapas, geodésia, etc.), belas artes e arquitetura (pintura a óleo, pintura moderna, desenho paisagístico, etc.), artes técnicas (decoração de interiores, mobiliário, etc.) e arte fotográfica (fundamentos da fotografia, fotografia em côr, cinematografia, etc.).

Finalmente, no que concerne ao departamento de literatura e línguas, aí encontramos, além de cursos completos sobre o idioma inglês (noções básicas, vocabulário, conversação e composição), cursos elementares, intermediários e avançados sobre os principais idiomas modernos, como sejam, o francês, o alemão, o russo e o espanhol. Com relação ao italiano e ao português, o ensino é elementar, apenas para principiantes, consistindo de leitura, tradução e alguma conversação. Dentro do departamento, existem, ao demais, cursos que jamais poderíamos suspeitar, habituados que esta-

mos com os Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão do Ministério da Agricultura, irremediavelmente limitados, sobretudo após a sua integração na Universidade Rural, a ensino de natureza técnica, *strictu sensu*, para funcionários técnicos.

Eis aqui, a título de curiosidade apenas, alguns exemplos de cursos ministrados pela "Graduate School" através do departamento de ensino de que nos ocupamos:

- 1.º dramaturgia (*playwriting*) ou o estudo das técnicas de escrever para o teatro;
- 2.º literatura de ficção (*fiction writing*) ou o estudo da arte de escrever ficção;
- 3.º composição jornalística (*news writing*);
- 4.º fundamentos de dição, a arte de falar em público, persuasão pela palavra;
- 5.º grandes pensadores do passado (Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Descartes, Locke, Berkeley, Hume e Kant);
- 6.º ensinamentos das grandes religiões (judaísmo, cristianismo, islamismo, hinduísmo, budismo).

Além disso, possui o departamento de literatura e línguas da "Graduate School" um curso intitulado "Grandes Livros", no qual são lidas, analisadas e comentadas, através de debates controlados, importantes obras da poesia, história, filosofia e crítica. "A finalidade do curso — explica o catálogo da Escola — é proporcionar o exame de problemas perenes e, por conseguinte, contemporâneos."

Não podemos deixar de, a título de informação, reproduzir aqui a relação completa dos livros incluídos no curso, que tem a duração de quatro semestres:

1.º semestre: a Bíblia: "Livro de Jó"; a "Odisseia" de Homero; "Édipo-Rei" e "Antígona" de Sófocles; "Vidas Ilustres" de Plutarco; "Apologia" e "Criton" de Platão; a "Política" e a "Ética" de Aristóteles; as "Meditações" de Marco-Aurélio; as "Confissões" de Santo Agostinho; e o "Tratado das Leis" de Santo Tomás de Aquino.

2.º semestre: a Bíblia: "Evangelho de São João"; a "Divina Comédia" de Dante; "O Príncipe" de Machiavel; os "Ensaio" de Montaigne; "Rei Lear" e "Hamlet" de Shakespeare; o "Contrato Social" de Rousseau; "Papéis Federalistas"; o "Fausto" de Goethe; o "Manifesto Comunista" de Karl Marx; e a "Educação de Henry Adams".

3.º semestre: "História da Guerra do Peloponeso" de Tucídides; "Lisístrata" de Aristófanes; "Agamenon" de Ésquilo; "Medéia" de Eurípides; "Leviatã" de Hobbes; "Fedon" de Platão; "Aeropagítica" de Milton; a "Poética" de Aristóteles; "Simpósio" de Platão; e o "Don Quixote" de Cervantes;

4.º semestre: "Princípios Fundamentais" de Kant; "Mestre Construtor", "Pato Selvagem" e "Espectros" de Ibsen; a "Expedição Persa" de Xenofonte; "Da Natureza das Coisas" de Lucrécio;



“A Religião e o Advento do Capitalismo” de Tawney; e o “Édipo em Colona” de Sófocles.

Pode-se perguntar, como, de resto, o fizemos, aos responsáveis pela “Graduate School” qual a relação de tais estudos com o serviço público e qual o interesse dos servidores por assuntos tão remotos de suas atividades profissionais.

A resposta, convincente ou não, é :

a) a “Graduate School” constitui hoje uma verdadeira universidade (ainda que oficialmente talvez nunca o venha a ser), cuja finalidade principal é proporcionar aos funcionários, às suas próprias expensas e fora das horas de expediente, todo e qualquer ensino de cunho educacional que eles desejem obter;

b) o interesse, entre os servidores, por cursos da natureza dos que foram indicados é simplesmente surpreendente e o número de alunos que nêles se inscrevem ultrapassa de muito o mínimo exigido pela Escola, que, de resto, note-se bem, não mantém, em hipótese alguma, cursos que não se revelem autofinanciáveis.

A isso acresce, como pensam os responsáveis pelo estabelecimento — que, aliás, vive, de há muito, de suas próprias rendas, sem qualquer subvenção governamental — que tal ensino serve para contrabalançar a inevitável tendência dos especialistas para concentrarem-se exclusivamente em suas especialidades, ignorando completamente tudo o que lhes é estranho. E os Estados Unidos, provavelmente mais do que qualquer outro país do mundo, conhecem por experiência própria as consequências nefastas, em qualquer domínio que seja, da especialização excessiva ou superespecialização, que hoje em dia, depois de um longo período de voga, é aqui tenazmente combatida e implacavelmente ridicularizada. (\*)

Isto pôsto, prossigamos nas nossas considerações sobre a “Graduate School”, dizendo alguma coisa, ainda que brevemente, sobre o seu corpo docente, seus alunos, suas fontes de renda, seu futuro.

O corpo docente, composto de mais de quatrocentos professores e instrutores, sob o regime, evidentemente, de tempo parcial de serviço, mediante pagamento por aula ministrada, é recrutado, sobretudo, entre funcionários qualificados não só do Departamento de Agricultura, mas também

dos demais departamentos e órgãos da administração federal. Entre eles, encontram-se inúmeros nomes de projeção nos círculos administrativos e nos setores das respectivas especialidades.

Quanto ao corpo discente, ultrapassou ele a cifra de 5.000 estudantes em todos os cursos, no ano de 1952. Noventa e cinco por cento desse montante são constituídos de servidores públicos, na sua quase totalidade federais, e apenas cinco por cento foram recrutados entre estranhos à administração. O Departamento de Agricultura contribui com o maior contingente de alunos, cerca de vinte por cento do total geral, distribuindo-se os setenta e cinco por cem restantes nos demais departamentos e órgãos do serviço público.

Não mantendo cursos que não sejam auto-financeáveis, conforme esclarecemos, a “Graduate School”, vive exclusivamente de suas próprias rendas constituídas das taxas de matrícula e correlatas, ou sejam, taxas de transferência, emolumentos pela expedição de certificados, etc. As taxas de matrícula variam de acordo com a natureza e a extensão dos cursos, sendo as mais comuns nas importâncias de dezoito, vinte e sete e trinta e seis dólares.

A “Graduate School”, de resto conforme está, expressamente consignado em seu catálogo, não confere graus e jamais procurou obter essa faculdade, preferindo manter seus cursos de nível graduado e subgraduado, tê-los julgados pela conhecida competência dos instrutores e cooperar com instituições que têm autoridade para conferir graus. Com esse espírito, possui ela um regime de cooperação com as Universidades de Maryland e de Boston. Ao demais, a “Civil Service Commission” aceita os créditos concedidos pelo estabelecimento, para fins de exame e qualificação, na mesma base em que aceita os créditos outorgados pelas faculdades e universidades reconhecidas.

Não obstante isso, muito remotas são as probabilidades de que a “Graduate School” venha, algum dia, a se transformar, oficialmente, numa verdadeira universidade, como achávamos que seria sua evolução natural. Pois há nos Estados Unidos (no Congresso, na imprensa, na opinião pública e nos próprios meios educacionais), forte sentimento contra uma universidade federal. O ensino em todas as suas modalidades, é velha tradição no país, deve ser tarefa das instituições particulares, municipalidades e governos estaduais, jamais do governo da União. Esse sentimento vem, de resto, entravando seriamente uma das grandes aspirações de muitos administradores e especialistas em administração, nos dias que correm, qual seja a criação de um “Federal Administrative Staff College”, que fôsse para os servidores civis o que as escolas de estado-maior das forças armadas são para os militares.

De qualquer modo, uma coisa é certa : com *status* de universidade ou não, a “Graduate School” continuará, por muito tempo, a sua tradição, já velha de trinta e dois anos, de proporcionar aos servidores federais ensino variado, efetivo e racional.

(\*) Uma anedota, tipicamente americana, corrente aqui, nos meios universitários, com respeito à superespecialização, que até há pouco era glorificada pelo sistema educacional dos E.U.A., gira em torno de dois cirurgiões que se encontram num congresso médico. — “Qual a sua especialidade?” — pergunta um. — “Cirurgia”, responde o outro. — “Ótimo, retruca o primeiro. Também sou cirurgião. Vamos tomar um drinque e trocar algumas idéias. Mas, antes de mais nada, qual a sua especialidade dentro da cirurgia?” — “Nariz, ouvido e garganta” responde o segundo. — “Magnífico, continua o primeiro. Essa é também a minha. Mas, dentro ainda desse campo, tem o colega preferência por algum dos órgãos mencionados?” — “Sim, nariz”, declara o outro. — “Eu também! exclama o primeiro. Mas, qual a ventania: direita ou esquerda?”



## DOCUMENTAÇÃO

## Apontamentos de Arquivística

(Continuação)

MARCÍLIO VAZ TÔRRES

## VIII — MÉTODO MNEMÔNICO

O MÉTODO "Mnemônico" é uma variante do método alfabético e foi idealizado por Frederic Winslow Taylor, um dos pioneiros da organização científica do trabalho.

Trata-se de um método somente adaptável com eficiência em arquivos onde os documentos devam ser guardados por assunto e deve ser especialmente planejado para um fim determinado.

O método "Mnemônico", como o nome indica, procura ajudar as operações da memória reunindo as iniciais do assunto como anotações para conduzir-nos à pasta desejada.

Para êsse fim, são abertas 23 pastas básicas ou fundamentais, em primeira posição, com as letras do alfabeto, excluídos I, O e Q, por serem facilmente confundidos com os algarismos 1, 0 e 9, respectivamente, quando manuscritos.

Para cada pasta básica, também indicada como pasta ou classe fundamental, serão abertas, de modo idêntico, em segunda posição, 23 pastas que terão o nome de pastas divisionárias.

Ainda para cada pasta divisionária serão abertas do mesmo modo, em terceira posição, 23 pastas que são chamadas "pastas seccionais".

Dessa forma, teremos :

|                                    |        |
|------------------------------------|--------|
| Pastas básicas .....               | 23     |
| Pastas divisionárias (23x23) ..... | 529    |
| Pastas seccionais (23x529) .....   | 12.167 |
| Total .....                        | 12.719 |

As pastas básicas e divisionárias podem ser substituídas por guias com as indicações correspondentes, ou suprimidas de todo, por convenção, conservando-se, apenas, as seccionais.

Tôdas as pastas são dispostas em rigorosa ordem alfabética.

Não há necessidade de abrir desde logo tôdas as guias, uma vez conservada a ordem rigorosa dos símbolos, que nos permitirá intercalar, em qualquer tempo, uma nova pasta onde fôr necessário.

Para a classificação e distribuição dos assuntos, deveremos, como no método decimal, partir do gênero para a espécie e desta para o detalhe. Exemplo: Para arquivar uma lista de preço de material elétrico, escreveríamos no ângulo supe-

rior esquerdo do documento o símbolo "EMP", que corresponderia a

E = guia básica = Eletricidade;  
M = guia divisionária = Material e  
P = guia seccional = Preços.

Para uma folha de pagamento de diárias de operários, escreveríamos o símbolo "PPD", que corresponderia, como no caso anterior, a :

Operários  
Pagamento  
Diárias,

pois, não sendo usada a letra O, é considerada a que se lhe seguir imediatamente. No exemplo apontado foi considerada a letra P como inicial, do mesmo modo que na palavra "incêndio" é considerada a letra N e, assim, com os demais nomes iniciados pelas letras suprimidas.

A organização perfeita de um arquivo por êste método, entretanto, exige que a classificação e distribuição dos assuntos partam do gênero para a espécie e desta para a minúcia, o que torna difícil a sua aplicação.

Como se trata de arquivo que deverá ser planejado para um fim especial, o conceito de gênero, espécie e minúcia varia de acôrdo com os interesses da organização.

O exemplo acima, EMP, corresponde a uma indicação de arquivo particular.

No Serviço Público, o gênero seria "MATERIAL". Êste, por sua vez, se classifica em "Permanente" e de "Consumo". Em consequência, a lista de preços de material elétrico ficaria com a indicação MCE, que corresponderia a :

M = Material  
C = Material de Consumo  
E = Eletricidade.

Como se vê, uma conceituação ampla exclui minúcias importantes.

No caso, de arquivos particulares, como gênero é classificado o setor comercial.

Uma firma que comerciasse com material elétrico, ferragens, máquinas e aparelhos, madeiras e materiais de construção, indicaria como gênero as iniciais :

E — para eletricidade;  
F — para ferragens;  
A — para máquinas e aparelhos;  
M — para madeiras e  
C — para materiais de construção.



Com esse critério de considerar o gênero de modo mais restrito, as anotações mnemônicas descreveriam a maiores minúcias e, portanto, seriam mais precisas.

Ainda assim, tal método não deixa de apresentar dificuldades, pois cada um poderá, em muitos casos, trocar a espécie pela minúcia. Exemplo: um pedido de madeiras para estoque, poderia ser classificado como MPE ou MEP, isto é:

Madeiras  
Estoque  
Pedido

ou

Madeiras  
Pedido  
Estoque

#### IX — MÉTODO GEOGRÁFICO

O método geográfico, também indicado como "Arquivo Geográfico", é uma variante do método alfabético.

Neste método, as guias primárias indicarão Países e as secundárias, em segunda posição, Estados, em terceira posição, as Cidades e, finalmente, em quarta posição, os Bairros.

Após as guias de cada cidade ou bairro, são dispostas, em rigorosa ordem alfabética, as pastas individuais dos correspondentes.

O critério mais aconselhado, porém, será indicarmos os países em guias de côres, em segunda posição, usando, de preferência, guias de três posições, o que permitirá que as respectivas projeções fiquem bem destacadas no centro do fichário.

Entre as guias separadoras dos países, entrarão as demais guias e pastas com a documentação do país indicado na guia separadora precedente, dispostas da seguinte forma:

1.<sup>a</sup> posição — guias com projeção de cinco posições indicando Estados;

2.<sup>a</sup> posição — guias com o mesmo tipo de projeção em duplicata, sendo a primeira das duas com marcação convencional ou côr diferente.

Atrás da guia em segunda posição e côr diferente ou sinal convencional, deve ser colocada a pasta destinada a miscelânea correspondente à cidade.

Nesta pasta, que alguns autores indicam como pasta de "vários", deve ser guardada a documentação daqueles que nos escreveram da respectiva cidade até três vezes. Somente para os que corresponderem mais de três vezes é que deveremos abrir uma pasta individual.

Dentro de cada pasta de "miscelânea", a documentação é guardada em rigorosa ordem alfabética pelo nome dos correspondentes, o que nos apresentará sempre reunida a correspondência de cada pessoa, permitindo-nos julgar da oportunidade da abertura da pasta individual.

Atrás da guia em segunda posição da mesma côr que a de primeira posição, serão dispostas as pastas individuais, em rigorosa ordem alfabética.

Na abertura das pastas de "miscelânea", devemos escrever na projeção a letra "M" seguida da indicação da cidade.

Exemplo:

M — BARBACENA

Relativamente às pastas individuais, também para evitar dúvidas e facilitar o rearquivamento, a indicação geográfica deverá sempre preceder o nome do correspondente ou assunto.

Exemplo:

BARBACENA — Castro & C<sup>o</sup>

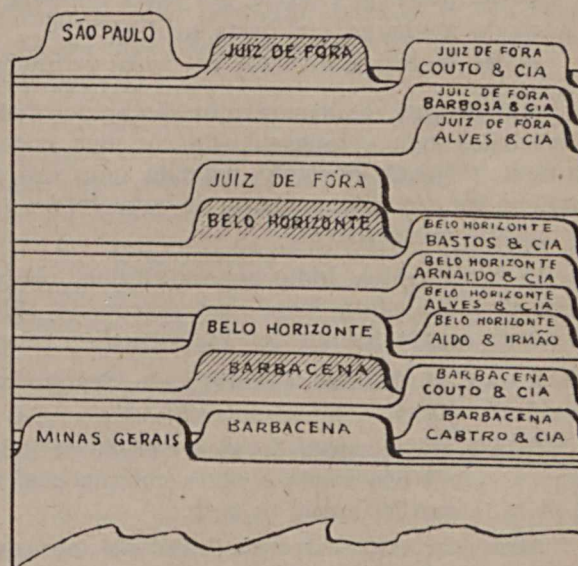
Quando, de uma cidade, tivermos assuntos e correspondentes, conforme as conveniências da organização a que se destinar o arquivo, poderemos ter pastas especiais para assuntos, além das destinadas aos correspondentes.

Neste caso, as pastas de assunto deverão preceder às de correspondentes.

Exemplo:

BARBACENA — Arroz  
BARBACENA — Açúcar  
BARBACENA — Banha  
BARBACENA — Toucinho  
BARBACENA — Castro & C<sup>o</sup>  
BARBACENA — Couto & Filho etc.

O desenho abaixo dá uma idéia da disposição das guias e pastas num arquivamento por este método.



Quando usamos este método exclusivamente para uma cidade, desdobrada em bairros, ruas e até números de casas, o arquivo é indicado como "Topográfico".

#### X — MÉTODO IMEDIATO

O "Método Imediato", mais conhecido com a denominação norte-americana de "Follow up" é uma variante do método alfabético, combinando letras e côres.

É um método útil nas pequenas organizações, onde não seja exigida muita rapidez e pre-



cisão. Apesar de ser originariamente uma variante do método alfabético, é também usado para arquivamento cronológico ou sistemático.

As convenções geralmente adotadas no arquivamento alfabético são as seguintes :

- A a C, pastas em côr "verde";
- D a I, pastas em côr "amarela";
- J a N, pastas em côr "azul" e
- O a Z, pastas em côr "vermelha".

Para um arquivamento cronológico, muito útil especialmente para classificação de contas e faturas, a convenção de côres é a mesma, ou seja :

- 1.º Trimestre — verde
- 2.º Trimestre — amarelo
- 3.º Trimestre — azul e
- 4.º Trimestre — vermelho.

Quando a convenção de côres é aproveitada num arquivamento sistemático, quase sempre se para, no arquivo de uma firma comercial, a documentação relativa a cada um dos setores ou ramos do negócio.

Uma firma, por exemplo, que comerciasse com ferragens, material elétrico, madeiras e materiais diversos, a lápis, na côr convencionada, daria num dos ângulos superiores um ou dois riscos em cada documento. Em seguida, os documentos com riscos da mesma côr seriam colecionados em ordem cronológica e guardados, por exemplo :

- os de ferragens, em pasta verde;
- os de material elétrico, em pasta amarela;
- os de madeiras, em pasta azul e
- os de materiais diversos, em pasta vermelha.

Anualmente, os documentos são empacotados e rotulados com a indicação da côr, que poderá ser feita tarjando o rótulo, colando uma tira de papel na côr convencionada ou de outra forma que fôr julgada aconselhável.

O "Progressive Indexing and Filing", publicação da Remington Rand Inc, edição de 1950, apresenta quatro formas de "Follow up", a saber:

I — *Cad Tickler* (Arquivo de Seguimento para Indicações).

Este arquivo consta de uma coleção de guias com os nomes dos meses e outra coleção com os ns. 1 a 31 que indicarão os dias.

Atrás da guia correspondente ao mês que estiver em curso, será colocada a coleção de guias numeradas e após cada guia numerada serão dispostas indicações de telefones, endereços e anotações de providências a serem dadas no dia correspondente ao número da guia.

Diariamente, o arquivista retira a pasta do dia para solucionar as indicações ali existentes.

No último dia de cada mês, passa a coleção numerada para o mês seguinte, distribuindo cronologicamente pelos dias as notas que já aí se encontrarem para providenciar em tempo oportuno.

II — *Sheet Follow up* (Arquivo de Seguimento para Documentos).

O mesmo processo indicado para o "Cad Tickler", sendo que, em lugar de indicações, são colocados papéis que devam ter curso nos dias correspondentes às datas indicadas nas guias numeradas.

Este tipo de arquivamento é especialmente indicado para "Notas Promissórias" e documentos semelhantes.

III — *Combination Alfabetic and Date File* (Arquivo Alfabético-Cronológico).

Este arquivo consta de uma coleção alfabética de guias em 1.ª posição.

O espaço relativo à 2.ª posição é reservado a projeções de pastas que chamarão a atenção para assuntos especiais.

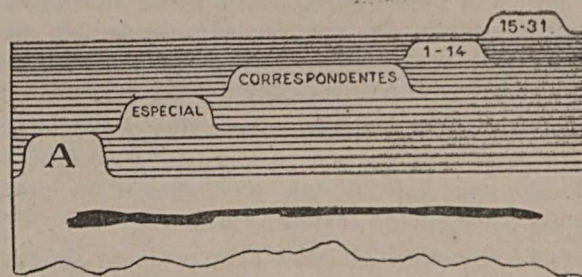
Em 3.ª posição, são colocadas guias com indicações para nomes de correspondentes.

Finalmente, atrás dessa guia, serão dispostas duas pastas, sendo uma com a projeção em 4.ª posição e a indicação "1-14" e a outra com a projeção em 5.ª posição e a indicação "15-31".

Nessas duas pastas serão colocados os papéis ou indicações de providências relativas ao correspondente e que devam ser dadas mensalmente, dentro dos períodos indicados.

As projeções deverão variar em tamanho para melhor aproveitamento do espaço.

O croqui abaixo dá idéia da disposição das guias e pastas em aprêço.



IV — *Date Folders* (Arquivo de Pastas Datadas).

Neste arquivo são empregadas pastas corridas, com a parte anterior dobrada de modo a formar um retângulo menor UM centímetro que a parte posterior.

Na parte excedente, à esquerda, são impressos os nomes dos meses e, à direita, os números correspondentes aos dias do respectivo mês.

Essas pastas são ordenadas cronologicamente.

A correspondência recebida, por exemplo, em janeiro, para ser providenciada em março, é colocada na pasta relativa ao mês de março.

Na pasta correspondente ao mês em curso, teremos um sinal que será movimentado indicando até que dia as providências já foram tomadas.

Por exemplo, no dia 1.º do mês corrente, tomamos todas as providências até o dia 10. Movimentamos o sinal e o colocamos prêso no n.º 10. No dia 10, providenciamos o que fôr necessário até o dia 15, e deslocamos o sinal de 10 para 15, procedendo-se, dessa forma, sucessivamente.



# O Sistema de Avaliação de Eficiência da Comissão de Serviço Civil

CALVIN P. DEAL e MILTON J. ESMAN

(In "Personnel Administration", vol. 10, n. 6, julho, 1948)

(Tradução de Mary D. Cardoso)

CALVIN P. DEAL serviu em vários setores da Comissão de Serviço Civil, desde 1934, e vem trabalhando, há anos, como técnico do Serviço de Planejamento.

O Dr. MILTON ESMAN, também técnico do Serviço de Planejamento da Comissão de Serviço Civil, esteve no Exército, de 1942 a 1946, servindo como oficial técnico, no setor governamental do Quartel-General das Forças Armadas, em Tóquio, especializando-se em problemas de reorganização do Serviço Civil japonês.

**E**M 1944 a Comissão de Serviço Civil pôs em execução um programa de trabalho em base de atribuições, elaborado de tal modo que cada servidor podia dispor de uma descrição exata e minuciosa de seus deveres e responsabilidades. No mesmo ano iniciou-se a execução de um programa de padrões de execução. Para cada um dos itens que compunham o Modelo 51, ou seja, o boletim para avaliação da eficiência de cada empregado (pesquisando condições de iniciativa, exatidão, capacidade de trabalho, etc.), este e seu supervisor ou chefe imediato elaboravam padrões de execução, descrevendo o nível que deveria atingir o trabalho desenvolvido pelo servidor em relação a cada item. E a eficiência do empregado era, então, avaliada segundo tais padrões.

A experiência adquirida pela Comissão desde 1944 vem demonstrando a possibilidade do aperfeiçoamento do programa de padrões, através do estreito relacionamento desses padrões com as tarefas realmente executadas pelo empregado, e não com os itens constantes do Modelo 51.

Em fevereiro de 1947, o Diretor de Pessoal propôs que a Comissão experimentasse, entre seus funcionários, um novo sistema de avaliação de eficiência e, em resultado, a Comissão determinou a seu Serviço de Planejamento, em março seguinte, que fizesse, dentro da própria Comissão, os estudos necessários ao desenvolvimento de mais completas informações sobre padrões de execução diretamente relacionados às tarefas efetivamente executadas pelos empregados. Tomaram parte em tais estudos quatro Divisões Centrais e três Divisões Regionais, que depois de prepararem padrões de execução inspirados nos princípios do novo sistema, concordaram, de modo praticamente unân-

nime, em que o sistema proposto poderia fornecer base mais direta e objetiva para a avaliação da eficiência. Verificaram, também, que seria possível utilizá-lo para fins de treinamento, lotação, relações humanas, documentação, organização e métodos de trabalho.

Depois de uma análise crítica dos padrões de execução elaborados durante os estudos, foi preparado, a título de experiência, o Manual S-809, dado a público em dezembro de 1947, para aparelhar os funcionários da Comissão com instruções precisas sobre o novo sistema, cujos pontos essenciais podem ser assim apresentados:

1. Os itens padronizados de avaliação constantes do Modelo 51 não fornecem base para julgamento objetivo da eficiência do empregado. Os elementos para avaliação passam a ser tarefas reais desempenhadas pelo servidor no exercício de sua função.

2. Os padrões de execução são elaborados e expressos em termos dessas tarefas. São revistos duas vezes por ano, pelo supervisor juntamente com o empregado e assim atualizados.

3. O empregado é julgado à base das tarefas que executa. Seu trabalho em cada tarefa é classificado segundo as exigências estabelecidas no padrão de execução correspondente.

Na elaboração dos padrões de execução, os chefes e subordinados devem observância aos princípios constantes das normas que acompanham o Modelo 125, a seguir reproduzidas:

"Prepare a definição das tarefas e dos padrões de execução de acordo com as Instruções do Manual S-809. Dêse modo, poderá responder com um *Sim* às dez perguntas seguintes:

1. Dividiu o trabalho nas diferentes tarefas que o compõem?

2. Preparou a definição das tarefas de modo que fique descrita, em termos claros, a maneira pela qual deve ser feito o trabalho?

3. Cada definição de tarefa contém apenas um determinado dever?

4. Estão assinaladas as tarefas especialmente importantes?

5. Os padrões de execução mencionam — não a excepcional, nem a perfeita — mas a forma conveniente e satisfatória pela qual o trabalho deve ser desempenhado?



6. Cada padrão de execução diz o quanto, o como, o quando e o de que modo?

7. Cada padrão de execução define integralmente a execução satisfatória — de modo que tudo aquilo que ficar acima seja entendido como excepcional e tudo o que ficar abaixo como deficiente?

8. Estabeleceram-se padrões suficientes para a cobertura integral de cada tarefa, de modo que seja possível controle completo da maneira pela qual a tarefa é executada?

9. A linguagem é simples, precisa e compreensível? Foi evitado, sempre que possível, o uso de palavras dúbias, em favor de vocábulos e frases concretos e objetivos?

10. O empregado participou do trabalho de elaboração dos padrões e de definição das tarefas relacionados com o seu próprio cargo? Cada padrão significa a mesma coisa para o Chefe e para o subordinado?

Embora o novo sistema não fôsse compulsório, mais de 80% das divisões e serviços regionais da Comissão decidiram a adotá-lo e estabeleceram datas-limites para a terminação do trabalho de preparação de padrões referentes a seus cargos.

Em abril vindouro, o mais tardar (de 1949), haverá disponíveis dados completos sobre a experiência assim feita pela Comissão, onde uma proporção de dez por cento dos respectivos funcionários já foi submetida a avaliação conforme o novo sistema.

Essa pequena experiência patenteou resultados excelentes. Os chefes que se utilizaram do novo sistema convenceram-se, de modo quase unânime, de que diminuirá o número de reclamações e de pedidos de revisão, com o melhor entendimento entre os chefes e os subordinados, no que diz respeito às bases para avaliação de eficiência. Certo chefe declarou que seus contatos com os subordinados na época de expedição dos boletins, decorrem sem a menor complicação, sob o novo sistema, porque o problema agora é avaliar o desempenho de cada uma das tarefas significativas do trabalho em termos de padrões específicos, estabelecidos tendo em vista cada uma dessas tarefas.

Um chefe de serviço regional deu o seguinte testemunho:

“Os empregados submetidos a avaliação pelo novo sistema parecem sentir maior objetividade nos julgamentos, estes estreitamente relacionados ao trabalho que realmente executam.

Embora se receasse que a mudança, deixando de lado um método já firmado e aceito, pudesse ocasionar descontentamento e mal-entendidos, a realidade evidenciou o contrário. O número de dissídios em torno de julgamentos de eficiência foi o menor que já houve nos últimos anos e atualmente não há nem um só desses casos em discussão.”

Outro diretor de serviço regional diz:

“A impressão geral colhida sobre o novo sistema entre os servidores com os quais entramos em contato é a mais favorável possível.

A maioria dos chefes é de opinião que os julgamentos podem ser feitos sob o novo sistema na metade do tempo gasto anteriormente, o que se atribui ao fato de se terem tornado mais simples as entrevistas de julgamento, de serem os itens mais claros e prontamente compreendidos, ao mesmo tempo que mais fácil se torna explicar ao empregado o resultado da avaliação. Eliminaram-se, também, totalmente, os mal-entendidos e as disputas.”

Esses exemplos são representativos das reações do pessoal que vem trabalhando nessa primeira experiência do novo sistema como instrumento de avaliação de eficiência.

Os padrões de execução representam uma tentativa de fixação concreta dos critérios segundo os quais o trabalho do empregado será avaliado. Devem ser elaborados muito antes da época do julgamento e nem sempre é possível antecipar, nessa ocasião, todos os fatores de trabalho que mais tarde podem vir a ter importância, tanto para o chefe, como para o empregado. À proporção que tais problemas surgem nas discussões que acompanham as atividades de avaliação, as soluções encontradas devem-se ir incorporando aos padrões. Como a experiência tende a propiciar maior compreensão entre chefe e subordinado, os padrões de execução vão ficando cada vez mais completos, mais bem definidos e mais realistas. E, nesse sentido, o novo sistema melhora com a experiência.

Um sistema eficaz de padrões não pode ser “instalado” e deixado envelhecer. As tarefas e os padrões têm que ser revistos, atualizados, tornados mais definidos, à proporção em que o trabalho cresce e se transforma e conforme a experiência assinala critérios de avaliação de eficiência mais satisfatórios e mais objetivos. O novo sistema da Comissão passou, com bom êxito, por seu primeiro teste, ultrapassando, mesmo, a expectativa daqueles que o elaboraram. Seu continuado sucesso dependerá da habilidade dos chefes e empregados em mantê-lo atualizado.

#### COMENTÁRIOS POR ELDON E. SWEEZY

Os resultados obtidos na Comissão constituem mais uma prova de que estava certa a hipótese formulada nas experiências que começaram em 1944 no Ministério da Guerra. Os setores de serviço estão, cada dia que passa, chegando à conclusão de que o uso do elemento *tarefa*, ao invés do de itens teóricos, como base para os padrões, tem sido instrumento inteligente e útil.

Um meio eficaz de impedir que os padrões sejam “implantados e logo esquecidos, até que chegue a época de avaliação da eficiência”, consiste em utilizá-los de modo contínuo e científico em outras atividades de administração. O treinamento dos chefes, para aceitação e aplicação dos padrões, em cada setor da atividade supervisora, é também medida imprescindível, para obtenção de rendimento máximo.



## SELEÇÃO

# Questões apresentadas no Concurso para Contador do S. P. F. — C. 265

*Esta prova teve a duração de 5 horas*

## PRIMEIRA PROVA ESPECIALIZADA — SEÇÃO I

Preencher os claros com as palavras ou expressões convenientes:

1. Uma Delegacia Fiscal recebeu uma caução de Cr\$ 10.000,00, em dinheiro. Os lançamentos de registro da operação são os seguintes:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. Os depósitos, na administração pública, se classificam em \_\_\_\_\_ espécies, que assim se definem:

Depósitos \_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :

Depósitos \_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :

Depósitos \_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :

Depósitos \_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :

Depósitos \_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :  
\_\_\_\_\_ :

3. Uma Delegacia Fiscal, ao pagar os vencimentos de um funcionário, descontou uma quantia em favor do I.P.A.S.E. Dar os lançamentos, na Delegacia Fiscal, do desconto da consignação e do seu pagamento ao I.P.A.S.E.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Um funcionário lotado na Delegacia Fiscal no Paraná, foi designado para executar um serviço temporário em Minas Gerais. A Delegacia Fiscal em Minas Gerais lhe pagou os vencimentos. Considerando-se que a lotação do mesmo é no Paraná e que o crédito respectivo está distribuído à referida Delegacia Fiscal no Paraná, dar todos os lançamentos, nas duas Delegacias.

*Na Delegacia Fiscal em Minas Gerais:*

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Na Delegacia Fiscal no Paraná:*

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. Dar os lançamentos em uma Delegacia Fiscal, nos três sistemas, das seguintes operações, considerando-se a existência de dotação orçamentária:

— compra de um móvel por parte do Governo Federal

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

— devolução de uma caução feita para garantia da execução de um contrato de serviço

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

— pagamento a um Agente Fiscal do Imposto de Consumo, de uma cota-parte, após passado em julgado o processo respectivo

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

— suprimento recebido de estampilhas (impôsto de selo)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6. O Governo Federal resolveu lançar um empréstimo de Cr\$ 5.000.000,00 em apólices de Cr\$ 1.000,00, aos juros de 5% ao ano, resgatável em 5 anos. O empréstimo foi totalmente tomado pelo valor nominal no dia 1.º de janeiro do ano "x" e os pagamentos anuais devem ser feitos no mesmo dia. Considerando que os orçamentos consignam dotações para a despesa de que se cuida e que o cálculo matemático, para o valor, o prazo e a taxa dados, apresenta uma prestação anual de Cr\$ 1.154.874,00, organizar o plano de amortização do empréstimo, no quadro seguinte e dar todos os lançamentos, inclusive os de impressão das apólices.



## PLANO DE AMORTIZAÇÃO

| DATA           | PRESTAÇÃO | JUROS | VALOR     |              | APÓLICES   |       |
|----------------|-----------|-------|-----------|--------------|------------|-------|
|                | ANUAL     |       | Resgatado | Saldo        | Resgatadas | Saldo |
|                | Cr\$      | Cr\$  | Cr\$      | Cr\$         | n.º        | n.º   |
| 1-º/1/X.....   |           |       |           | 5.000.000,00 |            | 5.000 |
| 1-º/1/X+1..... |           |       |           |              |            |       |
| 1-º/1/X+2..... |           |       |           |              |            |       |
| 1-º/1/X+3..... |           |       |           |              |            |       |
| 1-º/1/X+4..... |           |       |           |              |            |       |
| 1-º/1/X+5..... |           |       |           |              |            |       |
| TOTAL.....     |           |       |           |              |            |       |

## LANÇAMENTOS

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |

## PROBLEMA

I — Uma Delegacia Fiscal efetuou, durante o exercício de 1952, as seguintes operações:

— *suprimentos de selos e estampilhas:*

— *recebidos:*

- de imposto do selo — Cr\$ 500.000,00
- de estampilhas de Educação e Saúde — Cr\$ 600.000,00
- de imposto de consumo nacional — Cr\$.. 500.000,00

— *feitos a uma Alfândega:*

- de imposto do selo — Cr\$ 100.000,00
- de estampilhas de Educação e Saúde — Cr\$ 50.000,00

— *feitos a Coletorias Federais:*

- de imposto do selo — Cr\$ 100.000,00
- de estampilhas de Educação e Saúde — Cr\$ 40.000,00
- de imposto de consumo nacional — Cr\$ 300.000,00

— *arrecadação:*

- de imposto de renda — Cr\$ 1.500.000,00
- de imposto do selo (venda de estampilhas) — Cr\$ 200.000,00
- de imposto do selo, por verba — Cr\$ 600.000,00
- de taxa de Educação e Saúde — Cr\$... 100.000,00
- de dívida ativa — Cr\$ 20.000,00

— *pagamentos:*

- *de vencimentos de funcionários:*
- do Ministério da Fazenda — Cr\$ ..... 200.000,00
- do Ministério da Viação — Cr\$ 400.000,00
- do D.A.S.P. — Cr\$ 100.000,00
- de material comprado, para a Delegacia, a saber:
- permanente — Cr\$ 20.000,00
- de consumo — Cr\$ 10.000,00

— de serviços de limpeza, contratados, relativos

— ao Ministério da Fazenda — Cr\$ ..... 40.000,00

— ao Ministério do Trabalho — Cr\$ ..... 60.000,00

— *recebimentos em dinheiro:*

— de depósitos para recursos — Cr\$..... 400.000,00

— da venda de um próprio nacional — Cr\$ 1.000.000,00

— *recebimentos:*

— em caução, de 200 apólices da Dívida Pública, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00, cada uma

— *devoluções:*

— de Cr\$ 40.000,00 de caução feita em apólices da Dívida Pública do valor nominal de Cr\$ 1.000,00, cada uma

— de Cr\$ 50.000,00, em dinheiro, referente a depósito feito para recurso

— *conversão:*

— de um depósito feito, no valor, de Cr\$... 100.000,00, para recurso, após o depositante perder a questão em todas as instâncias.

Considerando que à Delegacia Fiscal em referência foi distribuído o crédito orçamentário necessário a todas as operações, dar todos os lançamentos, nos 3 sistemas, das operações citadas, bem como os de apuração do "resultado do exercício" e de sua incorporação e os de transferência dos saldos ao exercício seguinte.

## LANÇAMENTOS

— relativos aos suprimentos de selos e estampilhas;

— relativos à arrecadação;

— relativos aos pagamentos;

— relativos aos recebimentos em dinheiro;

— relativos ao recebimento da caução em apólices;

— relativos às devoluções;

— relativos às conversões;

— relativos à apuração do "resultado do exercício";

— relativos à sua incorporação;

— relativos à transferência dos saldos ao exercício seguinte.



## ESTA PROVA TEVE A DURAÇÃO DE 5 HORAS

## PRIMEIRA PROVA ESPECIALIZADA — SEÇÃO II

1. A empresa "Y", por ocasião do encerramento de um exercício, apresentou os seguintes lançamentos e Balanço :

*Lançamentos de encerramentos*

|                       |                                                                                 |              |              |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Juros Devedores       |                                                                                 |              |              |
| a                     | Juros a Creditar .....                                                          |              | 10.000,00    |
| Juros a Debitar       |                                                                                 |              |              |
| a                     | Juros Hipotecários .....                                                        |              | 3.000,00     |
| Lucros e Perdas       |                                                                                 |              |              |
| a                     | Juros Devedores .....                                                           | 23.500,00    |              |
| a                     | Despesas Gerais .....                                                           | 220.000,00   |              |
| a                     | Impostos . . . . .                                                              | 230.000,00   |              |
| a                     | Ordenados . . . . .                                                             | 1.060.000,00 |              |
| a                     | Retiradas . . . . .                                                             | 360.000,00   |              |
| a                     | Despesas de Vendas .....                                                        | 290.000,00   |              |
| a                     | Fundo de Depreciação .....                                                      | 110.000,00   | 2.293.500,00 |
| Mercadorias           |                                                                                 |              |              |
| a                     | Compras de Mercadorias                                                          |              |              |
|                       | Transferência àquela conta do valor das compras efetuadas neste exercício ..... | 7.250.000,00 | 7.250.000,00 |
| Vendas de Mercadorias |                                                                                 |              |              |
| a                     | Mercadorias                                                                     |              |              |
|                       | Pelo custo das vendas dêste exercício, como segue:                              |              |              |
|                       | Stock inicial .....                                                             | 820.000,00   |              |
|                       | mais: compras do exercício                                                      | 7.250.000,00 |              |
|                       |                                                                                 | 8.070.000,00 |              |
|                       | menos: stock n/data .....                                                       | 1.010.000,00 | 7.060.000,00 |
| a                     | Lucros e Perdas                                                                 |              |              |
| Vendas de Mercadorias |                                                                                 |              |              |
|                       | Lucro bruto nas vendas dêste exercício, como segue:                             |              |              |
|                       | Total das vendas .....                                                          | 9.760.000,00 |              |
|                       | menos: Custo das mercadorias vendidas ...                                       | 7.060.000,00 | 2.700.000,00 |
|                       | Comissões .....                                                                 | 240.000,00   |              |
|                       | Rendas Diversas .....                                                           | 95.000,00    |              |
|                       | Juros Hipotecários .....                                                        | 21.000,00    | 3.056.000,00 |
| Lucros e Perdas       |                                                                                 |              |              |
| a                     | Fundo de Reserva Legal .....                                                    | 38.125,00    |              |
| a                     | Dividendos a Pagar .....                                                        | 500.000,00   |              |
| a                     | Gratificações . . . . .                                                         | 150.000,00   |              |
| a                     | Fundo de Reserva .....                                                          | 74.375,00    | 762.500,00   |



## Balanco

| Ativo                                  |              | Passivo                             |              |
|----------------------------------------|--------------|-------------------------------------|--------------|
| Caixa . . . . .                        | 56.000,00    | Capital . . . . .                   | 5.000.000,00 |
| Caixa Pequena . . . . .                | 5.000,00     | Fundo de Depreciação                |              |
| Bancos . . . . .                       | 180.000,00   | s/Veículos . . . . .                | 91.600,00    |
| Mercadorias . . . . .                  | 1.010.000,00 | s/Móveis . . . . .                  | 48.400,00    |
| Duplicatas a Receber . . . . .         | 2.400.000,00 | s/Maq. e Utens. . . . .             |              |
| C/Correntes . . . . .                  | 640.000,00   | Escr. . . . .                       | 89.100,00    |
| Vendas à Vista a Receber . . . . .     | 40.000,00    | s/Instalações . . . . .             | 50.900,00    |
| Devedores Hipotecários . . . . .       | 200.000,00   | Duplicatas a Pagar . . . . .        | 1.350.000,00 |
| Acionistas — c/cap. . . . .            | 600.000,00   | Fundo de Reserva . . . . .          | 224.375,00   |
| Representantes — c/mov. . . . .        | 320.000,00   | C/Correntes . . . . .               | 520.000,00   |
| Depósitos a Prazo Fixo . . . . .       | 1.000.000,00 | Contas a Pagar . . . . .            | 25.000,00    |
| Móveis . . . . .                       | 190.000,00   | Fundos de Reserva Legal . . . . .   | 293.125,00   |
| Máquinas e Utensil. do Escrit. . . . . | 350.000,00   | Dividendos a Pagar . . . . .        | 600.000,00   |
| Imóveis . . . . .                      | 1.200.000,00 | Reserva para Indenizações . . . . . | 180.000,00   |
| Instalações . . . . .                  | 200.000,00   | Pagamentos Antecipados . . . . .    | 60.000,00    |
| Títulos de Renda . . . . .             | 150.000,00   | Comissões em Suspensão . . . . .    | 40.000,00    |
| Veículos . . . . .                     | 180.000,00   | Gratificações . . . . .             | 150.000,00   |
| Selos de Vendas Mercantis . . . . .    | 2.000,00     | Juros a Creditar . . . . .          | 10.000,00    |
| Seguros a Venda . . . . .              | 6.500,00     |                                     |              |
| Juros a Debitar . . . . .              | 3.000,00     |                                     |              |
|                                        |              |                                     |              |
|                                        | 8.732.500,00 |                                     | 8.732.500,00 |

Em face do balanço e dos lançamentos apresentados, deverá o candidato classificar o balanço, fazendo figurar subtrativamente no Ativo e no Passivo, os valores que possam aparecer dessa forma, e calcular os quocientes e os índices, respondendo, nos locais próprios, aos seguintes quesitos:

- Quociente de Liquidez comum  
Resposta: \_\_\_\_\_
- Quociente de liquidez seco  
Resposta: \_\_\_\_\_
- Quociente de garantia do capital  
Resposta: \_\_\_\_\_
- Quociente de imobilização do capital  
Resposta: \_\_\_\_\_
- Quociente de rotação do capital próprio  
Resposta: \_\_\_\_\_
- Índice de rentabilidade, tomando os réditos, líquido e bruto em função da produção anual e do capital nominal  
Resposta: \_\_\_\_\_
- Índice de classificação do capital próprio em função do capital de terceiros e do patrimônio global  
Resposta: \_\_\_\_\_
- Índice de circulação dos valores em função do capital próprio e do patrimônio global  
Resposta: \_\_\_\_\_
- Balanço classificado (Use o papel abaixo para rascunho e faça o balanço em definitivo, no papel almaço).

2. No quadro abaixo encontram-se os balanços da empresa "X" relativos a cinco exercícios. No quadro a seguir, preencha os índices respectivos.

|                            | Ativo     |           |           |           |           |
|----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|                            | 1948      | 1949      | 1950      | 1951      | 1952      |
| Caixa . . . . .            | 20.000    | 35.000    | 15.000    | 10.000    | 25.000    |
| Bancos . . . . .           | 180.000   | 160.000   | 190.000   | 210.000   | 220.000   |
| Mercadorias . . . . .      | 800.000   | 950.000   | 930.000   | 1.050.000 | 1.180.000 |
| Dupls. a Receber . . . . . | 730.000   | 780.000   | 820.000   | 880.000   | 990.000   |
| Móveis . . . . .           | 120.000   | 120.000   | 130.000   | 150.000   | 150.000   |
| Imóveis . . . . .          | 700.000   | 700.000   | 700.000   | 700.000   | 700.000   |
|                            |           |           |           |           |           |
|                            | 2.550.000 | 2.745.000 | 2.785.000 | 3.000.000 | 3.265.000 |



*Passivo*

|                                | 1948      | 1949      | 1950      | 1951      | 1952      |
|--------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Capital . . . . .              | 1.800.000 | 1.800.000 | 1.800.000 | 1.800.000 | 2.000.000 |
| Lucros e Perdas . . . . .      | 250.000   | 190.000   | 295.000   | 320.000   | 475.000   |
| Dupls. a Pagar . . . . .       | 450.000   | 695.000   | 620.000   | 800.000   | 700.000   |
| Fundo de Depreciação . . . . . | 50.000    | 60.000    | 70.000    | 80.000    | 90.000    |
|                                | 2.550.000 | 2.745.000 | 2.785.000 | 3.000.000 | 3.265.000 |

*Ativo*

|                  | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
|------------------|------|------|------|------|------|
| Caixa            |      |      |      |      |      |
| Bancos           |      |      |      |      |      |
| Mercadorias      |      |      |      |      |      |
| Dupls. a Receber |      |      |      |      |      |
| Móveis           |      |      |      |      |      |
| Imóveis          |      |      |      |      |      |

*Passivo*

|                      | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
|----------------------|------|------|------|------|------|
| Capital              |      |      |      |      |      |
| Lucros e Perdas      |      |      |      |      |      |
| Dupls. a Pagar       |      |      |      |      |      |
| Fundo de Depreciação |      |      |      |      |      |

## Espaço para cálculo

3. A empresa "X", com o capital de Cr\$ 1.500.000,00 vendeu num ano Cr\$ 6.450.000,00, incluído nesse total o lucro de 22%. Deverá o candidato, em face dos elementos acima, responder aos quesitos abaixo:

- O custo da mercadoria foi de Cr\$ \_\_\_\_\_
- O lucro bruto foi de Cr\$ \_\_\_\_\_
- A percentagem de lucro foi de \_\_\_\_\_%
- A percentagem do lucro sobre o capital foi de \_\_\_\_\_%

## Espaço para cálculo:

4. A empresa "X" possuía um stock inicial de Cr\$ 3.120.000,00. Decorridos três meses, sem ter feito novas compras, esse stock estava reduzido a Cr\$ 1.050.000,00. Os lançamentos feitos pela firma foram os seguintes:

*Janeiro*

|                        |            |
|------------------------|------------|
| Caixa                  |            |
| a Mercadorias          |            |
| Vendas n/mês . . . . . | 590.000,00 |

*Fevereiro*

|                        |            |
|------------------------|------------|
| Caixa                  |            |
| a Mercadorias          |            |
| Vendas n/mês . . . . . | 804.000,00 |

*Março*

|                        |            |
|------------------------|------------|
| Caixa                  |            |
| a Mercadorias          |            |
| Vendas n/mês . . . . . | 880.000,00 |

|                                  |            |
|----------------------------------|------------|
| Caixa                            |            |
| a C/Correntes                    |            |
| a José Sá                        |            |
| Seu suprimento à Caixa . . . . . | 150.000,00 |

Sabendo-se que as mercadorias foram sempre vendidas com o lucro de 20%, pergunta-se:

- Houve sonegação de lucro? \_\_\_\_\_
- No caso afirmativo, qual o total da sonegação? Cr\$ \_\_\_\_\_

## Espaço para cálculo:



## 5. Uma empresa apresentou os seguintes elementos:

## a) BALANCETE

*Débito*

|                                                    |               |
|----------------------------------------------------|---------------|
| Caixa . . . . .                                    | 70.000,00     |
| Caixa da Fábrica . . . . .                         | 5.000,00      |
| Bancos . . . . .                                   | 680.000,00    |
| Imóveis . . . . .                                  | 1.500.000,00  |
| Móveis . . . . .                                   | 250.000,00    |
| Maquinismos . . . . .                              | 1.200.000,00  |
| Máquinas e Utensílios do Es-<br>critório . . . . . | 180.000,00    |
| Instalação . . . . .                               | 200.000,00    |
| Veículos . . . . .                                 | 160.000,00    |
| Matérias-Primas . . . . .                          | 7.000.000,00  |
| Matérias Secundárias . . . . .                     | 1.850.000,00  |
| Mão-de-Obra . . . . .                              | 2.620.000,00  |
| Materiais Diversos . . . . .                       | 610.000,00    |
| Produtos Manufaturados . . . . .                   | 980.000,00    |
| Despesas de Vendas . . . . .                       | 295.000,00    |
| Gastos Gerais de Fabricação . . . . .              | 1.050.000,00  |
| Despesas de Administração . . . . .                | 1.140.000,00  |
| Duplicatas a Receber . . . . .                     | 1.760.000,00  |
| C/Correntes . . . . .                              | 250.000,00    |
| Propaganda . . . . .                               | 860.000,00    |
| Ações em Caução . . . . .                          | 90.000,00     |
| Bancos — C/Caução . . . . .                        | 1.100.000,00  |
| Produtos em Elaboração . . . . .                   | 170.000,00    |
| Patentes . . . . .                                 | 400.000,00    |
| Imóveis — Vila Operária . . . . .                  | 450.000,00    |
| Seguro de Acidentes . . . . .                      | 60.000,00     |
| Títulos de Renda . . . . .                         | 140.000,00    |
| Contribuição de Previdência<br>Social . . . . .    | 230.000,00    |
|                                                    | <hr/>         |
|                                                    | 25.300.000,00 |

*Crédito*

|                                              |               |
|----------------------------------------------|---------------|
| Capital . . . . .                            | 3.000.000,00  |
| Duplicatas a Pagar . . . . .                 | 1.250.000,00  |
| Rendas Diversas . . . . .                    | 110.000,00    |
| Descontos sobre Compras . . . . .            | 195.000,00    |
| Venda de Produtos . . . . .                  | 14.950.000,00 |
| Reserva Legal . . . . .                      | 250.000,00    |
| Reserva Estatutária . . . . .                | 200.000,00    |
| Reserva para Indenização . . . . .           | 460.000,00    |
| Fundo de Depreciação . . . . .               | 1.520.000,00  |
| Fundo de Renovação . . . . .                 | 360.000,00    |
| Empréstimos Industriais . . . . .            | 1.000.000,00  |
| Fornecedores Estrangeiros . . . . .          | 555.000,00    |
| Reserva para Contas Duvi-<br>dosas . . . . . | 160.000,00    |
| Caução da Diretoria . . . . .                | 90.000,00     |
| Títulos em caução . . . . .                  | 1.100.000,00  |
| Lucros e Perdas . . . . .                    | 100.000,00    |
|                                              | <hr/>         |
|                                              | 25.300.000,00 |

## b) LANÇAMENTOS

## Despesas de Administração

a Contas Correntes  
a Carlos Sá

Seus honorários como Dire-  
tor-Gerente (15.000 x 12) 180.000,00

## a José Almeida

Seus honorários como Dire-  
tor-Técnico (15.000 x 12) 180.000,00

---

360.000,00



## Conservação

|                                                          |           |            |            |
|----------------------------------------------------------|-----------|------------|------------|
| a Mão-de-Obra . . . . .                                  |           | 140.000,00 |            |
| a Materiais Diversos                                     |           |            |            |
| Valor dos empregados na conservação . . . .              | 85.000,00 |            |            |
| Valor de um motor de 8 HP para a máquina SF-23 . . . . . | 15.000,00 | 100.000,00 |            |
| a Seguros de Acidentes . . . . .                         |           | 2.800,00   |            |
| a Fundo para Férias . . . . .                            |           | 7.000,00   |            |
| a Contribuições de Previdência Social . . . . .          |           | 14.000,00  | 263.800,00 |

## Custo da Produção

Pelo custo dos produtos fabricados neste exercício, como segue:

|                                  |                     |  |  |
|----------------------------------|---------------------|--|--|
| Matérias-Primas . . . . .        | 5.800.000,00        |  |  |
| a Mão-de-Obra . . . . .          | 2.480.000,00        |  |  |
| a Seguro de Acidentes . . . . .  | 49.600,00           |  |  |
| a Matérias Secundárias . . . . . | 1.300.000,00        |  |  |
|                                  | <u>9.629.600,00</u> |  |  |

|                                                |              |            |  |
|------------------------------------------------|--------------|------------|--|
| a Fundo para Férias . . . . .                  | 124.000,00   |            |  |
| a Contribuição de Previdência Social . . . . . | 248.000,00   |            |  |
| a Fundo de Renovação . . . . .                 | 120.000,00   |            |  |
| 10% sobre Cr\$ 1.200.000,00 . . . . .          | 1.050.000,00 |            |  |
| a Gastos Gerais de Fabricação . . . . .        | 263.800,00   |            |  |
| a Conservação . . . . .                        |              |            |  |
| a Fundo de Depreciação . . . . .               |              |            |  |
| 5% s/Imóveis . . . . .                         | 75.000,00    |            |  |
| 15% s/Móveis . . . . .                         | 37.500,00    |            |  |
| 10% s/Maquinismos . . . . .                    | 120.000,00   |            |  |
| 10% s/Máquinas e Utens. . . . .                | 18.000,00    |            |  |
| 20% s/Instalações . . . . .                    | 40.000,00    |            |  |
| 25% s/Veículos . . . . .                       | 40.000,00    | 330.500,00 |  |

|                                                             |              |               |  |
|-------------------------------------------------------------|--------------|---------------|--|
| a Despesas de Administração 2/3 do saldo da conta . . . . . | 1.000.000,00 |               |  |
| a Produtos em Elaboração . . . . .                          | 170.000,00   | 12.935.900,00 |  |

## Accionistas

|                                           |               |              |              |
|-------------------------------------------|---------------|--------------|--------------|
| a Capital                                 |               |              |              |
| Subscrição de 7.000 novas ações . . . . . |               | 7.000.000,00 |              |
| a Fundo para Aumento de Capital           |               |              |              |
| Pela valorização dos seguintes bens:      |               |              |              |
| Maquinismos                               |               |              |              |
| (Saldo em 1939 . . . . .                  | 1.200.000,00) | 3.600.000,00 |              |
| Imóveis                                   |               |              |              |
| (Saldo em 1946 . . . . .                  | 1.500.000,00) | 2.000.000,00 | 5.600.000,00 |
| Diversos a Diversos                       |               |              |              |

## Caixa

|                                                   |              |                     |  |
|---------------------------------------------------|--------------|---------------------|--|
| Recº n/data . . . . .                             | 400.000,00   |                     |  |
| Fundo de Depreciação                              | 1.000.000,00 |                     |  |
| Transferido a c/c . . . . .                       |              |                     |  |
| C/Correntes                                       |              |                     |  |
| Transferido para o crédito de accionistas . . . . |              | 1.000.000,00        |  |
|                                                   |              | <u>2.400.000,00</u> |  |
| a Accionistas                                     |              |                     |  |
| Pela integralização de 1.400 ações . . . . .      |              | 1.400.000,00        |  |
| a C/Correntes                                     |              |                     |  |
| Créditos feitos n/data . . . . .                  |              | 1.000.000,00        |  |
|                                                   |              | <u>2.400.000,00</u> |  |

## Fundo para Aumento de Capital

|                                              |  |               |  |
|----------------------------------------------|--|---------------|--|
| a Accionistas                                |  |               |  |
| Pela integralização de 5.600 ações . . . . . |  | 5.600.000,00  |  |
| Produtos Manufaturados                       |  |               |  |
| a Custo da Produção                          |  |               |  |
| Custo da produção deste exercício . . . . .  |  | 12.935.900,00 |  |



## Venda de Produtos

|                                                                                       |               |               |
|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| a Produtos Manufaturados                                                              |               |               |
| Custo dos produtos vendidos n/exercício .....                                         | 12.815.900,00 |               |
| Valor das devoluções verificadas neste exercício em virtude de cancelamento de vendas | 600.000,00    | 13.415.900,00 |

## Lucros e Perdas

|                                   |            |              |
|-----------------------------------|------------|--------------|
| a Despesas de Vendas .....        | 295.000,00 |              |
| a Propaganda .....                | 860.000,00 |              |
| a Despesas de Administração ..... | 500.000,00 | 1.655.000,00 |

## a Lucros e Perdas

|                               |              |              |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Vendas de Produtos .....      | 1.534.100,00 |              |
| Descontos sobre Compras ..... | 195.000,00   |              |
| Rendas Diversas .....         | 110.000,00   | 1.839.100,00 |

## Lucros e Perdas

|                                       |  |           |
|---------------------------------------|--|-----------|
| a Reserva para Contas Duvidosas ..... |  | 88.000,00 |
| 5% s/ Cr\$ 1.760.000,00               |  |           |

## c) BALANÇO GERAL

## Ativo

## Disponível

|                        |            |              |
|------------------------|------------|--------------|
| Caixa .....            | 470.000,00 |              |
| Caixa da Fábrica ..... | 5.000,00   |              |
| Bancos .....           | 680.000,00 | 1.155.000,00 |

## Realizável

|                              |              |              |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Matérias-Primas .....        | 1.200.000,00 |              |
| Matérias Secundárias .....   | 550.000,00   |              |
| Produtos Manufaturados ..... | 500.000,00   |              |
| Duplicatas a Receber .....   | 1.760.000,00 |              |
| Contas Correntes .....       | 250.000,00   | 4.260.000,00 |

## Imobilizado

|                                           |              |               |
|-------------------------------------------|--------------|---------------|
| Imóveis .....                             | 3.500.000,00 |               |
| Móveis .....                              | 250.000,00   |               |
| Maquinismos .....                         | 4.800.000,00 |               |
| Máquinas e Utensílios do Escritório ..... | 180.000,00   |               |
| Instalações .....                         | 200.000,00   |               |
| Veículos .....                            | 160.000,00   |               |
| Materiais Diversos .....                  | 510.000,00   |               |
| Patentes .....                            | 400.000,00   |               |
| Imóveis — Vila Operária .....             | 450.000,00   |               |
| Títulos de Renda .....                    | 140.000,00   | 10.590.000,00 |

## Contas de Resultado Pendente

|                           |  |          |
|---------------------------|--|----------|
| Seguro de Acidentes ..... |  | 7.600,00 |
|---------------------------|--|----------|

## Contas de Compensação

|                         |              |               |
|-------------------------|--------------|---------------|
| Ações em Caução .....   | 90.000,00    |               |
| Bancos — c/Caução ..... | 1.100.000,00 | 1.190.000,00  |
|                         |              | 17.202.600,00 |

## Passivo

## Não Exigível

|                                     |               |               |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Capital .....                       | 10.000.000,00 |               |
| Lucros e Perdas .....               | 196.100,00    |               |
| Reserva Legal .....                 | 250.000,00    |               |
| Reserva Estatutária .....           | 200.000,00    |               |
| Reserva para Indenizações .....     | 460.000,00    |               |
| Fundo de Depreciação .....          | 850.500,00    |               |
| Fundo de Renovação .....            | 480.000,00    |               |
| Reserva para Contas Duvidosas ..... | 248.000,00    | 12.684.600,00 |

## Exigível

|                                          |              |              |
|------------------------------------------|--------------|--------------|
| Empréstimos Industriais .....            | 1.000.000,00 |              |
| Duplicatas a Pagar .....                 | 1.250.000,00 |              |
| Contribuição de Previdência Social ..... | 32.000,00    |              |
| Contas Correntes .....                   | 360.000,00   |              |
| Fornecedores Estrangeiros .....          | 555.000,00   | 3.197.000,00 |



## Contas de Resultado Pendente

|                         |            |  |  |
|-------------------------|------------|--|--|
| Fundo para Férias ..... | 131.000,00 |  |  |
|-------------------------|------------|--|--|

## Contas de Compensação

|                           |              |              |               |
|---------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Caução da Diretoria ..... | 90.000,00    |              |               |
| Títulos em caução .....   | 1.100.000,00 | 1.190.000,00 | 17.202.600,00 |

Em face dos elementos dados deverá o candidato, utilizando para rascunho e cálculos, as folhas em branco anexas,

a) Responder, nos locais próprios, aos quesitos a seguir formulados:

- 1 — Quais os lançamentos que evidenciam o intuito de reduzir o lucro da empresa e que somente por um exame de escrita poderiam ser descobertos?

Resposta :

- 2 — Quais os lançamentos que importam em reduzir o lucro da empresa, mas que mediante revisão da própria declaração de renda poderiam ser corrigidos ?

Resposta :

- 3 — Quais as depreciações feitas além dos limites aceitos pelo Imposto de Renda ?

Resposta :

- b) Fazer os lançamentos de correção, levantar novo balanço, calcular o imposto realmente devido pela empresa, apurar a diferença entre o imposto declarado pela empresa e o realmente devido, e apurar que imposto deverá ser pago em face do aumento de capital realizado, apresentando as respostas nos locais próprios a seguir.

Resposta :

- Lançamentos de correção
- Imposto realmente devido pela empresa
- Diferença entre o imposto declarado pela empresa e o realmente devido
- Imposto que deverá ser pago em face do aumento de capital realizado
- Novo Balanço

Esta prova teve a duração de 5 horas

## PRIMEIRA PROVA ESPECIALIZADA — SEÇÃO III

## QUESTÕES OBJETIVAS

Preencher os claros com as palavras ou expressões convenientes.

- O órgão que encaminha a prestação de contas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões ao Tribunal de Contas é \_\_\_\_\_
- Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, dentro de prazos preestabelecidos, são obrigados a remeter, diretamente, seus balanços e balancetes ao seguinte órgão: \_\_\_\_\_
- A alienação dos títulos de renda e bens imóveis dos Sindicatos só pode ser realizada mediante autorização prévia de \_\_\_\_\_

- O recolhimento do imposto sindical dos empregadores que venham a estabelecer-se depois de janeiro, efetuar-se-á \_\_\_\_\_

- As dúvidas ocorrentes no cumprimento das disposições da Portaria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio n.º 884, de 5 de dezembro de 1942, relativas ao processo de tributação, notificação e expedição de guias de recolhimento, ao tempo e forma de arrecadação e de recolhimento e à aplicação ou gestão financeira do imposto sindical, serão dirimidas pelo \_\_\_\_\_

- Os empregadores são obrigados a descontar o imposto sindical devido pelos empregados aos respectivos sindicatos, na folha de pagamento relativa ao mês de \_\_\_\_\_



7. Ocorrendo a não aprovação da proposta orçamentária de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões até 31 de dezembro de cada ano, é ela considerada —  
até a solução final pelo —
8. As dotações orçamentárias, os créditos suplementares e os extraordinários dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões perderão a vigência —  
Os créditos especiais cessam, também, nesta data, salvo —
9. Qualquer pedido de reforço de verba para o orçamento de Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões deve ser acompanhado de parecer emitido sobre a matéria pelo — ou —
10. O limite duodecimal da verba deverá ser observado exceto quanto —, cujas dotações, dentro dos seus limites, poderão ser utilizadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões na medida de suas conveniências.
11. O duodécimo da despesa, nos Orçamentos dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões poderá ser ultrapassado se houver —
12. Os balanços dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões remetidos nos termos do Decreto-lei n.º 5.570, de 10 de junho de 1943 ao — (que substituiu em matéria de previdência social o extinto —) são encaminhados posteriormente à — do Ministério da Fazenda, a fim de fazer parte da prestação de contas do Presidente da República ao Congresso Nacional.
13. A contribuição dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para o Serviço de Alimentação da Previdência Social é na base de —
14. O "Fundo Social Sindical" é gerido pela —
15. O pagamento do imposto sindical efetuado fora do prazo de recolhimento, quando espontâneo, será crescido da multa de mora de — revertendo a importância correspondente a essa multa em favor — ficando nesse caso o infrator isento de outra penalidade.
16. Da importância anual da arrecadação do imposto sindical será deduzida, em favor das entidades de grau superior, a percentagem de —, cabendo — à Federação coordenadora das categorias a que corresponderem os Sindicatos e os restantes — à respectiva Confederação.
17. As contas abaixo, do modelo oficial de Balanço Financeiro dos Sindicatos, em alguns casos, estão mal grupadas. Reproduzir a discriminação das mesmas na coluna ao lado, com as retificações cabíveis:

*Renda Tributária*

Mensalidades

*Renda Social*

Imposto Sindical  
Donativos  
Legados  
Outras Rendas

*Renda Patrimonial*

Aluguéis de Imóveis  
Aluguéis de Móveis  
Juros de Títulos  
Juros de Depósitos  
Outras Rendas

*Renda Extraordinária*

Eventuais  
Carteiras Sociais  
Distintivos

*Renda Tributária**Renda Social**Renda Patrimonial**Renda Extraordinária*

18. A prestação de contas dos Sindicatos, Federações e Confederações devem ser encaminhadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, anualmente, até 31 de março, constituindo-se de um relatório cujas peças essenciais são:

I —

II —

III —

IV —

V —

VI —



19. Um Sindicato elaborou a seguinte:

### DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO DO IMPÔSTO SINDICAL

| CÓD. | RECEITA                 | Cr\$       | CÓD. | DESPESA                                                         | Cr\$       |
|------|-------------------------|------------|------|-----------------------------------------------------------------|------------|
|      | <i>Renda Tributária</i> |            |      | <i>Contribuições Regulamentares</i>                             |            |
| 111  | Impôsto Sindical.....   | 175.000,00 | 221  | Fundo Social Sindical.....                                      | 18.750,00  |
|      |                         |            | 222  | Federação.....                                                  | 35.000,00  |
|      |                         |            | 223  | Confederação.....                                               | 26.250,00  |
|      |                         |            |      | <i>Assistência Social</i>                                       |            |
|      |                         |            | 233  | Assistência Dentária.....                                       | 600,00     |
|      |                         |            | 235  | Assistência Judiciária.....                                     | 8.000,00   |
|      |                         |            |      | <i>Outros Serviços Sociais</i>                                  |            |
|      |                         |            | 245  | Auxílio de viagem.....                                          | 3.000,00   |
|      |                         |            |      | <i>Despesas Extraordinárias</i>                                 |            |
|      |                         |            | 263  | Despesas do Impôsto Sindical.....                               | 1.500,00   |
|      |                         |            |      | <i>Depósitos</i>                                                |            |
|      |                         |            | 332  | Depósitos Bancários.<br>Banco do Brasil C/ Impôsto Sindical.... | 91.900,00  |
|      | TOTAL.....              | 175.000,00 |      | TOTAL.....                                                      | 175.000,00 |

Contador — CRC — DF n.º.....

1.º Secretário

Presidente

Quais as correções que devem ser feitas na demonstração supra ?

---



---



---



---



---

#### PROBLEMA

As contas do balancete de verificação de uma instituição de previdência social apresentaram no fim do ano os seguintes saldos: (V. pág. 106).

Tendo em vista os elementos dados, responda no lugar próprio os quesitos abaixo, fazendo antes os respectivos cálculos na fôlha em branco que se encontra a serviço.

1. Calcular as depreciações dos Bens Móveis, Instalações e de Veículos (20%) e efetuar os lançamentos respectivos.
2. Apurar os resultados dos Serviços e fazer os lançamentos transferindo os saldos positivos ou negativos para as Reservas específicas.
3. Levantar o Balanço Econômico, utilizando a conta de interferência "Resultado do Exercício" para os lançamentos de encerramento.
4. Indicar o lançamento de transferência do saldo da conta Resultado do Exercício para a conta Fundo de Garantia.
5. Levantar o Balanço Geral, grupando as contas nos seguintes títulos gerais:

Inversões, Disponibilidades, Valores Ativos em Transição, Valores a Realizar, Fundo de Garantia, Depre-

ciações Acumuladas, Exigibilidades, Valores Passivos em Transição e Reservas dos Serviços Anexos.

#### 6. Calcular os índices percentuais:

- a) das despesas de pessoal da Administração Geral em função da contribuição dos segurados — mensalidades;
- b) das despesas de cada Serviço em função das receitas respectivas.

Esta prova teve a duração de 5 horas

#### PROVA DE CONTABILIDADE

1. Dar, no espaço próprio a seguir, os lançamentos na escrituração de uma indústria manufatureira, das seguintes operações por ela efetuadas:

— Compra de matéria-prima, com pagamento em cheque:

---



---

— Passagem de matéria-prima e de ingredientes para a sala de máquinas ou de transformação:

---



---

— Pagamento de salários de operários:

---



---

— Passagem do produto acabado para a Seção de Vendas:

---



---



| CONTAS                                          | SALDOS         |                |
|-------------------------------------------------|----------------|----------------|
|                                                 | DEVEDORES      | CREDITORES     |
| Despesas do Serviço Imobiliário.....            | 2.400.000,00   |                |
| Prédios Residenciais para venda.....            | 35.000.000,00  |                |
| Contribuição para o S. A. P. S.....             | 1.600.000,00   |                |
| Reserva do Serviço de Seguros.....              |                | 900.000,00     |
| Dividendos do Exercício.....                    |                | 300.000,00     |
| Bens Imóveis Edificados.....                    | 40.000.000,00  |                |
| Pessoal da Administração Geral.....             | 7.200.000,00   |                |
| Contribuição dos Segurados — Mensalidades.....  |                | 48.000.000,00  |
| Fundo de Garantia.....                          |                | 127.046.000,00 |
| Pensões.....                                    | 10.200.000,00  |                |
| Tesouraria Numerário.....                       | 640.000,00     |                |
| Juros de Títulos.....                           |                | 1.200.000,00   |
| Despesas do Serviço de Empréstimos simples..... | 1.400.000,00   |                |
| Insubstituições Passivas.....                   |                | 10.000,00      |
| Inversões a Pagar.....                          |                | 3.350.000,00   |
| Terrenos.....                                   | 8.000.000,00   |                |
| Comissões Bancárias.....                        | 20.000,00      |                |
| Benefícios não reclamados.....                  |                | 320.000,00     |
| Juros de mora.....                              |                | 700.000,00     |
| Fundos em Transferência.....                    | 100.000,00     |                |
| Material da Administração Geral.....            | 250.000,00     |                |
| Reserva do Serviço Imobiliário.....             |                | 3.400.000,00   |
| Juros de Capitais Aplicados.....                |                | 6.000.000,00   |
| Empréstimos Hipotecários.....                   | 38.000.000,00  |                |
| Contribuição dos Empregados.....                |                | 48.500.000,00  |
| Depósitos Bancários de Movimento.....           | 70.000.000,00  |                |
| Internações Hospitalares.....                   | 3.000.000,00   |                |
| Vefículos.....                                  | 530.000,00     |                |
| Receitas do Serviço de Seguros.....             |                | 1.700.000,00   |
| Indenizações por serviços prestados.....        |                | 170.000,00     |
| Superveniências Ativas.....                     | 4.000,00       |                |
| Auxílio doença.....                             | 1.800.000,00   |                |
| Depósitos em liquidação.....                    | 450.000,00     |                |
| Instalações.....                                | 250.000,00     |                |
| Depreciações acumuladas.....                    |                | 490.000,00     |
| Aluguéis.....                                   | 150.000,00     |                |
| Contribuições dos Segurados — Jóias.....        |                | 500.000,00     |
| Bens móveis.....                                | 350.000,00     |                |
| Publicidade.....                                | 12.000,00      |                |
| Títulos da Dívida Pública.....                  | 45.000.000,00  |                |
| Receitas do Serviço de Empréstimos Simples..... |                | 1.850.000,00   |
| Seguros contra fogo.....                        | 20.000,00      |                |
| Adiantamentos por conta de terceiros.....       | 60.000,00      |                |
| Aposentadorias Compulsórias.....                | 3.500.000,00   |                |
| Despesas Patrimoniais a pagar.....              |                | 800.000,00     |
| Reserva do Serviço de Empréstimos Simples.....  |                | 750.000,00     |
| Responsabilidades em apuração.....              | 25.000,00      |                |
| Contribuição da União.....                      |                | 48.500.000,00  |
| Despesas do Serviço de Seguros.....             | 1.600.000,00   |                |
| Empregadores — contribuições a recolher.....    | 14.000.000,00  |                |
| Exigibilidades diversas.....                    |                | 1.700.000,00   |
| Combustíveis e Lubrificantes.....               | 15.000,00      |                |
| Receitas do Serviço Imobiliário.....            |                | 2.200.000,00   |
| Vencimentos não reclamados.....                 |                | 190.000,00     |
| Almoxarifado.....                               | 650.000,00     |                |
| Receitas diversas.....                          |                | 80.000,00      |
| Aposentadorias Especiais.....                   | 2.000.000,00   |                |
| Responsabilidades diversas.....                 | 130.000,00     |                |
| Juros de Depósitos.....                         |                | 4.700.000,00   |
| Depósitos a prazo fixo.....                     | 15.000.000,00  |                |
| SOMA.....                                       | 303.356.000,00 | 303.356.000,00 |

— Venda do produto, a prazo, com a transferência do lucro para conta própria:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rascunho:

2. De acôrdo com as normas de contabilidade de custo de uma indústria, por cada unidade produzida o maquinismo é depreciado em um determinado valor.

Dar, no espaço próprio a seguir, o lançamento ou os lançamentos de registro dêsse valor, após a produção da unidade.

Lançamento ou lançamentos:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. A firma Santos & Cia. depositou uma partida de mercadorias no valor de Cr\$ 100.000,00 em uma Companhia de Armazéns Gerais. De posse do "War-



rant" levantou um empréstimo de Cr\$ 70.000,00 em um Banco, a 90 dias, a 9% ao ano. No dia do vencimento resgatou o referido "Warrant" e vendeu a mercadoria por Cr\$ 120.000,00.

Os lançamentos das referidas operações, na firma Santos & Cia., foram os seguintes:

— pelo depósito da mercadoria.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pelo levantamento do empréstimo

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pelo resgate do empréstimo

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pela venda da mercadoria

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rascunho e cálculo:

.....

.....

4. A firma Souza e Neves, do Rio de Janeiro, enviou à firma Castro e Mota, de São Paulo, uma partida de mercadorias, em consignação. A referida partida custou à firma Souza e Neves Cr\$ 200.000,00. As firmas comitente e consignatária pagaram de frete e carrêto, pela consignação em referência, Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 1.000,00, respectivamente. A consignação foi vendida à vista pelo preço de Cr\$ 250.000,00, havendo sido cobrada a comissão ajustada de 3%. O líquido produto foi enviado à firma Souza & Neves, que o recebeu. Os lançamentos nas firmas foram os seguintes:

na firma Souza & Neves

— pela remessa da consignação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pelo pagamento à vista dos frete e carrêto

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pelo recebimento do líquido produto

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pela apuração e transferência, para conta própria, do lucro ou do prejuízo havido na venda da consignação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

na firma Castro & Mota

— pelo recebimento da consignação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pelo pagamento dos frete e carrêto

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pela venda da consignação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pela cobrança da comissão

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

— pela remessa do líquido produto

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rascunho e cálculos:

.....

.....

5. O Banco Almeida abriu à firma Medeiros & Silva, no dia 1.º de janeiro, um crédito de Cr\$ 500.000,00, mediante a entrega por esta das seguintes duplicatas de sua emissão:

| n.º | valor-Cr\$ | vencimento | aceitante         |
|-----|------------|------------|-------------------|
| 1   | 200.000,00 | 15/3       | Costa & Cia.      |
| 2   | 350.000,00 | 30/4       | Venâncio & Santos |
| 3   | 50.000,00  | 10/5       | Cunha & Lopes     |

A firma Medeiros & Silva efetuou os seguintes saques:

de Cr\$ 150.000,00, no dia 2 de janeiro  
de Cr\$ 50.000,00, no dia 25 de janeiro  
de Cr\$ 200.000,00, no dia 20 de fevereiro  
de Cr\$ 50.000,00, no dia 25 de março

Nos dias dos vencimentos, o Banco cobrou as duplicatas mediante a comissão de 3%, liquidando a operação e transferindo, ao final, o saldo em favor de Medeiros & Silva para uma conta corrente à vista. Os juros combinados entre as partes foram de 10% ao ano em favor do Banco e de 3% ao ano em favor de Medeiros & Silva.

Os lançamentos no Banco e na firma foram os seguintes:

— no Banco Almeida (citar os valores)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rascunho e cálculos:

— na firma Medeiros & Silva (citar os valores)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rascunho e cálculos:

#### PROBLEMAS

1. A Sociedade Anônima Agrícola e Pastoril levantou em 1.º de julho um empréstimo, no Banco Hipotecário do Vale do Paraíba, de Cr\$ 1.000.000,00, dando em garantia uma fazenda avaliada em Cr\$ 2.500.000,00. Os juros foram contratados a 10% ao ano, obrigando-se o devedor ao pagamento, no 1.º dia de cada mês da prestação mensal de Cr\$ 10.000,00 de juros e amortização, conforme Tabela Price.

Calcule os valores a serem pagos, de juros e de amortização, isoladamente, no 1.º dia dos meses de agosto,



setembro, outubro, novembro e dezembro e preencha o quadro a seguir:

| VENCIMENTO           | JUROS<br>Cr\$ | AMORTI-<br>ZAÇÃO | TOTAL<br>Cr\$ |
|----------------------|---------------|------------------|---------------|
| 1.º de agosto.....   | —             | —                | 10.000,00     |
| 1.º de setembro..... | —             | —                | 10.000,00     |
| 1.º de outubro.....  | —             | —                | 10.000,00     |
| 1.º de novembro..... | —             | —                | 10.000,00     |
| 1.º de dezembro..... | —             | —                | 10.000,00     |

Dar, a seguir, os lançamentos de registro das operações no Banco e na sociedade anônima:

— NO BANCO

— pelo recebimento da garantia

— pela entrega do empréstimo

— pelo recebimento da 1.<sup>a</sup> prestação

— NA SOCIEDADE ANÔNIMA

— pela concessão da garantia

— pelo recebimento do empréstimo

— pelo pagamento da 1.<sup>a</sup> prestação

*Rascunho e cálculos:*

2. Em 31 de dezembro de 1952, a firma Cardoso & Oliveira, constituída dos sócios Hélio Cardoso e

*Firma Cardoso & Oliveira*  
— *Balancete de Verificação*  
(retificado)

Contas

Total

— Demonstração de Lucros e Perdas

Débito

CrS

Orlando Oliveira, com participação igual no capital social, apresentava a seguinte situação:

## Contas

*Saldo*s — Cr\$

|                               |            |
|-------------------------------|------------|
| Capital . . . . .             | 100.000,00 |
| Aluguéis Pagos . . . . .      | 20.000,00  |
| Caixa . . . . .               | 40.000,00  |
| Credores Diversos . . . . .   | 60.000,00  |
| Depósitos em Bancos . . . . . | 50.000,00  |
| Mercadorias . . . . .         | 120.000,00 |
| Comissões Recebidas . . . . . | 30.000,00  |
| Imóveis . . . . .             | 200.000,00 |
|                               | <hr/>      |
|                               | 620.000,00 |

enquanto que a firma Fernandes & Breves, constituída dos sócios Vinícios Fernandes e José Breves, com 40% e 60% do capital social respectivamente, apresentava a seguinte:

## Contas

*Saldo* — Cr\$

|                               |            |
|-------------------------------|------------|
| Capital . . . . .             | 400.000,00 |
| Móveis e Utensílios . . . . . | 40.000,00  |
| Imóveis . . . . .             | 200.000,00 |
| Devedores Diversos . . . . .  | 30.000,00  |
| Caixa . . . . .               | 50.000,00  |
| Comissões Pagas . . . . .     | 20.000,00  |
| Mercadorias . . . . .         | 90.000,00  |
| Aluguéis Recebidos . . . . .  | 30.000,00  |
|                               | <hr/>      |
|                               | 860.000,00 |

Na mesma data, os sócios resolveram fazer a fusão das sociedades, sob as seguintes condições:

- a) que a nova sociedade giraria sob a razão social de Cardoso, Oliveira, Fernandes & Cia.;
- b) que as sociedades existentes fôsem extintas naquela data, apurando-se os haveres de cada sócio;
- c) que a participação de cada sócio na nova sociedade fôsse pelo justo valor de seus haveres nas sociedades extintas; e
- d) que os compromissos das sociedades extintas para com terceiros, bem como os Ativos das mesmas fôsem transferidos, pelos valores escriturais, à nova sociedade, em pagamento da subscrição de capital dos sócios.

Considerando que, no dia mencionado, eram os seguintes os estoques de mercadorias:

|                          |                 |
|--------------------------|-----------------|
| Cardoso & Oliveira ..... | Cr\$ 100.000,00 |
| Fernandes & Breves ..... | Cr\$ 90.000,00  |

responder aos quesitos a seguir apresentados, com relação às firmas Cardoso & Oliveira e Cardoso, Oliveira, Fernandes & Companhia:

### *Saldo Devedores*

### *Saldo Credores*

CrS

Cr\$

## Crédito

CrS



- lançamentos de transferência do Ativo e do compromisso para a nova sociedade e de dissolução do capital (citar os valores)

Rascunho:

*Firma Cardoso, Oliveira, Fernandes & Cia.*

- lançamento ou lançamentos de constituição de capital (citar os valores)

- lançamentos de transferência do Ativo e dos compromissos de Fernandes Breves (citar os valores)

3. Uma sociedade anônima, no dia 31 de dezembro de 1952, apresentou o seguinte demonstrativo:

*Unidade: milhar de cruzeiros*

| Contas                                   | Saldos       |
|------------------------------------------|--------------|
| Capital . . . . .                        | 1.000        |
| Contas a Pagar . . . . .                 | 100          |
| Imóveis . . . . .                        | 300          |
| Matéria-Prima . . . . .                  | 200          |
| Caixa . . . . .                          | 50           |
| Juros Pagos . . . . .                    | 20           |
| Depósitos em Bancos . . . . .            | 400          |
| Fundo de Reserva . . . . .               | 40           |
| Salários . . . . .                       | 50           |
| Ações em Caução . . . . .                | 100          |
| Encargos Sociais Pagos . . . . .         | 10           |
| Fundo de Depreciação . . . . .           | 40           |
| Comissões Pagas . . . . .                | 30           |
| Produtos Vendidos . . . . .              | 700          |
| Caução da Diretoria . . . . .            | 100          |
| Impostos Pagos . . . . .                 | 20           |
| Despesas de Promoção de Vendas . . . . . | 10           |
| Títulos a Receber . . . . .              | 120          |
| Honorários . . . . .                     | 40           |
| Juros Recebidos . . . . .                | 5            |
| Recuperação de Despesas . . . . .        | 15           |
| Ingredientes . . . . .                   | 40           |
| Maquinaria . . . . .                     | 600          |
|                                          | <u>3.990</u> |

Na mesma data não havia estoque de produtos, de matéria-prima e de ingredientes.

Considerando o exposto e mais:

- a) que, de conformidade com os Estatutos, a cota destinada ao Fundo de Reserva é de 5% sobre o lucro líquido;

- b) que a cota de depreciação a ser constituída é de Cr\$ 60.000,00;
- c) que a Diretoria tem uma participação nos lucros, na base de 2%, e
- d) que os empregados a têm, na base de 10% responder aos seguintes quesitos:

1. O lucro do exercício industrial foi de Cr\$..... assim demonstrado:

*elementos positivos:*

\_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_

*elementos negativos*

\_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_

2. O lucro geral da sociedade foi de Cr\$..... devendo-se considerar mais os seguintes:

*elementos positivos:*

\_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_

*elementos negativos:*

\_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_

3. O lucro geral referido no quesito anterior teve a seguinte distribuição:

\_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_

4. As imobilizações da sociedade somavam Cr\$..... assim constituídas:

\_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Cr\$ \_\_\_\_\_

5. O índice de rentabilidade do capital foi de \_\_\_\_\_

6. O índice de liquidez financeira imediata era de \_\_\_\_\_

7. O "patrimônio líquido" da sociedade era de Cr\$.... assim apurado:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## Questões apresentadas no Concurso para Arquivista do S. P. F. — C. 267

*Esta prova teve a duração de 3 horas*

PORTUGUÊS

*Parte I: Questões objetivas*

I — Preencha o espaço com o mesmo adjetivo em sua devida forma:

1. Tecido pardo-escuro, fazendas \_\_\_\_\_.
2. Papel côr-de-rosa, tintas \_\_\_\_\_.
3. Tratado ítalo-brasileiro, convenção \_\_\_\_\_.

4. Papel azul-marinho, tintas \_\_\_\_\_.

5. Festival artístico-literário, reuniões \_\_\_\_\_.

II — Ponha, quando necessário, o acento de crase no a(s), *aquela(s)*, *aqueloutro(s)*, *aqueloutra(s)*:

1. A medida que corria o tempo, íamo-nos adaptando as novas condições de vida.
2. Gostamos de assistir a disputas, mas sempre a prudente distância.



3. Requisito a V.S.<sup>a</sup> aquela importância para ocorrer aquela outra despesa já referida.
4. A funcionária daquele Ministério a qual aludimos aquela época dirigia-se a Lisboa.
5. As especificações são idênticas as que lhe remeterei a uma hora, em ponto.

III — Reproduza as frases abaixo, nelas substituindo as palavras sublinhadas pelo pronome pessoal átono adequado (*o, lo, no*); nas frases em que houver forma pronominal objetiva indireta, faça a combinação conveniente.

1. Restitui-lhe os processos.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Teríamos aplaudido o orador.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. O Diretor não vos perdoará a falta.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Cumpristes o dever.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Relatar-lhes-ei os acontecimentos.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

IV — Realize a concordância do verbo entre parênteses sempre no tempo presente do modo indicativo:

1. Três meses \_\_\_\_\_ fazer que não vou a Petrópolis.
2. Já que \_\_\_\_\_ por bem aprovar a indicação de haver meu nome para o cargo, muito vos agradeço.
3. Alguns de vós \_\_\_\_\_ melhores oportunidades merecer na vida.
4. Qual de nós \_\_\_\_\_ daquele parecer? discordar
5. Perto de oitocentos arquivistas \_\_\_\_\_ provas. fazer

V — Mude as seguintes frases para o imperativo afirmativo, mantendo, porém, o tratamento usado:

1. Não vos desavenhais com Carlos.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Não desfaças aquêlê acôrdo.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Nunca te suponhas o mais dedicado ao bem do próximo.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Não te abstenhas do uso daquele medicamento.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Não vos vades embora tão cedo.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

VI — Complete as frases com o verbo no tempo e modo convenientes:

1. Embora \_\_\_\_\_ (admirar) contratempo, não vos \_\_\_\_\_ (deixar) abater tão facilmente.
2. No caso de \_\_\_\_\_ (sobrevir) novos protestos, \_\_\_\_\_ (prover) êles donde \_\_\_\_\_ (prover), procedamos com a mesma serenidade e altivez.
3. Todos esperam que \_\_\_\_\_ (insistir) na realização de vossos propósitos tão altruísticos.

VII — Preencha o espaço em branco com o relativo conveniente, fazendo-o preceder-se, quando necessário, da preposição adequada:

1. Desconhecemos, ainda, as razões \_\_\_\_\_ êle se demitiu.
2. Conheço a pessoa \_\_\_\_\_ passeavas ontem.
3. E' notável o plano \_\_\_\_\_ realização tanto contribuíste.
4. Não puderam resistir as fortalezas da cidade \_\_\_\_\_ se atiravam furiosamente as hostes inimigas.
5. Gostamos muito da obra \_\_\_\_\_ nome exato te esqueces, agora, mas \_\_\_\_\_ leitura tanto apreciaste.

VIII — Preencha os parênteses da 1.<sup>a</sup> coluna com os números da segunda, tendo em vista a significação das palavras.

- |                    |                                    |
|--------------------|------------------------------------|
| ( ) extranumerário | ( 1 ) bem-estar                    |
| ( ) expropriar     | ( 2 ) sarcófago                    |
| ( ) metamorfose    | ( 3 ) compaixão                    |
| ( ) congregar      | ( 4 ) reforçar, afirmar, ratificar |
| ( ) auferir        | ( 5 ) suposição                    |
| ( ) corroborar     | ( 6 ) levar proveito de            |
| ( ) hipótese       | ( 7 ) tirar a propriedade de       |
| ( ) simpatia       | ( 8 ) reunir na mesma grei         |
| ( ) euforia        | ( 9 ) fora do número               |
| ( ) carnívoro      | ( 10 ) mudança de forma            |

IX — Preencha os parênteses da 1.<sup>a</sup> coluna com o número conveniente da segunda, tendo em vista a equivalência de sentido dos prefixos.

- |           |              |
|-----------|--------------|
| ( ) dia   | ( 1 ) bene   |
| ( ) hipo  | ( 2 ) circum |
| ( ) hiper | ( 3 ) ante   |
| ( ) anti  | ( 4 ) trans  |
| ( ) hemi  | ( 5 ) male   |
| ( ) dis   | ( 6 ) contra |
| ( ) peri  | ( 7 ) semi   |
| ( ) eu    | ( 8 ) super  |
| ( ) metá  | ( 9 ) sub    |
| ( ) pro   | ( 10 ) per   |

X — Em cada período, abaixo, há somente dois erros. Sublinhe, primeiramente, as palavras ou expressões erradas, e escreva, em seguida, as correções, uma em cada linha:

1. Conto consigo para reabilitar-me, pois só de si posso esperar auxílio.
2. Teria me espantado de teu procedimento, se te mantesses intransigente naquela questão.
3. Moro à Avenida Atlântica, porém prefiro mais São Paulo do que o Rio.



4. Quisérámos poder perdoá-lo, mas êle não merece que se o perdoe.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
5. Esqueci dê cientificar a V. S.<sup>a</sup> de que o expediente já lhe foi remetido.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
6. Chegando eu na repartição X, não pude ser logo atendido, porque haviam lá poucos funcionários.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
7. Foram adotadas medidas de modo a sanar as dificuldades que surgiram entre ela e eu.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## Parte II — Redação de cinco resumos.

Leia cada texto, a seguir, e reproduza, mentalmente, em linhas gerais, o seu conteúdo. Em seguida, (com redação própria) *transcreva a síntese mental* de cada um deles.

### 1.º texto :

Senhor Presidente:

Movimento de grande satisfação patriótica e digno do maior aprêço é êste de se erguer um monumento que simbolize a expressão humana e a unidade espiritual da Juventude Brasileira.

2. São as próprias crianças e adolescentes que se põem à frente dêste empreendimento.

3. Da sua modesta mas numerosa contribuição é que provirão os frutos destinados à obra estando já arrecadada uma quantia superior a cem contos de réis.

4. Vossa Excelência manifestou o propósito de que o Governo Federal ofereça um auxílio financeiro que contribua para maior relêvo do monumento projetado. Para fixar, segundo o desejo de Vossa Excelência, a importância dêsse auxílio, é que tenho a honra de submeter à sua consideração o incluso projeto de decreto-lei.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e cordial respeito.

Gustavo Capanema, Ministro

### 2.º texto :

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Êste Departamento tem observado a facilidade com que alguns chefes de serviço cancelam, por iniciativa própria, as penalidades impostas aos funcionários, alegando os mais variados e improcedentes motivos, tais como o afastamento do cargo de direção, a comemoração de uma data histórica ou de regozijo popular, e outros de igual valia.

2. Os jornais divulgaram, há pouco tempo, a portaria expedida pelo funcionário Sebastião Cavalcanti que, dispensado, a pedido, da função de delegado fiscal no Estado da Bahia, resolveu cancelar tôdas as penalidades que havia aplicado a funcionários.

3. E' evidente que tal critério não deve prevalecer.

4. As penalidades sômente devem ser aplicadas após maduro, consciencioso e sereno exame da sua legitimidade e razão de ser.

5. Depois de impostas não se justifica a supressão, a título de magnanimidade, pelas autoridades administrativas, mesmo porque o exercício do direito de graça é prerrogativa constitucional do Presidente da República.

6. Além disso, já se firmou, com a aprovação de Vossa Excelência, a interpretação de que os boletins de merecimento, depois de produzirem os necessários efeitos, não podem sofrer alteração.

7. Assim sendo, o cancelamento gracioso de penalidade contraria a norma estabelecida, pois nos boletins de merecimento são consignados pontos negativos, correspondentes a penalidades em que tenha incorrido o funcionário.

8. Por outro lado, os assentamentos individuais devem revestir-se de firmeza que não se coaduna com a possibilidade de repetidas alterações, resultantes de cancelamentos injustificados de notas já registradas.

9. Nestas condições, êste Departamento tem a honra de propor a Vossa Excelência que, sôbre o assunto, fique estabelecido o seguinte critério: as penalidades impostas aos funcionários só poderão ser canceladas, nos casos de pedido de reconsideração de despacho e de recurso, interposto no prazo legal e provido pela autoridade competente, ou quando se apurar em processo regular, independente de pedido, a injustiça ou a ilegalidade da punição.

### 3.º texto :

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submeteu Vossa Excelência à apreciação dêste Departamento o anexo processo em que o Aeroclube do Brasil, alegando manter

"inteiramente subvencionado pelo Governo e, portanto, de reconhecida utilidade pública, um curso de monitores de pilotagem",

no qual foi classificado Sílvia Niemeyer Barreiro Cravo, escriturário, classe E, interino, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, solicitou aquêlê Ministério seja o aludido funcionário pôsto à sua disposição pelo prazo de quatro meses, sem prejuízo de seu vencimento, a fim de que possa freqüentar tôdas as aulas, ponderando, afinal,

"que não se trata de uma exceção, pois existem precedentes relativamente a outros Ministérios, entre os quais o da Justiça".

2. O Ministério do Trabalho, desejando atender ao pedido, resolveu, então, solicitar a Vossa Excelência a necessária autorização, de acôrdo com o art. 35 do Estatuto dos Funcionários.

3. O dispositivo citado, *verbis*,

"Nenhum funcionário poderá ter exercício em serviço ou repartição diferente daquela em que estiver lotado, salvo os casos previstos neste Estatuto ou prévia autorização do Presidente da República",

não se aplica ao caso em aprêço, visto não ser o Aeroclube do Brasil uma repartição ou serviço público, mas uma sociedade civil, embora reconhecida de "utilidade pública", circunstância essa que lhe não altera a personalidade jurídica.

4. Acresce a circunstância de que se trata de um funcionário interino, que não pode ser pôsto à disposição porque, como já esclareceu êste Departamento na exposição de motivos n.º 2.201, de 9 de novembro de 1939, que Vossa Excelência houve por bem aprovar,



"Se ao ocupante interino de um cargo fôr permitido afastar-se do mesmo, não haverá, logicamente, justificativa para o seu provimento".

5. Este Departamento adianta, ainda, que não tem conhecimento dos precedentes salientados pelo Aeroclube do Brasil, pois, se tivesse sido ouvido, manifestar-se-ia contrariamente, à falta de amparo legal.

6. Nestas condições, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o anexo pedido e de opinar contrariamente ao seu atendimento, à vista das razões expostas, encaminhando-se o processo ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para os fins devidos.

#### 4.º texto :

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O Ministério da Educação e Saúde submeteu à apreciação deste Departamento o anexo processo em que a diretoria da Escola Nacional de Música propõe seja criada a função gratificada de secretário daquela Escola.

2. Justificando a proposta, alega a mencionada diretoria que, por serem imprescindíveis à administração, as funções de secretário vêm sendo desempenhadas, alternadamente, por funcionários lotados naquela Escola, sem qualquer vantagem, a partir de abril de 1937, por ocasião do falecimento do seu titular efetivo.

3. Cumpre esclarecer, ainda, que o referido cargo foi suprimido pelo Decreto n.º 4.011, de 6 de maio de 1939, publicado no "Diário Oficial" do dia 10 de igual mês e ano.

4. Nestas condições, este Departamento, atendendo às necessidades do serviço, tem a honra de submeter à consideração e assinatura de Vossa Ex-

celência o anexo projeto de decreto-lei, criando a função gratificada de secretário da Escola Nacional de Música do Quadro I — 1.ª Região — do Ministério da Educação e Saúde, e de opinar pelo encaminhamento do processo àquele Ministério, para ser arquivado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Luiz Simões Lopes, Presidente

— Assinado Decreto-lei n.º 2.533. Em 23-8-40.

("Diário Oficial" de 26-8-40).

#### 5.º texto :

A Secretaria-Geral do Ministério da Guerra consulta este Departamento sobre os salários dos extra-numerários amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quando licenciados por motivo de doença comum, por motivo de gestação e em virtude de doença em pessoa de sua família.

2. Esta Divisão é de parecer que, enquanto não fôr regulamentado o referido artigo das Disposições Transitórias, é de aplicar-se ao pessoal extra-numerário, tanto para a hipótese em tela, como para quaisquer outras que venham a surgir, a sua legislação específica.

3. Com este parecer, restituo o processo à S.G.M.G.

D.P., em 19 de março de 1947.

Astério Dardeau Vieira, Diretor de Divisão.

## Questões apresentadas na Prova de Habilitação para Auxiliar Administrativo do S.P.F. — P.H. 2.080

Esta prova teve a duração de 4 horas

### PORTUGUÊS

#### I — Redação

O Senhor Presidente da República submeteu a estudo do D.A.S.P. a petição abaixo:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Nelson de Almeida, datilógrafo, classe E, do Q.P. do Ministério da Justiça e Negócios Interiores vem respeitosamente solicitar a Vossa Excelência que determine ao D.A.S.P. faça a sua transferência para igual classe da carreira de escriturário do mesmo Quadro e Ministério, independentemente de qualquer exigência legal.

2. Como Vossa Excelência pode facilmente comprovar, o peticionário, na carreira em que se encontra, não tem mais qualquer possibilidade de acesso, visto que já lhe atingiu a última classe.

3. A transferência que ora pleiteia, portanto, representa a única maneira possível para que possa melhorar, de futuro, a sua situação funcional.

Esperando as providências certas de Vossa Excelência, o peticionário confia em que se lhe faça

Justiça.

Rio de Janeiro, em 12 de março de 1953. — Nelson de Almeida".

— Na qualidade de Auxiliar-Administrativo, lotado na Divisão do Pessoal do D.A.S.P., o candidato vai examinar a petição de Nelson de Almeida e, após, redigir a Exposição de Motivos que será enviada ao Sr. Presidente da República.

Ao elaborar a referida exposição, obedeça aos seguintes itens:

a) faça um breve histórico do pedido formulado pelo interessado;

b) mostre que a transferência de carreira é matéria, em princípio, disciplinada pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis da União;



c) saliente que, por lei, a transferência de uma para outra carreira de denominação diversa fica condicionada à habilitação em concurso público;

d) dê relêvo ao fato de que o signatário da petição é passível de ser punido não só por ter-se dirigido diretamente ao Sr. Presidente da República, como também por pleitear a concessão de favor (ver parte final do item 1 da petição) em flagrante atrito com o texto da lei;

e) expresse que a observância das normas legais e regulamentares é um dos deveres do funcionário público;

f) exponha que o instituto da *Transferência* não é auto-aplicável e que o D.A.S.P. lhe está estudando a regulamentação; e

g) apresente, se quiser, outros fundamentos, sempre com clareza e objetividade, e opine, finalmente, pelo desatendimento à pretensão do interessado e conseqüente arquivamento do processo.

#### ATENÇÃO

A omissão de qualquer dos itens acima importará perda de pontos. Procure, tanto quanto possível, evitar o emprego de palavras ou de expressões que se vêm usando aqui.

Observe, ainda, as seguintes instruções:

1. faça a redação definitiva na folha de almaço;
2. use o tratamento conveniente;
3. faculte-se o rascunho;
4. escreva, no mínimo, 25 linhas, excluía a invocação e o fecho;
5. empregue, com propriedade, a invocação — *Excelentíssimo Senhor Presidente da República* — e use o fecho de praxe — *Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito*;
6. assine a prova com a expressão *Diretor-Geral*. Não use qualquer nome, pois, se o fizer, a sua prova será anulada; e
7. seja circunspecto no redigir, atente para a correta acentuação e para as regras da ortografia oficial.

Faça aqui a redação definitiva.

---

---

---

---

---

---

---

---

#### II — Questões Objetivas

##### OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

Qualquer resposta com excesso ou deficiência de acentos será considerada errada, para fins de julgamento

No grupo de palavras à esquerda, há cinco erradas. Observando, rigorosamente, a ordem em que se encontram tais palavras, reproduza-as, corretas, nas linhas à direita.

- |               |          |
|---------------|----------|
| impecilho     | 1. _____ |
| maisená       | 2. _____ |
| casimira      | 3. _____ |
| dispendir     | 4. _____ |
| improvisar    | 5. _____ |
| deslize       |          |
| maciço        |          |
| dessassossêgo |          |
| exceção       |          |
| beneficiência |          |
| civilização   |          |
| rejeitar      |          |
| abalizado     |          |
| extensão      |          |
| cumieira      |          |

Pluralize as palavras abaixo:

- |                     |                        |
|---------------------|------------------------|
| 6. débil: _____     | 7. cônsul-geral: _____ |
| 8. revólver: _____  | 9. fabril: _____       |
| 10. assessor: _____ | 11. cidadão: _____     |

A seguir, o candidato encontrará períodos certos e períodos errados, no que respeita à colocação pronominal. Nas linhas apropriadas, repita os que estiverem certos e transcreva, corretos, os que estiverem errados. *Não faça, porém, nenhuma alteração que não seja a indispensável.*

12. Convém se iniciarem os debates.

---

---

---

13. Urge façam-se as nomeações.

---

---

---

14. Tendo explicado-lhe as lições, saiu.

---

---

---

15. Como fazer-se o concurso?

---

---

---

16. O veleiro ia-se aproximando vagarosamente.

---

---

---

Escreva, nos espaços convenientes, o imperativo afirmativo dos verbos abaixo. Dê apenas as segundas pessoas e não use os pronomes sujeitos.

| Singular              | Plural    |
|-----------------------|-----------|
| 17. ir-se: _____      | 18. _____ |
| 19. apossar-se: _____ | 20. _____ |
| 21. avir-se: _____    | 22. _____ |
| 23. rir-se: _____     | 24. _____ |

Nas linhas que se seguem, conjugue o verbo *DEPÔ-LO*, no condicional, usando a interposição do pronome.

- |           |
|-----------|
| 25. _____ |
| 26. _____ |
| 27. _____ |
| 28. _____ |
| 29. _____ |
| 30. _____ |

Nas orações que se seguem, mude os verbos da voz ativa para a passiva. Conserve-os no mesmo modo e tempo. *Modifique apenas os elementos oracionais que forem necessários.*

31. Carlos Guilherme Scheele, químico alemão, descobriu o oxigênio, o cloro, o manganês e a glicerina.

---

---

---

32. Instruir-vos-ei na próxima quinta-feira.

---

---

---

33. Deus te salvará, meu filho!

---

---

---

34. Apanhei-te em falta.

---

---

---

35. Samuel Morse inventou o telégrafo em 1872.

---

---

---

A seguir, o candidato encontrará períodos certos e períodos errados, no que se refere à concordância. Nas linhas apropriadas, repita os que estiverem certos e transcreva, corretos, os que estiverem errados. *Não faça, porém, nenhuma alteração que não seja a indispensável.*

36. Um e outro técnicos são excelentes.

---

---

---



37. Quer-se anular as provas.

---



---

38. E' notável escritor, ainda que se lhe queira negar os foros de clássico.

---



---

39. Morreram perto de mil soldados.

---



---

40. Nem eu, nem tu, nem ela, nem qualquer outra pessoa poderíamos responder mais.

---



---

41. A instabilidade e incerteza do governo trazia Roma em constante exaltação.

---



---

42. Qual de vós outros, cavalheiros, duvidareis um momento?

---



---

43. Mais de um político se descompôs.

---



---

Abaixo o candidato encontrará períodos certos e períodos errados, respectivamente à regência. Nas linhas apropriadas, repita os que estiverem certos e transcreva, corretos, os que estiverem errados. *Não faça, porém, qualquer alteração que não seja a indispensável.*

44. Não posso afrontar às privações.

---



---

45. O nome de Rui vinculou-se nos tribunais.

---



---

46. Ninguém zelaria o seu bom nome mais do que eu.

---



---

47. Não me posso ombrear com você.

---



---

48. Recuso-me a compartilhar dos vossos planos.

---



---

49. Não tememos de enfrentar o perigo.

---



---

50. Não me posso simpatizar com aquele homem.

---



---

51. Os juros do empréstimo não excedem a 8%.

---



---

Redija uma oração, simples ou composta, com os grupos de palavras seguintes. Note que essas palavras *devem aparecer na ordem em que são propostas*. Não serão consideradas aquelas que não obedecerem a prescrição. O candidato, no entanto, tem inteira liberdade para introduzir quaisquer outras palavras que lhe ocorrerem. Qualquer erro, seja de que tipo fôr, será punido rigorosamente. Uma das questões já se encontra resolvida a título de exemplificação.

a) concurso b) realizar-se c) amanhã

*Solução:*

*O concurso deve realizar-se amanhã*

*Prossiga:*

52. a) médico b) assistir c) enfermo

---



---

53. a) diretor b) anuirá c) baixar

---



---

54. a) podemos b) aspirar c) cargo

---



---

55. a) lícito b) contravir c) regulamentar (adj.)

---



---

Preencha os parênteses da coluna A com os números da coluna B, que convierem, conforme a natureza da oração subordinada.

A

56. ( ) Logo que Carlos chegou, saí.  
 57. ( ) Não compareci à seção visto que estava doente.  
 58. ( ) E' necessário que ganhes.  
 59. ( ) O funcionário que se aperfeiçoa merece louvores.  
 60. ( ) Recomendo-te que faças o ofício.  
 61. ( ) Não te aconselho a que respondas.  
 62. ( ) Ainda que não vás, eu vou.  
 63. ( ) Dei-lhe a esmola a fim de que êle fôsse embora.

B

- ( 1) Substantiva subjetiva.  
 ( 2) Substantiva objetiva indireta.  
 ( 3) Substantiva objetiva direta.  
 ( 4) Adjetiva relativa.  
 ( 5) Adverbial concessiva.  
 ( 6) Adverbial proporcional.  
 ( 7) Adverbial temporal.  
 ( 8) Adverbial modal.  
 ( 9) Adverbial final.  
 (10) Adverbial causal.

Coloque, nos espaços convenientes, uma palavra antônima da que se encontra sublinhada.

- |                                  |                 |
|----------------------------------|-----------------|
| 64. afeição <u>glacial</u>       | afeição _____   |
| 65. doutrina <u>ortodoxa</u>     | doutrina _____  |
| 66. terreno <u>estéril</u>       | terreno _____   |
| 67. lutador <u>indefesso</u>     | lutador _____   |
| 68. indivíduo <u>prejudicial</u> | indivíduo _____ |
| 69. <u>dilação</u> fatal         | _____ fatal     |
| 70. <u>ocultar</u> provas        | _____ provas    |



Esta prova teve a duração de 4 horas

# MATEMÁTICA E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

## MATEMÁTICA

Resolva as questões abaixo. Faça os cálculos, com clareza, nos espaços em branco que vêm depois de cada questão. Coloque as respostas sobre as linhas pontuadas.

1. Dois números estão entre si como 6 está para 15. O menor é 20, o maior é .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

2. A média geométrica entre 0,75 e 3 é .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

3. Dois números, cujo produto é 294, estão entre si como 6 está para 9. Esses números são ..... e .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

4. Dividindo o número 780 em partes inversamente pro-

porcionais a  $\frac{3}{5}$ ,  $\frac{2}{3}$  e  $\frac{6}{7}$  obtêm-se os nú-

meros ....., ..... e .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

5. Em 35 minutos uma torneira fornece 40 litros de água. Essa torneira fornecerá 72 litros em ... minutos.

Espaço para os cálculos:

---



---



---

6. Uma turma de operários retirou  $160m^3$  de terra em 15 dias. A mesma turma retirou de outro local  $120m^3$  de terra em 21 dias. Sendo o coeficiente de dificuldade do primeiro trabalho igual a 0,15, o coeficiente de dificuldade do segundo trabalho é igual a .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

7. Num determinado concurso inscreveram-se 1560 candidatos. Tendo sido habilitados 546, a percentagem de inabilitados foi de .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

8. Se do triplo de um número subtrairmos 35 obtemos a sua quarta parte. Esse número é .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

9. Uma pessoa encomendou ao armazém 3 quilogramas de feijão e 2 quilogramas de arroz, pagando 34 cruzeiros. Essa pessoa ignorava o preço de cada mantimento porém, ao saber que o caixeiro levava para outra freguesa 5 quilogramas do mesmo feijão e 7 quilogramas do mesmo arroz por 86 cruzeiros concluiu que o quilograma de feijão custou ..... cruzeiros e o de arroz ..... cruzeiros.

Espaço para os cálculos:

---



---



---

$$10. 4x - 5 = 28 - \frac{x - 3}{5}$$

x = .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

$$11. 3x - 2y = 3$$

$$4x + 3y = 1 \frac{1}{6}$$

x = .....

y = .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

$$12. 3x^2 + 7x + 2 = 0$$

x' = .....

x'' = .....

Espaço para os cálculos:

---



---



---

13. Calcular o logaritmo da expressão  $5\sqrt[3]{720}$   
Reproduzimos abaixo o trecho da tabela de logaritmos necessário para o cálculo pedido.

| N | log.    |
|---|---------|
| 1 | 0000000 |
| 2 | 3010300 |
| 3 | 4771213 |
| 4 | 6020600 |
| 5 | 6989700 |
| 6 | 7781513 |
| 7 | 8450980 |
| 8 | 9030900 |
| 9 | 9542425 |

$$\log 5\sqrt[3]{720} = \dots\dots\dots$$

Espaço para os cálculos:

---



---



---



## ESTATÍSTICA

1. Seguem-se vários números e símbolos. Coloque a letra C entre os parênteses que antecedem àqueles que estão escritos corretamente.

( ) 3567,83  
( ) 4.537,356.7  
( ) 2678,5  
( ) 28,567  
( ) 56ms  
( ) 4,5cm  
( ) 4m,8  
( ) 65.m3

2. Segue-se um quadro estatístico. Verifique se o mesmo foi feito de acordo com as normas ditadas pela resolução em vigor, do I.B.G.E. Responda *sim* ou *não*. Justifique a resposta.

Candidatos do concurso X de acôrdo com as notas  
obtidas

| Notas   | Candidatos |
|---------|------------|
| 0 — 9   | 4          |
| 10 — 19 | 6          |
| 20 — 29 | 7          |
| 30 — 39 | 8          |
| 40 — 49 | 12         |
| 50 — 59 | 15         |
| 60 — 69 | 12         |
| 70 — 79 | 4          |
| 80 — 89 | 2          |

Resposta: / .....

Justificação: .....

[illegible]

3. Cite dois tipos de séries estatísticas. Dê um exemplo de cada tipo.

1.º) .....

**Exemplo:**

2.º) .....

Exemplo:

4. Tendo em vista a distribuição dada na 2.<sup>a</sup> questão, complete:

Intervalo de classe = .....

Ponto médio da classe de maior frequência =  
.....

Frequência acumulada da classe 60 — 69 =

Média aritmética = .....

Mediana = .....

Moda = .....

Desvio padrão = .....

*Espaço para os cálculos:*

5. Faça um histograma que represente a citada distribuição.

A blank sheet of graph paper with a grid pattern. The grid consists of 10 columns and 8 rows of squares. There are some faint blue marks on the right side of the page, possibly from a pen or pencil.

*Esta prova teve a duração de 5 horas*

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

I — NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

1. Os Territórios poderão, mediante \_\_\_\_\_, constituir-se em Estados, volver a participar dos Estados de que tenham sido desmembrados ou subdividir-se em novos Territórios.

2. A União Federal compreende:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

3. Se o Congresso Nacional não estiver reunido o Presidente da República tomará posse perante —

4. Entre as atribuições privativas do Presidente da República figura a de declarar a guerra depois de autorizada pelo Congresso Nacional. Há um caso, entretanto, e sob determinada condição, em que êle poderá fazê-lo sem essa autorização. Qual o caso e em que condição?

---

---

---

---

5. De acôrdo com a Constituição, são condições de elegibilidade para a Câmara dos Deputados:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

6. Quando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se reúnem em conjunto para deliberar sobre o veto, a direção dos trabalhos compete à Mesa —

7. Na forma da Constituição, a presidência do Senado é exercida \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. A resolução definitiva sobre os tratados e convenções celebrados com Estados estrangeiros pelo Presidente da República compete \_\_\_\_\_

.....

9. A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará \_\_\_\_\_



10. O Presidente da República no prazo de \_\_\_\_\_ dias úteis, contados do dia em que receber o projeto, deverá sancioná-lo ou vetá-lo, total ou parcialmente, findo o qual o seu silêncio importará sanção.
11. O mandato de deputado federal tem a duração de \_\_\_\_\_ anos e o de senador \_\_\_\_\_ anos.
12. Na forma da Constituição, o Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:
  - I — \_\_\_\_\_
  - II — \_\_\_\_\_
  - III — \_\_\_\_\_
  - IV — \_\_\_\_\_
  - V — \_\_\_\_\_
13. As causas e conflitos entre dois Estados deverão ser processados e julgados originariamente pelo \_\_\_\_\_
14. O julgamento da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões compete \_\_\_\_\_
15. Cite os Ministérios que não possuem Departamento de Administração: \_\_\_\_\_
16. Os exames de sanidade e capacidade física dos candidatos aos concursos no Serviço Público Federal são realizados \_\_\_\_\_
17. O Instituto Nacional de Tecnologia é um órgão integrante do Ministério \_\_\_\_\_
18. Para que um projeto de lei vetado pelo Presidente da República seja considerado aprovado é preciso que ele obtenha o voto de \_\_\_\_\_

## Órgão

1. Departamento Administrativo de Recuperação de Material .....
2. Colônia Agrícola do D. Federal .....
3. Instituto Benjamin Constant .....
4. Instituto Rio Branco .....
5. Laboratório Nacional de Análises .....

Para cada questão que se segue, há somente *uma* resposta certa. Indique-a *escrevendo* a palavra *certo* na linha que preceder a resposta correta.

23. Compete à União legislar sobre diversas matérias. A legislação federal sobre algumas dessas matérias pode ser complementada ou completada por legislação estadual. A seguir você encontrará uma relação de matérias. Somente sobre uma delas poderá haver legislação estadual supletiva ou complementar. Indique-a de acordo com as instruções.

- \_\_\_\_\_ 1. direito eleitoral;
- \_\_\_\_\_ 2. sistema monetário e de medidas;
- \_\_\_\_\_ 3. regime dos portos e da navegação de cabotagem;
- \_\_\_\_\_ 4. produção e consumo;
- \_\_\_\_\_ 5. direito do trabalho.

dos deputados e senadores presentes à sessão conjunta das duas Câmaras do Congresso Nacional.

19. A principal finalidade do Departamento Federal de Compras é \_\_\_\_\_
20. O Conselho Nacional de Pesquisas é uma autarquia de atividades \_\_\_\_\_
21. A seguir você encontrará uma relação de órgãos. Na linha em branco abaixo de cada um escreva as palavras *autarquia* ou *administração direta*, conforme seja ele uma autarquia ou um órgão de administração direta.

## Exemplo :

1) Instituto Rio Branco  
*administração direta*

2) Instituto Brasileiro do Café  
*autarquia*

1) Conselho de Contribuintes

2) Comissão de Marinha Mercante

3) Rede de Viação Paraná-Santa Catarina

4) Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura

5) Comissão Especial de Faixas de Fronteiras

22. Na primeira coluna abaixo você encontrará vários órgãos da administração federal. Escreva na linha adiante o nome do Ministério a que pertence.

## Ministério

24. Compete à União decretar impostos sobre:

- \_\_\_\_\_ 1. propriedade territorial exceto a urbana;
- \_\_\_\_\_ 2. vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores;
- \_\_\_\_\_ 3. transmissão de propriedade de "causa mortis";
- \_\_\_\_\_ 4. transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos";
- \_\_\_\_\_ 5. consumo de mercadorias.

25. Os Estados ou os Municípios só poderão contrair empréstimo externo mediante prévia autorização:

- \_\_\_\_\_ 1. da Assembléia Estadual;
- \_\_\_\_\_ 2. do Presidente da República;
- \_\_\_\_\_ 3. do Senado Federal;
- \_\_\_\_\_ 4. da Câmara dos Deputados;
- \_\_\_\_\_ 5. do Conselho Nacional de Economia.



26. O Presidente da República, nos crimes comuns porventura por ele praticados, será submetido a julgamento perante:
- \_\_\_\_\_ 1. o Supremo Tribunal Federal;
  - \_\_\_\_\_ 2. o Senado Federal;
  - \_\_\_\_\_ 3. a Câmara dos Deputados;
  - \_\_\_\_\_ 4. a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunidos;
  - \_\_\_\_\_ 5. o Superior Tribunal Militar.
27. Para que o Presidente da República seja submetido a julgamento, quer nos crimes comuns, quer nos de responsabilidade, é preciso que a Câmara dos Deputados declare a acusação procedente pelo voto:
- \_\_\_\_\_ 1. de dois terços dos seus membros;
  - \_\_\_\_\_ 2. de dois terços dos membros presentes;
  - \_\_\_\_\_ 3. da maioria absoluta dos seus membros;
  - \_\_\_\_\_ 4. da maioria relativa dos seus membros;
  - \_\_\_\_\_ 5. da metade dos seus membros;
28. O Tribunal de Contas deverá dar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República no prazo de:
- \_\_\_\_\_ 1. 40 dias;
  - \_\_\_\_\_ 2. 60 dias;
  - \_\_\_\_\_ 3. 70 dias;
  - \_\_\_\_\_ 4. 80 dias;
  - \_\_\_\_\_ 5. 90 dias.
29. O Instituto Nacional do Mate é:
- \_\_\_\_\_ 1. uma autarquia reguladora da economia;
  - \_\_\_\_\_ 2. uma autarquia exploradora de serviço industrial;
  - \_\_\_\_\_ 3. uma autarquia de fiscalização profissional;
  - \_\_\_\_\_ 4. um órgão integrante do Ministério da Agricultura;
  - \_\_\_\_\_ 5. uma sociedade de economia mista.
30. O Departamento Administrativo do Serviço Público é:
- \_\_\_\_\_ 1. um órgão de estudo e fiscalização dos problemas de administração pública;
  - \_\_\_\_\_ 2. um órgão de orientação e fiscalização dos problemas de administração pública;
  - \_\_\_\_\_ 3. um órgão de estudo e orientação dos problemas de administração específica;
  - \_\_\_\_\_ 4. um órgão executivo de atividades de administração específica;
  - \_\_\_\_\_ 5. um órgão de fiscalização de atividades de administração específica e geral.
7. O funcionário vitalício só poderá perder o cargo em virtude de \_\_\_\_\_
8. O funcionário efetivo adquire estabilidade após \_\_\_\_\_ de exercício se nomeado por concurso e após \_\_\_\_\_ de exercício se nomeado sem concurso.
9. A vantagem deferida ao funcionário que se desloca de sua repartição em objeto de serviço a título de indenização das despesas de alimentação e pousada denomina-se \_\_\_\_\_
10. A ajuda de custo de funcionário designado para servir em país estrangeiro será arbitrada \_\_\_\_\_
11. Quais as Divisões do D.A.S.P. que integram o Sistema de Pessoal do Serviço Público Federal?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
12. No Distrito Federal, a autoridade competente para conceder o salário-família aos aposentados (exceto àqueles cujos proventos são pagos pelo I.P.A.S.E. ou Caixas de Aposentadoria e Pensões) é o Diretor \_\_\_\_\_
13. A remoção pode ser feita:
- I — de uma para outra \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_;
- II — de um para outro \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_.
14. A promoção do funcionário em exercício de mandato legislativo só poderá ser feita pelo critério de \_\_\_\_\_
15. A falta sujeita às penas de repreensão, multa ou suspensão prescreverá em \_\_\_\_\_ e a falta sujeita à cassação de aposentadoria em \_\_\_\_\_.
- Para cada questão que se segue, há somente *uma* resposta certa. Indique-a escrevendo a palavra *certo* na linha que preceder a resposta correta.
16. A verificação da satisfação das condições estabelecidas, em lei ou regulamento, para a investidura em cargo público compete:
- \_\_\_\_\_ 1. ao D.A.S.P.;
  - \_\_\_\_\_ 2. à autoridade que der exercício;
  - \_\_\_\_\_ 3. à autoridade que houver feito a nomeação;
  - \_\_\_\_\_ 4. à autoridade que der posse;
  - \_\_\_\_\_ 5. ao chefe da repartição onde fôr lotado o funcionário.
17. Não haverá posse no caso de:
- \_\_\_\_\_ 1. designação para função gratificada;
  - \_\_\_\_\_ 2. transferência para cargo de idêntica denominação;
  - \_\_\_\_\_ 3. nomeação;
  - \_\_\_\_\_ 4. reversão;
  - \_\_\_\_\_ 5. promoção.
18. Nos casos de seguros de fidelidade funcional, o segurado pagará, adiantadamente, ao segurador, no máximo, o prêmio anual de:
- \_\_\_\_\_ 1. 0,5% ao ano sobre o valor do seguro;
  - \_\_\_\_\_ 2. 1,0% ao ano sobre o valor do seguro;
  - \_\_\_\_\_ 3. 1,5% ao ano sobre o valor do seguro;
  - \_\_\_\_\_ 4. 2,0% ao ano sobre o valor do seguro;
  - \_\_\_\_\_ 5. 2,5% ao ano sobre o valor do seguro.

## II — ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

1. Durante o estágio probatório é apurada a conveniência ou não da confirmação do funcionário mediante a verificação dos seguintes requisitos:
- I — \_\_\_\_\_
- II — \_\_\_\_\_
- III — \_\_\_\_\_
- IV — \_\_\_\_\_
2. O concurso, uma vez aberto, deverá estar homologado no prazo de \_\_\_\_\_.
3. Quando, no transcurso do semestre, o funcionário fôr removido ou transferido, a expedição do seu Boletim de Merecimento compete à autoridade \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
4. Classe é um agrupamento de \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ ou atividade e de igual \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_
5. Os cargos podem ser de \_\_\_\_\_ ou \_\_\_\_\_ e estes de provimento \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_
6. Os vencimentos dos cargos públicos obedecem a \_\_\_\_\_ previamente fixados em \_\_\_\_\_.



19. O funcionário preso preventivamente, em virtude de pronunciamento em crime comum:
- \_\_\_\_\_ 1. perde um terço do vencimento ou remuneração;
  - \_\_\_\_\_ 2. perde todo o vencimento ou remuneração;
  - \_\_\_\_\_ 3. perde dois terços do vencimento ou remuneração;
  - \_\_\_\_\_ 4. perde metade do vencimento ou remuneração;
  - \_\_\_\_\_ 5. perde apenas a remuneração mas não o vencimento.
20. As promoções são efetuadas mediante:
- \_\_\_\_\_ 1. decretos individuais para cada funcionário;
  - \_\_\_\_\_ 2. decretos coletivos para cada carreira;
  - \_\_\_\_\_ 3. decretos coletivos para cada espécie de promoção;
  - \_\_\_\_\_ 4. decreto coletivo para cada Ministério;
  - \_\_\_\_\_ 5. decreto coletivo para cada quadro ou parte de quadro.
21. As transferências para cargos de carreira:
- \_\_\_\_\_ 1. independem de concurso;
  - \_\_\_\_\_ 2. dependem de interstício de 730 dias na classe;
  - \_\_\_\_\_ 3. não poderão exceder um terço dos cargos de cada classe;
  - \_\_\_\_\_ 4. podem ser feitas para metade dos cargos de cada classe;
  - \_\_\_\_\_ 5. podem exceder dois terços dos cargos de cada classe.
22. A autoridade competente, por lei, para conceder, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o salário-família a um servidor em atividade é:
- \_\_\_\_\_ 1. o Ministro de Estado;
  - \_\_\_\_\_ 2. o Diretor da Divisão de Pessoal;
  - \_\_\_\_\_ 3. o Diretor do Departamento de Administração;
  - \_\_\_\_\_ 4. o Diretor da repartição onde se encontra lotado o servidor;
  - \_\_\_\_\_ 5. o Chefe do Gabinete do Ministro.
23. As reposições devidas pelo funcionário e as indenizações por prejuízo que causar à Fazenda Nacional poderão ser descontadas do vencimento ou remuneração. O desconto, porém, não poderá exceder:
- \_\_\_\_\_ 1. à terça parte do vencimento ou remuneração;
  - \_\_\_\_\_ 2. à quarta parte do vencimento ou remuneração;
  - \_\_\_\_\_ 3. à quinta parte do vencimento ou remuneração;
  - \_\_\_\_\_ 4. à metade do vencimento ou remuneração;
  - \_\_\_\_\_ 5. à décima parte do vencimento ou remuneração.
24. Excetuados os casos de serviço fora da sede por mais de trinta dias e de designação para serviço ou estudo no estrangeiro, a ajuda de custo não poderá exceder importância correspondente a:
- \_\_\_\_\_ 1. três meses do vencimento;
  - \_\_\_\_\_ 2. quatro meses do vencimento;
  - \_\_\_\_\_ 3. dois meses do vencimento;
  - \_\_\_\_\_ 4. um mês do vencimento;
  - \_\_\_\_\_ 5. cinco meses do vencimento.
25. Nos casos de licença por motivo de doença em pessoa da família o funcionário receberá o vencimento ou remuneração integral se a licença não exceder a:
- \_\_\_\_\_ 1. três meses;
  - \_\_\_\_\_ 2. seis meses;
  - \_\_\_\_\_ 3. um ano;
  - \_\_\_\_\_ 4. um ano e meio;
  - \_\_\_\_\_ 5. dois anos.
26. O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação determinou a instauração de um processo administrativo. A penalidade sugerida pela Comissão e aceita pela autoridade referida foi a de demissão. Desta forma, o mencionado Diretor-Geral deve propor a aplicação daquela penalidade à autoridade competente dentro do prazo de:
- \_\_\_\_\_ 1. 15 dias;
  - \_\_\_\_\_ 2. 20 dias;
  - \_\_\_\_\_ 3. 25 dias;
  - \_\_\_\_\_ 4. 30 dias;
  - \_\_\_\_\_ 5. 35 dias.
27. De acordo com o Decreto-lei n.º 5.175, de 7-1-43, o servidor que cometer engano, erro ou omissão na instrução dos atos relativos ao preenchimento de função de extranumerário será punido com a pena de:
- \_\_\_\_\_ 1. suspensão;
  - \_\_\_\_\_ 2. dispensa;
  - \_\_\_\_\_ 3. repreensão;
  - \_\_\_\_\_ 4. advertência;
  - \_\_\_\_\_ 5. multa.
28. O extranumerário-mensalista gozará, após o primeiro ano de exercício:
- \_\_\_\_\_ 1. dez dias de férias;
  - \_\_\_\_\_ 2. vinte dias de férias;
  - \_\_\_\_\_ 3. quinze dias de férias;
  - \_\_\_\_\_ 4. trinta dias de férias;
  - \_\_\_\_\_ 5. vinte e cinco dias de férias.
29. O julgamento e a aprovação das propostas de admissão de extranumerário-contratado compete, exclusivamente, ao:
- \_\_\_\_\_ 1. Ministro de Estado;
  - \_\_\_\_\_ 2. Diretor de Pessoal;
  - \_\_\_\_\_ 3. Presidente da República;
  - \_\_\_\_\_ 4. Tribunal de Contas;
  - \_\_\_\_\_ 5. D.A.S.P.
30. X foi nomeado oficial administrativo, classe H, do Q.P. do Ministério da Agricultura. Após ter tomado posse, verificou que não poderia entrar em exercício dentro do prazo que a lei lhe concedia. Por isso solicitou prorrogação do prazo à autoridade competente, a qual poderá deferir o pedido, desde que a prorrogação não exceda a:
- \_\_\_\_\_ 1. 15 dias;
  - \_\_\_\_\_ 2. 30 dias;
  - \_\_\_\_\_ 3. 45 dias;
  - \_\_\_\_\_ 4. 60 dias;
  - \_\_\_\_\_ 5. 90 dias.
31. Além dos casos previstos em lei, o funcionário só poderá ter exercício em serviço ou repartição diferente daquela em que estiver lotado mediante prévia autorização:
- \_\_\_\_\_ 1. do Ministro de Estado;
  - \_\_\_\_\_ 2. do Diretor da Divisão de Pessoal;
  - \_\_\_\_\_ 3. do Presidente da República;
  - \_\_\_\_\_ 4. do D.A.S.P.;
  - \_\_\_\_\_ 5. do chefe da repartição ou serviço a que pertence.
32. Quando o funcionário não satisfizer às condições do estágio probatório deverá ser:
- \_\_\_\_\_ 1. demitido;
  - \_\_\_\_\_ 2. demitido a bem do serviço público;
  - \_\_\_\_\_ 3. exonerado;
  - \_\_\_\_\_ 4. posto em disponibilidade;
  - \_\_\_\_\_ 5. aposentado.
33. O funcionário, pela execução de trabalho de natureza especial, com risco da vida ou da saúde, terá direito a uma gratificação que, no entanto, não poderá exceder a:
- \_\_\_\_\_ 1. 10% do vencimento do funcionário;
  - \_\_\_\_\_ 2. 20% do vencimento do funcionário;
  - \_\_\_\_\_ 3. 30% do vencimento do funcionário;
  - \_\_\_\_\_ 4. 40% do vencimento do funcionário;
  - \_\_\_\_\_ 5. 50% do vencimento do funcionário.



34. A Comissão de Readaptação é composta de:

- \_\_\_\_\_ 1. 2 membros;
- \_\_\_\_\_ 2. 3 membros;
- \_\_\_\_\_ 3. 4 membros;
- \_\_\_\_\_ 4. 5 membros;
- \_\_\_\_\_ 5. 6 membros.

35. Constitui forma de vacância de cargo público:

- \_\_\_\_\_ 1. a designação para função gratificada;
- \_\_\_\_\_ 2. a promoção;
- \_\_\_\_\_ 3. a nomeação do funcionário para cargo em comissão;
- \_\_\_\_\_ 4. o afastamento para servir em sociedade de economia mista;
- \_\_\_\_\_ 5. a remoção.

36. Não constitui forma de provimento de cargo público:

- \_\_\_\_\_ 1. transferência;
- \_\_\_\_\_ 2. readmissão;
- \_\_\_\_\_ 3. aproveitamento;
- \_\_\_\_\_ 4. remoção;
- \_\_\_\_\_ 5. reversão.

37. Determinado funcionário licenciado para tratamento da própria saúde, antes de terminado o prazo da licença, pediu a sua prorrogação. Esse pedido só foi indeferido dez dias após a terminação da licença. Desta forma esse período de dez dias:

- \_\_\_\_\_ 1. deverá ser considerado de efetivo exercício;
- \_\_\_\_\_ 2. deverá ser considerado como falta;
- \_\_\_\_\_ 3. deverá ser considerado como licença;
- \_\_\_\_\_ 4. não deverá ser pago, mas será contado para todos os efeitos;
- \_\_\_\_\_ 5. não deverá ser pago, mas será considerado, apenas, para efeito de aposentadoria.

38. À funcionária gestante, mediante inspeção médica, será concedida licença, com vencimento ou remuneração, por:

- \_\_\_\_\_ 1. 2 meses;
- \_\_\_\_\_ 2. 3 meses;
- \_\_\_\_\_ 3. 4 meses;
- \_\_\_\_\_ 4. 6 meses;
- \_\_\_\_\_ 5. 9 meses.

39. O funcionário será aposentado compulsoriamente quando atingir a idade de:

- \_\_\_\_\_ 1. 68 anos;
- \_\_\_\_\_ 2. 60 anos;
- \_\_\_\_\_ 3. 65 anos;

- \_\_\_\_\_ 4. 70 anos;
- \_\_\_\_\_ 5. 67 anos.

40. O provento de aposentadoria do funcionário não poderá ser inferior:

- \_\_\_\_\_ 1. a um quarto do vencimento ou remuneração da atividade;
- \_\_\_\_\_ 2. a dois quartos do vencimentos ou remuneração da atividade;
- \_\_\_\_\_ 3. à metade do vencimento ou remuneração da atividade;
- \_\_\_\_\_ 4. a um terço do vencimento ou remuneração da atividade;
- \_\_\_\_\_ 5. a dois terços do vencimento ou remuneração da atividade.

41. No caso de transferência por permuta, entre ocupantes de cargos de idêntica denominação, a antiguidade de classe será contada:

- \_\_\_\_\_ 1. da data em que fôr publicado no Diário Oficial o decreto;
- \_\_\_\_\_ 2. da data em que o funcionário tomou posse no cargo anterior;
- \_\_\_\_\_ 3. da data da última promoção do funcionário;
- \_\_\_\_\_ 4. da data em que o funcionário entrou em exercício na nova classe;
- \_\_\_\_\_ 5. da data em que fôr feito o pedido de permuta.

### III — NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Complete os claros e as linhas em branco das questões abaixo:

1. O exercício financeiro é atualmente no Brasil de ..... meses, começando a ..... (por extenso) ..... e terminando a .....
2. Compete à ..... do ..... centralizar a elaboração da proposta orçamentária do Governo Federal e à ..... do ..... a escrituração geral da contabilidade da União, cabendo ao ..... a votação da lei orçamentária.
3. Os créditos adicionais se classificam em ....., ..... e ....., sendo de esclarecer que têm vigência somente durante o exercício em que são abertos os créditos adicionais .....
4. Classifique, de acordo com o esquema da receita, as seguintes rendas, colocando dentro dos parênteses o número correspondente:

- |                            |                                                           |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------|
| ( ) — Renda Tributária     | ( ) — Laudêmios                                           |
| ( ) — Renda Industrial     | ( ) — Imposto de Renda                                    |
| ( ) — Renda Patrimonial    | ( ) — Diferenças de câmbio                                |
| ( ) — Diversas Rendas      | ( ) — Imposto de selo e afins                             |
| ( ) — Renda Extraordinária | ( ) — Renda do Laboratório Nacional de Análises           |
|                            | ( ) — Taxa de Previdência Social                          |
|                            | ( ) — Cota de arrendamento das estradas de ferro da União |

5. A abertura de créditos suplementares é da competência do ....., obrigatoriamente antecedida do pedido de ....., a qual cabe ao ..... conceder.

6. Cite dois casos em que a legislação vigente permite a realização de despesas públicas pelo regime de adiantamento:

- a) .....
- b) .....

7. Quando não forem as contas do Presidente da República apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, a iniciativa de tomadas das mesmas compete ..... ao Senado Federal

à Câmara dos Deputados

(Preencha a parte pontilhada e cancele a resposta errada)

8. Aponte dois dos princípios orçamentários consagrados pela atual Constituição Federal:

- a) .....
- b) .....

9. O registro da despesa pública é promovido pelo ..... e pode ser feito ..... ou ....., conforme o estabelecido pela legislação.

10. Os pagamentos exigidos compulsoriamente pelo Estado, como contraprestação dos serviços fornecidos ou prestados pela administração pública e a que corresponde um benefício imediato, real e suscetível de avaliação, denominam-se .....



11. Assinale com um X quais dos impostos adiante apontados que estão em categoria dos diretos:
- ( ) o imposto de farol  
( ) o imposto de renda  
( ) o imposto de importação  
( ) o imposto de consumo
12. Os saldos de exercícios anteriores são inscritos no/s Balanço/s .....
13. Os títulos do Governo negociáveis na Bolsa constituem a dívida .....
14. E' da competência do ..... julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos e as dos administradores das entidades .....
15. Há receitas vinculadas por imposição constitucional e que, destarte, têm sua aplicação já predeterminada, no todo ou em parte. Assim, mostrando seu conhecimento sobre o assunto, complete nos dois casos abaixo as percentagens e particularize a fonte de que provêm os recursos correspondentes à despesa indicada.
- .....% das rendas ..... — Para a execução do plano de defesa contra os efeitos de denominada seca do Nordeste.
- .....% das rendas ..... — Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia.
- .....% do imposto de ..... — Na ajuda financeira aos Municípios.
16. Em qualquer caso, a recusa do registro da despesa pública por falta de saldo no crédito ou por imputação a crédito impróprio terá caráter .....

Quando a recusa tiver outro fundamento, a despesa poderá efetuar-se, após despacho do ....., mediante registro ..... do Tribunal de Contas e ..... ex-officio para o ..... Nacional.

17. Indique:
- a) uma unidade administrativa do Ministério da Fazenda que cuide da arrecadação. ....
- b) a repartição que centraliza a escrituração contábil da União. ....
- c) o órgão central da elaboração da proposta orçamentária. ....
18. Em caso de guerra externa, o Governo é armado dos necessários recursos através de créditos .....
19. Entende-se por exercício financeiro .....
20. A realização de despesas além do crédito é regulada (assinale com um X o que fôr correto):
- pela lei que reorganizou o Tribunal de Contas.
- pelo Código Geral de Contabilidade da União.
- pela Constituição Federal.

## Questões apresentadas no Concurso para Inspetor de Seguros do M.T.I.C. — C. 260

### *Esta prova teve a duração de 3 horas* PROVA DE MATEMÁTICA E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Resolva as questões propostas a seguir, escrevendo os resultados e as fórmulas nos lugares indicados. Os espaços em branco são destinados aos cálculos. A indicação das fórmulas e dos cálculos é obrigatória.

#### I — MATEMÁTICA

1. Calcule os juros simples de Cr\$ 1.080,00, a  $\frac{1}{2}\%$  ao mês, durante 1 mês e 12 dias.

Cálculos :

---

---

---

Fórmula :

---

---

---

Resposta :

---

---

---

2. Uma pessoa depositou Cr\$ 3.000,00 em 12 de março, a juros simples de  $4\frac{1}{2}\%$  ao ano. Em 18 de abril depositou Cr\$ 4.500,00. Calcule o montante em 30 de junho. Ano civil.

Cálculos :

---

---

---

Resposta :

---

---

---

3. Calcular o tempo que levará o capital Cr\$ 5.400,00 para render Cr\$ 120,00 a 4% ao ano.

Cálculos :

---

---

---

Fórmula :

---

---

---

Resposta :

---

---

---

4. Calcule a taxa a que deve render juros simples um capital qualquer para aumentar dos seus  $\frac{3}{5}$  em 12 anos.

Cálculos :

---

---

---



Resposta :

---



---

5. Calcule, com 7 decimais exatas, o multiplicador fixo correspondente à taxa de  $2\frac{1}{2}\%$  ao ano. Ano comercial.

Cálculos :

---



---

Resposta :

---



---

6. Calcule o capital que, a  $3\%$  ao ano, renderá de juros Cr\$ 720,00 em 120 dias.

Cálculos :

---



---

Fórmula :

---



---

Resposta :

---



---

7. Calcule o valor atual de uma letra de Cr\$ 540,00, descontada por fora 45 dias antes do vencimento. Taxa de  $6\%$

Cálculos :

---



---

Resposta :

---



---

8. Calcule o desconto por dentro de uma letra de Cr\$ 510,00, vinte dias antes do vencimento. Taxa de  $6\%$ .

Cálculos :

---



---

Fórmula :

---



---

Resposta :

---



---

9. Calcule o montante de Cr\$ 10.000,00, a juros compostos de  $4\frac{1}{2}\%$  ao ano, capitalizados anualmente, no fim de 5 anos. As tabelas dão para a taxa e o tempo dados o valor 1,2461819.

Cálculos :

---



---

Fórmula :

---



---

Resposta :

---



---

10. Calcule o valor atual composto de Cr\$ 2.500,00, a se vencerem em 3 anos, à taxa de  $5\%$  ao ano. As tabelas dão para a taxa e o tempo dados o valor 0,8634176.

Cálculos :

---



---

Fórmula :

---



---

Resposta :

---



---

11. Calcule o capital constituído no fim de 6 anos por 6 unidades de Cr\$ 1.200,00 depositados no início de cada ano, sendo a taxa  $3\%$  ao ano. As tabelas fornecem para a taxa e o tempo dados o valor 6,6624622.

Cálculos :

---



---

Fórmula :

---



---

Resposta :

---



---

12. Calcule a quantia que deve ser depositada no começo de cada ano para que, à taxa de  $4\%$  ao ano, se tenha constituído, no fim de 8 anos, o capital de Cr\$ ..... 20.000,00. As tabelas fornecem para os dados do problema o valor 9,5827953.

Cálculos :

---



---

Fórmula :

---



---

Resposta :

---



---

13. Calcule a anuidade necessária para a amortização de um empréstimo de Cr\$ 15.000,00, em 4 anos, à taxa de  $5\%$  ao ano. As tabelas fornecem para os dados do problema o valor 0,28201183.

Cálculos :

---



---

Fórmula :

---



---



Resposta :

---



---



---

14. Calcule a parte amortizada durante os 2 primeiros anos, de um empréstimo de Cr\$ 8.000,00, à taxa de 6% ao ano, cuja amortização deve ser feita em 3 anos.

Cálculos :

---



---



---

Fórmula :

---



---



---

Resposta :

---



---



---

## II — ESTATÍSTICA

1. Calcule a média aritmética dos números  
12,8    15,6    52,4    36,9    28,5

Cálculos :

---



---



---

Resposta :

---



---



---

2. Calcule, pelo método rápido (abreviado), a média aritmética dos valores  
30   60   50   40   80   80   60   70

Cálculos :

---



---



---

Resposta :

---



---



---

3. Calcule, pelo método rápido (abreviado), a nota média entre as 340 pessoas da seguinte distribuição de frequência:

| Notas | Número de pessoas |
|-------|-------------------|
| 30    | 15                |
| 40    | 20                |
| 50    | 60                |
| 60    | 70                |
| 70    | 85                |
| 80    | 65                |
| 90    | 20                |
| 100   | 5                 |

Cálculos :

---



---



---

Resposta :

---



---



---

4. Calcule, pela fórmula de Czuber, a moda da distribuição de frequência abaixo:

| Idades<br>(em anos) | Indivíduos |
|---------------------|------------|
| 20 a 24             | 6          |
| 25 a 29             | 80         |
| 30 a 34             | 120        |
| 35 a 39             | 260        |
| 40 a 44             | 180        |
| 45 a 49             | 124        |
| 50 a 54             | 100        |
| 55 a 59             | 80         |
| 60 a 64             | 20         |
| 65 a 69             | 10         |

Cálculos :

---



---



---

Resposta :

---



---



---

5. Calcule a mediana da distribuição de frequência do exercício anterior.

Cálculos :

---



---



---

Resposta :

---



---



---

6. Calcule os índices aritméticos ponderados, relativos ao quadro:

| Artigos | Consumo | Anos |      |      |
|---------|---------|------|------|------|
|         | médio   | 1948 | 1949 | 1950 |
| A       | 60      | 2,50 | 2,80 | 2,80 |
| B       | 24      | 0,80 | 0,70 | 1,00 |
| C       | 30      | 1,30 | 1,20 | 1,20 |

Cálculos :

---



---



---

A .....

Resposta : B .....

C .....

Esta prova teve a duração de 3 horas

## PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO CIVIL E DE DIREITO COMERCIAL

## I — DIREITO CIVIL

1. São pessoas jurídicas de direito privado, entre outras:  
a) .....  
b) .....
2. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I .....  
II .....  
III .....  
IV .....



3. Aos \_\_\_\_\_ anos completos acaba a menoridade ficando o indivíduo habilitado para todos os atos da vida civil.
4. Os incapazes têm por domicílio \_\_\_\_\_
5. A validade do ato jurídico requer \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
6. A dissolução da sociedade conjugal ocorre:  
I \_\_\_\_\_  
II \_\_\_\_\_  
III \_\_\_\_\_
7. Perde-se a propriedade imóvel:  
I \_\_\_\_\_  
II \_\_\_\_\_  
III \_\_\_\_\_  
IV \_\_\_\_\_
8. A transcrição no registro de imóvel do título de transferência da propriedade imóvel constitui, no direito brasileiro, forma de \_\_\_\_\_
9. Podem ser objetos de hipoteca, entre outros, os seguintes:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_  
d) \_\_\_\_\_
10. São as seguintes as modalidades de obrigações:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_
11. Extingue-se o mandato:  
I \_\_\_\_\_  
II \_\_\_\_\_  
III \_\_\_\_\_  
IV \_\_\_\_\_
12. Considera-se contrato de \_\_\_\_\_ aquele pelo qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.
13. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:  
I \_\_\_\_\_  
II \_\_\_\_\_  
III \_\_\_\_\_
- a) Os loucos de todo gênero  
b) Os magistrados vitalícios  
c) Os falidos  
d) As mulheres casadas não autorizadas pelos maridos  
e) Os menores de 18 anos
5. São requisitos legais do contrato:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_  
d) \_\_\_\_\_
6. São elementos que diferenciam o contrato de compra e venda mercantil da compra e venda civil:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_
7. O contrato pelo qual alguém se obriga por outro, perante o seu credor, a satisfazer certa obrigação caso o devedor não a cumpra é o de \_\_\_\_\_
8. Indique 4 contratos mercantis:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_

IV \_\_\_\_\_  
V \_\_\_\_\_

14. O nosso Código Civil reconhece os seguintes testamentos ordinários:  
I \_\_\_\_\_  
II \_\_\_\_\_  
III \_\_\_\_\_
15. São herdeiros necessários:  
I \_\_\_\_\_  
II \_\_\_\_\_
16. Indique um dos casos em que a sub-rogação se opera de pleno direito.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
17. São cláusulas especiais do contrato de compra e venda, entre outras, as seguintes:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_
18. Indique cinco espécies de contratos:  
1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_  
3 \_\_\_\_\_  
4 \_\_\_\_\_  
5 \_\_\_\_\_

## II — DIREITO COMERCIAL

1. São agentes auxiliares do comércio dependentes:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_
2. São agentes auxiliares do comércio independentes:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_
3. São requisitos elementares para que uma pessoa adquira a *qualidade de comerciante*:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_
4. Há pessoas que, por lei, são proibidas de comerciar, e há outras que são impedidas de fazê-lo, isto é, têm capacidade mas se encontram impedidas em virtude de circunstâncias especiais. Assim, indique, adiante das pessoas abaixo, em que condição (*proibidos ou impedidos*) se encontram:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- c) \_\_\_\_\_  
d) \_\_\_\_\_
9. São sociedades de pessoas: (indique)  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_  
d) \_\_\_\_\_
10. São sociedades de capital: (indique)  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_
11. São livros obrigatórios do comerciante:  
a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_
12. A impontualidade do comerciante no cumprimento de obrigação líquida e certa exigível caracteriza \_\_\_\_\_



13. Os credores classificam-se, na falência, em classes de acordo com a natureza do respectivo crédito. Indique 3 dessas classes:
- a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_
14. Consideram-se obrigações líquidas e certas, entre outras, as seguintes:
- a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_  
d) \_\_\_\_\_
15. A distinção entre sociedade mútua e sociedade cooperativa está em que naquelas \_\_\_\_\_ e nestas, de um modo geral, \_\_\_\_\_
16. São obrigações permanentes dos comerciantes, algumas atendidas periodicamente, entre outras, as seguintes:
- a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_  
d) \_\_\_\_\_  
e) \_\_\_\_\_  
f) \_\_\_\_\_

Esta prova teve a duração de 3 horas

#### PROVA DE CONTABILIDADE

Complete o sentido das frases que se seguem preenchendo com palavras ou expressões adequadas os espaços pontilhados.

1. O aumento do ativo pode corresponder a um aumento do ..... a um ..... do patrimônio ou a uma diminuição do .....
2. Uma redução no patrimônio pode corresponder a um ..... no patrimônio, a um aumento no ..... ou a uma .....
3. Segundo o método das partidas dobradas a soma dos débitos é sempre .....
4. As contas de agentes consignatários representam ..... de depositários de ..... da empresa.
5. Os direitos e ..... daqueles que estão em relação com a empresa são registrados nas contas de .....
6. As contas que registram aumentos ou ..... no patrimônio são chamadas de .....
7. As contas de agentes consignatários e de ..... são chamadas também contas .....
8. Os prejuízos e lucros são registrados nas contas de ..... também denominadas contas .....
9. As contas de compensação são as que se correspondem no ..... e no .....
- 10 a 19. Classifique com os símbolos seguintes as contas mencionadas abaixo:  
A — Agentes Consignatário; C — Correspondentes; P — Proprietário.
- ( ) Banco do Brasil-C/Movº ( ) Títulos de Renda  
( ) Ordenados ( ) Lucros e Perdas  
( ) Veículos ( ) Mercadorias  
( ) Impostos ( ) Capital  
( ) Acionistas-C/Capital ( ) Juros
20. Os cinco livros que constituem o conjunto escritural são: .....

21. O "Diário" é um livro (assinale com um X o que estiver certo):

Cronológico ..... ( )  
Facultativo ..... ( )  
Auxiliar ..... ( )  
Principal ..... ( )  
Obrigatório ..... ( )  
Sistemático ..... ( )

22. O "Razão" é um livro (assinale com um X o que estiver certo):

Auxiliar ..... ( )  
Obrigatório ..... ( )  
Cronológico ..... ( )  
Principal ..... ( )  
Sistemático ..... ( )  
Facultativo ..... ( )

23. Os livros principais também se denominam .....
24. Nas vendas a prazo, além da fatura, deve também ser expedida .....
25. Os requisitos essenciais da promissória são: a) a expressão .....; b) .....; c) .....; d) .....; e e) .....
26. Quando os títulos da dívida pública têm o valor ..... menor que o valor nominal, diz-se que estão .....
27. Os títulos da dívida pública podem ser: federais, ..... e .....
28. A debênture é um título representativo de um ..... lançado por uma .....
29. Os acionistas sem direito de voto nas assembléias gerais são os portadores de ações .....
30. Os "warrants" são documentos emitidos pelas .....
31. Juntamente com o "Warrant" é também emitido o .....
32. O agrupamento de contas determinado pelo Decreto-lei 2627, de 26-9-40, é o seguinte:

| Ativo    | Passivo  |
|----------|----------|
| a) ..... | a) ..... |
| b) ..... | b) ..... |
| c) ..... | c) ..... |
| d) ..... | d) ..... |
| e) ..... | e) ..... |

33. Sublinhe na relação a seguir as contas coletivas que encontrar:
- Mercadorias, Despesas Gerais, Contas Correntes, Capital, Títulos a Receber, Lucros e Perdas, Banco do Brasil, Bancos-C/Movimento.
34. Quando se debita uma conta em vez de outra, diz-se que o erro é de .....
35. Corrige-se um erro de repetição ..... o ..... lançamento.
36. O balancete de verificação é extraído do ..... e comprova a exatidão ..... da escrita.
37. Para que a conta de "Mercadorias" evidencie o ..... existente, as vendas devem ser lançadas .....
38. De acordo com os símbolos estabelecidos, indique se há lucro ou prejuízo nas situações expostas a seguir:

I — Inventário; SD — Saldo devedor; SC — Saldo credor.

SD — I = ..... I — SD = .....  
I — O = ..... SC + I = .....  
SC — O = ..... SD — O = .....



39. Quando as compras do ano e as vendas são escrituradas em contas distintas, o custo das mercadorias vendidas é igual ao "Stock" inicial + .....  
..... e — o .....

- 40 a 43. Com os elementos a seguir, organize a conta de "Lucros e Perdas" e determine o lucro líquido da empresa:

|                                                    |                                                 |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| Mercadorias (stock inicial) ...                    | Cr\$ 120.000,00;                                |
| Compras de Mercadorias; Cr\$ 850.000,00; Stock     |                                                 |
| final ... Cr\$ 200.000,00; Impostos ... Cr\$       | 90.000,00;                                      |
| Renda de Títulos ... Cr\$ 15.000,00; Ordenados ... | Cr\$ 150.000,00; Venda de Mercadorias ...       |
| Cr\$ 1.400.000,00; Depreciações ... Cr\$           | 60.000,00; Despesas Gerais ... Cr\$ 100.000,00. |

[illegible]

44. As reservas técnicas constituídas, obrigatoriamente, nas companhias de seguros que operam em ramos

| <i>Ativo</i>                   |             |
|--------------------------------|-------------|
| Caixa . . . . .                | 40          |
| Mercadorias . . . . .          | 500         |
| Imóveis . . . . .              | 900         |
| Impostos Antecipados . . . . . | 20          |
| Veículos . . . . .             | 100         |
| Bancos . . . . .               | 160         |
| Móveis . . . . .               | 150         |
| Contas Correntes . . . . .     | 600         |
|                                | <hr/> 2.470 |

[illegible]

Índice de liquidez ..... Índice de garantia  
do capital ..... Índice de imobilização do  
capital ..... Índice de rentabilidade .....

48. Tendo uma sociedade que opera em seguros um ativo líquido de Cr\$ 4.000.000,00, qual será o limite máximo de sua responsabilidade direta, em face do que estabelece o artigo 70 do Decreto-lei 2063, de 7-3-40? O limite da responsabilidade será de .....

49. As reservas técnicas nas companhias que operam em seguro de vida são: .....

50. A reserva de contingência nas companhias que operam em ramos elementares é constituída pela acumulação de .....% dos ..... anuais.

elementares, são: .....  
..... e .....

45. Sabendo-se que as vendas de uma empresa importaram em Cr\$ 6.440.000,00, incluído nesse total o lucro de 40%, o custo das mesmas vendas terá sido de Cr\$ .....

46. Pelo método de percentagem sôbre o preço de compra em série aritmética decrescente, determine a percentagem de cada ano, considerando os seguintes elementos:

Resíduo: 20%; Tempo: 10 anos; Razão da série aritmética: 1/2%.

| Anos | Percentagem<br>média | Percentagem<br>decrecente |
|------|----------------------|---------------------------|
| 1.   |                      |                           |
| 2.   |                      |                           |
| 3.   |                      |                           |
| 4.   |                      |                           |
| 5.   |                      |                           |
| 6.   |                      |                           |
| 7.   |                      |                           |
| 8.   |                      |                           |
| 9.   |                      |                           |
| 10.  |                      |                           |

47. Após ter classificado o seguinte balanço, determine os índices abaixo indicados:

| <i>Passivo</i>                 |             |
|--------------------------------|-------------|
| Capital . . . . .              | 1.500       |
| Contas Correntes . . . . .     | 450         |
| Lucros e Perdas . . . . .      | 300         |
| Contas a Pagar . . . . .       | 100         |
| Fundo de Depreciação . . . . . | 120         |
|                                | <hr/> 2.470 |

2.<sup>a</sup> PARTE — PROBLEMAS

- I — Proceder ao levantamento do balanço de uma sociedade de seguros que opera nos ramos elementares, tendo em vista o seguinte balancete:

|                                             | Débito | Cr\$         |
|---------------------------------------------|--------|--------------|
| Bancos C/de Movimento .....                 |        | 2.560.500,00 |
| Caixa .....                                 |        | 86.000,00    |
| Títulos de Renda .....                      |        | 1.500.000,00 |
| Contas Correntes .....                      |        | 645.650,00   |
| Agências e Sucursais-C/Cobrança .....       |        | 175.400,00   |
| Agências e Sucursais-C/Movimento .....      |        | 250.500,00   |
| Imóveis .....                               |        | 2.000.000,00 |
| Empréstimos Hipotecários .....              |        | 1.150.000,00 |
| IRB-C/Retenção de Reservas .....            |        | 210.340,00   |
| Ações do IRB .....                          |        | 200.000,00   |
| Móveis, Máquinas e Utensílios .....         |        | 310.000,00   |
| Bancos-C/Aviso Prévio .....                 |        | 600.000,00   |
| Apólices em Cobrança .....                  |        | 720.100,00   |
| Agentes e Corretores .....                  |        | 206.300,00   |
| Almoxarifado .....                          |        | 125.200,00   |
| Veículos .....                              |        | 150.000,00   |
| Prêmios Cancelados-Seguros .....            |        | 135.600,00   |
| Prêmios Cancelados-Resseguros Aceitos ..... |        | 15.170,00    |
| Prêmios de Resseguros em Congêneres .....   |        | 392.800,00   |
| Prêmios de Resseguros no IRB .....          |        | 722.700,00   |
| Comissões de Seguros .....                  |        | 1.652.900,00 |
| Comissões de Resseguros Aceitos .....       |        | 139.220,00   |
| Comissões de Retrocessões .....             |        | 78.160,00    |
| Sinistros de Seguros .....                  |        | 1.830.250,00 |
| Sinistros de Resseguros Aceitos .....       |        | 310.130,00   |



|                                                       |               |
|-------------------------------------------------------|---------------|
| Sinistros de Retrocessões .....                       | 260.800,00    |
| Despesas com Sinistros de Seguros .....               | 97.100,00     |
| Participação do IRB nos lucros das Retrocessões ..... | 185.620,00    |
| Despesas Administrativas .....                        | 2.860.940,00  |
| Despesas Diversas .....                               | 86.720,00     |
| Tesouro Nacional-C/Depósito .....                     | 200.000,00    |
| Ações em Caução .....                                 | 60.000,00     |
|                                                       | <hr/>         |
|                                                       | 19.918.100,00 |

**Crédito**

|                                                |               |
|------------------------------------------------|---------------|
| Capital .....                                  | 4.000.000,00  |
| Reserva para Integridade do Capital .....      | 820.400,00    |
| Reserva para Oscilação de Títulos .....        | 56.720,00     |
| Fundo para Depreciações .....                  | 98.550,00     |
| Reserva para Aumento do Capital .....          | 1.000.000,00  |
| Reserva de Riscos Não Expirados .....          | 1.230.600,00  |
| Reserva de Sinistros a Liquidar .....          | 350.000,00    |
| Reserva de Contingência .....                  | 430.990,00    |
| Instituto de Resseguros do Brasil-C/Movº ..... | 150.180,00    |
| Agentes e Corretores .....                     | 46.200,00     |
| Contas Correntes .....                         | 510.900,00    |
| Imposto a Recolher .....                       | 220.600,00    |
| Comissões a Pagar .....                        | 52.410,00     |
| Títulos a Pagar .....                          | 150.000,00    |
| Impostos de Bombeiros a Recolher .....         | 35.050,00     |
| Fundo de Garantia de Retrocessões .....        | 840.900,00    |
| Prêmios de Seguros .....                       | 6.750.100,00  |
| Prêmios de Resseguros Aceitos .....            | 1.240.200,00  |
| Prêmios de Retrocessões .....                  | 490.800,00    |
| Comissões de Resseguros em Congêneres .....    | 170.500,00    |
| Comissões de Resseguros no IRB .....           | 95.710,00     |
| Recuperações .....                             | 290.630,00    |
| Salvados .....                                 | 405.330,00    |
| Juros sobre Títulos .....                      | 51.940,00     |
| Juros Bancários .....                          | 67.520,00     |
| Participação nos Lucros no IRB .....           | 101.870,00    |
| Títulos Depositados .....                      | 200.000,00    |
| Caução da Diretoria .....                      | 60.000,00     |
|                                                | <hr/>         |
|                                                | 19.918.100,00 |

**Notas para o balanço:**

- a) Reservas técnicas a serem constituídas:
  - Reserva de Riscos não Expirados 1.025.200,00
  - Reserva de Sinistros a Liquidar 280.000,00
  - Reserva de Contingência — 1/2% dos prêmios recebidos.
- b) Depreciações
  - Sobre móveis, máquinas, utensílios e veículos 10%
- c) Distribuição de lucros:
  - 5% para o "Fundo de Integridade do Capital"
  - 5% para "Reserva para Oscilação de Títulos"
  - 10% para gratificações do pessoal
  - 10% para percentagem da Diretoria
- d) O balanço deverá ser classificado segundo a lei que rege as sociedades anônimas.
- e) Determinar os seguintes índices:
  - 1) de rentabilidade
  - 2) de liquidez financeira
  - 3) de imobilização do capital

**II — Figurando um "Diário" deverão ser feitos os lançamentos das seguintes operações:**

- a) A Cia. pagou em consequência de um sinistro de transporte a importância de Cr\$ 45.000,00, conseguindo, porém, obter com a venda dos salvados do sinistro a importância de Cr\$ 10.000,00.
- b) Verifica-se o cancelamento de uma apólice de seguro-fogo com a devolução de Cr\$ 1.000,00 ao segurado.
- c) A Cia. remete ao seu agente de Petrópolis diversas apólices de seguro-fogo, para serem cobradas, na importância de Cr\$ 80.000,00. Dias depois o agente devolve, por desistência do segurado, uma apólice no valor de Cr\$ 1.400,00 e remete por

intermédio do Banco do Brasil a importância de Cr\$ 35.000,00 correspondente a cobranças realizadas.

- d) A Cia. efetua um resseguro no IRB de seguro-fogo, pagando de prêmio e importância de Cr\$ 70.000,00.

*Esta prova teve a duração de 3 horas*

**PROVA DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE LEGISLAÇÃO DE SEGUROS, RESSEGUROS E CAPITALIZAÇÃO**

**Complete:**

1. No seguro de acidentes pessoais, qual o elemento preponderante para efeito da respectiva taxação?  
Resposta: O elemento preponderante é .....
2. O prêmio bruto ou de tarifa é também chamado ... ..
3. Mercadorias transportadas num navio, e que estavam no seguro, sofreram um incêndio que causou a destruição de 4/5 do carregamento. O dano aí caracterizado (que se inclui entre os classificados como *riscos principais*, no seguro transportes) tem a denominação específica de .....
4. Tendo havido princípio de incêndio num carregamento de fumo, transportado em um navio, e havendo grande perigo comum foi, por meio d'água, debelado o fogo, tendo, entretanto, a água atingido uma carga de arroz estivada no porão, a qual ficou danificada em 50%. O dano sofrido pela carga de arroz tem o nome especial de .....
5. O abandono é um instituto jurídico próprio do seguro .....
6. Nas Sociedades que operam em seguros de vida, a Reserva de Contingência se destina a suprir quaisquer deficiência que porventura se verifiquem nas reservas de:
  - a) sinistros a liquidar;
  - b) .....
  - c) .....
7. No seguro mútuo, a prestação que o sócio paga à sociedade mútua tem o nome especial de ..... nos demais seguros a prestação que o segurado paga à sociedade tem o nome de .....
8. Num contrato de seguro de transporte marítimo, ficou estipulado que se a avaria sofrida pela mercadoria objeto do seguro fôsse inferior a determinado valor o segurador nada pagaria, arcando, assim, o segurado com tal prejuízo. A essa cláusula restritiva dá-se o nome de .....
9. Há dois tipos fundamentais de resseguros quanto à forma por que é feita a cessão. Num dêles o resseguro é combinado para cada caso isolado de seguro. No outro, o ressegurador, desde o início do contrato de seguro, fica responsável por determinada parte do risco, nas condições previamente firmadas.  
No primeiro caso diz-se que o resseguro é ....  
No segundo caso diz-se que é um resseguro .....
10. Além dos dois princípios fundamentais em que se baseia o seguro — *cálculo das probabilidades e o mutualismo* — a técnica do seguro baseia-se ainda em outros princípios, como por exemplo a dispersão dos riscos. Cite dois outros:
  - a) .....
  - b) .....
11. As apólices de seguros classificam-se, quanto ao prazo de vigência, em:
  - a) de prazo curto;



- b) .....  
c) .....  
12. Uma sociedade de seguros que apresenta no seu balanço anual uma reserva de sinistros a liquidar no valor de Cr\$ 680.000,00 possui, entre outros, os seguintes bens:

|                                                                                                                                                 | Cr\$       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| a) dinheiro em caixa .....                                                                                                                      | 310.000,00 |
| b) depósito no Banco do Brasil .....                                                                                                            | 205.000,00 |
| c) apólices da dívida pública federal interna .....                                                                                             | 100.000,00 |
| d) imóveis urbanos .....                                                                                                                        | 205.000,00 |
| e) hipotecas sobre imóveis urbanos do Distrito Federal, correspondendo as dívidas hipotecárias a 30% do valor dos imóveis respectivos .....     | 200.000,00 |
| f) hipotecas sobre imóveis rurais no Estado de São Paulo, sendo as dívidas hipotecárias inferiores a 50% do valor dos respectivos imóveis ..... | 320.000,00 |
| g) títulos de dívida pública da Prefeitura Municipal de São Paulo .....                                                                         | 300.000,00 |
| h) títulos de dívida pública interna, estaduais, com cotações superiores a 70% dos valores nominais respectivos .....                           | 400.000,00 |

Dos bens acima discriminados, indique aqueles que podem servir como garantidores da referida reserva de sinistros a liquidar, fazendo abaixo a competente demonstração de cobertura da dita reserva, utilizando-se, apenas, das importâncias necessárias para atingir o montante da mesma:

|             | Cr\$       |
|-------------|------------|
| a) .....    |            |
| b) .....    |            |
| c) .....    |            |
| Total ..... | 680.000,00 |

13. Das reservas abaixo indicadas, próprias de sociedades que operam em seguros de Vida, de Ramos Elementares e de Acidentes do Trabalho, a saber:

Reserva de Riscos não Expirados;  
Reserva de Contingência;  
Reserva de Seguros Vencidos;  
Reserva de Previdência e Catástrofe;  
Reserva para Oscilação de Títulos;  
Reserva Matemática;  
Reserva de Sinistros a Liquidar;

pergunta-se:

- a) Dentre as reservas acima, qual delas não é considerada reserva técnica?  
b) Além da reserva de sinistros a liquidar, quais as outras que devem ser constituídas pelas sociedades que operam no ramo Vida?

14. Foi efetuado um seguro, com cláusula de rateio, do conteúdo de um armazém contra o risco de Incêndio. O valor segurado, constante da apólice, era de Cr\$ 500.000,00.

- a) Tendo havido um incêndio no dito armazém, verificou-se que no momento do sinistro as mercadorias existentes no local atingiam apenas a importância de Cr\$ 100.000,00. Sabendo-se que o prejuízo foi de somente Cr\$ 50.000,00 pergunta-se qual a indenização que deve ser paga pelo segurador.

Resposta: Cr\$ .....

- b) Entretanto, se o valor do seguro fôsse de Cr\$ 500.000,00, o das mercadorias de Cr\$ 600.000,00 e tivesse havido salvados no valor de Cr\$ 400.000,00, pergunta-se: qual a indenização a ser paga pelo segurador?

Resposta: Cr\$ .....

15. A retrocessão constitui, principalmente, a aplicação prática de qual princípio da técnica de seguros?

Resposta: do princípio da .....

16. Em matéria de seguro, que se entende por *retenção própria*?

Resposta: .....

17. Tendo um prédio no valor de Cr\$ 500.000,00 sido co-segurado por Cr\$ 360.000,00 em quatro sociedades, a saber:

|                   | Cr\$       |
|-------------------|------------|
| Sociedade A ..... | 140.000,00 |
| Sociedade B ..... | 100.000,00 |
| Sociedade C ..... | 80.000,00  |
| Sociedade D ..... | 40.000,00  |

pergunta-se qual a indenização a ser paga pela co-seguradora C, no caso de ocorrência de um sinistro que provoque um dano no valor de Cr\$ 200.000,00, atendendo-se às cláusulas de rateio e de contribuição proporcional?

Resposta: Cr\$ .....

18. Num determinado seguro de Cr\$ 800.000,00 (o valor do objeto segurado era exatamente Cr\$ 800.000,00), a seguradora fez a retenção de Cr\$ 220.000,00, tendo ressegurado o restante. Tendo havido um sinistro, houve danos avaliados em Cr\$ 80.000,00. Qual a recuperação da seguradora?

Resposta: Cr\$ .....

19. Sabendo-se que em determinada região, de cada 8.000 casas de condições iguais, 4 são anualmente sinistradas por incêndio, com danos, em média, de 70%, pergunta-se qual a taxa que deve servir de base ao cálculo do prêmio puro para os contratos de seguro de tais casos.

Resposta: A taxa é de .....%

20. Num contrato de seguro de acidentes do trabalho dos operários da firma J. Souza e Cia., todos eles com família, realizado pela dita firma com a "Sociedade X de Seguros de Acidentes do Trabalho", pergunta-se quem é o segurado.

Resposta: .....

## II PARTE

1. Um comerciante, Sr. Z, fez o seguro das mercadorias do seu armazém, pelo valor total das mesmas, contra o risco de fogo, na Seguradora X. Tendo havido um incêndio no prédio vizinho, o qual se encontra segurado contra fogo na Sociedade Y, os bombeiros, a fim de que o incêndio não se propagasse ao referido armazém, fizeram a remoção de certa parte da mercadoria para a rua. Após o incêndio, verificou-se ter havido danos nas mercadorias do armazém do Sr. Z, causadas pela água, os quais foram avaliados em Cr\$ 40.000,00, bem como estragos nas mercadorias levadas para a rua, avaliados estes em Cr\$ 15.000,00 e causados pelos curiosos.

Pergunta-se:

- a) qual das duas Sociedades seguradoras deve indenizar o Sr. Z?

Resposta: .....

- b) qual o valor da indenização?

Resposta: .....

2. Tendo sido solicitada autorização para funcionamento de uma sociedade anônima destinada a explorar seguros dos ramos elementares, bem como aprovação



dos seus estatutos sociais, verificou-se que dos mesmos constava o seguinte:

- a) número de acionistas — 5.000
- b) que as ações podiam ser nominativas e ao portador;
- c) capital social — Cr\$ 5.000.000,00
- d) dedução obrigatória de 3% dos lucros líquidos anualmente verificados para a constituição de um fundo de reserva destinado a assegurar a integridade do capital social;
- e) que além de explorar as operações de seguros dos ramos elementares, exercia administração de bens;
- f) que a publicação do balanço e de conta de lucros e perdas seria feita anualmente, durante o mês de março;
- g) que o capital subscrito deveria ser realizado da seguinte maneira:
  - 1.º) Cr\$ 2.500.000,00 dentro de 90 dias contados da publicação do decreto de autorização para funcionamento da sociedade;
  - 2.º) os restantes Cr\$ 2.500.000,00 dentro de 3 anos contados da publicação do referido decreto.

Os estatutos não foram aprovados pelo poder competente, por haver, nos mesmos, dispositivos contrários à legislação vigente reguladora da matéria. Reproduza, a seguir, os dispositivos que lhe pareceram não estar certos, fazendo, de conformidade com a legislação em vigor, a correção somente dos pontos errados.

*Resposta:*

3. Uma sociedade de seguros possui um ativo líquido de Cr\$ 950.000,00. Qual o limite máximo de responsabilidade em seguros diretos desta sociedade?

*Resposta:* Cr\$.....

4. Num caso de co-seguro obrigatório, sendo o valor do seguro de Cr\$ 2.400.000,00, qual o número mínimo de sociedades nacionais que devem participar deste co-seguro?

*Resposta:* Cr\$ .....

5. Determinada pessoa subscreveu dez (10) ações de uma sociedade destinada a operar em seguros dos ramos elementares, sendo o valor de cada ação de Cr\$ 500,00. Sabendo-se que os tomadores de capital deviam realizar em dinheiro, no ato da subscrição, o mínimo exigido por lei, pergunta-se quanto realizou o referido subscritor no ato da subscrição.

*Resposta:* Realizou Cr\$.....

6. Uma sociedade de seguros apresentou ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (D.N.S.P.C.) a relação dos bens destinados à cobertura obrigatória da metade do capital realizado e das reservas técnicas. Na demonstração verificou-se, com referência aos títulos de renda, o seguinte:

- a) valor nominal dos títulos, englobadamente ..... 3.400.000,00
- b) valor de aquisição dos mesmos ..... 3.000.000,00
- c) valor pela última cotação oficial ..... 3.200.000,00
- d) valor da cotação média dos 3 últimos anos ..... 3.020.000,00

Tais títulos, para fins da referida cobertura, devem ser escriturados por qual dos valores acima referidos?

*Resposta:* pelo valor de Cr\$.....

7. O prazo máximo de vigência das apólices de seguros dos ramos elementares é de .....

8. Uma sociedade mútua destinada a explorar operações de seguros, para constituir-se, é necessário que tenha o número mínimo de ..... sócios fundadores.

9. O D.N.S.P.C. após examinar as tabelas de limites técnicos de operações em seguro direto de certa sociedade — tabelas estas que lhes haviam sido apresentadas pelo I.R.B. — resolveu não aprová-las. Que providência deve tomar o I.R.B. na hipótese de não se conformar com a decisão do D.N.S.P.C.?

*Resposta:* .....

10. Em uma determinada sociedade de seguros em que o capital realizado é de Cr\$ 2.200.000,00, o Fundo de Garantia de Retrocessões é de Cr\$ 1.080.000,00. Quanto falta para que o dito Fundo alcance o limite mínimo legal?

*Resposta:* Cr\$.....

11. Dentro de que prazo, contado da apresentação da proposta para a realização de um seguro de vida, deve a seguradora aceitar ou recusar o seguro proposto?

*Resposta:* dentro do prazo de ..... dias.

12. Uma pessoa fez um contrato de seguro de vida no dia 20 de setembro de 1951, indicando mulher e filhos como beneficiários. Em 17 de novembro de 1953 esta pessoa suicidou-se, sendo levada a este ato, segundo se concluiu, em virtude de desequilíbrio mental originado por questões de ordem comercial.

Pergunta-se:

- a) deve a companhia seguradora pagar a indenização do seguro ao beneficiário? .....
- b) por que? .....

13. Tendo havido fraude por parte do segurado em um seguro de transporte marítimo, em que o prêmio estipulado foi de Cr\$ 2.500,00 e descoberta a fraude antes de ser ele pago, será o segurado obrigado a pagar ao segurador a importância de Cr\$.....

14. Uma casa, segurada contra o risco de fogo pela importância de Cr\$ 150.000,00, foi hipotecada pelo seu proprietário a uma determinada firma como garantia de um empréstimo de Cr\$ 200.000,00. Tendo sido o prédio totalmente destruído por um incêndio o credor hipotecário quer receber a indenização diretamente da sociedade seguradora.

Pergunta-se:

- a) deve a seguradora pagar a indenização à firma em aprêço? .....
- b) por que? .....

15. Para os efeitos da autorização para funcionamento de sociedades seguradoras, as operações de seguros se dividem em dois grupos:

- a) .....
- b) .....

16. Quais são as sociedades seguradoras que gozam da garantia subsidiária da União?

*Resposta:* .....

17. J, empregado de uma firma, em virtude de disputa relacionada com o trabalho, foi atingido no rosto por um tinteiro que lhe atirou um freguês da firma, tendo ficado ferido.

Z, outro empregado, indo de bonde para o local do trabalho, saltou do veículo em movimento, em vir-



tude de estar atrasado na hora de entrar no serviço, tendo ficado acidentado.

M, um terceiro empregado, durante período destinado ao descanso, ao passar, no local de trabalho, de uma sala para outra, escorregou e caiu, acidentando-se.

Pergunta-se:

Qual ou quais dos empregados acima aludidos sofreu acidente considerado acidente do trabalho por que responde o empregador?

Resposta: .....

18. Z, garçon e também encarregado da venda de cigarros de um botequim, recebe, como contraprestação de seus serviços, as seguintes parcelas:

- a) Cr\$ 1.500,00 — quantia fixa estipulada, que lhe é paga diretamente pelo empregador;
- b) gorjetas;
- c) almoço e jantar;
- d) aventais para utilização no serviço.

Pergunta-se quais as parcelas acima que, de acordo com a Lei de Acidentes do Trabalho, integram o salário do empregado.

Resposta :

Integram o salário do empregado Z as parcelas indicadas nas letras a e .....

19. As sociedades de seguros privados (consideradas estas segundo o critério estabelecido no Regulamento da Lei de Acidentes do Trabalho) que podem operar no ramo de acidentes do trabalho são:

- a) .....;
- b) .....;
- c) caixas de seguros de acidentes do trabalho de sindicatos.

20. Determinada companhia de capitalização submeteu à apreciação do órgão competente do M.T.I.C. um plano de operações pelo qual:

- a) o prazo de duração do título é de 5 anos;
- b) os títulos são ao portador;
- c) o título que, no mês de dezembro, fôr sorteado logo com o primeiro número do sorteio

será reembolsado pelo triplo do capital garantido na expiração do contrato;

- d) ao invés de combinações de letras, os títulos trarão indicações dos números que, por designação do sorteio, podem determinar seu reembolso antecipado.

O plano não foi aprovado em virtude de contrariar em alguns pontos a legislação específica reguladora da matéria. Entre os itens acima, dois deles estão em desacôrdo com a legislação vigente. Indique, a seguir, quais são eles, dizendo porque estão errados.

Resposta :

O item ..... está errado porque .....

O item ..... está errado porque .....

- 21. De acôrdo com a legislação que regula a capitalização no País, para que uma sociedade possa explorar operações de capitalização no Brasil é necessário que tenha no mínimo um capital de Cr\$.....
- 22. Uma proposta de seguro contra o risco de incêndio, datada de 20 de maio de 1953, foi recebida por uma sociedade de seguros em 21 do mesmo mês, e esta, tendo aceito a proposta, emitiu, em 2 de junho, a competente apólice ao candidato ao seguro que a aceitou em 3 de junho de 1953, pagando o competente prêmio.

Pergunta-se :

- a) O sêlo proporcional devido pela realização do referido contrato de seguro deve ser recolhido à repartição competente do Ministério da Fazenda até quando?
- b) o impôsto sobre prêmios de seguros, também chamado impôsto de fiscalização, relativo à dita apólice deve ser recolhido à repartição competente do aludido ministério até que data?

Respostas:

- a) o impôsto de sêlo proporcional deve ser recolhido até o dia .....
- b) o impôsto sobre prêmios de seguros deve ser recolhido até o dia .....



## Recrutamento e Seleção de Pessoal

ARÍZIO DE VIANA

**N**OS inquéritos e Congressos científicos que se têm levado a efeito — tanto na Europa como nos Estados Unidos da América do Norte — acêrca dos princípios, das doutrinas, das técnicas e dos problemas básicos da Administração Pública, é sempre acentuada a importância vital dos efetivos humanos recrutados e selecionados para os serviços públicos. Nada mais lógico. E' por intermédio do exército de servidores e agentes devidamente qualificados que o Estado Moderno pretende realizar os seus fins e dar conteúdo objetivo às crescentes exigências de bem-estar geral da coletividade.

Razões de ordem técnica, psicológica, administrativa e social emprestam às funções de recrutamento, seleção e aperfeiçoamento características de amplitude e profundidade verdadeiramente decisivas. Ainda recentemente, o International Institute of Administrative Sciences teve oportunidade de acentuar em um de seus documentos básicos:

"All of these systems of executive leadership and coordination — indeed, all of government — must be operated by men and women. To bring men and women of the highest potential into the service, to maintain conditions of employment conducive to high morale and competent performance, and to retain employees of proved merit — these are the essentials of personnel management." (1)

Com a maior tenacidade e espírito de sacrifício conseguiu o D.A.S.P. despertar a consciência e a sensibilidade do povo brasileiro para a exata compreensão desses problemas.

Cargos e funções do Serviço Público não devem constituir patrimônio de partidos políticos vitoriosos.

Os mais altos interesses da segurança, do bem-estar e da prosperidade da Nação exigem das repartições governamentais serviços de tal ordem que unicamente servidores bem selecionados e treinados estão em condições de prestá-los, atendidos os aspectos correlacionados de custo e eficiência.

Está em jogo a questão vital de obtenção de índices e coeficientes de produtividade proporcionais tanto aos esforços e recursos empregados quanto aos objetivos específicos colimados.

No complexo e vasto quadro da Administração Geral, os problemas peculiares da administração de pessoal são dominados, por sua vez, pelos fatos relativos ao recrutamento, à seleção e ao aperfeiçoamento dos servidores.

A êste respeito, seja-me permitido relembrar o alto e nobre depoimento do Presidente Franklin Roosevelt, em 1937, quando submeteu ao Congresso dos Estados Unidos o seu famoso programa para reorganização do Poder Executivo do Governo Federal norte-americano:

"In these troubled years of world history a self government cannot long survive unless that Government is an effective and efficient agency to serve mankind and carry out the will of a nation. A Government without good management is a house builded on sand." (2)

Efetivamente, a solidez das instituições, a própria estabilidade do regime e as possibilidades de progresso material do país estão na dependência direta dos mecanismos administrativos disponíveis e, primordialmente, da "qualidade" dos homens e mulheres que os movimentam. Isto é, as forças de trabalho que traduzem, em termos ativos de decisões e atos os objetivos do Estado e as aspirações da coletividade. Daí, as conexões viscerais entre os problemas de recrutamento, seleção e aperfeiçoamento dos servidores e as perspectivas de renovação administrativa, elevação da rentabilidade e racionalização de serviços na base do pleno funcionamento do sistema do mérito.

De qualquer forma, é nesta típica área da Administração-Geral que o D.A.S.P. se tem revelado como o laboratório ideal para conhecimento exato das necessidades, do comportamento, das aspirações e das tendências dos servidores do Estado.

O sistema do mérito, implantado à custa de tanto sacrifício, é a expressão somatória dos es-

(1) *Issues and Problems in the Administrative Organization National Governments* — by ARNOLD MILES and ALAN L. DEAN. I — Undertaken by the Committee on Administrative Practices of the International Institute of Administrative Sciences for the United Nations Organization — 1950 — Brussels.

(2) *The Central Machinery of Government: Its Role and Functioning* — by RALF BURTON and EDWARD STRAIT — IV — Undertaken by the CAP — International Institute of Administrative Sciences for the UNO — 1951 — Brussels.



forços do D.A.S.P. no sentido do aperfeiçoamento dos serviços públicos brasileiros. Por conseguinte, algo mais expressivo do que a simples pesquisa de diferenças das tendências individuais, é a apuração da capacidade física e intelectual dos indivíduos em termos de processos científicos de seleção profissional.

O grande acréscimo de trabalho ocorrido no setor de Seleção e Aperfeiçoamento foi em parte ocasionado pelo fato de que, no período de 1946-1950, a seleção de pessoal para o serviço público federal esteve praticamente paralisada.

As necessidades que se foram acumulando nesse lapso de tempo estavam a exigir pronta solução e isso representava para o D.A.S.P. uma considerável sobrecarga de trabalho, tanto mais difícil quanto é certo que forças contrárias ao sistema do mérito estavam atuando vivamente, estimuladas pelas vantagens obtidas no período de paralisação dos concursos.

Os concursos têm sido, em geral, considerados simples competições pela conquista de cargos públicos. Essa concepção unilateral e simplista põe de lado certos aspectos que merecem, todavia, ser focalizados. Os concursos do D.A.S.P. constituem um valioso instrumento de educação em massa. Graças a eles, grandes contingentes da juventude brasileira buscam o convívio dos livros e dos professores, aprimorando a inteligência, cultivando o hábito do estudo e desenvolvendo um sadio espírito de emulação.

Essa obra educacional de vastas proporções conduz, na esfera administrativa, à dignificação da função pública e à moralização dos costumes, por isso que coloca, em plano mais nobre e isento de influências desagregadoras, o ingresso nos quadros do funcionalismo. A Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do D.A.S.P. tem toda razão quando encara os concursos em termos mais amplos, como instituição social.

As publicações dessa Divisão costumam acertadamente repetir que o concurso representa — para o *Estudante*: o estímulo que advém da certeza de que sua aplicação e seus esforços poderão ser recompensados pelo ingresso numa carreira digna e promissora; para os *Pais*: a tranqüilidade quanto ao futuro dos filhos, a quem o serviço público oferece, pelo critério exclusivo da competência, amplas oportunidades de emprego; para os *Professores*: as vantagens e o prestígio decorrentes de uma situação em que o saber é a arma decisiva para a conquista das posições; para o *Cidadão* em geral: a possibilidade de um serviço público mais eficiente, porque executado por funcionários mais cultos e esclarecidos; para os *Chefes de Serviço*: a tranqüilidade e a economia de esforço resultantes do fato de contarem com auxiliares capazes, aos quais poderão delegar parte de suas complexas tarefas e com os quais poderão contar para o êxito de sua missão; finalmente, para o *Brasil*: um fator de progresso material, um instrumento de melhoria dos costumes políticos e

administrativos, e um poderoso incentivo à cultura.

Não se pode negar, por outro lado, que os concursos do D.A.S.P. são um fator de unidade nacional, pois a eles se apresentam brasileiros de todos os recantos do país, trazendo para o Serviço Público a contribuição de diferentes experiências, condições de cultura e características sociais, que ao invés de permanecerem isoladas como fermento de desagregação, integram-se numa obra comum e de alta significação político-administrativa.

Inúmeros são os problemas nacionais, para cuja solução o concurso tem contribuído decisivamente. Como excelente instrumento de aferição do grau de rendimento do ensino secundário e superior, os concursos têm alertado o Governo, o magistério e os técnicos de educação para a gravidade de certas questões, inspirando-lhes providências e apresentando-lhes, na clareza iniludível dos fatos, a base para soluções objetivas.

Os concursos do D.A.S.P. vêm, ainda, ajudando a resolver importantes problemas de saúde pública. Milhares e milhares de candidatos são submetidos, anualmente, pelo Serviço de Biometria Médica, a rigorosos exames de sanidade e capacidade física, nos quais se empregam os mais eficientes recursos da medicina moderna, desde as provas de laboratório até o raio X. Esses exames, sempre que necessário, são completados por um serviço de orientação para tratamento.

Ademais, grande número de leis, como as relativas a registro civil, registro de diplomas, regulamentação profissional e um sem número de matérias de inquestionável importância, têm encontrado a seu serviço, como prestimosos instrumentos de divulgação e elucidação, os concursos cuja rede cobre todo o território nacional, levando a presença do espírito federativo aos mais recônditos recantos do Brasil. Não foi, pois, sem profundas razões de ordem social, política e administrativa, que a Constituição Federal consagrou o concurso como processo de conquista dos cargos públicos. Dentro dessa elevada ordem de idéias é que se encontra a verdadeira concepção do concurso, que o D.A.S.P. tem procurado difundir, através de intenso trabalho de divulgação e propaganda na Capital Federal e em todos os Estados do Brasil.

Para esse efeito, organizou-se um fichário de jornais, estabelecimentos de ensino e organizações profissionais, aos quais foram distribuídos 44.800 exemplares de impressos elucidativos diversos, indispensáveis à orientação dos interessados e do povo em geral. Além disso, foram conseguidas inúmeras irradiações através de diversas emissoras e enviadas, diretamente aos interessados, várias centenas de cartas e telegramas. Esses trabalhos de divulgação e propaganda foram feitos em termos estritamente impessoais, nêles sendo mencionado, apenas, o nome do D.A.S.P., raramente havendo qualquer referência de ordem pessoal. Ainda no que se refere à divulgação e propaganda, há que mencionar os trabalhos de organização



da Exposição Comemorativa do 14º Aniversário do D.A.S.P., e o farto noticiário distribuído à imprensa.

Graças ao apoio, constante assistência e alta compreensão do Governo Federal, o D.A.S.P. conseguiu executar com pleno êxito um programa de trabalho que excedeu de muito as possibilidades existentes em matéria de pessoal e outros recursos. Assim é que, em 1952, foram abertas inscrições a treze (13) concursos e nove (9) provas de habilitação. O total de candidatos inscritos foi de onze mil, quinhentos e trinta e sete (11.537). As inscrições abertas, em 1952, aos 13 concursos foram para Médico Psiquiatra, Guarda-Livros, Zelador, Prático de Laboratório, Tecnologista — M.F., Tecnologista — M.M., Médico do Trabalho, Inspetor do Trabalho (sustado judicialmente), Meteorologista, Radiotelegrafista, Operário de Imprensa, Estatístico, Assistente Jurídico. As provas de habilitação foram para Fiscal do M.T.I.C. (realizada no D.F. e Estados), Inspetor do Ensino Comercial (realizada no D.F. e Estados), Farmacêutico (realizada no D.F.), Dentista (realizada no D.F.), Radiotécnico e Radiomantenedor (realizada no D.F. e Estados), Cartógrafo (realizada no D.F. e Estados), Controlador de Tráfego Aéreo (realizada no D.F. e Estados), Assistente Jurídico (realizada no D.F. e Estados), Assistente Sindical. Em 1953 foram realizados os seguintes: Agente Fiscal do Imposto de Consumo (D.F. e Estados), Contador (D.F. e Estados), Datiloscopista Auxiliar (Estados), Meteorologista (D.F.), Radiotelegrafista (M.J.N.I., D.F.), Almoxarife (D.F. e Estados), Arquivista (S.P.F., D.F. e Estados), Calculista (M.A., D.F., S.P., R.G.S. e M.G.),

Datilógrafo (S.P.F., D.F. e Estados), Escriturário (S.P.F., D.F. e Estados), Estatístico (S.P.F., D.F. e Estados), Técnico Agrícola (M.A., D.F. e Estados), Inspetor de Seguros (M.T.I.C., D.F. e Estados), Operário de Imprensa (M.M., D.F.), Alfaiate (M.G., D.F.), Gravador (M.F., D.F.), Auxiliar Administrativo (D.F. e Estados), Escrevente-Datilógrafo (D.F. e Estados), Zoopatologista (D.F. e Estados).

Como prova do renascimento da confiança na atuação do D.A.S.P., foram solicitados os trabalhos da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento por vários órgãos do Serviço Público. Algumas dessas solicitações já foram integralmente atendidas e outras estão na fase de entendimentos. Do que já foi realizado pode-se enumerar o seguinte:

- a) realização de concursos para o Tribunal de Contas;
- b) realização de concursos para a Administração do Porto do Rio de Janeiro;
- c) orientação e fornecimento de material (modelos de instruções, provas e critérios de julgamento):
  - à Cia. Siderúrgica Nacional
  - ao Superior Tribunal Militar
  - ao Departamento dos Correios e Telégrafos; e
  - ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Os postos de inscrição, mantidos pelo D.A.S.P. nos Estados, funcionam satisfatoriamente, prestando valiosos serviços no que se refere a recrutamento, inscrição e execução de provas.



# A Divisão de Águas do Ministério da Agricultura

Reportagem de F. DE A. NOGUEIRA

*Importância econômica e técnica de um órgão útil e bem administrado*

**F**OCALIZAREMOS, nesta reportagem, para os leitores da "Revista do Serviço Público", um dos órgãos públicos que, apesar do grande trabalho que realiza, da mais alta qualidade técnica, tudo faz discretamente e sem alarde.

Esse trabalho, aliás, produzido pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, não possui apenas elevado teor técnico, é, por excelência, de excepcional importância para diferentes atividades nacionais de natureza econômica.

Manda a justiça que se indique o responsável principal dessa obra: o Engenheiro Civil Valdemar José de Carvalho. Sua vida vem sendo, em grande parte, oferecida ao Serviço Público Federal: 33 anos, sendo que faz 11 anos que dirige a Divisão de Águas.

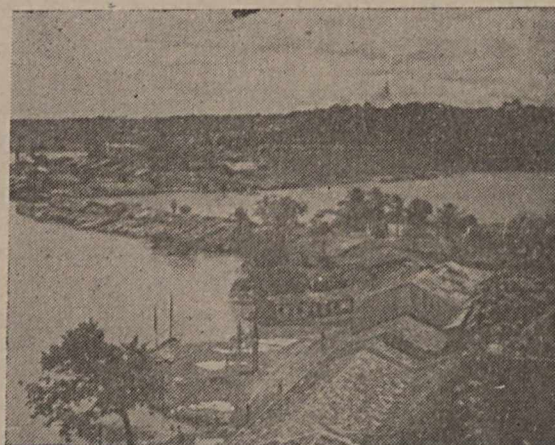
Vários cargos de destaque tem ocupado o Dr. Valdemar José de Carvalho: Diretor de Divisão do Pessoal do Ministério da Agricultura, ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Energia Elétrica e, faz pouco tempo, em 1951, representou em Paris o Governo Federal, na Conferência Mundial de Energia Elétrica.

Para darmos idéia completa da Divisão de Águas, procuramos ouvir, primeiramente, o seu próprio Diretor, pedindo-lhe que nos fizesse uma dissertação sobre a organização administrativa desse órgão, sua finalidade e desenvolvimento, além de indicar, se houvesse, algumas medidas propostas ou por propor, tendentes a dar-lhe melhor capacidade quanto ao seu funcionamento e produção.

Com a palavra, disse-nos, então, o Dr. Valdemar José de Carvalho:

A Divisão de Águas, criada em agosto de 1933, constituía-se, de início, de duas Seções: a) Energia Hidráulica e b) Concessões, Legislação, Fiscalização e Estudos Econômicos.

O quadro de pessoal técnico e administrativo atendia, razoavelmente, aos seus encargos, que se limitavam, tão-somente, ao estudo de regime dos cursos d'água e ao das fontes de energia hidráulica, bem como aos decorrentes do Código de Águas.



Penedo (E. Alagoas) Rio S. Francisco — Enchente, 1946

Depois da criação da Divisão de Águas, a sua estruturação foi ampliada com o desdobramento da Seção de Concessões, a criação da Seção de Fotogrametria, e a incorporação das Seções de Irrigação (desanexada do extinto Serviço de Reflorestamento, Irrigação e Colonização) e de Pluviometria e Inundações, atualmente denominada Seção de Hidrologia (desanexada do Serviço de Meteorologia).

Com essas alterações, a Divisão de Águas passou a ter a seguinte estruturação:

1. Seção de Energia Hidráulica;
2. Seção de Concessões, Legislação e Estudos Econômicos;
3. Seção de Fiscalização e Estatística;
4. Seção de Hidrologia;
5. Seção de Irrigação;
6. Seção de Fotogrametria;
7. Sete Distritos no interior do País.

As atribuições da Divisão de Águas, de âmbito nacional, aumentaram extraordinariamente, em desvantajosa proporção com o aumento de pessoal, ligeiramente acrescido, em relação à estruturação inicial, com o pessoal das Seções de Irrigação e de Pluviometria, desanexadas de outras Divisões.

Por outro lado, a partir da vigência do Código de Águas, foram promulgadas 27 leis com-



plementares, sobre águas e energia elétrica, cada uma delas atribuindo novos encargos à Divisão de Águas, sem a necessária ampliação do seu corpo técnico e burocrático.

E' de considerar, ainda, que, nesse interregno, novos organismos governamentais, autárquicos e sociedades de economia mista foram criados, resultando na requisição de técnicos daquela Divisão, para cargos de direção e Chefia, escolhidos, naturalmente, entre os mais capazes e os de maior tirocínio.

Os maiores desfalques, no cargo técnico da Divisão de Águas, verificaram-se por ocasião da criação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e, recentemente, do Banco de Desenvolvimento Econômico.

Como consequência do exaurimento dos quadros da Divisão de Águas, as leis relativas a águas e energia elétrica ficaram, praticamente, inoperantes, e os importantes encargos que lhe são atribuídos — muito de perto dizendo com o desenvolvimento econômico nacional — não podem ser tratados com a atenção que merecem, e que seria de desejar lhes fôsse dispensada.

O serviço normal de rotina é de tal vulto que asfixia a capacidade de trabalho dos técnicos e burocratas da Divisão de Águas.

Os engenheiros designados para missões de responsabilidade, tais como, entre outros: estudos de fontes de energia hidráulica, estudos hidrológicos, projetos de aproveitamentos hidrelétricos, projetos de irrigação, fixação de tarifas, estudos econômicos e estabelecimentos e ampliação de sistemas elétricos, são — a um só tempo — projetistas, desenhistas, calculistas, e, mesmo, datilógrafos.

Isso constitui um contraste chocante com o que se observa em organizações privadas e, mesmo, em alguns setores governamentais, onde cada técnico encarregado de estudos de responsabilidade conta com uma equipe de auxiliares especializados.

Falando dessa maneira, sentimos que o pensamento do Dr. Valdemar José de Carvalho se voltava no sentido de desejar para a sua Divisão uma nova estrutura que correspondesse às necessidades reais do órgão. Solicitamos, assim, que nos dissesse algo a esse respeito. Ouçamos, pois, o que disse o Diretor da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura:

Ao se cogitar de uma reestruturação da Divisão de Águas é preciso atentar, com carinho e objetividade, para a necessidade de se ampliar o quadro de pessoal, bem como de bem remunerar, de maneira justa e condigna, os técnicos e os demais servidores.

A ser mantido o atual padrão de vencimentos, não será possível a seleção de novos valores e a manutenção dos elementos úteis de que, no momento, se disponha. E' chegada, pois, a hora

de fazer-se uma reestruturação da Divisão de Águas.

Aliás, convenceu-se o próprio Governo de que a indústria da eletricidade, para ter o desenvolvimento que merece, precisa ficar subordinada, não a uma Divisão, mas a um Departamento que seja um dos componentes de um Ministério especializado.

Daí, a mensagem recentemente encaminhada ao Legislativo, em que se propõe a criação do Ministério de Minas e Energia Elétrica.

Os técnicos da Divisão de Águas com a experiência adquirida, há 18 anos, na execução do Código de Águas e no trato de todos os assuntos ligados a águas e energia elétrica, apresentam, como colaboração, a estruturação de um Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que julgam atender, plenamente, às finalidades que o Governo tem em vista.

Para uma rápida compreensão da sugestão, ora apresentada, encontram-se 3 organogramas, a saber: o primeiro, relativo à atual organização da Divisão de Águas; o segundo, refere-se à atual organização do Departamento Nacional de Iluminação e Gás, e o último, mostra a estruturação proposta para o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

A organização do DNAEE resultará da fusão da Divisão de Águas com o Departamento Nacional de Iluminação e Gás, retirando-se destes as partes relacionadas com o gás e a iluminação pública, que passarão para o Distrito Federal, por se tratarem de serviços públicos, tipicamente municipais.

A fusão proposta apresenta, além das vantagens próprias a uma boa estruturação, importante vantagem da ordem econômica, qual seja a de evitar, no novo Departamento, a criação onerosa de um Serviço de Administração e de um laboratório de eletricidade.

Na atual organização da Divisão de Águas, existe a Seção de Irrigação que, positivamente, não cabe num Departamento de Águas e de Energia Elétrica.

Considerando que a irrigação é, também, de alta importância para o país, julgamos que aquela Seção deve passar para o Departamento Nacional da Produção Vegetal, constituindo uma nova Divisão com a denominação de "Irrigação e Conservação do Solo".

São assuntos que se completam, sendo que o estudo dos problemas relacionados com a conservação do solo, por um órgão especializado, virá preencher uma lacuna na estruturação administrativa federal.

O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica deverá, a nosso ver, ter a seguinte estruturação: 3 Divisões, Serviço de Administração, Serviço de Documentação e Auxiliares da Diretoria-Geral, incluindo-se, entre eles, dois assistentes jurídicos.



As Divisões componentes do Departamento serão as de Águas, Energia Elétrica e Fotogrametria. Cada uma delas contará com turma de administração e auxiliares do Diretor.

A Divisão de Águas ficarão afetos todos os assuntos relacionados com águas, e à Energia Elétrica os assuntos ligados à indústria da eletricidade.

A primeira compor-se-á das seguintes seções:

1. *Hidrologia* — (fluviometria; linimetria; pluviometria; estudos de regime; descargas sólidas; aferição de molinetes; laboratório hidráulico; previsão e anúncio de cheias e evaporação).

2. *Energia Hidráulica* — (estudos das fontes de energia hidráulica; avaliação do potencial hidráulico; classificação de cursos d'água; anteprojetos, orçamentos e obras).

3. *Reservatórios e cheias* — (seções barráveis; barragens; bacias de acumulação; remonte e assoreamento dos reservatórios).

A Divisão de Energia Elétrica constituir-se-á das seguintes seções:

1. *Concessões, autorizações e estudos econômicos* — (concessões e autorizações para aproveitamento de energia hidráulica; autorização para instalações de usinas termelétricas; ampliação de sistemas elétricos; contratos; estudos econômicos relativos à indústria da eletricidade; projetos e orçamentos de usinas e instalações elétricas).

2. *Fiscalização técnica* — (fiscalização técnica das empresas produtoras e distribuidoras; fiscalização de obras; execução de obras relativas a usinas e instalações elétricas; laboratórios de eletricidade; testagem de material; taxas e fiscalização dos contratos de fornecimento).

3. *Fiscalização contábil e estatística econômica* — (fiscalização contábil das empresas produtoras e distribuidoras; tarifas, custo original e histórico; depreciação; obsolescência e estatística econômica).

4. *Eletrificação rural* — (pesquisas e experimentos; cooperativas rurais elétricas; transmissões elétricas rurais; indústrias rurais; utilização de energia elétrica em sistemas de irrigação; tarifas e taxas).

Para concluir a sua excelente exposição, na qual o Dr. Valdemar José de Carvalho demonstra o perfeito conhecimento que tem da Divisão que dirige, inclusive das necessidades concernentes a torná-la ainda mais produtiva, assim falou o Diretor da Divisão de Águas:

Os estudos de aproveitamentos de energia hidráulica, de bacias de acumulação e de linhas de transmissão, de que cuidam a Divisão de Águas e a de Energia Elétrica, dependem de mapas e plantas rigorosamente executadas, através de levantamentos terrestres e aéreos.

A tendência da técnica moderna, na organização de cartas, se orienta no sentido dos levan-

tamentos aerofotogramétricos, dado o rigor que apresentam e a rapidez e economia na realização.

Em países de vasta extensão territorial e de topografia muito acidentada, o emprêgo dos modernos métodos de levantamento aéreo tem de ser intensificado suficientemente.

A fotogrametria constitui, hoje em dia, uma técnica altamente especializada, envolvendo várias especialidades distintas que se entrosam e que, para boa eficiência do seu emprêgo, precisa obedecer a um comando de especialistas.

Estamos, pelas razões expostas, convencidos de que os assuntos ligados à organização de mapas devem estar reunidos em uma Divisão especializada.

Daí a proposta que apresentamos da criação da Divisão de Fotogrametria, como uma das componentes do DNAEE, com as seções e atribuições que enumeramos a seguir:

1. Seção de vôo — (missões aéreas; manutenção; apropriação; laboratório fotográfico e arquivo de fotografias).

2. Seção de restituição — (projeto de vôo; desenho; fotocartas e mosaicos).

3. Seção de Geodésia — (contrôle terrestre e ambulatório).

4. Seção de mecânica de precisão — (reparos e fabricação de peças e aparelhos).

Finalizou o Diretor da Divisão de Águas afirmando:

— Para a execução da reforma aqui proposta, é necessária a promulgação das leis federal e municipal relativas à passagem dos serviços de gás e iluminação pública para a Prefeitura do Distrito Federal, além da que criará o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Ouvida a palavra do Diretor da Divisão de Águas, desejamos conhecer alguns de seus órgãos, a fim de verificar o seu funcionamento e utilidade prática. Nessas condições, pedimos ao próprio Dr. Valdemar José de Carvalho que nos indicasse dois desses órgãos, exatamente os que apresentassem, pelo serviço que executam, maior interesse para uma reportagem.

Indicou-nos, então, o Diretor da Divisão de Águas, duas Seções: a de Energia Elétrica e a de Hidrologia. Começemos, assim, pela

#### SEÇÃO DE ENERGIA HIDRÁULICA

Constitui esta, sem dúvida, um dos órgãos mais importantes da Divisão de Águas. Seu atual Diretor é o Engenheiro Civil e de Minas, Dr. José Augusto de Almeida, antigo servidor do Ministério da Agricultura e já havendo ocupado, por mais de



uma vez, cargos de chefia. Discreto e modesto, o Dr. José Augusto é exemplo bem vivo do técnico dedicado aos trabalhos que lhe são afetos, sem ambições materiais, mas produzindo, silenciosamente, obra digna de aplauso.

Demoradamente, tomamos conhecimento dos aspectos mais importantes da Seção, ouvindo a palavra do seu chefe que nos informou várias minúcias acêrca do trabalho que vem realizando êsse órgão da Divisão de Águas.

Dêsse modo, frente ao Engenheiro-Chefe da Seção de Energia Hidráulica, pedimos que nos dissesse, em linhas gerais, qual a finalidade do órgão e quais os trabalhos mais importantes que, presentemente, vinha realizando.

Disse-nos, assim, o Dr. José Augusto de Almeida: — em termos gerais, a Seção tem por objetivo o estudo do potencial hidrelétrico do Brasil. Existindo desde muitos anos, merece citação especial o estudo que a Seção fez do potencial do Rio Paraíba e seus afluentes.

Solicitamos, então, ao Dr. José Augusto, que nos fizesse uma descrição geral do Paraíba, apon-tasse os estudos já realizados e sua importância prática para a economia nacional.

Disse-nos o distinto engenheiro: — O rio Paraíba nasce na serra da Bocaina, com o nome de Paraitinga a uns 1800 metros de altitude, correndo em direção sudoeste na vertente setentrional da Serra do Mar. Ao aproximar-se de Guaramema inflete bruscamente para nordeste, em sentido contrário ao que vinha seguindo, ficando mais perto da Serra da Mantiqueira. Através de sua passagem, vai tocando em várias cidades do Estado do Rio, onde existem importantes indústrias, sem dúvida, entre as maiores do país. E é por essa razão, especialmente, que se tem pesquisado, com carinho, o seu potencial energético.

Acrescentou, em seguida, o Dr. José Augusto: — Êsses estudos que vêm sendo feitos pela Seção de Energia Hidráulica do rio Paraíba e seus afluentes são de grande importância, porque possibilitaram a determinação de vários pontos de energia para emprêgo nas usinas, em São Paulo, Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro.

Falando sobre a região mais explorada, disse-nos o Chefe da Seção de Energia Hidráulica: — Em virtude da grandeza do potencial hidrelétrico, um dos principais estudos foi o que se fez na região do Caraguatatuba (São Paulo). Aliás, foi o Engenheiro Ribeiro Filho quem estudou e projetou o desvio dêsse rio e a variante Mococa, estando o Estado de São Paulo sumamente interessado no aproveitamento dêsses desvios. A Divisão de Águas possui o Anteprojeto para a construção.

Pedimos que o Dr. José Augusto nos falasse acêrca dêsses estudos, considerando a sua significação econômica.

— Explicou, afirmando-nos, que essa realização traria como resultado o aproveitamento de um dos principais pontos de energia elétrica do Bra-

sil. Adiantou que desde 1936 fôra vislumbreada a possibilidade da construção do desvio, mas só no fim de 1941 se fizera o levantamento topográfico, ou melhor, fôra o mesmo estudado e projetado. Quanto à obra que seria construída, indicou que os estudos prevêem uma barragem de 30 metros de altura, em Ponte dos Mineiros, no rio Paraitinga; apesar de pequena (o que seria vantajoso, sob ponto de vista financeiro), ela irá desviar as águas do Paraitinga para o Piraibuna, onde outra barragem de 30 metros será construída também. Concluiu dizendo o Dr. José Augusto que é pensamento mandar essa energia para a cidade de São Paulo a fim de desafogar as fontes de energia já sobrecarregadas com o desenvolvimento crescente das atividades industriais.

Concluindo as suas declarações sobre a matéria, afirmou o Chefe da Seção de Energia Hidráulica:

— O Paraíba poderá ser facilmente aproveitado, transposto o divisor de águas para a vertente oceânica, produzindo uma queda de 620m e uma potência de 465.000 H.P., desviando 50m<sup>3</sup> de água, por segundo. Êsse desvio poderá ser feito por meio de barragem de pequena altura e um túnel de cerca de 3 quilômetros e meio. Isso significaria, por certo, o fornecimento de energia para muitas indústrias, com a vantagem do seu consequente barateamento. E dessa região, será o Estado de São Paulo aquele que mais se beneficiará.

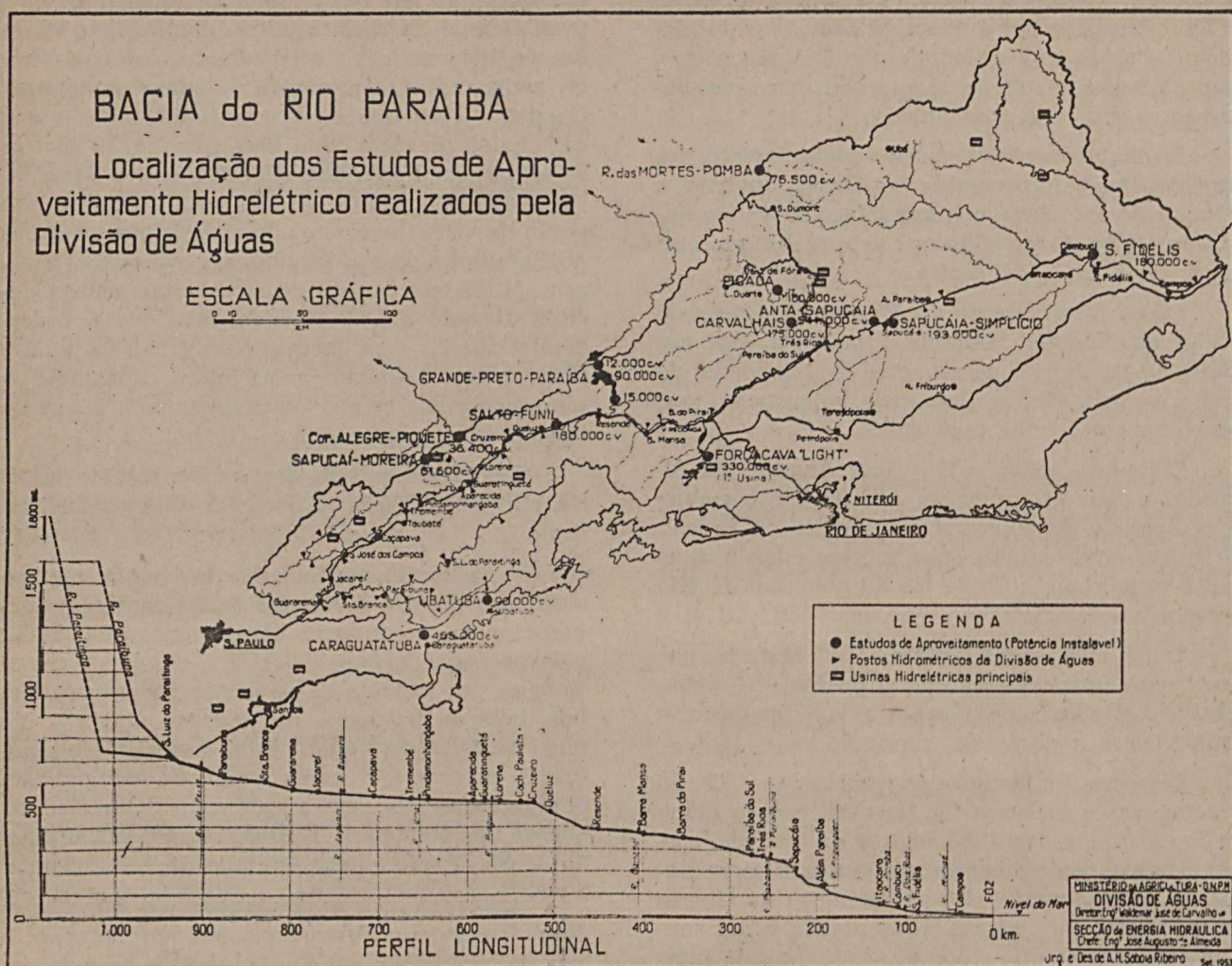
Satisfeitos com as declarações do Engenheiro José Augusto de Almeida, como tivéramos notícias da existência, em Paulo Afonso, de uma pequena usina que é, presentemente, a responsável pelo fornecimento de energia das obras grandiosas ali existentes, procuramos ouvir a palavra do Engenheiro Correia Leal. Relatemos, assim, algo sobre a pequena

#### USINA DE PAULO AFONSO

Acompanhado do Chefe da Seção de Energia Hidráulica, palestramos com o Dr. Correia Leal, sem dúvida, um dos mais brilhantes engenheiros do Ministério da Agricultura. A palestra que mantivemos contou com a presença do mais antigo engenheiro dêsse setor de energia hidráulica, o Dr. Luiz Lofgren que, apesar de ser servidor do Ministério há 35 anos, tendo sido o criador dessa parte técnica, havendo mesmo iniciado o estudo de regimes de rios, conseguiu apenas alcançar a letra N.

Voltemos, porém, a ouvir a palavra do Dr. Correia Leal. Informou-nos que de 1944 até 1949, após vários estudos, foi montada a pequena usina. Seu trabalho abrangeu o estudo de toda a região de Paulo Afonso e cachoeira de Itaparica, em Petrolândia, contando com a cooperação dos Engenheiros Leopoldo Schmmelpfeng e José Augusto de Almeida, e, por fim, o próprio projeto de construção da usina de 5.000 kw, além de um dos projetos para a construção da grande usina.





A seguir, indagamos qual a finalidade principal dessa pequena usina. Respondeu-nos o Dr. Correia Leal:

— Duas finalidades: 1.<sup>a</sup>) fornecer energia ao Núcleo Agro-industrial de Petrolândia e 2.<sup>a</sup>) fornecer energia para as obras da grande usina que ora se faz, inclusive fornecer energia para a cidade de Glória, na Bahia.

Quisemos, propositalmente, ouvir a palavra do engenheiro responsável pela construção dessa pequena usina, uma vez que sem ela as obras em curso de Paulo Afonso, dificilmente, estariam nas condições em que se encontram. O Engenheiro

Correia Leal quando iniciou os trabalhos nada havia além da "caatinga". E' essa uma das realizações pioneiras da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.

Agora, para ter-se um conhecimento preciso do potencial hidrelétrico existente na região do rio Paraíba, vejamos em C.V. os dados verificados no

#### VALE DA BACIA DO PARAÍBA

São os seguintes os potenciais já determinados nesse grande e importante vale banhado por muitos rios:

|                            |              |                           |
|----------------------------|--------------|---------------------------|
| Rio das Mortes-Pomba ..... | 76.500 C.V.  |                           |
| Picada .....               | 160.000 C.V. |                           |
| Anta Sapucaia .....        | 511.000 C.V. |                           |
| São Fidélis .....          | 180.000 C.V. |                           |
| Sapucaia-Simplicio .....   | 193.000 C.V. |                           |
| Grande-Prêto-Paraíba ..... | 12.000 C.V.  | 90.000 C.V. — 15.000 C.V. |
| Salto Funil .....          | 180.000 C.V. |                           |
| Alegre-Piquê .....         | 36.400 C.V.  |                           |
| Sapucaí-Moreira .....      | 61.600 C.V.  |                           |
| Ubatuba .....              | 90.000 C.V.  |                           |
| Caraguatutuba .....        | 465.000 C.V. |                           |
| Forçacava (Light) .....    | 330.000 C.V. |                           |



A fim de darmos uma idéia geral relativa ao nosso potencial hidráulico, em "cavalos-vapor", transcrevemos o quadro que se segue, o qual diz, de forma completa, o que possuímos nesse setor.

O total geral, em kw, corresponde a 16.456.445, e a avaliação foi feita considerando as descargas de estiagem.

Eis, pois, a :

### AVALIAÇÃO DO POTENCIAL HIDRÁULICO DO BRASIL EM CAVALOS-VAPORES

| BACIAS                | I         | II       | III           | IV        | V        | VI        | VII     | VIII    |            |
|-----------------------|-----------|----------|---------------|-----------|----------|-----------|---------|---------|------------|
|                       | AMAZÔNICA | NORDESTE | SÃO FRANCISCO | LESTE     | PARAGUAI | PARANÁ    | URUGUAI | SULESTE | TOTAL      |
| ESTADOS               |           |          |               |           |          |           |         |         |            |
| Amazonas.....         | 1.200.000 | —        | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 1.200.000  |
| Pará.....             | 2.000.000 | 35.800   | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 2.035.800  |
| Maranhão.....         | 200.000   | 71.100   | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 271.100    |
| Piauí.....            | —         | 11.500   | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 11.500     |
| Ceará.....            | —         | 100      | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 100        |
| Rio G. do Norte.....  | —         | —        | —             | —         | —        | —         | —       | —       | —          |
| Paraíba.....          | —         | 800      | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 800        |
| Pernambuco.....       | —         | 194.800  | 106.000       | —         | —        | —         | —       | —       | 300.800    |
| Alagoas.....          | —         | 3.200    | 400.300       | —         | —        | —         | —       | —       | 403.200    |
| Sergipe.....          | —         | —        | —             | —         | —        | —         | —       | —       | —          |
| Bahia.....            | —         | —        | 565.000       | 305.900   | —        | —         | —       | —       | 870.900    |
| Espírito Santo.....   | —         | —        | —             | 139.700   | —        | —         | —       | —       | 139.700    |
| Rio de Janeiro.....   | —         | —        | —             | 798.200   | —        | —         | —       | —       | 798.200    |
| Distrito Federal..... | —         | —        | —             | 600       | —        | —         | —       | —       | 600        |
| São Paulo.....        | —         | —        | —             | 642.900   | —        | 2.072.500 | —       | 426.400 | 3.141.800  |
| Paraná.....           | —         | —        | —             | —         | —        | 2.299.400 | —       | 89.300  | 2.358.700  |
| Santa Catarina.....   | —         | —        | —             | —         | —        | 1.400     | 83.000  | 113.800 | 198.200    |
| Rio G. do Sul.....    | —         | —        | —             | —         | —        | —         | 92.000  | 184.100 | 276.100    |
| Minas Gerais.....     | —         | —        | 1.309.000     | 2.185.600 | —        | 1.890.600 | —       | —       | 5.385.200  |
| Goiás.....            | 1.100.000 | —        | —             | —         | —        | 530.400   | —       | —       | 1.630.400  |
| Mato Grosso.....      | 1.200.000 | —        | —             | —         | 89.500   | 258.700   | —       | —       | 1.648.200  |
| TERRITÓRIOS:          |           |          |               |           |          |           |         |         |            |
| Acre.....             | —         | —        | —             | —         | —        | —         | —       | —       | —          |
| Amapá.....            | 150.000   | —        | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 150.000    |
| Guaporé.....          | 1.500.000 | —        | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 1.500.000  |
| Rio Branco.....       | 8.000     | —        | —             | —         | —        | —         | —       | —       | 8.000      |
| Totais.....           | 7.458.000 | 317.300  | 2.380.000     | 2.380.000 | 89.500   | 7.053.000 | 175.000 | 813.600 | 22.359.300 |

Outro órgão da maior importância da Divisão de Águas que merece destaque pela atuação prática que exerce frente à economia nacional é, certamente, a

#### SEÇÃO DE HIDROLOGIA

Seu Chefe é o Engenheiro Civil José Pacheco da Veiga, com 20 anos de bons serviços prestados ao Ministério da Agricultura e que, apesar de encontrar-se gozando "licença-prêmio", continua, quase que, diariamente, comparecendo à Seção como se estivesse em trabalho normal. Isso é o espelho da atitude dos técnicos da Divisão de Águas.

Digamos, através da palavra do Dr. José Pacheco da Veiga, algumas palavras relativas à

#### Finalidade da Seção e forma de trabalho

Pedimos ao Chefe da Seção de Hidrologia que nos desse explicação acerca da finalidade desse órgão. Passamos, assim, a palavra, ao Dr. Pacheco da Veiga:

— São 3 as finalidades da Seção:

1.º) estudo do regime fluviométrico das principais bacias hidrográficas do Brasil;

2.º) estudo do regime pluviométrico do País;

3.º) previsão de enchentes e aviso à navegação fluvial.

Quanto à primeira das finalidades, isto é, à fluviometria, podemos fazer as seguintes considerações: os cursos d'água variam através dos dias, dos meses e dos anos, obedecendo a leis e a ciclos que só a seqüência de observações e medições cuidadosas consegue estabelecer.

Cada rio tem sua característica e sua personalidade própria, como bem acentua Meyer — cada rio é um problema em si.

A determinação das variações de um curso d'água, dentro do que se poderia chamar seu ciclo normal, constitui o estudo do seu regime e só pode ser feita dentro de um período de tempo dependente das próprias condições do curso d'água e de sua bacia hidrográfica, bem como das condições climáticas da região em que está situado.



O estudo do regime de um curso d'água requer, normalmente, período superior a 10 anos e é trabalho que exige atenção, dedicação e continuidade.

Seja para fins de saneamento, seja para fins de irrigação, navegação, aproveitamento de energia, seja para defesa contra inundações, pretende-se, pois, utilizar um curso d'água como elemento criador ou evitar sua obra destruidora, o conhecimento de seu regime é indispensável.

Não sendo possível em um país da extensão territorial do Brasil realizar, simultaneamente, em todas as suas bacias hidrográficas de certa importância, observações e estudos hidrométricos adequados, tais serviços se concentraram nas regiões de maior desenvolvimento, que iriam exigir e já estavam exigindo conhecimento seguro do regime dos cursos d'água para o projeto de obras hidráulicas de maior vulto.



*Casas atingidas, nas margens do Pirai, vendo-se o vestígio da altura atingida pelas águas do rio Paraíba*



*Av. Getúlio Vargas — 1.º Trecho — quando o Rio São Francisco atingiu a cota máxima de 8.26*

Quanto ao 2.º item, isto é, à Pluviometria, disse o Chefe da Seção de Hidrologia :

— A origem essencial de toda a água da superfície terrestre é a chuva, e o conhecimento de

sua intensidade e distribuição é de grande utilidade para a solução de vários problemas de engenharia.

Para o estudo do regime pluviométrico são confeccionados dados estatísticos da chuva ocorrida. Para esse objetivo são recebidos dados diários de precipitação de cerca de 1800 localidades espalhadas por todo o Brasil.

Finalmente, quanto ao 3.º e último item, aliás aquela de importância essencialmente prática e útil para os lavradores nacionais, em especial, disse o Engenheiro Pacheco:

— O regime dos rios se caracteriza, normalmente, por um certo equilíbrio entre as estiagens comuns e as cheias ordinárias; em consequência, a vida econômica de cada cidade ou localidade ribeirinha, adapta-se às condições que se observam comumente.

Os grandes transbordamentos são casos excepcionais, embora periódicos, causando prejuízos extraordinários à economia da região.

Nestas ocasiões, um serviço de previsão organizado, emitindo avisos às localidades ameaçadas, com antecedência suficiente, possibilitará às autoridades, aos comerciantes e industriais, aos agricultores e a outras classes interessadas, tomarem, em tempo útil, providências que poderão assegurar a remoção de mercadorias, animais e até das populações ribeirinhas, pondo-as a salvo da inundação.

Efetuamos previsão de enchentes e aviso à navegação fluvial nas seguintes bacias: São Francisco, Paraíba do Sul e Paraná-Paraguai.

Em virtude do regime torrencial do Jequitinhonha, Pardo e do Itapicuru, a previsão é feita, respectivamente, em Araçuaí (Estado de Minas Gerais) e Cipó (Estado da Bahia).

O Serviço de Previsão, somente, durante as enchentes de 1943 e início de 1944, nas bacias dos rios São Francisco e Paraíba do Sul, evitou prejuízos que montaram, segundo a avaliação dos próprios beneficiados em documentos assinados pelos mesmos, e que se acham arquivados na Seção, em cerca de vinte e cinco milhões de cruzeiros, além de milhares de vidas humanas.

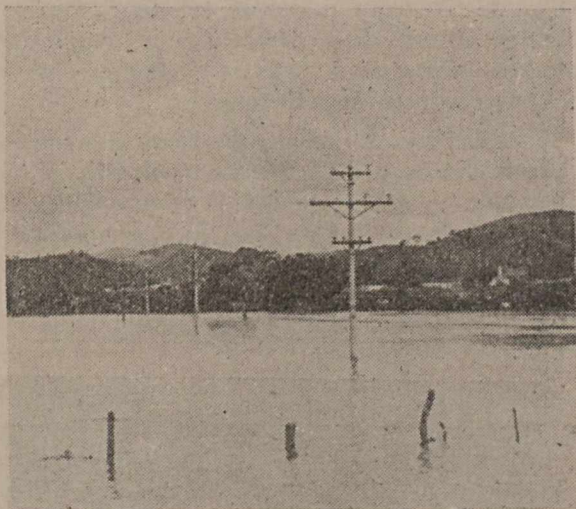
Entretanto, nessa estimativa não estão computados outros salvados, cuja comprovação não nos foi possível obter, bem assim coletar os documentos que provem os benefícios à riqueza pública, o que viria aumentar de muito a avaliação efetuada.

Já que o Engenheiro Pacheco havia falado na parte relativa às enchentes dos rios e as consequências danosas que disso poderia resultar, pro-



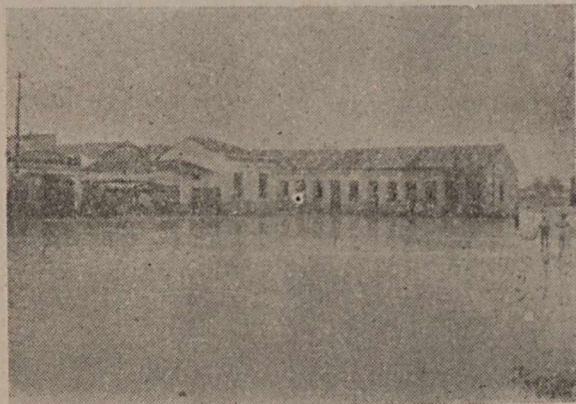
curamos saber algo relativo ao Rio Francisco. Assim, mais uma vez, deixemos que fale o próprio Chefe da Seção de Hidrologia:

ENCHENTE DO RIO PARAÍBA DO SUL  
EM 1944



Guaratinguetá: (E. de S. Paulo) Vista dos terrenos pertencentes à Prefeitura completamente inundados

ENCHENTE DO RIO PARAÍBA DO SUL  
EM 1944



Guaratinguetá (Estado de S. Paulo) Vista da Praça Martin Afonso

— Com efeito, uma das atribuições da Seção (e talvez a mais importante) é a previsão de enchentes para alguns rios do país. Antes de falarmos, disse, diretamente, sobre as enchentes do São Francisco, devemos fazer as seguintes considerações:

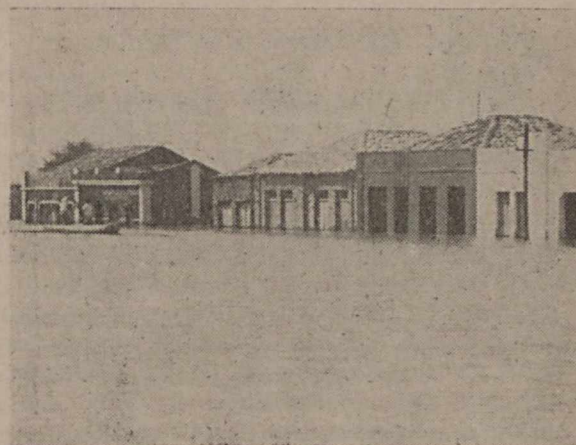
— Os rios, quanto ao seu regime, já dissemos possuírem certo equilíbrio entre a época do estio e as cheias; assim, as cidades estão na dependência dos fatores disso resultantes.

No caso de haver transbordamento, há prejuízo especialmente de natureza econômica. Aí é que entra em função a nossa Seção, realizando a parte mais útil e prática de suas atribuições, como

por exemplo prevenir os moradores da região a ser atingida, a fim de que eles possam, em tempo, evitar os prejuízos que seriam quase totais. Felizmente, a Seção, com sucesso, tem desempenhado a contento essa importantíssima função.

Baseia-se a previsão de enchentes em observações do nível d'água e da chuva caída em postos instalados ao longo dos rios, informações que são transmitidas, diariamente, por via telegráfica, para esta Seção. De acordo com os dados estatísticos que o Serviço possui, de enchentes anteriormente verificadas, determina-se o tempo de propagação da onda de cheia, bem como as cotas aproximadas que o rio deverá atingir nas localidades ameaçadas, para as quais são enviados avisos por via telegráfica e radiotelegráfica.

Agora, sobre o famoso rio, prosseguiu, temos que dizer que as suas ondas de enchente são formadas no curso superior; em consequência da grande extensão e pequena declividade na maior parte da bacia, é possível a previsão a longo prazo, pois uma onda de cheia de grande amplitude leva, em média, 48 dias do alto curso à foz, permitindo a emissão de avisos às autoridades das cidades localizadas nos cursos médio e inferior com 10 a 45 dias de antecedência.



Juazeiro (Bahia) Enchente de 1949

Em 1946, por exemplo, ano em que se verificou um dos grandes transbordamentos do rio São Francisco, evitamos prejuízos que montariam em cerca de 30 milhões de cruzeiros, segundo a avaliação dos próprios beneficiados, em documentos que se acham arquivados na Seção.

A fim de completar as informações do Engenheiro Pacheco da Veiga, pedimos-lhe que nos mostrasse a documentação que comprovasse a eficiência das previsões da Seção de Hidrologia.

Em poucos minutos trouxe o Chefe da Seção de Hidrologia um número considerável de ofícios e questionários, assinados ou preenchidos, que demonstram, da forma mais completa possível, o benefício que, plantadores e criadores, especialmente, vêm tendo em diferentes regiões do Brasil, com os avisos antecipados que recebem desse órgão.



São documentos que datam desde o ano de 1945, provenientes de vários Estados, como sejam, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Estado do Rio, etc. O que tais documentos atestam, sem sombra de dúvida, é que as previsões, para as cheias de rios, como o São Francisco, por exemplo, a Seção de Hidrologia as fez de forma impressionante, uma vez que, vários dias antes de iniciar-se a invasão pelas águas, os proprietários puderam salvar os seus rebanhos ou proteger as suas plantações. Assim, evitaram-se prejuízos incalculáveis que se elevariam a milhões de cruzeiros.

Cidades como Barra, Juazeiro, Remanso e Piratinga (Bahia), Penedo e Marechal Floriano (Alagoas), Januária e S. Francisco (Minas Gerais), Barra do Piraí (Estado do Rio) — para citar alguns exemplos — seus habitantes, pela palavra de muitos deles atestaram, de forma eloquente, indicando números, o benefício que experimentaram, graças à eficiência e dedicação da Seção de Hidrologia.

Se tanto valem os documentos que dizem do trabalho preciso que faz a Seção, informando, com antecedência, as cheias dos rios, vale imensamente, e é oportuno indicar, mais este documento que atesta o

#### AUXÍLIO DA SEÇÃO DE HIDROLOGIA À CONSTRUÇÃO DE PAULO AFONSO

Já ultimamente, em setembro do ano p. findo, através de expressivo ofício, dirigido ao Eng. Valdemar José de Carvalho, o Presidente dessas obras, o Eng. Antônio José Alves de Souza, ao terminar a concretagem da soleira das comportas dentro da ensecadeira construída na metade do Braço Principal do S. Francisco, em Paulo Afonso, após referir-se às dificuldades imensas para a construção, declara que “devemos grande parte daquele êxito aos serviços da Seção e ao cuidado com que o Eng. José Pacheco da Veiga nos comunicou sempre, com acerto, as previsões de modificações dos níveis d’água no Rio S. Francisco. Muito tempo e muito trabalho economizamos em face dos dados oportunamente enviados pelo telefone, pela Seção de Hidrologia. E muitos acertos nossos se devem aos acertos desses dados e à oportunidade com que sempre nos foram comunicados”.

Aí estão palavras oficiais que dispensam comentários e definem um dos aspectos positivos da Seção de Hidrologia da Divisão de Águas.

Por isso, não constitui, o que vimos afirmando, simples elogio formal, com o fim de aumentar ou completar esta reportagem para os leitores da “Revista do Serviço Público”, mas a indicação do valor de fatos que merecem ser divulgados a fim de que sirvam de exemplo aos inúmeros órgãos públicos existentes no país, infelizmente, nem sempre merecedores de homenagem.

A Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, que tem à frente um técnico de primeira qualidade — em capacidade e dedicação — como o Engenheiro Valdemar José de Carvalho, redime os vários órgãos do Serviço Público que por aí existem, incapazes de realizar as tarefas que lhe estão afetas, absorvendo verbas inutilmente.



Campos — E. Rio — Enchente do rio Paraíba

Não sabemos se o poder competente já cogitou em dar a amplitude que merece a essa Divisão que trabalha e realiza serviços com verbas reduzidas e possui um corpo de servidores — mormente o técnico — digno de maior atenção. Conhecer de perto a Divisão de Águas, no sentido de saber os serviços que executa em diversas partes do Brasil, é chegar à conclusão de que a importância de suas tarefas leva a desejar-se para ela o vulto que possui um Ministério. Foi essa a nossa impressão ao tomarmos conhecimento de dois grandes setores de sua atividade: a Seção de Hidrologia e a Seção de Energia Hidráulica.



# Programa de Aperfeiçoamento de Supervisores

J. LYLE CUNNINGHAM

(Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano)

*Programa de treinamento para os supervisores que, sinceramente, se interessarem em melhorar suas qualidades de liderança e gozar agradável convívio com seus subordinados.*

## 5.<sup>a</sup> REUNIÃO — MÉTODOS PARA LIDAR COM OS SUBORDINADOS

NESTA quinta reunião, consideraremos os últimos três grupos de métodos relativos à importante questão das relações entre chefes e subordinados. Nas duas últimas reuniões, acentuamos a importância de instruir-se o novo servidor, de molde a proporcionar-lhe perfeita compreensão de seus deveres e responsabilidades, estimulando-lhe a operosidade e estabilizando-lhe o comportamento. Nesta reunião, examinaremos alguns métodos eficientes, que podem ser usados para corrigir os erros do servidor, estimular sua iniciativa e fazer com que o mesmo, ao deixar a organização, o faça sob uma boa impressão.

Seria admirável chefiar-se um grupo de pessoas que nunca cometessem um engano! Pessoas que tomassem iniciativas sem qualquer recomendação de nossa parte e ficassem no emprêgo durante toda uma útil existência. Não há dúvida. Seria admirável nunca ficar doente, nunca estar sem dinheiro e viver livre de qualquer preocupação ou cuidado. Isso, porém, não pode ser, de modo que devemos esforçar-nos no sentido de ficarmos convenientemente preparados para enfrentar os problemas resultantes do comportamento dos servidores, da mesma forma que devemos estar preparados para lidar com todas as atrapalhadas e preocupações da vida.

Enumerando os métodos a seguir, sugerimos que cada um de vós indague de si mesmo três coisas: 1.<sup>o</sup> — Estarei de acordo com o conselho recebido? 2.<sup>o</sup> — Saberei usar eficientemente esses métodos? e 3.<sup>o</sup> — Que providências poderei tomar no sentido de aproveitá-los ao máximo? Com essa atitude de indagação, não podereis deixar de tirar proveito da matéria contida nas páginas que se seguem.

## A. MÉTODOS PARA CORRIGIR OS ERROS DOS SERVIDORES

A mais segura equipe de servidores administrativos pode cometer erros e se estes não forem corrigidos com tato, estará perdida a estabilidade da organização. Servidores que se interessam pelo trabalho exigem um mínimo de disciplina, mas o problema da correção existirá sempre até certo ponto e, por isto, precisamos aperfeiçoar métodos para lidar com o problema.

### Método n.<sup>o</sup> 1 — Ensino pelo exemplo

Difícilmente se encontrará um tipo de correção evidente que não coloque o servidor na defensiva, encontrando razões para alegar por que fez isto ou aquilo, por esta ou por aquela forma, por que não poderia fazê-lo de outro modo, por que a culpa cabe a outrem. Sempre que pudermos, portanto, devemos evitar ressentimentos e teimas, ensinando pelo exemplo e não por meio de sermões. Se os servidores se orgulham de seus assentamentos e são levados simplesmente a pensar nos próprios erros, é provável que se corrijam de maneira muito mais adequada.

### Método n.<sup>o</sup> 2 — Autocrítica para os servidores

Outro método, talvez mais difícil, para fazer o servidor corrigir-se dos próprios erros, é interrogá-lo. Isso, naturalmente, pode parecer investigação ou crítica direta, mas se interrogarmos um servidor acerca de determinado aspecto de sua atividade e o fizermos falar sobre as dificuldades que estiver encontrando como se nada soubéssemos a respeito, ele depressa estará pedindo-nos conselho exatamente sobre as faltas que pretendíamos criticar. Com esse começo, a sugestão, mais do que a crítica, poderá corrigir facilmente o erro, uma vez que o servidor, por si, já pensou no assunto.

### Método n.<sup>o</sup> 3 — Repreensão e Crítica

E' preciso distinguir entre a repreensão e a crítica. A primeira, é essencial nos casos de erro voluntário ou repetido, por parte do servidor. A segunda pode ser usada nos casos de erro involun-



tário ou omissão. Em outras palavras: a repreensão consiste em chamar atenção acerca de um ato voluntário, ao passo que a crítica pode aplicar-se a um erro não reconhecido. Pode-se dizer que, em nenhum outro setor de suas atribuições e atividades, os chefes cometem tantos erros como neste, de aplicar repreensão e crítica. Parece que há uma nuvem que paira por sobre este método, fazendo considerar-se a repreensão como sinônimo de "gritaria" e a crítica como uma coisa sem valor, a não ser que uma ou outra seja acompanhada de uma exibição de mau humor. O melhor é não tratarmos do assunto enquanto nos sentirmos emocionalmente perturbados.

Tanto a repreensão como a crítica devem ser aplicadas, o mais possível, logo após o ato, porém não tão depressa que possam indicar emoção. Se o subordinado sentir que o chefe está agindo colericamente, não dará o devido valor às suas palavras. Nem a repreensão nem a crítica devem ser feitas com irritação. Tampouco devem provocá-la no subordinado. Além disso, nunca devem ser feitas em público. O principal é pensar que a finalidade da repreensão ou da crítica é uma ação construtiva, visando a despertar no subordinado o desejo de melhorar a própria conduta. Qualquer método que possa deixar o subordinado triste, desanimado ou emocionalmente perturbado, evidentemente, não será eficiente.

As críticas que melhor efeito produzem são as ligadas a um elogio. Não elogiamos, de início, o subordinado apenas para que ele se sinta mais satisfeito. Se o fazemos, é para indicar-lhe que não nos abalaríamos a criticá-lo se não pensássemos que ele poderia fazer melhor e que tem qualidades que não desejaríamos ver perdidas, tanto no nosso interesse como no dele. Pode-se dizer que as faltas prejudicam o resultado das qualidades. A crítica será, assim, não somente construtiva, como também menos desanimadora.

#### *Método n.º 4 — Criação de novos hábitos*

Um hábito antigo é como uma criança robusta, ao passo que um bom hábito, enquanto novo, será durante algum tempo um tanto tenro. É preciso mimá-lo e exercitá-lo e, ao mesmo tempo, tornar mais difícil sua eliminação do que seu prosseguimento. Sugerem os psicólogos o seguinte programa para fortalecer um novo hábito. Se a falta fôr importante e desde que se trate de um bom servidor, será bom ajudá-lo a cultivar a nova qualidade da seguinte maneira:

Fazer com que o defeito pareça fácil de corrigir-se (e facilitar o desenvolvimento da qualidade);

Incentivar qualquer aperfeiçoamento (e mostrar cuidados para com a qualidade);

Pôr em relêvo o começo do aperfeiçoamento (incentivar a qualidade durante os primeiros dias mais difíceis, fazendo-a parecer quase tão atraente quanto a falta);

Proporcionar imediata ocasião para pôr-se em prática o novo hábito (de modo a não deixar que o defeito volte a implantar-se);

Preparar-se contra qualquer tentação possível (deixar o defeito sem alimento);

Divulgar as vantagens da qualidade (tornar qualquer reincidência na falha de antemão embaraçosa);

Não fazer tentativas impossíveis e preparar-se para uma longa preparação (não dar demasiado alimento à nova qualidade);

Corrigir qualquer transgressão (não deixar o defeito "atrás da porta").

A criação de uma nova qualidade pode ser quase uma brincadeira, se a olharmos com interesse e bom humor, com um pouco de proteção paternal. Poderá ser divertida e proveitosa, quer os defeitos eliminados tenham pertencido aos nossos subordinados quer tenham sido nossos.

#### *B. MÉTODOS PARA ESTIMULAR A INICIATIVA DO SUBORDINADO*

A compreensão, o ambiente tranqüilo e alegre e a crítica construtiva dos métodos que acabamos de citar darão ensejo, provavelmente, a certa iniciativa por parte do empregado. Há outro grupo de métodos, todavia, que estimularão diretamente a iniciativa, proporcionando maiores e mais compensadores campos de atividade, bem como palavras de aprovação, o que as pessoas prezam mais do que dinheiro.

##### *Método n.º 1 — Elogio*

O elogio e a recomendação incentivam o desejo instintivo ou natural que todos nós sentimos no tocante à aprovação. Alguns chefes não gostam de usá-los (embora talvez apreciem-nos, quando empregados para com eles pelos seus superiores). Adotam a praxe de tomar o trabalho excepcional como obrigação. Alegam que, assim, os subordinados concluirão que o que talvez considerem excepcionalmente bom nada mais seja do que o que se espera e, destarte, tentarão alcançar ainda maior perfeição. O erro dêsse raciocínio encontra-se na conclusão final, pois, certamente, poucos subordinados acharão incentivo na aceitação passiva de um bom trabalho, por parte dos superiores. O resultado dessa praxe é o desânimo ou a idéia de que o chefe seja ingrato.

Os chefes não devem abusar do elogio. Este, em pequenas doses, muitas vezes será melhor do que dado em profusão. Não é necessário elogiar-se logo após o ato. Muitas vezes será melhor esperar até que a situação se normalize. Se houver oportunidade, deverá ser feito na presença de outros, mas sempre num sentido oficial, embora com o toque pessoal do chefe. Convém que o elogio seja feito de modo a não inferir que o subordinado "está melhorando", porque, desta forma, haveria incentivo para novos esforços.



De qualquer forma, se desejarmos que o subordinado exerça critério independente, nem por isso deveremos abandoná-lo para agir sozinho. Mesmo uma censura injusta será melhor do que não se tomar conhecimento de sua existência. Pelo menos saberá que é notado.

#### *Método n.º 2 — Liberdade de ação*

O outro lado da delegação é a liberdade de ação que deve ser concedida ao subordinado. Se essa liberdade for concedida com critério e sempre a quem da sua capacidade já comprovada, o subordinado sentir-se-á estimulado pela possibilidade de maior independência e de atividade. Embora procuremos reduzir ao mínimo o perigo de abuso da liberdade concedida ao servidor.

Neste particular, será conveniente não criticar imediatamente seus pequenos enganos aparentes. Pequenas críticas muito seguidas poderão arrefecer-lhe o entusiasmo e, se ele executar o que desejamos, com seus métodos próprios, estes talvez sejam melhores e, de qualquer forma, o servidor aprenderá mais rapidamente através da própria atividade. (Naturalmente, podemos aconselhá-lo, sem, contudo, manter constante contato no tocante a trivialidades).

O servidor que é realmente responsável por suas decisões, mesmo que estas sejam pequeninas, muitas vezes terá a sensação de, verdadeiramente, participar do governo do país e que a contribuição que está dando, nenhuma outra pessoa a poderia dar. Trabalhará para aumentar essa contribuição e o senso de independência que lhe confere a atividade criadora. A liberdade de ação é, provavelmente, o mais importante dos instrumentos para estimular a iniciativa.

#### *Método n.º 3 — Reduzir ao mínimo as ordens diretas*

A delegação de autoridade corresponde a uma diminuição no número de ordens específicas, mas há momentos em que se fazem necessárias muitas ordens. De modo particular, no início, se o servidor ainda não estiver bem integrado no problema, talvez seja necessário transmitir-lhe idéias sem fazê-lo sentir-se muito dependente.

Assim, para pôr um servidor bem seguro de suas novas atribuições será melhor, muitas vezes, interrogá-lo acerca das diretrizes gerais, ao invés de apenas ditar-lhe essas diretrizes. Desta forma, podemos demonstrar mais eficientemente as razões de determinadas diretrizes e, o que é mais importante, dar ao servidor o hábito de meditar a fundo sobre os problemas. A maioria das pessoas julga que toda idéia que, acaso, apreendam, lhe pertence. Se pudermos fazer com que o servidor considere como sua uma idéia, ter-lhe-emos dado um padrão de pensamento e de iniciativa, que ele tudo fará para conservar.

Neste particular, é possível que o servidor já tenha tomado alguma decisão baseado em provas

insuficientes. Ao tratar com o subordinado ou com qualquer outra pessoa, temos mais possibilidade de influir numa opinião já formada se não dissermos "você está enganado". Melhor será dizer que a idéia é boa, mas que, talvez, se possa considerar isto ou aquilo.

#### *Método n.º 4 — Incentivar a contribuição do servidor*

A receptividade é instrumento de economia de tempo, pois um chefe receptivo possibilita aos subordinados procurarem-no sem nervosismo ou hesitação e apresentarem-lhe o problema que têm em mãos no momento. Matthew C. Brush, comentando esta qualidade afirma: "Recordo-me bem de um caso de experiência própria, em que meu predecessor havia de tal forma impresso em seus subordinados a importância da subserviência, que, em minha primeira entrevista com um deles, o servidor passou quase todo o tempo, empenhou toda sua inteligência e gastou toda sua energia pensando como deveria conduzir-se para demonstrar o devido respeito a um superior e como poderia dizer as coisas que me pudessem mais agradar. O resultado foi que não lhe restou qualquer idéia, tempo ou energia para considerar a questão que estávamos discutindo. Levei meses para tirar daquele homem o mau hábito, de modo que entrasse no meu gabinete como um colaborador e não como um escravo. Qualquer servidor pode ter relações seguidas, cordiais e mesmo amistosas com o chefe sem que, por isso, fique prejudicada sua atitude de respeito e cortesia". Há chefes que nunca vão à mesa de um subordinado para falar-lhe. Para eles, sua secretária de trabalho é o símbolo da autoridade, constituindo, por vezes, verdadeira barreira contra qualquer discussão livre.

Mais importante do que a economia de tempo, é que os chefes, graças à sua receptividade, incentivarão a liberdade de pensamento quanto a determinada atividade ou às atividades em geral. Um bom ouvinte, não raro, obtém do interlocutor muitas idéias que este nem sabia possuir. O subordinado que pode ir ao chefe para transmitir-lhe o que considera como uma boa sugestão, cada vez terá melhores idéias. Começará a sentir que o que pensa tem algum valor e muitas vezes é justamente o que acontece.

#### *Método n.º 5 — Orgulho profissional*

O servidor que tem ligações profissionais com o público tem maiores razões para conservar o vigor. Faz parte de algo importante; seus esforços têm significação para os que se interessam pela realização do trabalho (o público) e para os que se interessam pelos métodos empregados (os colegas).

Se lhe pudermos proporcionar contatos mais fáceis, com grupos de fora interessados no programa e nos objetivos de nossa organização, poderemos aumentar-lhe o zelo e torná-lo mais interessa-



do em demonstrar, pela realização, que seu método está certo. Se incentivarmos seu ingresso em associações profissionais, o servidor apreenderá outros métodos e aperfeiçoará os próprios, para poder expô-los.

O isolamento em países estrangeiros ou em repartições regionais expõe o servidor a perder contato com novos métodos e idéias, talvez até a perder aquêles que já tinha. A associação externa deve ser incentivada sempre que natural e, ao mesmo tempo, deve-se criar oportunidades para que outras se tornem também naturais.

#### *Método n.º 6 — O desafio*

Vez por outra, com determinados servidores, o desafio será o melhor estimulante da iniciativa. O novo servidor ambicioso, o antigo servidor capaz, que tenha estado mais ou menos "parado", pode ser despertado para ação se lhe acenarmos com algo que ele "provavelmente não pode fazer". É quase certo que tenha capacidade para tal e, se fôr este o caso, o súbito desafio quanto à nova tarefa (sem transferência ou promoção) poderá despertar-lhe o interesse e a capacidade, com resultados surpreendentes.

#### *Método n.º 7 — Transferência de servidor dentro da Organização*

Há muitos chefes que não gostam de transferir servidores de uma divisão para outra ou de um tipo de serviço para outro dentro da organização. A transferência implica em mudança e, de um modo geral, já parece haver muitas mudanças no pessoal, sem que se façam aquelas que se podem evitar. Ademais, é verdade que as transferências impedem a formação de hábitos e, até certo ponto, reduzem a eficiência. Por outro lado, um movimento razoável de servidores entre as várias funções pode amenizar a monotonia da rotina, e, nos casos de falta haverá servidores para fazer o serviço, já familiarizados com o mesmo e que o podem fazer em casos de emergência. Uma terceira vantagem dessas transferências é que, embora não resultando em promoção imediata, geralmente oferecem maiores oportunidades para melhoria constituindo, por isso mesmo, uma forma direta de incentivo.

É de boa política não temer transferir um servidor, desde que o mesmo mereça melhores oportunidades. A transferência pode acarretar para os chefes certos inconvenientes passageiros, mas, por fim, dará resultado, granjeando-lhes a fama de proporcionarem oportunidades de promoção aos servidores. À medida que se exploram as oportunidades, os servidores devem ser movimentados, de modo a aprenderem mais de um tipo de trabalho. É este um método dos mais eficientes para dar ao servidor a oportunidade de subir e tornar-se mais útil à organização. Nem sempre se pode garantir o que o servidor melhor poderá realizar sem que o mesmo tenha sido experimentado.

O método de tentativa constitui por vêzes o único meio de encontrar-se o melhor lugar que deve caber a cada servidor dentro da organização.

#### *Método n.º 8 — Promoção de Servidores*

A possibilidade de promoção é um grande fator de incentivo. Seu valor é tal que há chefes que lhe exploram os efeitos, estimulando falsamente seus subordinados com vagas alusões a futuros acessos a cargos que estes nem teriam capacidade para desempenhar. Criar-se uma aspiração que não se pode concretizar é tão errado quanto retardar-se uma realização. Já houve quem comentasse o fato de que, embora todos os soldados de Napoleão carregassem na mochila um bastão de marechal, bem poucos dentre eles chegaram a tal pôsto. Embora a esperança "seja a última que morre" ninguém tem o direito de despertar esperanças impossíveis. O chefe nunca deve estimular um servidor aludindo a uma promoção a não ser que esteja certo de dispor dos recursos necessários ou da capacidade necessária para fazê-lo. Em cada organização deve haver suficiente campo para promoção até o máximo possível e os chefes não devem ter dúvida em deixar que esse campo se estenda até fora de sua repartição, para outra, se só destarte fôr possível a promoção. Se um servidor ocupar um cargo sem futuro, o chefe deve ser franco e dizer-lhe a situação. Tanto quanto possível, as possibilidades de promoção devem basear-se em fatos concretos e o chefe nunca deve deixar-se levar por pressões emocionais. É melhor trabalhar na base de resultados objetivos e realizações comprovadas. Os chefes não devem esperar que os subordinados peçam aumentos de salário antes de considerarem os vários casos, mas é preciso que, periodicamente, seja feita uma revisão nos níveis de salários e recomendados os aumentos merecidos.

O problema da promoção no serviço público não é tão importante, porque o acesso é mais lento. Quando mais rápido, constitui um estímulo com o qual se pode contar. Quando a promoção é lenta, faz-se mister estudar as possibilidades, esclarecer os servidores sobre esse ponto e conceder as promoções com o máximo de justiça e tantas quantas forem possíveis, de modo a aproveitar ao máximo esse incentivo limitado, que é o mais importante de todos.

#### **C. MÉTODOS PARA LIDAR COM OS SERVIDORES QUE DEIXAM A ORGANIZAÇÃO**

##### *Método n.º 1 — Dispensa ou transferência objetivas*

A legislação do Serviço Público Civil não admite dispensa senão por motivo de economia ou através de declaração objetiva de falta de verba. (\*) Todos nós sabemos que o maior inconvenien-

(\*) O autor refere-se, naturalmente, à legislação norte-americana (N.T.)



te dessa legislação é obrigar-nos às vezes a conservar no serviço servidores ineficientes.

Em nenhuma organização, porém, o ato da dispensa deve ser aplicado levianamente. E' um ato que, não raro, representa a última experiência do empregado na organização e fica fortemente gravado em sua memória. À medida que passar o tempo, a recordação que lhe ficará, dependerá da maneira pela qual foi tratado ao ser dispensado.

Naturalmente, a não ser por motivos de economia, nenhum empregado deve ser dispensado sem que o seu caso seja bem examinado, imparcialmente, pelo chefe direto. Nos casos que exigirem ação imediata, pode ser necessário afastar-se imediatamente o empregado, mas a decisão quanto à dispensa não deverá ser tomada até que se torne bem claro que o chefe está agindo com isenção de ânimo, com evidente largueza de visão e com a sensação de que deve provar a culpa antes que o empregado prove sua inocência.

Quando não se pode dispensar o servidor, pode-se pedir sua transferência. Mesmo êsse ato deverá ser objetivo e sem sentimentos pessoais, com esforço para descobrir-se determinadas faltas e as razões das mesmas, de modo que se possa então determinar para que tipo de trabalho ou de condições deverá ser transferido o servidor. Essa transferência pode ser considerada pelo empregado como uma oportunidade de ajudá-lo e não

para nos livrarmos dêle e a análise não raro muito facilitará a transferência.

*Método n.º 2 — Cordialidade após o pedido de dispensa ou a transferência voluntária*

Às vezes, temos tendência para assumir certa atitude de enfado para com o servidor que pede demissão ou transferência ou mesmo que aceita uma proposta de transferência. Isso é um erro, ainda que o servidor nos deixe por não estar satisfeito. Se executava o trabalho de modo satisfatório e tiver cooperado, terá direito à boa vontade da organização, mesmo que, por qualquer juízo falso de sua parte, não possa corresponder em espécie. Mais tarde, poderá êle mudar de ponto de vista e desejar voltar. Não pensará nisso se sua despedida não fôr cordial. Os chefes previdentes deixam sempre a porta aberta aos empregados competentes e, durante anos, tal praxe tem provado ser proveitosa.

O chefe deve dedicar um momento para se despedir do servidor. Deve mostrar-lhe, se o merece, a boa-vontade e a amizade da organização que vai deixar. Se tiver sido um bom empregado, o chefe deverá dizer-lhe que, se desejar voltar um dia, terá prazer em examinar o assunto. O fato de empregado deixar a casa por não estar satisfeito, não deverá impedir o chefe de fazer êsse oferecimento. O que é preciso é distinguir entre o valor do indivíduo e os seus pontos de vista.



# O Trabalho Bibliográfico da UNESCO

HERBERT COBLANS

(Trad. de Maria Elisa P. Baptista)

O Dr. COBLANS, até recentemente, era bibliotecário da Universidade de Natal (África do Sul), organizou a Biblioteca da UNESCO em Paris em 1949 e foi seu diretor até o fim de 1950. Foi mandado pela UNESCO como consultor, a pedido, do Governo Brasileiro para aconselhar e auxiliar a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

A UNESCO é uma organização internacional devotada à educação, ciência e cultura, que são campos das atividades humanas, que cobrem uma grande extensão. Entretanto, o que é importante é a necessidade de comunicações, de intercâmbio de culturas, entre nações e ainda dentro de cada nação. Talvez um dos mais importantes aspectos da hereditariedade é a transmissão do saber, em forma de documentos, desde a página impressa até o microfilme, e todas as várias formas intermediárias dos processos gráficos. E isto na prática é a bibliografia.

Assim todos os esforços do trabalho de contribuição da UNESCO estão sendo para a bibliografia. Entretanto, as bibliografias sistemáticas, são da alçada da Divisão de Bibliotecas, que é uma parte do Departamento de Atividades Culturais. De alguns aspectos, o trabalho pode ser considerado em três categorias: internacional, nacional e bibliografias de assunto; algumas vezes é difícil separar estas atividades.

A UNESCO é uma organização administrativa de membros governamentais e não tem opiniões oficiais sobre princípios bibliográficos. Esta não tenta criar um centro mundial de Bibliografia, mas auxilia a coordenar as atividades de organizações profissionais já existentes, como a Federação Internacional das Associações Bibliotecômicas e a Federação Internacional de Documentação.

Ainda mais, ela estimula a criação de novos órgãos, caso as necessidades o exijam, como por exemplo a Associação Internacional de Bibliotecas de Música.

A técnica consiste em estudar as necessidades existentes, em colaboração com os órgãos profissionais, determinar o que pode ser feito e arranjado para que o projeto elaborado seja feito por grupos nacionais ou internacionais, auxiliando com contratos ou subsídios financeiros.

Somente quando o trabalho não possa ser feito por alguém, a própria UNESCO faz a bibliografia, como por exemplo o seu Index de traduções. (2)

## BIBLIOGRAFIA INTERNACIONAL

Como resultado de muitos planos e de cooperação do trabalho bibliográfico em 41 países, a UNESCO realizou em novembro de 1950 em Paris, a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços Bibliográficos.

Representantes de 38 países (10 da América Latina) e 15 de organizações internacionais estiveram presentes.

O mais importante documento apresentado à Conferência, foi o exame dos serviços bibliográficos (6), feito pela UNESCO e a Biblioteca do Congresso. Entre as 14 resoluções tiradas e resumidas do Relatório Geral (UNESCO/CUR/5) estão as seguintes:

1.º) Cada país deverá estabelecer um plano de organização nacional para bibliografia e a colaboração em conexão com órgãos internacionais;

2.º) Todos os Delegados deverão arranjar o aparecimento de bibliografias correntes nacionais, que abranjam folhetos, publicações governamentais, mapas, músicas, teses, índices para periódicos e jornais;

3.º) Cada país deverá designar uma instituição existente ou criar um Centro Nacional de Informação Bibliográfica. Este Centro estará credenciado a receber perguntas não encontradas em quaisquer outros lugares, e sejam de seu próprio país ou de outros países. Geralmente estes centros são para indicar às pessoas interessadas as fontes especializadas de informações bibliográficas;

4.º) Para coordenar o trabalho de grupos nacionais ou de órgãos internacionais, um Conselho Consultivo Internacional Permanente será criado, com uma secretaria provida pela UNESCO.

Desde 1950 tem havido considerável progresso na implantação de muitas destas resoluções. Grupos de bibliografias nacionais têm-se formado em vários países. O Comité Consultivo Internacional de Bibliografias, composto de 12 membros, criado pela UNESCO entrou em funcionamento no princípio de abril de 1953, depois de ter existido com uma forma provisória de 1951 a 1952.

Foram designados Mr. Julien Cain (da Biblioteca Nacional da França) como Diretor e M.



L. Brummel (da Biblioteca Nacional da Holanda) como secretário-geral. Um membro correspondente é nomeado em cada país para ser a ligação com o Grupo de Bibliografias Nacionais e informar o Comitê sobre as atividades bibliográficas nos seus países.

Desde 1951 este Conselho tem examinado e recomendado um número de projetos para o desenvolvimento dos serviços bibliográficos. Foram assinados contratos com os seguintes relatórios:

1.º) Padronização de regras para dar forma de entrada aos nomes asiáticos, nas bibliografias e nos catálogos.

2.º) Um catálogo de publicações periódicas nos países asiáticos. Isto indica uma lista o mais completa possível de publicações de "erudito" em todas as disciplinas. Neste sentido "erudito" foi definido com uma extensão dos conhecimentos na base de pesquisas ou dando uma explicação avançada de algum tópico da fase do saber.

Ambos estes contratos foram feitos com a Associação de Bibliotecários da Índia com o Dr. R. Ranganathan como redator-geral. Em cada caso, os relatores nacionais dos 9 países deverão se entender com o Dr. Ranganathan.

3.º) Um catálogo de livros de referência, produzidos na Ásia com Mr. P. K. Garde, Bibliotecário da U.N. Comissão Econômica para Ásia e Oriente.

4.º) Padronização de técnicas bibliográficas, com a Organização Internacional de Padronização (ISO).

O contrato apresenta 3 padrões:

- a) citações bibliográficas e de referência.
- b) abreviatura de títulos de periódicos;
- c) arranjo de periódicos.

Tem-se pedido a ISO para publicar um panfleto contendo o esquema de recomendações destes três padrões, para distribuição aos bibliotecários de todo o mundo.

5.º) Relatórios das técnicas de compilação de catálogos coletivos com o Dr. L. Brummel. Isto será uma análise comparativa dos métodos usados nos catálogos existentes, e terá a finalidade de dar auxílio prático aos bibliotecários em cujos países os catálogos de fichas únicas estão começando.

6.º) Um catálogo de periódicos de organizações internacionais não governamentais com a União de Associações Internacionais, Bruxelas.

7.º) Relatório sobre lacunas muito importantes, isto é, resumos para assunto e bibliografias internacionais especializadas, com Mlle. P. Salvan.

Desde 1951 a seção de Bibliografias e Documentação da Divisão de Bibliotecas da UNESCO tem coletado dados, por questionários para o Guia dos Centros Informativos Nacionais.

Isto agora foi aprovado em sua forma final pelo Comitê, e os melhores métodos para publicação mesmo comercialmente ou estão sendo investigados.

Finalmente, uma das mais valiosas decisões do Comitê é que a UNESCO publicará um relatório anual dos serviços bibliográficos em todos os países.

Este trabalho foi confiado a Mlle. N. Maiclès (Sorbonne, Paris) autora das "Sources du travail bibliographique". Para cada país, no período de agosto a setembro de cada ano, será feito um relatório e uma análise das novas atividades assim como das informações sobre as técnicas de bibliografias e padronização. O sucesso final desse significativo empreendimento para a bibliografia mundial, dependerá da cooperação dos grupos bibliográficos nacionais, que fornecerão as informações locais.

Este relatório será publicado em inglês, francês e espanhol, na série dos documentos principais da UNESCO, com direitos autorais livres e acessíveis onde quer que seja para a republicação.

#### BIBLIOGRAFIA DE ASSUNTO

O estado desordenado das bibliografias de assunto como resultado da anarquia nacional e internacional dos abstratos e índices foi grandemente aumentado pelas interrupções da 2.ª Guerra Mundial com sérias conseqüências para a ciência e cultura.

A UNESCO muito cedo devotou sua atenção para este problema.

Em 1949 convocou uma Conferência Internacional de Resumos de periódicos científicos e mais de 50 delegados de 29 países encontraram-se em Paris; um grupo selecionado e autorizado de acordo com as conveniências.

Houve discussões completas em alguns problemas técnicos, tais como língua e apresentação de resumos, sua relação com os direitos autorais, classificação, fichários e o uso de processos mecânicos para a seleção dos documentos. Entretanto, somente um acordo limitado foi executado como este, não é fácil conciliar diferentes práticas nacionais ou satisfazer interesses existentes. Nem ao menos o Relatório final (20) incluiu um valoroso sumário dos conhecimentos existentes, e um exame das propostas para melhorá-los.

Françamente falando, houve 2 grupos principais de recomendações.

As atividades nacionais existentes deverão ser estimuladas e coordenar pela criação de Comitês Nacionais e Regionais. No nível internacional, comissões para assuntos deverão ser formadas para estudar as necessidades de resumos nas principais ciências. Isto foi efetivamente feito em 1952 quando a União Internacional dos Conselhos de Ciências criou uma Repartição de Resumos, que está agora tratando de física e que provavelmente muito cedo incluirá também a química.



No nível nacional, a UNESCO tem estimulado a criação em cada país de um só Comitê Nacional de Documentação em ciências naturais.

Já existem 17 de tais comitês nacionais ou eles estão nas fases finais de formação.

Para aconselhar a UNESCO e coordenar o trabalho dos comitês nacionais, o diretor-geral da UNESCO em maio de 1953 nomeou um Comitê Consultivo Permanente de Documentação para Ciências Naturais, constituído de 11 especialistas (Um deles é o Prof. Paulo Carneiro, do Brasil).

Da mesma maneira, pelo Departamento da UNESCO de Ciências Sociais foi criado um Comitê de coordenação para a documentação de Ciências Sociais.

Em colaboração com as Associações Internacionais de Sociologia, Ciência Política e Economia, tentativas foram feitas para organizar resumos e índices tais como: *Documentation Politique Internationale* (12), *Sociologie Contemporaine* (11), *Catálogos de Periódicos* (13 e 14) contendo informações bibliográficas e centros de documentação de ciências sociais.

Há uma lista mundial de periódicos de ciências sociais incluindo cerca de 800 e um guia com métodos para o estabelecimento de centros de documentação de ciências sociais.

#### SELEÇÃO DAS PUBLICAÇÕES DA UNESCO

##### BIBLIOGRAFIAS GERAIS

1. *Index bibliographicus. Science and technology* — *Sciences et techniques. Social sciences, education, humanistic sciences* — *Sciences sociales, education, sciences humaines*. Prepared by T. Besterman for F I D. Unesco, 1952. 2 vols. (Catálogo de resumos de periódicos correntes e bibliografias, arrumadas em ordem de classificação. Seu objetivo é indicar o título, organização responsável, natureza do resumo, detalhes de publicação).

2. *Index translationum. Répertoire international des traductions* — *International bibliography of translations*. New Series 1948 — (Uma bibliografia anual arrumada pelo país; as traduções são relacionadas com índices de autores, tradutores e editores. O volume 4 de 1951 relacionou 17.832 traduções de 44 países).

3. LARSEN, KNUD. *National bibliographical services — their creation and operation*. 1953. (Edições inglesas, francesas e espanholas).

4. *Manuel des échanges internationaux de publications* — *Handbook on the international exchange of publication*, 1950. (Contém lista de organizações e as bibliografias de publicações oficiais oferecidas para intercâmbio).

5. *Répertoire internationale des archives photographiques d'œuvres d'art* — *International directory of photographic archives of works of art*. Paris, Dunod, 1950. (Publicado para a UNESCO contém informações acerca de 1.225 coleções bibliográficas pertencentes a 67 países diferentes).

6. Unesco — *Library of Congress bibliographical survey*. Vol. 1 *Bibliographical services, their present state and possibilities of improvement*. Washington, 1950. (Um estudo especial feito para a UNESCO pela Biblioteca do Congresso). Vol. 2. *National development and international planning of bibliographical services*. Paris, 1950.

(Unesco — CUA — 1). (Este volume é um sumário dos relatórios dos trabalhos de 26 grupos nacionais e das atividades bibliográficas da U.N. e de Agências Especialistas).

7. *Vocabularium Bibliothecarii*, ed. by A. Thompson. 1953. (Um glossário em várias línguas de termos biblioteconômicos, contendo cerca de 2.500 palavras em ordem classificada (UDC) com equivalentes em inglês, francês e alemão).

##### Microfilme

8. *Directory of microfilm and photocopying services*. Preliminary ed. prepared by the International Federation for Documentation under the auspices of Unesco. The Hague, 1950. (Uma seleção dos serviços de 78 países e regiões, dando para cada um 4 fontes de referência nas quais os microfilmes poderão ser comprados).

9. *Manual on document reproduction and selection*. The Hague, Federation Internationale de Documentation. (Este importante manual está preparado pelo Comitê Editor da FID para a UNESCO. A primeira parte apresentará os processos da reprodução fotográfica, custos comparativos e padronização; a segunda parte tratará das fichas perfuradas e de outras técnicas de seleção).

10. *Unesco survey of microfilm use — Enquête de l'Unesco sur l'emploi du microfilm*. 1951. (Reimpresso do Boletim da Unesco para Bibliotecas, vol. 6, ns. 2/3 e 5 e 6, 1952. Faz um sumário dos mais importantes fatos em microcópia, especialmente para uso das bibliotecas, dá completos detalhes técnicos, com fontes, preços das câmaras, das leituras e materiais fotográficos).

##### Ciências sociais

11. *Current Sociology* — *La sociologie contemporaine*, 1952 — (Bibliografia de sociologia preparada para a Unesco pela Associação Internacional de Sociologia em forma de índice trimestral arrumado por grupos de assuntos; abrange mais de 200 periódicos).

12. *International political science abstracts* — *Documentation politique internationale*, 1951 — (Trimestral com resumos informativos abrangendo mais de 100 periódicos. Do volume 3 dos artigos ingleses são resumidos em inglês, e todos os outros em francês).

13. *Inventaire raisonné des services périodiques de documentation des sciences sociales*. 1951 (Oitenta periódicos dando informações bibliográficas de ciências sociais em 14 países e em 6 línguas são descritos com detalhes. A edição inglesa pode ser comprada. O primeiro suplemento a esta lista foi publicada no Boletim da Unesco para bibliotecas, v.7, n.º 1, 1953).

14. *Répertoire internationale des centres de documentation de sciences sociales*. 1952 (Preparado para a Unesco pelo Comitê de Coordenação e Documentação em Ciências Sociais. O enderço, organização, fontes, etc. de 90 centros de documentação em 16 países são dados em detalhes. A edição inglesa também pode ser comprada).

15. *Theses de sciences sociales* — *Thésés in the social sciences*. 1952. (Um catálogo analítico internacional de teses doutorais não impressas, 1940-1950. Relações de 3.200 teses apresentadas em 23 países).

16. *Revista analítica de educación*, 1949 — (Um boletim mensal contendo resumos escolhidos no campo da educação fundamental e de adulto, também publicado em inglês e em francês).

17. *Répertoire international de l'éducation des adultes*, 1953. (Uma fonte mundial de organização, programa e bibliografia sobre educação de adultos em 50 países. A edição inglesa também pode ser comprada).



*Ciências naturais*

18. Centro de co-operación científica par America Latina (Unesco). Lista de artículos científicos publicados en America 1948-1950. Montevideu. (Um índice anual e classificado de artigos científicos dos periódicos da América Latina).

19. Centro de documentacion científica y tecnica (Unesco). Boletim 1952 — México (Um índice mensal de títulos arrumados pelo nome do periódico sob a entrada das principais ciências naturais, medicina, engenharia e agricultura. Todos os títulos não espanhóis foram traduzidos para o espanhol).

20. Conférence internationale sur l'analyse de documents scientifiques. Rapport final. 1951. (Documentos apresentados e resoluções tomadas pela Conferência da Unesco em 1949. Este volume é um estudo exaustivo de todos os aspectos e serviços dos resumos nas ciências. A edição inglesa também pode ser comprada).

21. Directory of international scientific organizations. 2nd. edition, 1952 (Dá detalhes informativos para mais de 200 organizações).

22. East Asia science co-operation office (Unesco). Lista de jornais científicos e técnicos publicados no sueste da Ásia. Edição revista. Manila, 1951.

23. Holmstrom, J. E. Bibliography of interlingual scientific and technical dictionaries — Bibliographie de dictionnaires scientifiques et techniques multilingues. 1951. (Catálogo de mais de 1.000 dicionários sobre cabeçalhos de assunto e fichado em 45 línguas).

24. Middle East science co-operation office. List of scientific papers published in the Middle East, 1948 — Cairo. (Índice publicado duas vezes ao ano).

25. South Asia science co-operation office. Bibliography of scientific publications of South Asia. 1949 — Delhi. (Índice publicado duas vezes ao ano).

*Medicina*

26. Rapport sur les activités et la réunion du Comité de coordination des comptes rendus analytiques et d'index des sciences médicales et biologiques. 1950. (Os atos e decisões deste Comitê relacionados com resumos médicos).

27. World medical periodicals, compiled by L.T. Morton, 1953 (Publicado conjuntamente pela Unesco e pela Organização Mundial de Saúde; dá informações detalhadas acerca de 4.000 periódicos).



### Reintegração de Posse “Initio Litis”

ENÉAS DE MOURA

“Quando o possuidor tiver sido esbulhado será reintegrado na posse, desde que o requeira, sem ser ouvido o autor do esbulho antes da reintegração”. (Código Civil, Artigo 506).

**E**NTENDEM alguns juízes — tanto do Distrito Federal como dos Estados — que a reintegração liminar de posse somente poderá ser concedida quando o esbulho fôr violento. Outros, ainda, são de opinião que a ação própria para o possuidor reaver imóvel em poder de terceiros, que não o locatário, é a de despejo e não a possessória de reintegração. Admitem, em certos casos, o litisconsórcio passivo, quando pleiteado na forma do Art. 102 do Código de Processo Civil.

Essa maneira de entender — contrariando o Art. 506 do Código Civil Brasileiro, incisivo quando afirma que a reintegração se dará “sem ser ouvido o autor do esbulho” — tem dado margem a que locatários transfiram vantajosamente suas locações, sem violência, mas à revelia do possuidor que, ajuizando ações possessórias, tem indeferidos seus pedidos “initio litis” além de verem os processos trancados pelo despacho saneador sob o fundamento de economia processual.

O Art. 506 do Código Civil não deixa dúvida quanto à propriedade e legitimidade da reintegração “initio litis” no caso de esbulho, violento ou não, e os tribunais, chamados a intervir, têm decidido de acordo com o citado preceito legal, de forma a ir estabelecendo normas e firmando jurisprudência.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, em acórdão redigido pelo eminente ANTÃO DE MORAES, sustenta que a reintegração deve ser concedida liminarmente quando não fôr legítima a posse do réu (“Revista dos Tribunais”, vol. 120, pág. 161). Salienta, ainda, que o Artigo 506 do Código Civil não se acomoda a interpretações arbitrárias, ou seja, a sua limitação aos casos de esbulho violento.

LAFAYETTE, em seu “Direito das Coisas”, doutrina:

“Por violência se entende todo o ato externo que impede ou embarace o possuidor de livremente exercer o seu poder físico sobre a coisa. Nesta definição entra todo o ato que, em relação à coisa, é praticado contra a vontade do possuidor”.

Para o grande civilista, a posse se divide em duas categorias distintas: A justa e a injusta, sendo injusta a que traz características de violência, clandestinidade ou precariedade.

Outra não é a opinião de CLÓVIS, quando afirma:

“Estabelece o Código distinção entre posse justa e injusta, mas não distingue entre as três modalidades da posse injusta para atribuir certas consequências, à violenta e consequências diversas, à clandestina ou abusiva.”

A doutrina de CLÓVIS, adotada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, estriba-se na certeza de que a lei, invocada para proteger direitos, deve ter interpretações ampliativas e não restritivas. Nessa inteligência, a ser admitida a interpretação dada por alguns juízes, de que somente em caso de esbulho violento cabe a medida liminar, estaríamos admitindo maior proteção à posse injusta que à posse justa. O mesmo ocorre quando, sob o fundamento de carência de ação e para economia processual, decidem alguns juízes trancar o feito no despacho saneador, julgando “de meritis”, por entenderem que é a ação de despejo — e não a possessória de reintegração — que deve ser proposta por possuidor que pretende reaver imóvel em poder de terceiros, que não o locatário.

De certo, não é o despacho saneador meio hábil para o trancamento de feitos considerados ilegítimos “ad causam”. Ao contrário do que ocorre no direito português, seu efeito entre nós é restrito, como ensina HANEMANN GUIMARÃES:

“Verificar (o saneador) se a ação está fundada, sem concorrerem os requisitos da tutela jurídica, entre as quais se compreende a legitimidade na causa, isto é, serem as



partes titulares do direito e da obrigação litigiosa. E' a falta de identidade entre as partes litigantes e a pessoal que a lei admite como autores ou réus, que constitui a falta de legitimação, também denominada carência de ação" (Revista dos Tribunais, 116, pág. 104).

E' a ilegitimidade das partes e não a impropriedade da ação que deve ser apreciada no despacho saneador. Duas correntes, entretanto, se formaram: a dos que lhe atribuem poderes para verificar nulidades "ad causam" e a dos que lhe reconhecem a restrição às irregularidades "ad processum". Os juízes que no despacho saneador trancam as ações de reintegração de posse contra terceiros esbulhadores, esposam a doutrina de SEABRA FAGUNDES:

"O despacho saneador pode encerrar o processo resolvendo o mérito (como se pronuncia a ilegalidade "ad causam"), absolvendo o réu da instância" (Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil, págs. 255-6).

E, ainda:

"Anula (o feito) ou lhe põe termo com julgamento "de meritis" ainda que preliminar na ordem processual. Não saneia o feito. Tranca-o" (ob. cit.).

Ora, negada a concessão da reintegração de posse "início litis" — que contraria o disposto no Art. 506 do Código Civil Brasileiro — e trancado o feito no despacho saneador — que exorbita a sua verdadeira finalidade — estará duplamente protegida a posse injusta e ocorrido dupla violação — ao direito e à lei.

No que toca ao litisconsórcio passivo, nas ações de reintegração de posse, a jurisprudência vai fixando a verdadeira orientação, como se verifica pelo Acórdão da 4.<sup>a</sup> Câmara Cível do Distrito

Federal, proferido na Apelação n.º 4.483, relatado pelo eminente desembargador professor Homero Pinho, cuja ementa é a seguinte:

"Tôda violência à posse legítima resulta delito civil, de modo que, na reintegratória não é admissível pretender terceiro associar-se à responsabilidade do esbulhador, embora procurando justificar como regular sua oposição, invocando, para isso, uma assistência ordinária em caráter de litisconsórcio passivo" ("Diário da Justiça", 1-2-1950).

E' de ser aplicada tal interpretação a tôda sorte de esbulho injusto. Não cabe, segundo a jurisprudência, o litisconsórcio passivo nas ações possessórias, quer tenha havido violência à posse legítima, quer tenha havido clandestinidade ou precariedade.

As interpretações que alguns juízes vêm dando ao Art. 506 do nosso Código Civil, decorrem, sem dúvida, da expressão "violência" usada pelo Código de Processo na parte relativa aos interditos de manutenção. Tivesse o legislador preferido a expressão *posse injusta*, e as interpretações seriam mais liberais e melhor proteção teria a posse justa.

Não sendo, pois, de se admitir a interpretação arbitrária, usada pelo Art. 487 do Código português, é de se conceder a medida liminar, em tôdas as hipóteses de posse injusta e não somente na de esbulho violento.

Com essa medida e com o não trancamento do feito no despacho saneador, não somente ocorrerá a efetiva proteção à posse justa, como, também, haverá desacúmulo de serviço aos tribunais de justiça, freqüentemente chamados a decidir sobre esses casos.



## CONSULTORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## PARECERES

*Assunto — Funcionário Público; interinidade; efetivação com base no artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; reabertura de inscrições para concurso, encerradas antes da promulgação do Ato.*

*— Efeitos de decisão judicial na esfera administrativa.*

## PARECER

N.º de referência — 309 T

## I

1. Artur Felipe Barbosa exercia, interinamente, à data da promulgação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o cargo da classe "H", da carreira de Oficial Administrativo do quadro permanente do Ministério da Fazenda.

2. Em 5-8-48 foi êle exonerado do cargo, a despeito de contar mais de cinco anos de serviço público e do que o art. 23 do Ato dispôs em favor dos interinos.

3. Requereu, o interessado, ao Exmo. Sr. Presidente da República, a sua reintegração, invocando as circunstâncias mencionadas e mais um precedente judiciário, estabelecido em favor de outro colega, Licerio Albuquerque Paiva, conforme sentença do Juiz da 3.ª Vara da Fazenda Pública desta Capital, mantida pelo Tribunal Federal de Recursos (Ap. Civ. n.º 2.835).

4. No Ministério da Fazenda o pedido foi informado favoravelmente. Aludiu-se à decisão judicial e esclareceu-se que o requerente ingressou novamente no serviço público, no mesmo cargo, em virtude de concurso, em abril de 1951.

5. O Departamento Administrativo do Serviço Público, chamado a opinar, concluiu pela improcedência do pedido inicial. A Divisão do Pessoal ponderou que havia concurso aberto, com inscrições encerradas, para o provimento do cargo, quando foi promulgado o Ato, em 18 de setembro de 1946. No art. 23, parágrafo único, n.º II, dêste diploma, foram excluídos, da efetivação, os interinos, quando ocorresse aquela situação, o que foi repetido na Lei 525-A, de 1948. De fato, prossegue a D.P., "as inscrições para o último concurso de oficial administrativo foram abertas nos períodos de 13-8-45 a 31-10-45, de 2 a 16-1-46 e de 12-11-46 a 2-12-46". E conclui:

"Assim, na realidade, em 18-9-46, data da promulgação da Constituição Federal, havia concurso aberto com inscrições encerradas para provimento do cargo que ocupava o interessado".

6. Em seguida foi ouvido também o ilustre Consultor Jurídico do Departamento, cujo parecer foi aprovado pelo Diretor-Geral. Lembrou que as decisões judiciárias só obrigam na espécie, não se estendendo, automaticamente, às situações análogas ou equivalentes. Para que a sentença tenha reflexos na esfera administrativa, fora do caso julgado, é preciso que se revista de certas caracte-

rísticas, quanto à excelência dos argumentos e à sua reiteração:

"E' indispensável, contudo, que a hermenêutica judicial se consolide ou se manifeste de forma constante e uniforme para adquirir foros de influência no âmbito administrativo. Não basta que, por meio de uma ou mais decisões, prevaleça determinado critério judicial. E' necessário que, pela força dos argumentos ou pela continuidade dos arestos, se possa explicitar, sem equívocos ou dubiedades, a convicção estabilizada dos juizes.

No caso presente, a decisão invocada do Tribunal Federal de Recursos, homologando a sentença de 1.ª instância, não guarda uniformidade com outros pronunciamentos judiciais, especialmente, no Supremo Tribunal Federal."

7. Citou, em seguida, o mesmo jurisperito, as decisões do Egrégio Supremo Tribunal Federal nos Mandados de Segurança n.ºs. 1.356 e 1.104, em hipóteses idênticas à do julgado referido neste processo, e nos quais esposou tese oposta. Negou-se à reabertura das inscrições, após a promulgação do Ato, qualquer efeito em benefício dos interinos.

8. Ponderou, ainda, o Consultor Jurídico, que o quinquênio computado em favor do requerente se deve à Lei 525-A, quando a sua exoneração ocorreu antes de sua vigência. De acordo com o Parecer 68 T, desta Consultoria-Geral, não se pode dar-lhe efeito retroativa (Diário Oficial, de 12-3-52, pág. 3.878; Revista de Direito Administrativo, vol. 16, pág. 42, vol. 18, pág. 280, vol. 20, pág. 232). Por todos êstes motivos opinou contrariamente ao deferimento.

9. O Sr. Ministro da Fazenda, ante a divergência exposta, solicitou o parecer desta Consultoria-Geral.

## II

10. Ao ser promulgado o Ato constitucional havia concurso aberto, com inscrições encerradas, para o provimento do cargo que o requerente ocupava interinamente. Estava, portanto, fora do amparo de seu art. 23, conforme a exceção do parágrafo único, n.º II.

11. A reabertura das inscrições, em data posterior, não poderia ter a virtude de alcançar os antigos interinos, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos citados. Como ponderou o então Procurador-Geral e hoje Ministro Luiz Galloti:

"Entender o contrário seria deixar ao arbítrio da autoridade administrativa o cumprimento, ou não, do preceito constitucional" (Parecer no Mandado de Segurança n.º 1.019).

12. O art. 23 do Ato dispensou formalidades para o ingresso, em caráter efetivo, nos cargos públicos. Admitiu que o exercício, por um quinquênio, era prova suficiente de capacidade. Mas pôs um limite às efetivações no caso de haver concurso aberto, com inscrições encerradas. Nem ao legislador ordinário, nem às autoridades administrativas seria lícito dilatar, no tempo, aquêle marco estabelecido no texto constitucional. A observância da prescrição neste contida não poderia ficar, como é óbvio, sujeita às vicissitudes da ação posterior, de agentes sem a qualificação de constituintes.



13. A tese de que as decisões judiciais valem pelos seus argumentos e não por sua autoridade é pacífica. Proclamou-a Pedro Lessa:

"uma decisão judicial só vale como argumento para um juiz pelas razões, pelos raciocínios que encerra, e nunca pelo decreto judicial" (Voto, proferido no Supremo Tribunal Federal, in *Revista do Direito*, vol. 59, págs. 308-311).

CARLOS MAXIMILIANO ensina também que

"o julgado vale, sobretudo, pelos seus fundamentos" (*"Hermenêutica e Aplicação do Direito"*, 3.<sup>a</sup> ed., 1941, pág. 226).

14. Na espécie, o acórdão do colendo Tribunal Federal de Recursos é singelo e carece de fundamentação. Na sentença, por êle confirmada, houve equívoco quanto à data exata do encerramento das inscrições. Acórdãos do Supremo Tribunal, em casos idênticos, negaram à reabertura de inscrições, após o Ato constitucional, a faculdade de colocar interinos sob o seu amparo. Não deve, assim, o julgado invocado pelo requerente, ter aplicação além do caso para o qual foi proferido.

15. Opino, pois, como opinou o D.A.S.P., pelo indeferimento do pedido.

E' o que me parece.

S.M.J.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1953. — *Carlos Medeiros Silva*, Consultor-Geral da República.

*Assunto — Deputado; nomeação interina; renúncia de mandato.*

*— Interpretação do art. 48 da Constituição.*

#### PARECER

N.º de referência — 311 T

#### I

1. Em exposição de motivos endereçada ao Exmo. Sr. Presidente da República e aprovada por S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro da Educação propôs a audiência desta Consultoria-Geral sobre a interpretação do art. 48 n.º I, alínea b, da Constituição, que veda aos deputados e senadores, desde a expedição do respectivo diploma, aceitar ou exercer comissão ou emprego remunerado de pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

2. A questão foi suscitada a propósito da indicação do deputado à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Nilo de Oliveira Pereira para ocupar, interinamente, a cátedra de História da Civilização Moderna e Contemporânea, da Faculdade de Filosofia, da Universidade de Recife. Depois de expor a hipótese ponderou o Sr. Ministro:

"Não existe dúvida quanto à interpretação do dispositivo constitucional transcrito, por força do qual todo aquele que vier a transgredi-lo perderá o mandato de que se achar investido. Resta, porém, esclarecer se, na hipótese em exame, tem cabimento a exigência de prévia renúncia, preconizada pelos órgãos deste Ministério que se manifestaram acerca da matéria."

#### II

3. As proibições do art. 48 da Constituição vêm dos textos anteriores, com ligeiras ampliações. O seu objetivo é de caráter moralizador, conforme o depoimento dos dou-

tos (CARLOS MAXIMILIANO, "Comentários à Constituição Brasileira de 1946" vol. pág. 74; THEMÍSTOCLES B. CAVALCANTI, "A Constituição Federal Comentada", vol. II, pág. 46; PONTES DE MIRANDA, "Comentários à Constituição de 1946", vol. II, pág. 40). A sanção imposta ao infrator é a perda do mandato, na forma do parágrafo primeiro do mesmo artigo 48.

4. A Constituição do Estado de Pernambuco, promulgada em 25-7-47, reproduz, no art. 10, as prescrições do texto federal.

5. Assim, não pode haver dúvida quanto à impossibilidade legal, por parte do deputado em causa, de aceitar, exercer ou ocupar, interinamente, o cargo de professor da mencionada Faculdade. Mas esta incompatibilidade resultará da existência simultânea das duas situações; não pode operar antes que elas se concretizem e se apresentem ao interessado permitindo-lhe uma opção. Exigir-se, portanto, que antes de nomeado renuncie o deputado o seu mandato, parece-me demasiado. A nomeação, no caso, é ato unilateral do Executivo, que o poderá baixar à revelia do candidato. A renúncia prévia do mandato seria atitude sem contraprestação necessária porque o Executivo, após tomar conhecimento dela, poderia escolher outro para o cargo.

6. A incompatibilidade decorre de uma situação concreta e não meramente potencial. Antes de nomeado, o deputado não tem que desvencilhar-se. Só depois de escolhido, por ato regular, é que deverá tomar uma deliberação, para se pôr a salvo da sanção de perda do mandato.

E' o que me parece.

S.M.J.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1953. — *Carlos Medeiros Silva*, Consultor-Geral da República.

*Assunto — Sociedade de economia mista; atos de sua economia interna submetidos à consideração do Presidente da República.*

*— Desapropriação; retrocessão; perdas e danos; composição amigável.*

*— Interpretação dos arts. 1.150 e 1.156 do Cód. Civil.*

#### PARECER

N.º de referência — 313 T

#### I

1. Com despacho do Exmo. Sr. Presidente da República foi remetido a esta Consultoria-Geral, para receber parecer, um memorial dirigido a S. Ex.<sup>a</sup> pelo Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

2. Relatou o representante da sociedade que em 1943, em assembleia extraordinária de seus acionistas, deliberou-se proceder à alienação de terrenos que lhe pertenciam, situados em Volta Redonda. Efetuadas algumas vendas, foi a Companhia, em 1948, chamada a Juízo para indenizar antigo proprietário, D. Honorina Soares Barbosa, cujo imóvel desapropriado em seu benefício e não utilizado por ela, vendeu-se a terceiros. Esta demanda teve êxito em todas as instâncias, havendo transitado em julgado as respectivas decisões.

3. Recentemente, outro ex-proprietário, D. Ruth Lilia de Oliveira Cabral Flexa, nas mesmas condições do anteriormente referido, dirigiu à Companhia um memorial propondo um acordo como solução preventiva de idêntica ação de indenização. O digno Consultor Jurídico da Sociedade opinou, em princípio, pela solução amigável da ques-



tão, tendo em vista o insucesso do pleito anterior. Discordou, apenas, quanto ao montante da indenização pleiteada.

4. O Presidente da Companhia, entretanto, não quis decidir, nem encaminhar aos demais órgãos sociais, o expediente em causa; preferiu solicitar ao Chefe do Poder Executivo uma orientação para o caso.

## II

5. A meu ver, cabe à sociedade por seus órgãos, na forma da lei e dos estatutos (Dec.-lei 3.002 de 30-1-41) decidir da oportunidade e da conveniência de aceitar, ou não, a proposta em causa. E' ela uma empresa de economia mista, que se rege pelas normas do direito privado, salvo no que a lei especial dispuser em contrário. A presença do Estado, entre os seus acionistas, não desnatura a sociedade.

6. No Parecer 154 T, focalizando a posição do Presidente da República ante os negócios do Banco do Brasil S.A., tive oportunidade de dizer:

"Não funcionam elas (as sociedades de economia mista) como partes integrantes do Poder Executivo, sujeitas ao poder hierárquico ou funcional de seu Chefe. S. Ex.<sup>a</sup> não se constitui em instância administrativa, ou degrau necessário, competente para conhecer e decidir dos assuntos que constituem a sua atividade legal ou estatutária" ("Pareceres do Consultor-Geral da República", vol. II, janeiro-agosto de 1952, pág. 397; Revista de Direito Administrativo, vol. 30, pág. 329; Revista Forense, vol. 145, pág. 99).

7. A submissão do assunto, que constitui o objeto do presente processo, ao Exmo. Sr. Presidente da República, não tem, portanto, caráter de ato funcional fundado na organização administrativa da União; é atitude de mera reverência de um delegado que vem comunicar a quem lhe dispensa confiança o que ocorre na sua gestão. Esta circunstância, todavia, não pode ter a virtude de exonerá-lo da responsabilidade da decisão, nem de transferir, contrariando os textos que regulam a vida da sociedade, para o Exmo. Sr. Presidente da República, a tarefa de resolver questões da economia interna da entidade que representa.

## III

8. Do expediente não consta o teor das decisões judiciais proferidas sobre a hipótese ora invocada como precedente. Deduz-se, porém, da leitura de outras peças, que a causa se fundou na retrocessão, instituto que o Cód. Civil, repetindo direito anterior, acolheu no art. 1.150. Segundo este dispositivo "a União, o Estado ou o Município, oferecerá ao ex-proprietário o imóvel desapropriado, pelo preço por que o foi, caso não tenha o destino, para que se desapropriou." Caso assim não proceda responderá o expropriante por perdas e danos. Com base no artigo 1.156 do mesmo Código, comenta Clóvis Beviláqua ("Cód. Civil Comentado", 2.<sup>a</sup> ed. vol. IV, pág. 324; ver ainda Solidônio Leite, "Despropriação por Utilidade Pública", 1928, pág. 82; F. Whitaker, "Desapropriação" 1925, página 114; Eurico Sodré, "Desapropriação por Necessidade ou Utilidade Pública", 2.<sup>a</sup> ed., pág. 283; Seabra Fagundes, "Da desapropriação no Direito Brasileiro", 1949, página 395; Sílvio Pereira, "O Poder de Desapropriar", 1948, pág. 164).

9. Havendo a Companhia infringido, como decidiram os tribunais, os dispositivos citados deve ela perdas e danos aos ex-proprietários. E' verdade que os arrestos só obrigam em espécie; mas, da eloquência de seus argumentos se podem tirar conclusões favoráveis à aceitação dêles, na esfera administrativa, para solução de outras divergências da mesma natureza.

10. Assim, não só quanto à aceitação de precedente, como à avaliação do montante da indenização, quem deve

resolver é a empresa, por seus órgãos, inclusive a assembleia-geral, se a direção executiva houver de convocá-la, porque necessita de sua autorização para agir.

11. Conta a Companhia com a colaboração do ilustrado jurisconsulto e festejado autor de obras jurídicas J. M. de Carvalho Santos, para a elucidação dos aspectos jurídicos do caso. Seguindo os seus conselhos, dados com o completo conhecimento da situação, penso que a diretoria terá defendido os interesses da empresa.

E' o que me parece.

S.M.J.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1953. — Carlos Medeiros Silva, Consultor-Geral da República.

*Assunto — Funcionários e extranumerários participantes das Forças Expedicionárias Brasileiras; benefícios concedidos pela Lei 916, de 1949.*

## PARECER

N.º de referência — 314 T

## I

1. O Sr. Ministro da Educação e Cultura solicita o parecer desta Consultoria-Geral sobre a legitimidade de aumentos de salários concedidos a extranumerários mensalistas da mesma Secretaria de Estado com base na Lei 916 de 14-11-49.

2. A dúvida consiste, segundo a informação da repartição consulente, em saber se as vantagens da lei se restringem aos servidores que já pertenciam ao serviço público quando ela foi baixada ou se abrangem também os que ingressaram posteriormente, desde que tenham tomado parte em operações de guerra.

3. A questão surgiu a propósito da aplicação do Dec. 32.258 de 12-2-53 e o ilustre Consultor Jurídico do Ministério, entendeu que "a redação da lei e sua finalidade deixam patente, a nosso ver, que ela só se aplica ao servidor que, ocupando à época emprego público, tenha sido convocado para a F.A.B. ou para a F.E.B."; "só estes, os antigos funcionários, gozam dos favores legais; não assim aqueles servidores posteriormente admitidos".

4. Em sentido oposto, sustentando ponto de vista mais liberal, opinou o digno Consultor Jurídico do Departamento Administrativo do Serviço Público, cujo parecer foi aprovado pelo Diretor-Geral (Diário Oficial de 26-8-53, pág. 14.646). Depois de esclarecer, com base nas razões do veto presidencial ao art. 262 do novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei 1.711 de 28 de outubro de 1952), que a Lei 916, de 1949, continua em vigor, concluiu:

"A condição funcional a que ela alude, introdutoriamente, não se refere à época da prestação do serviço militar, mas à oportunidade do gozo do benefício legal. A participação em operações de guerra terrestre, aérea ou marítima é o único requisito exigido na lei para o favorecimento do funcionário ou extranumerário que, em sua classe ou referência, se encontrar em igualdade de condições de merecimento ou antiguidade com outros colegas."

## II

5. Penso que deve prevalecer a interpretação preconizada pelo D.A.S.P. A lei especial estabeleceu "preferência em promoção" e "melhoria" para servidores públicos que tenham tomado parte em operações de guerra.



Foi este ato, de natureza excepcional, que o legislador quis premiar, quando o seu autor, em igualdade de condições, viesse a competir no serviço público, com outros colegas.

6. A elaboração ou aferição de critérios para promoção ou melhoria de salários é de natureza legal ou regulamentar; não encontra obstáculo de ordem constitucional. Podia, portanto, o legislador ordinário dar-lhes, como aconteceu na espécie, caráter duradouro, sem atender ao fato de já pertencer o seu beneficiário ao serviço público, à época em que foi instituído, ou de haver nele ingressado posteriormente.

7. A razão da lei, o motivo que inspirou a preferência foi o serviço de guerra; desde que o preencha deve o servidor gozar do benefício, quando oportuno.

E' pertinente invocar-se, ainda, para corroborar esta conclusão, a interpretação analógica que "tem por fundamento a identidade da *ratio legis*, inspirando-se no princípio de que, onde existe a mesma razão de decidir, deve-se aplicar o mesmo dispositivo de lei — *ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio* (EDUARDO ESPÍNOLA e EDUARDO ESPÍNOLA FILHO, "A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro", vol. I, 1943, pág. 131; Clóvis Beviláqua,

"Cód. Civil, vol. 1, art. 7 da antiga Introdução; Paulo Batista, "Teoria e Prática e Hermenêutica Jurídica", 3.ª ed., pág. 235).

8. Situação diferente ocorreria se a matéria fôsse de natureza constitucional, como observou Alfredo de Almeida Paiva em estudo recente a propósito da estabilidade do pessoal da F.E.B. em face do art. 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do art. 261 do novo Estatuto. (Comentário in Revista de Direito Administrativo, vol. 32, págs. 369-373).

9. Em conclusão: a Lei 916 visou determinado fato para realçá-lo; não distinguiu, para o gozo do prêmio, entre servidores antigos e novos; ao intérprete, não me parece lícito restringir a sua aplicação, tanto mais quanto a sua finalidade foi patriótica e os seus efeitos são de pouca monta.

A orientação mais ampla é a que, neste caso, se deve seguir, como opinou o Consultor Jurídico do D.A.S.P.

E' o que me parece.

S.M.J.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1953. — Carlos Medeiros Silva, Consultor-Geral da República.



## Quase uma Realidade a Nova Faculdade Nacional de Arquitetura

VITORINO DE OLIVEIRA

*Deverá estar concluída até fins deste ano a primeira unidade de ensino da Cidade Universitária.*

VISITADAS PELOS FUTUROS ARQUITETOS, NO 8.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO OFICIAL DA SUA FACULDADE, AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO EM ANDAMENTO

A Cidade Universitária recebeu a visita de professores e alunos da Faculdade Nacional de Arquitetura, que desta forma comemoravam, à sua maneira, o 8.º aniversário de criação da Escola.

Centenas de jovens, acompanhados dos professores, Dr. Paulo Ewerard Nunes Pires, Diretor da Faculdade; Maria Adelaide Pires, Ademar Fonseca, Gerson Pompeu Pinheiro e Nestor de Oliveira Júnior e conduzidos pelos engenheiros Luís Hildebrando de B. Horta Barbosa, chefe do Escritório Técnico da Cidade Universitária, Rubens Moreira Tôrres, assistente; Enzo Carlos Pinto e Orlando Madalena, percorreram demorada e interessadamente as obras do magnífico edifício em que estará instalada e em pleno funcionamento, até meados de 1955 a Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

Esta será a primeira unidade de ensino da Cidade Universitária, a ser concluída, dadas as condições precárias em que se encontram atualmente instalados os cursos da Faculdade.

Para se ter uma idéia da situação reinante, basta dizer que metade dos seus alunos está recebendo aulas no Edifício da Reitoria, na Praia Vermelha, e a outra metade em porões da Escola Nacional de Belas Artes. Em virtude disso, foram aceleradas as obras da Faculdade com intuito de terminá-la, no máximo, até fins do corrente ano. Verifica-se, todavia, que apesar dos melhores esforços dos dirigentes do Escritório Técnico da Cidade Universitária, algumas dificuldades têm surgido. Assim, o licenciamento de importação de esquadrias de alumínio, imprescindíveis ao prosseguimento das obras daquela unidade, tem sofrido delongas, o que poderá importar no retardamento dos trabalhos.

O setor em que ficará localizada a nova faculdade é limitado, na Cidade Universidade, com os Setores de Engenharia e de Belas Artes.

Projetado de acordo com um organograma apresentado pelo professor Paulo Ewerard Nunes Pires, diretor da referida Faculdade e membro da

Comissão Supervisora do Planejamento da Cidade Universitária, compreenderá o edifício quatro blocos ligados entre si.

Inscrito num retângulo de 262 metros de testada por 246 de profundidade, apresenta o projeto um bloco principal de 8 pavimentos, com uma área bruta de 33.660 m<sup>2</sup>; outro em dois pavimentos, medindo o térreo 2.282 m<sup>2</sup> em *pilotis* e igual área o superior, onde ficará a biblioteca; um terceiro, cuja área é de 12.330 m<sup>2</sup>, coberto por *sheds* e destinado às cadeiras que necessitem de instalações especiais ou de grandes laboratórios e, por fim, um quarto bloco especialmente estudado para o Museu de Arquitetura Comparada, o qual deverá dispor de 5.200 m<sup>2</sup>.

O edifício principal, com 47 metros de altura, terá os seus dois primeiros pavimentos reservados à Direção da Faculdade, serviços administrativos, Diretório Acadêmico e os outros seis destinados ao ensino.

No pavimento térreo, onde existirá um vasto hall de entrada com pé direito duplo, foram instalados a portaria, almoxarifado, arquivo, cafeteria e salas de recreação do Diretório Acadêmico.

Na sobreloja ficarão o gabinete do diretor, Congregação, Conselho Departamental, Secretaria, sala de Professores, Diretório Acadêmico, Biblioteca e salas de leitura, estas últimas no corpo avançado.

A locação média normal pode oscilar entre 900 a 1.260 matrículas, cabendo a cada série 180 a 252 alunos, distribuídos em 4 turmas, as quais, por sua vez, para o ensino das cadeiras práticas, serão subdivididas em 2.

Os 5 pavimentos, correspondentes a cada um dos 5 anos letivos, apresentam, todos, a seguinte composição:

— Uma secretaria administrativa, em ligação com a Secretaria-Geral, servindo a todos os professores do respectivo pavimento e tendo por atribuições o controle dos serviços, distribuição de apostilas, frequência, notas, horários, etc.

— Salas para o ensino teórico, prático-teórico e prático; salas para o trabalho individual dos alunos, com capacidade umas para 8 e outras para 11 alunos. Cada um deles terá sua mesa de desenho e escaninho para roupa e material. As mesas de desenho estão estudadas de modo que cada aluno possa usar mais de uma prancheta. Ao ir de uma para outra aula não necessitará o aluno



mudar de pavimento: interromperá apenas o seu trabalho no "cubículo", para voltar a êle assim que a aula houver terminado e sempre que deseje prosseguir os seus estudos individuais.

— O último pavimento ficou reservado às salas de concursos.

Tôdas as matérias serão lecionadas no bloco principal, com exceção das cadeiras de Desenho Artístico, Modelagem, Materiais de Construção e Física Aplicada. As exigências e características dessas cadeiras, levaram a localizá-las em um bloco principal, com iluminação zenital.

Nesse mesmo bloco, coberto por *sheds* e cujo aumento será sempre fácil, ficarão o Museu Técnico, auditórios, vestiários e oficinas diversas da Faculdade.

O edifício da nova Faculdade deverá custar aproximadamente Cr\$ 132.500.000,00.

A lotação inicialmente fixada para servir de base ao proporcionamento das diversas zonas urbanísticas e dos edifícios da Cidade Universitária foi de 15.500 alunos. Os estudos, todavia, foram conduzidos tendo em vista permitir o crescimento progressivo do conjunto, de modo a comportar, no futuro, até 30.000 estudantes em condições normais.

As principais unidades universitárias terão, de início, as seguintes lotações: Faculdade Nacional de Medicina, 2.500 alunos; As Faculdades Nacionais de Direito, Filosofia e a Escola Nacional de Engenharia, 2.000 alunos cada uma; as Faculdades Nacionais de Arquitetura, Odontologia, Economia e as Escolas Nacionais de Música e de En-

fermagem, 1.000 cada uma; 500 as Escolas Nacionais de Belas Artes, Química, Farmácia e Educação Física.

A zona residencial, para alunos e professores, deverá comportar até o limite máximo de 10.000 estudantes e 300 famílias de professores.

A lotação global da Cidade Universitária será, na fase inicial, de cerca de 23.000 pessoas, das quais cerca de 2.300 correspondem aos funcionários e 3.500 aos leitos do Hospital de Clínicas, Institutos de Neurologia, Psiquiatria, Puericultura e outros. A população final, em condições ótimas, não deverá ultrapassar de 40.000 pessoas.

Dessas unidades acha-se terminado e em pleno funcionamento o Instituto de Puericultura, que já vem demonstrando atender plenamente às finalidades para que foi construído.

Os edifícios da Escola Nacional de Engenharia, cuja conclusão é, também, de necessidade urgente e o Hospital de Clínicas, velha aspiração dos estudantes de medicina, já estão com as suas estruturas em fase bastante adiantada e, em breve, se transformarão, também, em outras esplêndidas realidades.

Assim, uma grande obra, que durante muitos anos não foi senão um tópico de discussão acadêmica, encarado por quase todos com ceticismo, vai, lenta mas seguramente, adquirindo contornos reais. E já agora pode-se acreditar que, num futuro muito próximo, teremos uma Cidade Universitária à altura das nossas necessidades.



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954



# REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

## VOLUMES EDITADOS

### ANO I — 1937-1938

- Vol. I — novembro-37 (esg.), janeiro, fevereiro (esgotados), março.
- Vol. II — abril (esg.), maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esg.).

### ANO II — 1939

- Vol. I — janeiro, fevereiro-março.
- Vol. II — abril-maio, junho.
- Vol. III — julho-agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro-novembro, dezembro (esg.).

### ANO III — 1940

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho (esg.), agosto (esg.), setembro.
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

### ANO IV — 1941

- Vol. I — janeiro (esg.), fevereiro (esg.), março.
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho, agosto, setembro (esgotados).
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

### ANO V — 1942

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro (esg.).
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro, dezembro.

### ANO VI — 1943

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esgotados).

### ANO VII — 1944

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO VIII — 1945

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO IX — 1946

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto-setembro.
- Vol. IV — outubro-novembro, dezembro.

### ANO X — 1947

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
- Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
- Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

### ANO XI — 1948

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
- Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
- Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

### ANO XII — 1949

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO XIII — 1950

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO XIV — 1951

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO XV — 1952

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

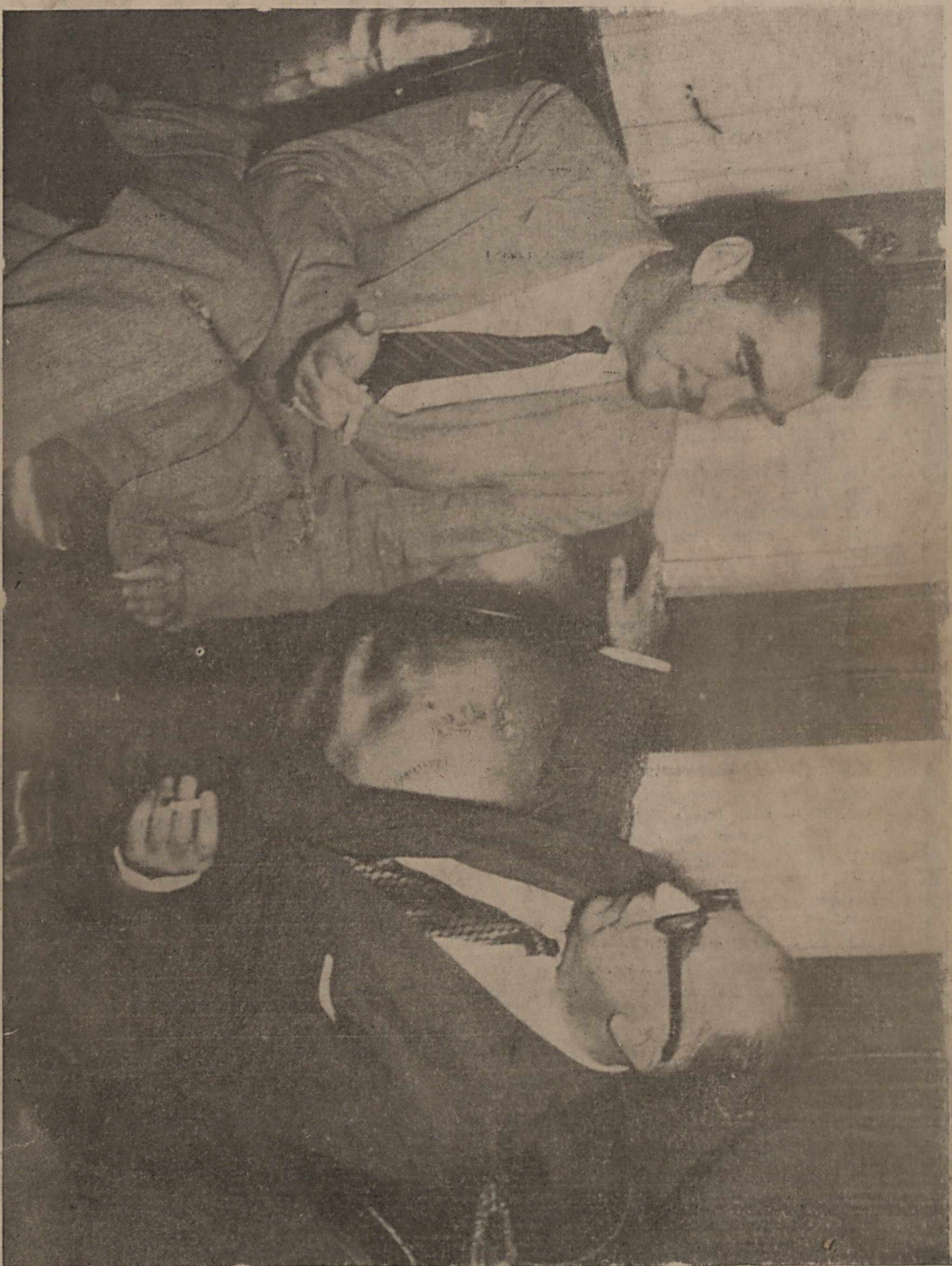
### ANO XVI — 1953

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO XVII — 1954

- Vol. I — janeiro, fevereiro.





No dia 13 de janeiro, entrevistou-se com o Ministro Arizio de Viana o Sr. William Wieland, chefe dos Serviços Culturais e Informativos da Embaixada Americana. Discutiram problemas ligados às relações culturais entre o D.A.S.P. e os Estados Unidos